

PADRÕES LOCACIONAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO: EVOLUÇÃO NAS DÉCADAS RECENTES E AS PERSPECTIVAS DE  
DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL

Cláudio Luiz de Souza Pinto

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS  
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

---

Prof. Henrique Pereira da Fonseca Netto, Doutor.

---

Prof. Carlos Alberto Nunes Cosenza, D.Sc.

---

Prof. João Paulo de Almeida Magalhães, Doutor.

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Cristina Ortigão Sampaio Schiller, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

MARÇO DE 2007

PINTO, CLÁUDIO LUIZ DE SOUZA

Padrões Locacionais das Atividades  
Econômicas no Estado do Rio de Janeiro:  
Evolução nas Décadas Recentes e as  
Perspectivas de Desconcentração Territorial  
[Rio de Janeiro] 2007

XVIII, 276 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ,  
M.Sc., Engenharia de Produção, 2007)

Dissertação – Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, COPPE

1. Estado do Rio de Janeiro
2. Desconcentração Econômico-Espacial
3. Indicadores de Análise Regional

I. COPPE/UFRJ    II. Título (série)

Dedico este trabalho à minha Mãe, por todo o seu amor, carinho, estímulo e compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo.

À minha Mãe, pelo seu apoio durante toda a minha vida.

Um agradecimento especial ao meu orientador, o Professor Henrique Pereira da Fonseca Netto, pela sua atenção e dedicação em todos os momentos.

Ao amigo Leonardo Rodrigues Lagoeiro de Magalhães, colega de graduação e de mestrado, pela amizade e pelas sempre proveitosas trocas de informações.

Aos Professores Carlos Alberto Nunes Cosenza, João Paulo de Almeida Magalhães e Maria Cristina Ortigão Sampaio Schiller, que, gentilmente, aceitaram participar da banca examinadora.

Aos Professores da COPPE, por terem contribuído com a minha formação.

A todos os funcionários das bibliotecas visitadas, pela gentileza e atenção dispensadas.

A todos os funcionários e diretores das 316 empresas entrevistadas, que aceitaram colaborar, prestando as informações necessárias à realização da pesquisa de campo.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

Muito obrigado!

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

PADRÕES LOCACIONAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: EVOLUÇÃO NAS DÉCADAS RECENTES E AS PERSPECTIVAS DE DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL

Cláudio Luiz de Souza Pinto

Março/2007

Orientador: Henrique Pereira da Fonseca Netto

Programa: Engenharia de Produção

Este trabalho analisa a evolução ocorrida nos padrões locacionais das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, no período que vai de 1975 a 2004. Inicialmente, é feito um levantamento histórico procurando mostrar a forma como ocorreu a grande concentração econômica na cidade do Rio de Janeiro até se transformar no Estado da Guanabara. A partir do momento em que é implantada a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro tem início a presente análise. São empregados determinados Indicadores de Análise Regional como forma de verificar o comportamento locacional das atividades econômicas no Estado do Rio nesse período e, após a apresentação dos resultados empíricos, é feita uma leitura dos Planos de Governo elaborados após a fusão, numa tentativa de verificar o papel desempenhado pelos governos do Estado no processo de desconcentração econômico-espacial. Ao final, são apontadas novas economias de aglomeração no Estado do Rio de Janeiro.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

LOCATIONAL STANDARDS OF THE ECONOMICAL ACTIVITIES IN THE STATE OF  
RIO DE JANEIRO: DEVELOPMENT IN THE RECENT DECADES AND THE  
PERSPECTIVES OF TERRITORIAL DESCONCENTRATION

Cláudio Luiz de Souza Pinto

March/2007

Advisor: Henrique Pereira da Fonseca Netto

Department: Production Engineering

This work analyses the evolution occurred in the locational standards of the economic activities in the State of Rio de Janeiro, during the period 1975 – 2004. First, there is a research trying to show the way how the city of Rio de Janeiro had concentrated activities during the years before it became the State of Guanabara. After the fusion of the ancient States of Guanabara and Rio de Janeiro this analysis begins. Some Indicators of Regional Analysis are used as a way to verify the locational movements of the economic activities in the State of Rio de Janeiro during that period and, after the presentation of the empirical results, there is a reading of the Plans of Government elaborated after the fusion, trying to verify the role of the governments in the process of economical desconcentration. At the end, it's showed new economic agglomerations in the State of Rio de Janeiro.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>PRIMEIRA PARTE – Antecedentes da Base Econômica do Estado do Rio de Janeiro</b>	10
<b>Capítulo 1 – A Economia da Produção do Estado do Rio de Janeiro</b>	12
1.1 As origens da Polarização Econômica no Estado do Rio de Janeiro	12
1.2 O Padrão de Acumulação pós 1930	20
1.2.1 A Organização do Setor Industrial Fluminense após 1930	23
1.2.2 A Organização do Setor Terciário Fluminense após 1940	29
1.3 A Criação da Guanabara e a Tese do Seu Esvaziamento Econômico	32
1.4 A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro	39
<b>Capítulo 2 – Crescimento Demográfico e Reconfiguração Espacial</b>	43
2.1 Crescimento Demográfico Urbano	43
2.2 A Participação das Cidades Médias no Crescimento Populacional Brasileiro	50
2.3 O Comportamento Demográfico das Metrôpoles e os Fluxos Migratórios no Estado do Rio de Janeiro	56
<b>Capítulo 3 – A Desconcentração Espacial das Atividades</b>	66
3.1 A Concentração Econômica Regional no País	66
3.2 A Desconcentração Espacial das Atividades no Brasil	69
3.3 A Desconcentração Espacial das Atividades no Estado do Rio de Janeiro	79
<b>SEGUNDA PARTE – Padrões Locacionais e Especializações na Economia Fluminense</b>	87
<b>Capítulo 4 – Caracterização do Espaço de Análise</b>	88
4.1 O Território do Estado do Rio de Janeiro Como Espaço de Análise	88
4.1.1 Capital	91

4.1.2	Região Metropolitana	93
4.1.3	Periferia da Região Metropolitana	97
4.1.4	Interior do Estado	98
4.2	O Período Coberto Pela Análise	99
4.3	A Mão-de-obra Ocupada e o Problema da Informalidade no Estado do Rio	106
<b>Capítulo 5 – A Metodologia Empregada na Pesquisa</b>		<b>113</b>
5.1	A Ciência Regional e os Métodos de Análise Regional	113
5.2	Apresentação da Metodologia e Escolha dos Indicadores	118
5.2.1	Coeficiente de Especialização (CE)	120
5.2.2	Coeficiente de Reestruturação (CR)	121
5.2.3	Índice de Mobilidade (IM)	123
5.3	O Desenvolvimento da Metodologia	126
<b>Capítulo 6 – Padrões Locacionais no Espaço da Análise</b>		<b>133</b>
6.1	A Especialização e a Reestruturação Espacial das Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao Longo das Décadas Recentes	134
6.1.1	A Especialização nos Espaços da Análise	134
6.1.2	A Reestruturação nos Espaços da Análise	142
6.2	A Mobilidade Espacial das Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao Longo das Décadas Recentes	148
6.3	Considerações Finais a Respeito dos Resultados Encontrados	164
<b>TERCEIRA PARTE – Análise da Estrutura Territorial</b>		<b>169</b>
<b>Capítulo 7 – O Papel dos Governos Pós-Fusão no Processo de Desconcentração Econômico-Espacial no Estado do Rio de Janeiro</b>		<b>170</b>
7.1	Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (1975 - 1979)	171
7.2	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1980 a 1983	177
7.3	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1984 a 1987	183



7.4	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (do Estado do Rio de Janeiro) para o período de 1988 a 1991	188
7.5	Plano Plurianual para o quadriênio 1992/1995	193
7.6	Plano Plurianual para o período 1996/1999	198
7.7	Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003	203
7.8	Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007	209
7.9	As Ações dos Planos de Governo Pós-Fusão e a Mudança no Perfil Econômico do Estado do Rio de Janeiro	211
<b>Capítulo 8 – Os Novos Padrões Locacionais e as Perspectivas de Desconcentração Territorial</b>		<b>213</b>
8.1	A Percepção do Processo de Interiorização das Atividades Econômicas	214
8.2	Os Novos Padrões Locacionais no Estado do Rio de Janeiro	217
8.3	Perspectivas de Desconcentração Territorial Via Especializações Regionais na Economia Fluminense	221
<b>CONCLUSÃO</b>		<b>235</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>		<b>239</b>
<b>APÊNDICE</b>		<b>250</b>
<b>ANEXOS</b>		<b>269</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura	Página
2.1 Crescimento Demográfico no Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000	61
2.2 Crescimento Demográfico Percentual Intercensitário no Estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 2000	65
4.1 O Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas	90
8.1 Região Norte do ERJ	222
8.2 Região Noroeste do ERJ	224
8.3 Região Centro-Norte do ERJ	225
8.4 Região Serrana do ERJ	227
8.5 Região Sul do ERJ	228
8.6 Região Baixada Fluminense do ERJ (Área I)	230
8.7 Região Baixada Fluminense do ERJ (Área II)	231
8.8 Região Leste Fluminense do ERJ	233

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro	Página
6.1 Quadro-Resumo da Mobilidade na Capital ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas	149
6.2 Quadro-Resumo da Mobilidade na RMRJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas	152
6.3.1 Quadro-Resumo da Mobilidade na Per. RMRJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas	154
6.4 Quadro-Resumo da Mobilidade no Int. ERJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas	160

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela	Página	
1.1	Número de Fábricas Localizadas no Rio de Janeiro, entre 1861 e 1881	18
1.2	Valor da Produção Industrial dos Estados Seleccionados com o Respectivo Percentual em relação ao Total do País, entre 1935 e 1938	25
1.3	Participação Percentual do Território Fluminense na Renda Interna do Brasil, entre 1939 e 1975.	28
1.4	Participação Percentual dos Principais Ramos de Atividades Fluminense na Renda Interna do Brasil, entre 1939 e 1975	28
1.5	Participação Percentual do Comércio Fluminense no Total do Comércio Brasileiro - Por Número de Estabelecimentos e Receita, entre 1940 e 1975	31
1.6	Estrutura de Renda Interna do Território Fluminense e do Brasil nos Principais Ramos de Atividades, entre 1939 e 1975	31
1.7	Formação Bruta de Capital Fixo dos Estados Seleccionados Como Percentual da Renda Interna, entre 1947 e 1964	34
1.8	Financiamentos Concedidos pelo BNDE aos Estados da Região Sudeste do Brasil, Por Habitante, entre 1953 e 1966 (em Cruzeiros da época)	35
1.9	Participação Percentual do Território Fluminense na Produção Industrial do Brasil, entre 1940 e 1970	38
1.10	Valor da Produção dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em Relação ao Valor da Produção do Brasil, em 1973	41

1.11	VTI dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1960 e 1970, com o Respectivo Percentual em Relação ao Território Fluminense	41
2.1	População Residente no Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000	59
2.2	Crescimento Demográfico Percentual Intercensitário nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000	63
3.1	Percentual da Mão-de-obra Ocupada nas Escalas Seleccionadas no Estado do Rio de Janeiro, entre 1975 e 2000	79
3.2	Percentual de Estabelecimentos Existentes nas Escalas Seleccionadas nos Anos de 1970 e 1980	82
4.1	População Residente no Ano 2000 e Área Total, Segundo as Unidades da Federação Seleccionadas	91
4.2	Participação Percentual no Produto Interno Bruto, Segundo as Unidades da Federação Seleccionadas (1985 – 2004)	91
4.3	Número de Empresas Informais e Pessoas Ocupadas em 1997 e 2003, Segundo as Unidades da Federação Seleccionadas	110
4.4	Total de Pessoas Ocupadas nas Empresas do Setor Informal no ERJ e na RMRJ em 1997 e 2003, Segundo os Grupos de Atividade Econômica Apresentados na ECINF 1997 e 2003	111
6.1	Coeficiente de Especialização nas Escalas Seleccionadas ao longo dos Anos de Análise	135
6.2	Coeficiente de Reestruturação nas Escalas Seleccionadas ao longo dos Períodos de Análise	143

8.1	Percentual de Empresas Instaladas na Per. RMRJ e no Int. ERJ, nos Períodos Seleccionados, Conforme Pesquisa Realizada com 129 Empresas na Per. RMRJ e 187 no Int. ERJ	214
8.2	Percentual de Empresas Instaladas na Per. RMRJ e no Int. ERJ, nos Intervalos Seleccionados, Conforme Pesquisa Realizada com 129 Empresas na Per. RMRJ e 187 no Int. ERJ	215
8.3	Participação Percentual das Escalas Seleccionadas no PIB do ERJ, entre 1999 e 2004	216
8.4	Evolução do Perfil Setorial das 200 Maiores Empresas do Estado do Rio de Janeiro: 1998 – 2004	219
1	APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1975	251
2	APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1980	252
3	APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1995	253
4	APÊNDICE - Matriz de Distribuição 2004	254
5	APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1975	255
6	APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1980	256
7	APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1995	257
8	APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 2004	258
9	APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1975	259
10	APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1980	260
11	APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1995	261

12	APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 2004	262
13	APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1975 – 1980	263
14	APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1980 – 1995	264
15	APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1995 – 2004	265
16	APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1975 – 2004	266
17	APÊNDICE - Índice de Mobilidade da Capital e da RMRJ	267
18	APÊNDICE - Índice de Mobilidade da Per. RMRJ e do Int. ERJ	268
A.2	Produto Interno Bruto a Preço de Mercado e Produto Interno Bruto Per Capita do Estado do Rio de Janeiro e Municípios, entre 1999 e 2004	271

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIações

AIRs	Aglomerações Industriais Relevantes
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPEC	Associação Nacional de Pós-graduação em Economia
APL	Arranjo Produtivo Local
ASRDLF	Association de Science Régionale de Langue Française
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BD-Rio	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
BEF	Boletim de Economia Fluminense
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Coeficiente de Especialização
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CENPES	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo M. de Mello
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CF	Constituição Federal
CIACs	Centros Integrados de Assistência à Criança
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CNEN	Conselho Nacional de Energia Nuclear
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
COPEG	Companhia Progresso da Guanabara
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia
CR	Coeficiente de Reestruturação
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
C&T	Ciência e Tecnologia
DATAR	Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale
DF	Distrito Federal
ECINF	Economia Informal Urbana
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas



ERJ	Estado do Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIEGA	Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLUPEME	Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FUJB	Fundação Universitária José Bonifácio
FUNDES	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social
FUNDREN	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
GB	Guanabara
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
ICM	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEG	Instituto de Desenvolvimento da Guanabara
IE	Instituto de Economia
IM	Índice de Mobilidade
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Int. ERJ	Interior do Estado do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
Per. RMRJ	Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RM's	Regiões Metropolitanas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAF	Secretaria Estadual de Administração Fazendária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UF	Unidade da Federação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VTI	Valor da Transformação Industrial

---

# Introdução

O território que compõe o Estado do Rio de Janeiro, como é conhecido atualmente, é produto da fusão de dois outros territórios: o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era o município de Niterói.

Do desejo do governo militar, sob a alegação do esvaziamento econômico da Guanabara e da necessidade de se formar um Estado forte no Centro-Sul do País, foi implantada, em março de 1975, a controvertida fusão que determinava a união de duas Unidades Federativas completamente distintas em termos políticos, econômicos, culturais e sociais, apesar da proximidade geográfica e do estreito relacionamento entre si.

A supremacia da cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, em relação ao (antigo) Estado do Rio de Janeiro era imensa, pois, mesmo antes de se transformar em Estado da Federação, a cidade do Rio de Janeiro já havia sido Capital do País – de 1763, quando a Capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, até 1960, quando a Capital foi transferida para o Planalto Central e a cidade do Rio de Janeiro foi transformada no Estado da Guanabara, passando a ser uma Cidade-Estado.

Durante os quase duzentos anos em que a cidade do Rio de Janeiro foi Capital do Brasil, se beneficiou de uma imensa gama de recursos e investimentos advindos do Governo Federal, ao passo que o (antigo) Estado do Rio de Janeiro era um Estado predominantemente agrícola e, em grande parte, com baixa produtividade.

Em decorrência de todos esses fatores, a cidade do Rio de Janeiro concentrou atividades econômicas, tanto na indústria, quanto no comércio e nos serviços, ao longo dos anos.

No início da década de 1960, como identificado em alguns estudos, algumas atividades econômicas começaram a migrar para fora do então Estado da Guanabara, em direção a alguns municípios do (antigo) Estado do Rio de Janeiro, que integravam a periferia imediata do Estado da Guanabara.

No ano de 1975, quando foi implantada a fusão dos Estados da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio de Janeiro, já havia iniciado um processo de reversão da concentração econômica regional no País. Esse processo começou por volta de 1970 com a reversão da polarização industrial da Região Metropolitana de São Paulo; entre outros fatores, em decorrência da ação de forças centrífugas, gerando deseconomias de aglomeração, e de novas economias de aglomeração que surgiam, concomitantemente, em outras regiões e/ou cidades, além da ação desenvolvimentista do Governo Federal à época, que se traduzia na forma de investimentos diretos e incentivos fiscais.

Assim, à luz do processo de desconcentração industrial ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo, procurou-se compreender quais as tendências verificadas para o Estado do Rio de Janeiro a partir de 1975, quando foi implantada a fusão.

Dessa forma, o objetivo maior desta dissertação é realizar um estudo acerca do comportamento locacional das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao longo das décadas recentes, verificando quais os padrões locacionais que vêm se impondo no Estado após a fusão.

A Ciência Regional, sendo um dos mais recentes dos ramos das ciências sociais e econômicas, tendo sido criada somente em 1954, fornece o instrumental necessário à realização deste trabalho, trata-se dos Indicadores de Análise Regional.

Ainda em relação ao período da fusão, deve-se ressaltar que nos primeiros anos após a ocorrência desta, o Governo Federal seguiu realizando fortes investimentos no Estado do Rio de Janeiro, numa tentativa de consolidar a união dos dois Estados; há dados mostrando que, em decorrência dos recursos provenientes da União, nos anos imediatos após a implantação da fusão, o (novo) Estado do Rio de Janeiro teve uma taxa anual média de crescimento real da economia superior à apresentada para o conjunto da nação. Porém, a partir da década de 1980, o Brasil entrou numa grave crise conjuntural, afetando os investimentos realizados no Estado do Rio. A partir desse momento, ressurgem as críticas à fusão e a idéia de desfusão, em grande parte motivadas por questões políticas.

Assim, este trabalho pretende, através do emprego de determinados 'métodos' fornecidos pela Ciência Regional, verificar como as atividades econômicas vêm se comportando no Estado do Rio de Janeiro após a fusão; se há uma tendência de desconcentração espacial dessas atividades, como ocorrido com a Região Metropolitana de São Paulo, em decorrência da ação de forças centrífugas e do surgimento de novas economias de aglomeração em outras localidades e, dessa forma, poder contribuir com estudos futuros acerca de localização no Estado do Rio.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira parte, a título de revisão bibliográfica, é feita uma análise do comportamento econômico e demográfico do território fluminense ao longo do tempo e a sua inserção no cenário nacional, procurando demonstrar como se processou a evolução nesse território, a partir de determinados períodos.

O **capítulo 1**, através da análise econômica do território fluminense ao longo do tempo, procura mostrar como se consolidou o processo de concentração econômica na cidade do Rio de Janeiro; como a cidade se beneficiou da presença do porto, que acabaria se transformando num “centro de logística das operações entre a Metrópole e suas colônias”, marcando o início da grande centralidade que a cidade do Rio de Janeiro viria a exercer no País e no território fluminense, se transformando em uma espécie de “símbolo de prosperidade nacional”. A primeira seção desse capítulo mostra, ainda, o início da perda de participação relativa da economia fluminense no contexto nacional, a partir do começo do século XX.

A segunda seção do primeiro capítulo trata da mudança do padrão de acumulação que passa a vigorar na economia brasileira a partir da década de 1930, procura-se descrever a organização do setor industrial fluminense a partir dessa data e do setor terciário fluminense a partir de 1940. Foi nesse período que alguns investimentos de grande relevância começaram a ser realizados fora do município do Rio de Janeiro, a exemplo da criação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), da inauguração da Companhia Nacional de Álcalis, a entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Em relação ao setor terciário, percebe-se o crescimento de algumas atividades ligadas a esse setor em municípios da Periferia imediata do então Estado da Guanabara, em decorrência da entrada em operação da REDUC e do efeito multiplicador gerado na cadeia produtiva do setor metal-mecânico.

A terceira seção do primeiro capítulo trata da criação do Estado da Guanabara e a tese do seu 'esvaziamento econômico', onde é analisado um trabalho realizado sob a coordenação do João Paulo de Almeida Magalhães, no ano de 1967, tratando da questão do 'esvaziamento econômico' da Guanabara.

A quarta e última seção do capítulo inicial aborda a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Entre outras coisas, são apontadas algumas diferenças existentes entre as duas economias.

O **capítulo 2** procura analisar o comportamento demográfico da economia fluminense ao longo das últimas décadas, de forma a verificar se o comportamento espacial da população poderia ser um indicativo da mobilidade espacial das atividades econômicas no Estado do Rio.

A primeira seção aborda o problema da urbanização excessiva ocorrida no País a partir de 1940, onde é mostrado que esse processo perdura até a década de 1970, entre outras coisas, em decorrência da grande concentração de atividades econômicas nas cidades.

A segunda seção procura verificar o papel das cidades de porte médio no processo de desconcentração populacional no Brasil. Autores como Andrade e Serra (2001) apontam que a partir da década de 1970 essas cidades passaram a desempenhar um "papel decisivo" no processo de desconcentração populacional nos grandes centros urbanos; entre os fatores apontados por esses autores para esse fato, estariam as 'mudanças nos padrões locacionais da indústria'.

Na última seção do terceiro capítulo, a partir de alguns indicativos do comportamento demográfico em algumas das principais Metrôpoles e Regiões Metropolitanas do País,

procurou-se verificar o comportamento demográfico no Estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 2000, nas quatro escalas utilizadas ao longo desta dissertação: Capital, Região Metropolitana, Periferia da Região Metropolitana e Interior do Estado. Para esse fim, foram consultados todos os Censos Demográficos entre 1940 e 2000.

O **capítulo 3** apresenta a problemática que norteia esta dissertação e trata da questão da 'descontração espacial das atividades econômicas', numa tentativa de encontrar "pistas" do processo de descontração dessas atividades no Estado do Rio de Janeiro. Esse capítulo, inicialmente, faz menção ao problema da desigualdade regional no Brasil e a forma como esta se processou.

A seção seguinte aborda a desconcentração espacial das atividades econômicas no Brasil, partindo da desconcentração industrial na Região Metropolitana de São Paulo, a partir de 1970. De acordo com Diniz e Crocco (1996), entre as principais razões que levaram à desconcentração industrial no País, a partir da década de 1970, estão as deseconomias externas que teriam surgido em algumas das principais Regiões Metropolitanas brasileiras, associadas ao surgimento de economias externas em outras localidades.

A terceira seção procura identificar sinais de desconcentração espacial das atividades no Estado do Rio. Ao final desta seção é apresentada a problemática sobre a qual esta dissertação foi construída.

Na segunda parte, tem-se a caracterização do território do Estado do Rio de Janeiro, dividido nas quatro escalas empregadas nesta dissertação; é explicada a metodologia utilizada e apresentados os resultados encontrados na análise empírica.



No **capítulo 4**, é caracterizado o espaço geográfico da análise (na seção inicial); bem como mostrado o período coberto pela análise (na segunda seção) e apresentada a variável-base utilizada no trabalho (terceira seção).

O **capítulo 5** aborda a metodologia empregada no trabalho. Na seção inicial, discorre acerca da Ciência Regional e dos Métodos de Análise Regional; na segunda seção é apresentada a metodologia e os indicadores selecionados e na terceira seção é explicado o 'desenvolvimento da metodologia'.

No **capítulo 6**, são apresentados os resultados obtidos com a análise empírica, mostrando a difusão espacial do desenvolvimento econômico nos espaços selecionados, ao longo do período escolhido. Na seção inicial do capítulo, são mostrados os resultados obtidos com os Coeficientes de Especialização e de Reestruturação; na seqüência, têm-se os resultados obtidos com o Índice de Mobilidade e, por fim, são apresentadas algumas considerações a respeito dos resultados fornecidos por esses três Indicadores.

A terceira parte desta dissertação é composta por dois capítulos, onde se procura fazer uma análise da estrutura territorial; primeiramente, através da leitura dos Planos de Governo elaborados após a fusão e, em seguida, buscando identificar os novos padrões locacionais que vêm se impondo do Estado do Rio.

O **capítulo 7** procura verificar o papel desempenhado pelos Governos do Estado do Rio de Janeiro, pós-fusão, no processo de desconcentração espacial no Estado. O capítulo é composto de nove seções; nas oito primeiras, faz-se a leitura de cada um dos Planos elaborados pelos Governos do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente, sob o ponto de vista dos pressupostos básicos no sentido de promover a desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado; na seção final, é feita

uma avaliação entre as ações previstas nesses Planos e o desempenho locacional das atividades no Estado do Rio ao longo do período selecionado para a análise.

O **capítulo 8** trata dos novos padrões locacionais que vêm se apresentando no Estado do Rio de Janeiro na atualidade, procurando mostrar as perspectivas de desconcentração territorial no Estado.

Entre as dificuldades encontradas na realização deste trabalho, está a carência de indicadores econômico-sociais que apresentem os dados desagregados por sub-setores de atividades econômicas e por municípios, com relativa uniformidade ao longo do tempo, e que sejam representativos para medir o crescimento econômico, permitindo captar parte da reestruturação econômica também pelo lado da demanda. Essas dificuldades foram contornadas, empregando-se a mão-de-obra ocupada como variável-base.

Em relação a algumas limitações apresentadas pelos 'métodos de análise' fornecidos pela Ciência Regional, tem-se o fato de que esses Indicadores não apresentam relação de causa e efeito, ficando a cargo do analista a tarefa de procurar interpretá-los.

**Antecedentes da Base Econômica do  
Estado do Rio de Janeiro**

## **PRIMEIRA PARTE**

Na primeira parte desta dissertação, composta por três capítulos, pretende-se, de certa forma, fazer uma revisão acerca do comportamento econômico-espacial do Estado do Rio de Janeiro a partir de determinadas épocas.

Inicialmente, fez-se um estudo sobre a evolução econômica do território fluminense ao longo dos anos, com o intuito de mostrar a forma como os dois territórios que viriam a compor o atual Estado do Rio de Janeiro, a partir da implantação da fusão, tiveram um desenvolvimento econômico-social completamente distinto. Pôde-se notar, ao longo desse primeiro capítulo, que a cidade do Rio de Janeiro acabou sendo profundamente beneficiada pela presença de um ‘porto exportador’ que acabaria se transformando num centro de operações entre Portugal e suas colônias, fazendo com que toda a movimentação comercial passasse pelo Rio de Janeiro. Era o início da grande centralidade que a cidade do Rio de Janeiro viria a exercer no País e, sobretudo, no território fluminense.

A seguir, foi analisado o comportamento populacional no território fluminense a partir do Censo Demográfico de 1940, com o objetivo de verificar se o deslocamento populacional seria um indicativo da mobilidade econômico-espacial no Estado do Rio. Esse segundo capítulo inicia mostrando o comportamento demográfico no País a partir dessa data, para somente depois verificar o comportamento espacial da população fluminense. Essa análise também abordou a questão das cidades médias brasileiras.

Por fim, buscou-se “indicativos” da ação da desconcentração espacial das atividades econômicas atuando no Estado do Rio de Janeiro.

Fazendo um paralelo com o processo de desconcentração industrial iniciado na Região Metropolitana de São Paulo, a partir de 1970, onde forças centrífugas atuaram para a desconcentração econômico-espacial através da ação de deseconomias de aglomeração que surgiram na Região Metropolitana desse Estado, traçou-se a problemática visando nortear este estudo.

## A Economia da Produção do Estado do Rio de Janeiro

### 1.1 As origens da Polarização Econômica no Estado do Rio de Janeiro

Um estudo acerca da formação econômica do Estado do Rio de Janeiro requer, inicialmente, a compreensão de que esse Estado é produto da fusão de dois territórios: o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro. Pela primeira vez na história do País, juntou-se duas Unidades Federativas que, apesar da proximidade geográfica e do estreito relacionamento entre si, sempre conservaram profundas diferenças não apenas do ponto de vista econômico, mas também cultural, político e social. Nos parágrafos seguintes, veremos que a supremacia da Capital sobre a Província do Rio de Janeiro<sup>1</sup> tem origem histórica.

Segundo Lessa (2000), a Baía de Guanabara teve um papel fundamental no início da formação histórica da cidade do Rio de Janeiro e do território fluminense como um todo, uma vez que em função da sua conformação geográfica, Portugal optou por

---

<sup>1</sup> O município do Rio de Janeiro foi Capital do País por quase dois séculos: primeiramente, Capital da Colônia; depois, da Monarquia Constitucional e, por fim, da República, assim permanecendo até 1960 quando a Capital Federal foi transferida para Brasília e o município do Rio foi transformado no Estado da Guanabara. Em 1834, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em município neutro sendo separado da Província do Rio e Niterói passou a ser a capital da Província. Em 1889, a Província foi transformada no (antigo) Estado do Rio e o município neutro teve seu nome mudado para Distrito Federal.

construir ali uma fortificação militar<sup>2</sup> e um porto que se transformaria no centro de logística das operações entre a Metrópole e suas colônias. Seria, assim, o início da centralidade que a cidade do Rio de Janeiro viria a exercer no País e, sobretudo, no território fluminense.

A cidade do Rio de Janeiro se beneficiou da presença desse porto por onde eram escoadas a produção do açúcar, nos séculos XVI e XVII<sup>3</sup>, e a produção aurífera das Minas Gerais, no século XVIII<sup>4</sup>. Em 1763, devido ao intenso comércio proporcionado pela produção aurífera, a capital da Colônia se transferiu de Salvador para o Rio de Janeiro (LOBO, 1978), corroborando o processo de crescimento da cidade.

Não obstante a agricultura ter sido a base da economia fluminense durante o período colonial, não assegurou a supremacia do rural sobre o urbano. Lessa (2000) destaca que as atividades econômicas no interior fluminense surgiram a partir da cidade do Rio de Janeiro, citando como exemplo o engenho açucareiro fluminense que “foi um desdobramento comercial e financeiro do capital mercantil ligado ao comércio com a região do Prata e com a África”.

O interior da capitania, que havia ficado esquecido durante o ciclo do ouro, voltou a ter algum destaque no final do século XVIII quando houve o declínio da mineração nas

---

<sup>2</sup> A Fortaleza de Santa Cruz, localizada em Niterói na entrada da Baía de Guanabara.

<sup>3</sup> A base da economia do Rio de Janeiro no século XVII era a produção de açúcar e aguardente, que eram comercializados através do porto do Rio de Janeiro com Portugal, suas colônias e bacia do Prata. A criação de gado foi desenvolvida juntamente com a atividade açucareira, estimulada pela necessidade dos engenhos do uso de tração animal (MELO, 1985); porém, a cultura da cana-de-açúcar não permitiu que a pecuária se desenvolvesse em terrenos férteis, relegando-a ao interior. O cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão constituíam atividades acessórias, cujo fim era manter em funcionamento a economia de exportação, fornecendo os meios de subsistência à população empregada (PRADO JR., 1982).

<sup>4</sup> No fim do século XVII, foram descobertas minas de ouro e diamantes nos espaços correspondentes aos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com a descoberta do ouro, todas as demais atividades entram em decadência e as zonas onde estavam localizadas se empobrecem e se despovoam; o próprio açúcar começou a ser desprezado. Além disso, o mercado açucareiro se encontrava desorganizado e teve início uma forte concorrência antilhana, com os preços se reduzindo à metade (FURTADO, 1985).

Minas Gerais<sup>5</sup> e o ressurgimento da agricultura na região, em especial as plantações de cana-de-açúcar em Campos<sup>6</sup>.

Com a recuperação da economia de produtos agrícolas floresceram as atividades mercantis, favorecendo o crescimento demográfico<sup>7</sup>. As principais atividades de produção de artigos de consumo no Rio de Janeiro eram o artesanato de couro; de madeira; de metal não precioso (ferreiros, serralheiros, torneiros, funileiros) e de tecidos. As principais atividades industriais estavam relacionadas ao beneficiamento da cana-de-açúcar; do tabaco; das fibras vegetais; da tecelagem de seda; do arroz e à produção da aguardente<sup>8</sup>. A construção naval era uma indústria significativa à época devido à demanda por embarcações (para o tráfico negreiro, o comércio de cabotagem e a caça de baleias) e à facilidade na obtenção de matérias-primas (madeira e fibras para cordas) (LOBO, 1978).

O Rio de Janeiro sofreu mais diretamente a concorrência britânica, sentida a partir de 1800, uma vez que havia se tornado o centro das atividades mercantis, e grande parte dos comerciantes estava em contato direto com o comércio internacional.

No século XIX, as nações tornam-se dependentes do modelo econômico primário-exportador, através da participação no sistema capitalista mundial. A Revolução Industrial e a estruturação do modo de produção capitalista, baseado na divisão

---

<sup>5</sup> Lobo (1978) cita como fatores responsáveis pela decadência da mineração do ouro o esgotamento das jazidas, o uso de técnicas deficientes, regulamentações de caráter administrativo, a falta de espírito associativo e a inexistência de uma política migratória eficaz. Para Prado Jr. (1982), o principal motivo foi o esgotamento das jazidas, uma vez que o ouro brasileiro era na sua maior parte de aluvião, ou seja, era encontrado principalmente no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas.

<sup>6</sup> Nas últimas décadas do século XVIII uma revolução ocorrida no Haiti provocou um colapso na produção açucareira da ilha e, assim, contribuiu para a reabertura dos mercados europeus ao açúcar brasileiro. Foi uma fase de recuperação das plantações de cana-de-açúcar e da exportação de produtos tropicais. A região de Campos dos Goytacazes, no período de 1769 a 1778, quase dobrou o número de engenhos de açúcar e a produção cresceu 235%. Entre 1775 e 1805, a exportação do açúcar quadruplicou, sendo responsável, em 1777, por 50% das exportações da capitania (LOBO, 1978).

<sup>7</sup> A população da cidade do Rio de Janeiro, que em 1760 era de 30 mil habitantes, passou para 43.376 em 1799 (LOBO, 1978).

<sup>8</sup> Lobo (1978) destaca, ainda, o preparo do anil; a extração do óleo, das barbatanas e do espermacete de baleia e o preparo do sal.



internacional do trabalho, tinham aprofundado as relações de dependência entre as colônias e as metrópoles européias através das crescentes demandas pelos produtos manufaturados europeus, preços de frete e, principalmente, da instabilidade de preços dos produtos agrícolas tropicais. Santos (1985) menciona que para atender às exigências da diversificação da pauta de importações da Inglaterra, requerida pela Revolução Industrial, foi montado na colônia um eixo de acumulação na região centro-sul que tinha por centro o porto do Rio de Janeiro.

No ano de 1808, em meio à recessão econômica mundial, a Corte portuguesa se instalou no Rio; fato que modificou substancialmente as relações entre Metrópole e Colônia, causando grande impacto na vida econômica e social da capitania, uma vez que os eixos econômico e político passaram a coincidir e o Rio de Janeiro ampliou as suas funções portuária e centralizadora do comércio, tornando-se o maior centro exportador e importador da Colônia<sup>9</sup>.

Essa posição privilegiada ocupada pela cidade do Rio de Janeiro a possibilitou concentrar riquezas e se transformar em um símbolo de prosperidade nacional. Em 1820, o Rio de Janeiro já era a maior cidade do País e a sua população crescia duas vezes mais rápido que a população do Brasil (MELO, 2001).

O período compreendido entre 1800 e 1840 é marcado pela expansão do sistema monetário; pela abertura de estabelecimentos modernos de crédito<sup>10</sup>, com predomínio do capital mercantil e usurário, e pela presença dos comissários de café e das firmas

---

<sup>9</sup> Nessa época, foram realizadas diversas obras de infra-estrutura, modernização e ampliação de ruas, criação de órgãos públicos, fundação da Biblioteca Nacional, criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da Imprensa-Régia, além da instituição de escolas e de cursos superiores. Assim, a cidade crescia e se distanciava do interior da capitania e do restante do País num ritmo muito acelerado, tanto cultural quanto economicamente.

<sup>10</sup> Deve-se ressaltar que o primeiro Banco do Brasil foi fundado em 1809 pela Coroa Portuguesa, sendo fechado em 1829. Em 1838, foi fundado por comerciantes o Banco Comercial do Rio de Janeiro. No ano de 1851, por iniciativa do Barão de Mauá, foi criado um novo Banco do Brasil que se fundiu, em 1853, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, mantendo o nome de Banco do Brasil (CALÓGERAS, 1960).

exportadoras. As transformações desse período se processaram de forma bastante tumultuada com forte inflação, agravada pela crise comercial e pelo declínio da economia açucareira (LOBO, 1978). Em contrapartida, desde 1820, o café estava em ascensão como principal produto de exportação do País<sup>11</sup>.

Os motivos do declínio da cultura canvieira e conseqüente promoção do café nesse período seriam a falta de inovação técnica no plantio da cana-de-açúcar e no preparo do açúcar; a concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa e o fato de que as plantações de café representavam um investimento menor em termos de capital fixo que a produção do açúcar. Associado a isso, houve um aumento significativo dos preços do café no mercado internacional em relação ao açúcar. Outro fator relevante foi a expansão do mercado norte-americano que acabou elevando sobremaneira as exportações de café no Brasil.

Entre 1820 e 1880, o café foi a grande riqueza nacional, transformando o território fluminense na região economicamente mais importante do País<sup>12</sup>. A produção era escoada através do porto do Rio de Janeiro. A Capital era também o centro redistribuidor de escravos, importador de produtos manufaturados, abastecedor das fazendas e ponto de convergência do comércio de cabotagem. Após o ano de 1874, as exportações de café atingiram 60,4% das rendas de exportação do País, enquanto o algodão e o açúcar haviam se reduzido a 2,9% e 0,3%, respectivamente (LOBO, 1978).

---

<sup>11</sup> O café foi introduzido no Brasil em 1727, disseminando-se por várias regiões do País, do Pará a Santa Catarina, do litoral até o interior de Goiás, porém o seu cultivo destinava-se mais ao consumo doméstico das propriedades em que se encontrava. No decorrer do século XVIII o café se tornou um alimento de luxo no ocidente, adquirindo importância nos mercados internacionais. O Brasil, contudo, só passa a figurar entre os grandes produtores no século XIX, uma vez que no século XVIII ainda estava absorvido pela mineração, não despertando interesse pela nova cultura (PRADO JR., 1982).

<sup>12</sup> As plantações, localizadas inicialmente nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, expandiram-se, num primeiro momento, ao longo dos caminhos que ligavam a Capital aos centros mineradores e, posteriormente, para o Vale do Paraíba fluminense que passou a ser a principal zona produtora do País. O sucesso obtido pela cafeicultura nessa região deveu-se às condições naturais que eram excelentes para o cultivo: a altitude, a latitude, encostas bem protegidas contra a ação do vento (PRADO JR., 1982).

A riqueza proporcionada pelas exportações de café colocou a cidade do Rio numa posição de destaque, tanto demográfica quanto economicamente. A população, que no final do século XVIII estava em torno de 43.000 pessoas, superou a marca de meio milhão de habitantes em 1890; um aumento de mais de 1.100% em menos de um século<sup>13</sup>. Nas últimas décadas do Império, o Rio de Janeiro era responsável por mais da metade do comércio exterior brasileiro.

Em 1834, foi assinado o Ato Adicional<sup>14</sup> que, entre outras medidas, separava institucionalmente a cidade do Rio de Janeiro da província fluminense. Para Simonsen (1973), o sucesso obtido pela cafeicultura no interior da província nesse momento pode ser considerado como um atenuante da repercussão negativa que esse ato teria na economia da região.

Em meados do século XIX, os estabelecimentos industriais na cidade do Rio eram na sua maioria oficinas artesanais de cunho familiar, cuja produção em pequena escala era voltada para o mercado local<sup>15</sup>. Nas primeiras décadas da segunda metade desse século, esses estabelecimentos passaram a apresentar algum crescimento, ainda que não muito significativo, como pode ser observado na tabela 1.1. Algumas mudanças ocorridas nesse período, como a reforma bancária, que concedeu aos bancos privados o direito de emissão e exploração de outras atividades extrabancárias<sup>16</sup>; o grande aumento do meio circulante ocorrido a partir de 1890<sup>17</sup> e, principalmente, os ganhos auferidos com o café, associados ao aparato instalado pelo Governo Federal

---

<sup>13</sup> Em 1799, a população era de 43.376 habitantes; passou para 522.651 em 1890 (LOBO, 1978). Um aumento de 1.105% em 91 anos.

<sup>14</sup> Ato Adicional de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834) fez algumas alterações e adições à Constituição de 1824, conforme previsto na mesma.

<sup>15</sup> Produziam-se chapéus, calçados, tecidos, selins, móveis, fundições e serralherias, cervejas, velas e produtos químicos.

<sup>16</sup> Com a extinção do tráfico negreiro, em 1850, houve um deslocamento dos capitais investidos nessa atividade para outras atividades econômicas como Bancos, companhias de transporte e para a própria cafeicultura. Além disso, no período de 1850 a 1888 surgiram as sociedades anônimas contribuindo, também, para a multiplicação dos Bancos.

<sup>17</sup> Com o fim do tráfico de escravos, a mão-de-obra passou a ser contratada no próprio mercado mediante pagamento de salários, contribuindo para que o fluxo de renda permanecesse no mercado, proporcionando uma maior circulação monetária.

na cidade<sup>18</sup>, possibilitaram uma expansão das atividades industriais já no final desse século. Na primeira década do século XX, o predomínio dos estabelecimentos industriais fluminenses na região sudeste era absoluto<sup>19</sup>, sendo a indústria têxtil a mais importante da região para o País. No censo industrial de 1907, o Distrito Federal detinha 30% da produção industrial brasileira (MELO, 1985). Cumpre ressaltar que esse mercado ainda era formado, na sua maioria, por pequenos estabelecimentos industriais com produção voltada para o mercado local, à exceção da indústria têxtil que detinha os maiores estabelecimentos do País.

Tabela 1.1 – Número de Fábricas localizadas no Rio de Janeiro entre 1861 e 1881.

ATIVIDADES	ANOS				
	1861	1866	1873	1875	1881
Alimentos e Bebidas	251	241	253	256	290
Couro	187	174	143	120	239
Diversos	45	44	49	58	54
Fumo	162	141	34	39	197
Imprensa	30	31	38	49	31
Instrumentos de Trabalho	17	24	28	30	51
Madeira	19	16	10	11	23
Material de Construção	10	7	4	11	8
Meios de Transporte	85	78	37	36	51
Metal	82	88	89	106	101
Objetos Ornamentais	1	1	---	---	---
Produtos Químicos e Farmacêuticos	4	3	5	9	4
Tecidos, Roupas e Armarinho	162	160	206	250	151
Tintas	---	---	10	8	8
Velas, Sabão e Graxa	33	30	28	31	6
Vidros	29	34	31	35	28
<b>TOTAL</b>	<b>762</b>	<b>716</b>	<b>602</b>	<b>732</b>	<b>877</b>

Fonte: Almanack Laemmert, Cf. Lobo (1978), op. cit.

No final do século XIX, a cafeicultura fluminense estava em declínio, com margens decrescentes de lucro, baixa produtividade e custos elevados, além de fornecer um produto com qualidade inferior ao paulista. A abolição da escravatura, em 1888, havia provocado uma redução de 50% na colheita do café. O esgotamento do solo na região

<sup>18</sup> Em meados do século XIX foi criado na cidade do Rio de Janeiro um serviço de transporte coletivo. No final desse século, a malha ferroviária ultrapassava 2200 quilômetros e o sistema ferroviário ligava a cidade do Rio de Janeiro aos centros produtores de café da Província, de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo (MELO, 1985).

<sup>19</sup> À exceção da produção de fósforos.

do Vale do Paraíba fluminense foi outro fator que contribuiu para a crise da época. Já na fase de República, o Governo tentou utilizar determinados incentivos para promover a recuperação agrícola, como facilidade de crédito, moratória das dívidas dos fazendeiros e política migratória, porém a produção cafeeira permaneceu estagnada.

A decadência cafeeira no Vale do Paraíba fluminense acabou afetando a expansão industrial pela qual vinha passando a região fluminense, uma vez que diminuiu as possibilidades de acumulação de capital, prejudicando assim o desenvolvimento da indústria regional pela impossibilidade de expansão do mercado interno e perda de competitividade para a indústria paulista. Comparando-se os dados dos inquéritos industriais de 1907 e 1919, citados em Melo (1985), vê-se a queda da participação da indústria do Distrito Federal no total nacional, caindo de 30% para 21%. Nesse período, verifica-se ainda um grande êxodo rural nas áreas produtoras do Vale do Paraíba fluminense em direção às novas áreas cafeeiras de São Paulo e ao Distrito Federal, em decorrência da estagnação econômica e social sofrida.

Outro fator que afetou o dinamismo da economia fluminense foi a Primeira Guerra Mundial que, ao inibir o acesso do porto do Rio ao comércio internacional, prejudicou profundamente a acumulação local.

Lessa (2000) comenta que apesar do Distrito Federal ter perdido a sua liderança industrial para São Paulo já a partir de 1919<sup>20</sup>, somando-se a sua produção com a produção do antigo Estado do Rio, o território fluminense como um todo manteve o seu dinamismo econômico-social não apresentando taxa de crescimento do PIB muito diferente da existente para o Brasil e para os demais Estados brasileiros, pelo menos

---

<sup>20</sup>O início da perda da centralidade econômica e industrial do território fluminense se deu a partir de 1880, de acordo com Lessa (2000).

até a década de 1960. Isto se deveu ao fato de o território fluminense ter recebido investimentos públicos e privados no período e à centralidade cultural presente na cidade do Rio de Janeiro.

## **1.2 O Padrão de Acumulação pós 1930**

Em 1930, tem início no País um novo modelo de desenvolvimento econômico e social marcado pela industrialização e pela consolidação de uma economia urbano-industrial. A crise de superprodução cafeeira, associada à crise de 1929 e à revolução de 1930<sup>21</sup> marcam o fim do padrão de acumulação agrário-exportador e a ascensão do modelo industrial de desenvolvimento. A agricultura, que antes era apenas uma atividade geradora de alimentos para as cidades e para o interior, passa a fornecer também matéria-prima e mão-de-obra para a indústria, organizando-se numa agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas. Tem-se uma indústria de bens de consumo assalariado e um núcleo de indústrias leves de bens de produção; o setor industrial liberta-se definitivamente da economia cafeeira (MELO, 1985) passando a ser o centro dinâmico da economia do País, sendo o setor industrial fluminense o segundo do Brasil, atrás apenas do setor industrial paulista.

Esse processo de industrialização ocorrido no País se deu de forma bastante concentrada<sup>22</sup>, caracterizando-se através da perda de participação no produto total dos gêneros industriais chamados “tradicional”, representados na sua maioria pelos bens de consumos não duráveis, em favor dos chamados gêneros industriais “dinâmicos”, representados pelos bens de consumo duráveis, intermediários e de capital (CONSIDERA, 1985).

---

<sup>21</sup>Sobre esse período da história do Brasil, ver Brandão (1980).

<sup>22</sup>Em 1929, apenas cinco Estados eram responsáveis por 83,5% do produto industrial brasileiro. Em 1939 esse percentual havia se elevado para 93% (MELO e CONSIDERA, 1985).

Ao final da década de 1920, quando a crise de superprodução do café e a crise da economia mundial provocaram uma ruptura no padrão de acumulação mercantil-exportador, São Paulo já havia consolidado sua hegemonia no processo de industrialização brasileiro<sup>23</sup>, uma vez que reunia as condições que, segundo autores como Villela e Suzigan (1975) e Cano (1977), seriam fundamentais para que tal fato ocorresse, tais como: oferta de mão-de-obra com maior grau de qualificação, decorrente da vinda de imigrantes europeus, e o rápido crescimento do potencial energético e da rede de distribuição dessa energia pelo interior do Estado. A esses fatores, somavam-se, ainda, a abundância de matérias-primas, as facilidades de transporte e a disponibilidade de capitais interessados em investir na indústria<sup>24</sup>.

Dentro do território fluminense, a cidade do Rio de Janeiro se beneficiava do fato de ser a Capital do País atraindo para si capital mercantil nacional interessado na realização de gastos públicos, pelo Governo Federal, na cidade. Tal fato era responsável pela geração de um importante mercado de trabalho, distanciando ainda mais a Cidade-Capital do Estado do Rio.

No interior fluminense, cresciam os fluxos migratórios no sentido campo-cidade, caracterizando a forte urbanização que marcou esse período. Esse processo era decorrente da estagnação econômica que se consolidava em boa parte do território fluminense, além do modelo de desenvolvimento econômico deflagrado a partir de 1930. A cafeicultura fluminense, limitada ao noroeste do Estado do Rio, vinha perdendo competitividade econômica para a produção paulista; a partir da década de 1950, houve um avanço das pastagens na região e antigas fazendas de café se

---

<sup>23</sup> No período de 1925 a 1929, o Estado de São Paulo já era responsável por 35% do produto industrial brasileiro enquanto que o território fluminense respondia por cerca de 27%. Separando-se os dados do Distrito Federal e do antigo Estado do Rio, observa-se uma grande concentração no primeiro, com 21% da participação contra apenas 6% de participação para o interior fluminense (MELO e CONSIDERA, 1985).

<sup>24</sup> Deve-se ressaltar que, segundo Cano (1977), o fator básico para explicar a concentração industrial em São Paulo foi a própria articulação e o dinamismo da economia local.

transformaram em fazendas de gado, contribuindo para aumentar o êxodo rural nessa parte do Estado. As antigas áreas cafeeicultoras do Vale do Paraíba fluminense passaram a produzir leite para o consumo carioca; em decorrência dessa atividade, uma parcela da população economicamente ativa fixou-se em alguns municípios da região (GUIMARÃES, 1957, apud GALVÃO, 1987). Na região serrana, destacaram-se a horticultura e a floricultura, atividades que tiveram importância econômica em função da crescente expansão do mercado consumidor carioca. No município de Campos, a produção canavieira continuava elevada em decorrência de ações do Estado<sup>25</sup>, fazendo com que esse município fluminense permanecesse como o mais populoso do (antigo) Estado do Rio até a década de 1950, quando foi superado em número de habitantes pelo município de Nova Iguaçu<sup>26</sup>.

Nas baixadas próximas à cidade do Rio de Janeiro, a fruticultura – em especial a cultura da laranja – foi a atividade predominante entre 1930 e 1940. Devido à decadência do café no território fluminense e do fato da cana-de-açúcar estar restrita ao município de Campos, o governo fluminense procurou estimular a cultura da laranja, concedendo isenção de direitos aduaneiros sobre os frutos e promovendo o saneamento das regiões pantanosas do setor ocidental da Baixada da Guanabara. Em 1939, o território fluminense era o segundo produtor nacional de laranjas, assim permanecendo até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra, o citricultor fluminense teve dificuldades para exportar o seu produto em decorrência da falta de transporte marítimo que, associado à praga da mosca do mediterrâneo, acabou levando a citricultura fluminense ao colapso (MELO, 1985). Os pomares existentes na região da Baixada da Guanabara foram substituídos por loteamentos,

---

<sup>25</sup> Em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e, em 1941, foi estabelecido o Estatuto da Lavoura Canavieira que tinha como objetivo promover maiores garantias aos fornecedores.

<sup>26</sup> Aqui considerada a formação do município de Nova Iguaçu existente à época, incluindo os distritos que posteriormente foram emancipados. De acordo com o Censo Demográfico de 1960, Nova Iguaçu possuía 359.364 habitantes; seguido de São Gonçalo, com 247.754; Campos dos Goytacazes, 246.865; Niterói, 245.467 e Duque de Caxias, 243.619. Cumpre lembrar que o município de Niterói era a capital do (antigo) Estado do Rio.



impulsionados pelo crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. A partir da década de 1950, a citricultura expandiu-se para o leste do Estado do Rio, pelos municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Maricá (GUIMARÃES, 1957, apud GALVÃO, 1987).

### **1.2.1 A Organização do Setor Industrial Fluminense após 1930**

A partir da década de 1930, começa a haver no País uma maior preocupação da política econômica em relação à industrialização. A crise do café e o surto industrial que estavam ocorrendo passaram a despertar a atenção do Governo Federal para a industrialização como sendo uma alternativa para o crescimento econômico. Villela e Suzigan (1975) comentam que “parece ter sido a política econômica que se adaptou ao fato do crescimento industrial dos anos trinta”.

A industrialização nunca tinha sido o objetivo básico da política econômica brasileira. No País, buscava-se defender os interesses do café e implementar políticas de contenção de preços. Essas medidas acabavam contribuindo para inibir o desenvolvimento industrial de longo prazo<sup>27</sup>. Assim, antes 1945 nunca houve no País um processo de industrialização contínuo em larga escala devido à falta de uma política adequada de promoção da industrialização, o que se teve foram surtos industriais (VILLELA e SUZIGAN, 1975). Os investimentos industriais até então realizados eram quase todos dependentes das importações de bens de capital e de matérias-primas básicas; sendo, portanto, muito suscetíveis às oscilações do comércio exterior.

---

<sup>27</sup> Deve-se ressaltar, contudo, que a política de defesa do café, associada aos déficits fiscais assumidos entre 1930 e 1932, contribuíram para a recuperação da economia brasileira nos anos de 1930, uma vez que possibilitaram manter o nível de renda e assim recompor e aumentar a lucratividade empresarial (AURELIANO, 1981).

A década de 1930 marca no Brasil o começo de um rápido crescimento industrial com o início da plena utilização da capacidade instalada. A indústria brasileira passou a crescer a taxas elevadas, especialmente pelas dificuldades impostas às importações. Nesse período, ocorreram importantes substituições de importações, especialmente nas indústrias de cimento, matérias-primas metálicas, produtos químicos, papel e celulose e produtos têxteis. Foram criadas algumas instituições governamentais com o objetivo de ajudar a proteger a indústria nacional, como o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, órgão encarregado da política industrial brasileira, e a fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, que financiava a implantação de novas indústrias básicas (VILLELA e SUZIGAN, 1975).

No território fluminense, seguia a tendência de perda de participação na produção industrial nacional iniciado na década de 1920. Cabe lembrar, porém, que apesar de ter perdido a liderança nacional no processo de industrialização logo após a Primeira Guerra Mundial, esse território manteve a sua estrutura industrial num processo de diversificação similar ao verificado para o conjunto da nação.

No período de 1935 a 1938, à exceção dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, todos os demais Estados brasileiros tiveram a sua participação no produto industrial nacional reduzida (tabela 1.2). A taxa média de crescimento industrial do território fluminense foi de 46,42%, ao passo que a mesma taxa para o País foi de 80,46%. Foi nesse período, também, que pela primeira vez o Estado do Rio registrou uma taxa de crescimento superior à do Distrito Federal, 50,39% contra 45,37% (MELO, 1985).

Durante essa década, destacaram-se no conjunto Capital/ Estado do Rio os setores química, metalurgia e minerais não-metálicos, responsáveis por 26,4% do VTI (Valor da Transformação Industrial). No ano de 1939 a indústria química foi a terceira mais

importante do território fluminense com 14,1% do VTI e com 44,8% do total da química brasileira. No segmento de metalurgia, o conjunto Capital/Estado era o terceiro produtor nacional produzindo ferro gusa, ferro laminado e aço. Na indústria de minerais não-metálicos o território fluminense destacava-se como pólo cimenteiro, com 35% da capacidade produtiva do País, sendo também o principal produtor nacional de cerâmica (MELO e CONSIDERA, 1985)<sup>28</sup>. No final da década de 1930 foi implantada a Siderúrgica Barra Mansa e a Metalúrgica Barbará, ambas localizadas no município de Barra Mansa na região do Vale do Paraíba fluminense.

Tabela 1.2 – Valor da Produção Industrial dos Estados Seleccionados com o Respectivo Percentual em relação ao Total do País, entre 1935 e 1938.

ESTADOS <sup>1</sup>	1935		1936		1937		1938	
	Vr. da Produção	%	Vr. da Produção	%	Vr. da Produção	%	Vr. da Produção	%
Distrito Federal	1.229.465	21,2	1.476.716	19,9	1.535.013	18,6	1.787.274	17,1
Minas Gerais	433.206	7,5	495.726	6,7	518.290	6,3	593.934	5,7
Pernambuco	248.377	4,3	289.153	3,9	318.494	3,8	376.144	3,6
Rio de Janeiro	323.449	5,6	395.032	5,3	464.060	5,6	486.452	4,7
Rio Grande do Sul	407.668	7,0	511.885	6,9	590.324	7,1	959.432	9,2
São Paulo	2.625.942	45,3	3.625.793	48,9	4.200.561	50,8	5.460.334	52,2
BRASIL	5.792.920	100,0	7.409.735	100,0	8.274.004	100,0	10.454.086	100,0

<sup>1</sup> Foram seleccionados os Estados com maior participação no Valor da Produção (expresso em Contos de Réis).

Fonte: Calculado a partir dos dados do Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940 - IBGE, apresentados em Melo (1985), op. cit.

Entre 1939 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, o comércio exterior brasileiro passou por uma fase de expansão, porém as condições de guerra acabaram restringindo o suprimento externo fazendo com que o volume de importações diminuísse, especialmente nos setores de bens de consumo e combustíveis<sup>29</sup>. Essa restrição na oferta externa teve duas conseqüências para a economia brasileira: a primeira foi um aumento da produção interna como forma de suprir a demanda reprimida em relação a algumas manufaturas; a segunda foi uma maior utilização da

<sup>28</sup> Deve-se mencionar que no segmento de máquinas e equipamentos o conjunto DF/ERJ detinha 18% da produção nacional em 1938 e São Paulo 74%. Nas décadas seguintes o território fluminense perdeu participação em detrimento de uma maior participação da indústria paulista (MELO, 1985).

<sup>29</sup> A queda nas importações acabou proporcionando uma acumulação de divisas ao País.

capacidade produtiva como forma de substituir as importações de equipamentos e matérias-primas industriais na proporção adequada ao crescimento da produção interna (VILLELA e SUZIGAN, 1975)<sup>30</sup>. Deve-se mencionar que as indústrias que mais se desenvolveram no País durante a guerra foram as indústrias básicas, em especial a do cimento e a metalúrgica.

No território fluminense, durante esse período, os maiores ganhos de participação a nível nacional foram obtidos nos setores de metalurgia, bens de capital<sup>31</sup> e na indústria de couros e peles (MELO e CONSIDERA, 1985). Em 1942 foi criada no Rio de Janeiro a Fábrica Nacional de Motores, conhecida como FNM, localizada no Km 23 da rodovia Rio-Petrópolis; começou produzindo motores de aviões e passou, posteriormente, a produzir tratores, geladeiras, automóveis e caminhões<sup>32</sup>. Em 1943 o Governo Federal inaugurou a Companhia Nacional de Álcalis – única produtora de barrilha (carbonato de sódio) da América do Sul – no então distrito de Arraial do Cabo<sup>33</sup> na Região dos Lagos fluminense. A instalação dessa fábrica no Estado do Rio não impediu que a participação do território fluminense na indústria química nacional caísse para 27% em 1949 e para 10,8% em 1959. No mesmo período, a indústria química paulista elevou a sua participação no total do País para 57,6% e para 64,8% (MELO, 1985), respectivamente<sup>34</sup>. Cabe ressaltar que apesar do declínio na participação da indústria química fluminense, o conjunto DF/ERJ permaneceu como o segundo pólo químico do País, atrás de São Paulo.

---

<sup>30</sup> Villela e Suzigan (1975) ressaltam que as limitações impostas pela guerra às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais fizeram com que o crescimento da produção industrial se realizasse utilizando os equipamentos e instalações existentes, fazendo com que ao final da guerra alguns ramos industriais estivessem com seus equipamentos desgastados e obsoletos.

<sup>31</sup> Em especial os segmentos mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transporte.

<sup>32</sup> Mais detalhes, ver BASTOS, E. C. S., *Caminhões FNM um genuíno "made in Brazil" no exército*, disponível em: <<http://www.defesa.ufjf.br/fts/Caminh%F5es%20FNM.pdf>>. Acesso em 15 jul 2006.

<sup>33</sup> Atual município de Arraial do Cabo; na época, distrito de Cabo Frio.

<sup>34</sup> Analisando apenas a indústria de produtos farmacêuticos, em 1938 o conjunto Capital/ Estado do Rio tinha 62,4% de participação na indústria nacional e São Paulo 27%. Em 1959, o conjunto Capital/ ERJ participava com 45,6% e São Paulo com 50,5% (MELO, 1985).

Em 1946 entrou em operação a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a primeira usina integrada de aço da América Latina<sup>35</sup>. Localizada no município de Volta Redonda, no eixo Rio - São Paulo, próximo à Barra Mansa. O início das operações dessa siderúrgica no Vale do Paraíba fluminense marcou a criação de um complexo siderúrgico de grandes dimensões nessa região, proporcionando um considerável impulso à indústria nacional, principalmente a de insumos básicos. A importância da criação da CSN para a economia do País e, sobretudo, para a economia fluminense pode ser medida pela participação do DF/ERJ na distribuição nacional do VTI para a indústria metalúrgica nos anos de 1949 e 1959, sendo, respectivamente, de 25,9% e 33,3%, enquanto o Estado de São Paulo ficou com 49,4% e 43,3% (MELO, 1985); a indústria metalúrgica foi um dos poucos setores em que a participação fluminense apresentou ganho no período em questão<sup>36</sup>. Além disso, os investimentos gerados pela CSN produziram um efeito em cadeia, associando o pólo metal-mecânico com a indústria naval fluminense<sup>37</sup>.

A década de 1950 foi a última em que a cidade do Rio de Janeiro permaneceu como Distrito Federal. Essa década marca também o auge da substituição de importações no Brasil. Nesse período, dois acontecimentos contribuíram para impulsionar a indústria química e farmacêutica fluminense: o primeiro foi a instalação, no ano de 1954, da Refinaria de Mangunhos na cidade do Rio; o segundo foi a construção, no final da década de 1950, da Refinaria da Petrobrás no município de Duque de Caxias (REDUC)<sup>38</sup>. Deve-se mencionar que a construção da REDUC, tal qual a implantação da CSN, causou um grande impacto na economia fluminense, especialmente em

---

<sup>35</sup> A CSN foi fundada em 9 de abril de 1941 e iniciou suas operações em 1º de outubro de 1946. Cumpre observar que a sua construção foi realizada com o auxílio do Export-Import Bank dos Estados Unidos, que financiou a compra do equipamento importado, e com crédito do Tesouro Nacional; além da subscrição de ações por institutos de previdência e particulares.

<sup>36</sup> Nesse mesmo período, a indústria têxtil fluminense elevou a sua participação na produção nacional, passando de 17% em 1938 para 23% em 1946 (Melo, 1985) O Estado do Rio teve o maior ganho, elevando a sua participação de 6% em 1938 para 11% em 1946; já o Distrito Federal somente em 1948 atingiu 14% de participação. Contudo, essa mesma indústria apresentou queda no VTI para esse período.

<sup>37</sup> A indústria naval já era atuante no território fluminense desde o século XVIII, como mostrado anteriormente.

<sup>38</sup> A Refinaria Duque de Caxias (REDUC) foi inaugurada somente em 1961.

decorrência do efeito multiplicador gerado em toda a cadeia produtiva do setor metal-mecânico (MELO, 2001).

Como visto acima, a substituição de importações e os investimentos realizados pelo Governo Federal no território fluminense, ao longo dessas últimas décadas, não conseguiram reverter o gradual processo de perda de participação relativa pelo qual vinha passando esse território. A tabela 1.3 mostra a perda de participação fluminense na renda interna do Brasil entre 1939 e 1975. Pode-se ver que mesmo durante a vigência do Estado da Guanabara prossegue a tendência de perda.

Tabela 1.3 – Participação Percentual do Território Fluminense na Renda Interna do Brasil, entre 1939 e 1975.

Ano	1939	1949	1959	1970	1975
%	21,69	19,52	17,46	14,70	13,30

Fonte: FGV - Sistema de Contas Nacionais.

Essa queda na participação relativa na renda interna do País pode ser verificada nos principais ramos de atividades fluminense, como demonstrado na tabela 1.4. Interessante observar que a Indústria, apesar dos investimentos realizados no território fluminense, apresentou uma significativa queda no período.

Tabela 1.4 – Participação Percentual dos Principais Ramos de Atividades Fluminense na Renda Interna do Brasil, entre 1939 e 1975.

ATIVIDADES	ANOS				
	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	5,48	5,58	5,32	2,40	2,20
Indústria <sup>1</sup>	26,93	18,79	14,69	12,10	10,00
Comércio	20,28	21,12	16,39	15,10	15,80
Intermediários Financeiros	38,48	27,71	25,56	16,82	13,25
Governo	35,44	41,81	37,16	27,00	23,50
Outros Serviços	27,18	26,38	22,23	19,50	18,20

<sup>1</sup> Não incluída a indústria da construção.

Fonte: FGV - Sistema de Contas Nacionais.

### 1.2.2 A Organização do Setor Terciário Fluminense após 1940

A definição de Setor Terciário<sup>39</sup> é muito ampla, normalmente compreende atividades não relacionadas diretamente à transformação, incluindo desde o comércio, seja atacadista, varejista ou misto, até a imensa gama de serviços existentes: serviços de transporte, serviços de alojamento e alimentação, intermediários financeiros, serviços de reparação, serviços pessoais, radiodifusão e televisão, serviços públicos, serviços de saúde, etc.

Nesta seção, as referências aos setores comércio e serviços são feitas em relação às atividades de comércio e serviços recenseados, citados aqui de forma genérica, não se prendendo às subdivisões existentes em cada um, como forma de retratar o desempenho dessas atividades no País e no território fluminense entre a década de 1940 e a década de 1970.

Assim, entre 1945 e 1954, enquanto o setor industrial brasileiro cresceu em média 8,6%, o comércio cresceu 5,3%. No período do Plano de Metas, a indústria nacional cresceu 9,3% contra 6,2% do comércio. Durante a década de 1960, essa média caiu para 7,4% e 5,7%, respectivamente. A década de 1970 foi a primeira em que os dois setores apresentaram crescimento praticamente idêntico, sendo 9,2% para a indústria e 9,3% para o comércio. No setor de Serviços, o crescimento médio foi de 9,5% entre 1945 e 1954, caindo para 5,5% em 1960; voltando a apresentar crescimento na década de 1970 quanto chegou a 12,4% (PEIXOTO, 1985).

---

<sup>39</sup> A presença do setor terciário no território fluminense praticamente começou junto com o próprio território. Zerkowski (1986) lembra que este setor, ao nível de literatura econômica, não costuma ser dos mais trabalhados, ao contrário do que ocorre com outros setores, a exemplo do setor agrícola e, principalmente, o industrial. Em parte, talvez, pelo grande número de atividades que a ele podem ser agregadas e pelo elevado grau de informalidade existente, o que dificulta a coleta e tratamento dos dados.

Peixoto (1985) atribui os dados referentes à década de 1970 ao desempenho da economia brasileira no período e à rápida urbanização ocorrida no País. Isso explicaria o fato da taxa de crescimento do comércio se aproximar da taxa de crescimento da indústria à medida que o setor industrial foi se desenvolvendo. Nos Serviços, a principal explicação estaria no crescimento da renda urbana, permitindo às famílias consumirem mais lazer, serviços pessoais e serviços de manutenção.

De fato, entre 1940 e 1960, por exemplo, o território fluminense quase dobrou o número de habitantes<sup>40</sup>, sendo que esse crescimento foi mais significativo nos municípios ao redor da cidade do Rio de Janeiro, que posteriormente viriam a compor a sua Região Metropolitana. O aumento se deveu, em parte, ao crescimento industrial vivido pelo País durante o período de substituição de importações, ao fato do território fluminense sediar grandes empresas instaladas pelo Governo Federal e, principalmente, à concentração de investimentos na cidade do Rio e no seu entorno. Esse adensamento populacional contribuiu para diversificar as atividades econômicas no território fluminense, notadamente o comércio e os serviços.

Contudo, entre 1940 e 1975, a atividade comercial fluminense acompanhou o movimento de queda na participação relativa das principais atividades desse território na renda interna do País, como observado na tabela 1.4, apesar de ter sido a atividade com a menor queda percentual.

No mesmo período, também, a participação do comércio fluminense no total do comércio brasileiro diminuiu, tanto no número de estabelecimentos quanto na receita (tabela 1.5). Em 1940, o território fluminense respondia por 26,06% da receita do comércio nacional, caindo para 15,25% em 1975, sendo essa perda mais significativa na década de 1950.

---

<sup>40</sup> Entre os censos de 1940 e 1960, a população fluminense aumentou cerca de 86%.



Tabela 1.5 – Participação Percentual do Comércio Fluminense no Total do Comércio Brasileiro - Por Número de Estabelecimentos e Receita, entre 1940 e 1975.

CLASSES	1940		1950		1960		1970		1975	
	Nº de Estab.	Receita	Nº de Estab.	Receita	Nº de Estab.	Receita	Nº de Estab.	Receita	Nº de Estab.	Receita
Atacadista	15,39	25,45	18,16	28,08	12,27	20,19	10,66	15,01	8,23	16,11
Varejista	12,97	23,60	11,75	22,17	10,72	18,57	9,71	17,21	7,99	14,26
TOTAL	12,91	26,06	12,37	25,98	10,85	19,44	9,77	16,15	8,00	15,25

Fonte: IBGE, Censos Econômicos.

Comparando-se a estrutura da renda interna do território fluminense com a estrutura da renda interna brasileira nos principais ramos de atividades, entre 1939 e 1975 (tabela 1.6), percebe-se que, em geral, esse território não se distanciou muito do desempenho verificado para o conjunto do País. As atividades de comércio e de serviços fluminense praticamente permaneceram estáveis na sua participação durante o período. O efeito da transferência da Capital Federal para Brasília pode ser visualizado observando-se o comportamento do setor governo, que possuía uma participação elevada no território fluminense até a transferência da Capital, passando a apresentar queda nos anos posteriores.

Tabela 1.6 – Estrutura de Renda Interna do Território Fluminense e do Brasil nos Principais Ramos de Atividades, entre 1939 e 1975.

ATIVIDADES	1939		1949		1959		1970		1975	
	Rio <sup>2</sup>	Brasil	Rio	Brasil	Rio	Brasil	Rio	Brasil	Rio	Brasil
Agricultura	6,51	25,75	7,54	26,40	6,89	22,59	1,90	12,78	1,90	12,45
Indústria <sup>1</sup>	24,24	19,53	22,32	23,18	21,25	25,27	29,00	30,41	27,70	31,22
Comércio	19,02	20,34	20,06	18,54	14,43	15,39	17,80	18,95	20,30	18,66
Intermediários Financeiros	9,08	5,12	6,47	4,56	9,27	6,33	4,80	4,57	5,60	6,19
Governo	11,30	6,92	16,07	7,50	18,20	8,56	17,10	10,22	14,00	8,69
Outros Serviços	14,75	11,77	12,44	9,20	14,58	11,45	11,50	8,54	14,60	10,40
TOTAL	84,90	89,43	84,90	89,38	84,62	89,59	82,10	85,47	84,10	87,61

<sup>1</sup> Não incluída a indústria da construção.

<sup>2</sup> Nesta tabela, entende-se por território fluminense.

Fonte: FGV - Sistema de Contas Nacionais.

### 1.3 A Criação da Guanabara e a Tese do Seu Esvaziamento Econômico

Em 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília<sup>41</sup>, a cidade do Rio de Janeiro, até então Distrito Federal, foi transformada em Estado, sendo criado o Estado da Guanabara<sup>42</sup>. Como Cidade-Estado, sem municípios, era permitido à Guanabara arrecadar tributos de origem estadual e municipal, o que não conseguiu evitar, contudo, que esse Estado prosseguisse no processo de perda de participação relativa pelo qual vinha passando o território fluminense<sup>43</sup>.

O modelo econômico adotado a partir de 1956, com o Plano de Metas, privilegiava a implantação de indústrias de grande porte, formadas por grandes unidades produtivas e que requeriam imensas áreas para a sua implantação. O Estado da Guanabara não tinha condições de oferecer áreas com as extensões requeridas para a implantação dessas unidades, já que as áreas disponíveis estavam ocupadas por atividades manufatureiras que haviam surgido no período anterior. A solução natural seria a instalação dessas unidades nos municípios do entorno da Guanabara, que constituíam a sua periferia imediata; porém, essa idéia era inviável uma vez que esses municípios integravam uma outra unidade da Federação – o Estado do Rio de Janeiro – e, evidentemente, só interessava ao Governo da Guanabara que os investimentos fossem realizados dentro do território guanabarinho. Assim, de acordo com Santos (1990), pôde-se sentir pela primeira vez as conseqüências negativas da separação do território fluminense em duas Unidades Federativas distintas – o Estado da Guanabara e o (antigo) Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>41</sup> A mudança da Capital Federal já estava prevista desde a primeira Constituição Republicana, em 1891. Disposição essa mantida na Carta de 1946.

<sup>42</sup> O Estado da Guanabara foi criado na mesma data da inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, conforme determinava o artigo 4º das disposições transitórias da Constituição Federal de 1946, em seu quarto parágrafo, e a Lei Federal nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

<sup>43</sup> Durante o período de existência do Estado da Guanabara, três foram os governantes: o primeiro foi Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1960-1965); o segundo foi Francisco Negrão de Lima (1965-1971) e o último, Antônio de Pádua Chagas Freitas (1971-1975). No período entre a transferência da Capital até a posse do primeiro governador eleito houve um governo provisório nomeado pelo Presidente da República, ficando a cargo do diplomata Sette Câmara.

Em um estudo realizado pelo João Paulo de Almeida Magalhães, em 1967, intitulado 'Diagnóstico Preliminar da Guanabara'<sup>44</sup>, constatou-se que este Estado tinha dois problemas a resolver: o primeiro, seria o seu crescimento num ritmo inferior à média nacional; o segundo, a séria recessão que passou a atingi-lo após 1961.

Entre as causas apontadas pelo "atraso da Guanabara" em relação ao conjunto do País, foram citadas: a deficiência de infra-estrutura, os esforços insuficientes para o desenvolvimento e o fraco dinamismo da área geo-econômica; além da mudança da Capital e o gravame de impostos e taxas.

No que se refere à **deficiência de infra-estrutura**, foram estudadas a importância da energia elétrica, dos transportes, das comunicações e dos serviços de água e esgotos. Constatou-se que, de forma geral, a infra-estrutura econômica da Guanabara, apesar das deficiências apresentadas, não podia ser considerada como a causa principal do crescimento relativamente lento desse Estado após 1959. Na maioria dos setores de infra-estrutura a posição da Guanabara não era desvantajosa em relação a outros Estados; porém, a grande perda relativa da Guanabara ocorria quando a comparação se dava em termos absolutos.

No que diz respeito aos **esforços insuficientes para o desenvolvimento** por parte do governo estadual, o estudo conduzido por Magalhães (1967) lembra que o fato do território ocupado pela Guanabara ter exercido durante muito tempo a função de Distrito Federal, colocou-a numa situação desfavorável, uma vez que seus prefeitos, nomeados pelo Presidente da República, muitas vezes não tinham ligações com os interesses locais e, freqüentemente, nem sequer um bom conhecimento destes. Não era exigida dos prefeitos a criação de um Estado economicamente forte, mas tão somente que "proporcionassem ao País uma Capital confortável e bem organizada";

---

<sup>44</sup> Esse estudo foi desenvolvido pela empresa de consultoria ASTEL, sob o comando do João Paulo de Almeida Magalhães, a pedido do governo da Guanabara na época.

desse modo, acabava-se dando mais prioridade aos investimentos urbanísticos que aos investimentos destinados a melhorar as condições da indústria local.

Ao se comparar os investimentos em capital fixo, como percentual da renda interna, realizados por alguns Estados brasileiros no período 1947-1964 (tabela 1.7), verifica-se que o percentual médio dos investimentos sobre a renda promovidos pela Guanabara foi de 1,60%, o que representa um investimento equivalente ao de São Paulo e superior à média brasileira, de 1,32%. Contudo, Magalhães (1967) lembra que a capacidade de poupança de um Estado é, em princípio, tanto mais elevada quanto maior a sua renda. Dessa forma, o esforço realizado pela Guanabara foi, ao contrário do que aparentam os dados anteriores, inferior ao que se poderia esperar, uma vez que a renda por habitante da Guanabara em 1960 era de 77.971 cruzeiros da época para 47.601 cruzeiros em São Paulo<sup>45</sup>. Deve-se ressaltar que, no mesmo período, a média dos investimentos sobre a renda promovidos pelo Estado do Rio foi de 0,91%.

Tabela 1.7 – Formação Bruta de Capital Fixo dos Estados Selecionados Como Percentual da Renda Interna, entre 1947 e 1964.

ANO	BRASIL	GUANABARA	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
1947	1,00	1,89	1,00	0,39
1948	0,93	0,98	0,66	0,97
1949	1,15	0,63	1,27	0,70
1950	1,28	1,21	1,38	0,88
1951	1,43	1,27	1,44	1,02
1952	1,76	3,09	1,49	1,34
1953	0,95	2,32	0,94	0,58
1954	0,98	1,93	1,01	1,61
1955	0,85	2,12	0,28	0,70
1956	0,87	1,96	0,77	1,23
1957	1,06	0,68	1,25	0,25
1958	1,69	1,68	2,80	0,93
1959	1,25	0,75	1,94	0,98
1960	1,39	1,59	1,40	1,40
1961	1,40	0,71	2,19	1,21
1962	2,04	0,71	2,86	2,04
1963	1,66	2,55	2,35	0,08
1964	2,15	2,90	3,78	0,11
MÉDIA	1,32	1,60	1,60	0,91

Fonte: Revista Brasileira de Economia (Março1962 e Março1966) IBRE, FGV, conf. Magalhães (1967), op.cit.

<sup>45</sup> Magalhães (1967), reconhecendo a precariedade dos dados disponíveis à época, admite que o cálculo da renda interna por habitante da Guanabara seja exagerado; porém, comenta que dificilmente a Guanabara tenha apresentado renda interna per capita inferior a São Paulo nesse período.

Analisando os empréstimos concedidos pelo BNDE<sup>46</sup> aos Estados da região sudeste do País, por habitante, no período 1953-1966 (tabela 1.8), verifica-se que a Guanabara mostrou uma situação desfavorável em relação aos demais Estados em questão. Se tomarmos o conjunto Guanabara/ Rio de Janeiro, vemos que este apresentou perda em relação a São Paulo e Espírito Santo, superando Minas Gerais.

Tabela 1.8 – Financiamentos Concedidos pelo BNDE aos Estados da Região Sudeste do Brasil, Por Habitante, entre 1953 e 1966 (em Cruzeiros da época).

ANO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GUANABARA	RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO	GUANABARA-RIO DE JANEIRO
1953	8,7	20,4	23,3	52,9	—	76,2
1954	32,1	12,1	84,5	41,2	171,4	125,7
1955	89,7	28,1	201,3	27,9	—	229,2
1956	102,2	89,3	—	211,5	16,8	211,5
1957	221,4	308,5	—	165,8	—	165,8
1958	181,8	725,6	—	401,0	42,9	401,0
1959	237,3	87,6	256,1	816,6	532,9	1.072,7
1960	825,9	131,2	—	411,0	80,0	411,0
1961	639,7	893,6	420,0	790,0	1.300,3	1.210,0
1962	1.072,6	346,8	101,6	76,4	42,1	178,0
1963	2.112,3	54,2	66,5	—	3.111,9	66,5
1964	5.294,0	96,9	25,6	1,3	8.158,1	26,9
1965	11.791,0	1.187,6	78,6	1.493,2	8.703,1	1.571,8
1966	12.532,0	1.023,8	—	906,1	7.952,9	906,1
TOTAL	35.140,7	5.005,7	1.257,5	5.394,9	30.112,4	6.652,4

Fonte: Relatórios do BNDE e Anuário Estatístico do Brasil 1962, conf. Magalhães (1967), op. cit.

Magalhães (1967) encerra os comentários a respeito dos esforços para o desenvolvimento da Guanabara dizendo que no "período crítico" 1949-1961 esses esforços estiveram aquém do desejável; não apenas pelo fato da Guanabara ter investido menos do que o necessário, mas também por ter dedicado parcela exagerada dos seus recursos a aplicações urbanísticas. Comenta que "não há razões para queixas" em relação ao apoio recebido das instituições de crédito oficial, a não ser no que se refere aos empréstimos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, onde a Guanabara em alguns projetos

<sup>46</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; atual BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

foi superada pela Bahia, Minas Gerais, Alagoas e São Paulo, uma vez que esses Estados souberam "se aproveitar das potencialidades dinâmicas da economia brasileira melhor do que a Guanabara". Assim, além desses problemas, há os fatores negativos resultantes da separação entre a Guanabara e sua área geo-econômica.

Em relação ao **fraco dinamismo da área geo-econômica**, Magalhães (1967) menciona que o isolamento da Guanabara nos estreitos limites do antigo Distrito Federal ocasionava prejuízos diretos e indiretos para esse Estado. Entre os prejuízos diretos, cita o fato de que a Guanabara não podia se lançar em investimentos destinados a garantir-lhe suprimento adequado de energia elétrica com a mesma amplitude de Estados como São Paulo e Minas Gerais. Entre os prejuízos indiretos, refere-se à perda de novas unidades produtivas para São Paulo, uma vez que as indústrias se mostravam pouco propensas a se instalarem nas áreas industriais tradicionais, onde os terrenos eram caros e se faziam sentir os efeitos de uma saturação industrial. Cumpre observar que esse fato não se deu apenas em relação às novas unidades produtivas, mas também nas indústrias tradicionais da região que ao se ampliarem procuravam se deslocar para as áreas de terrenos mais baratos, migrando para alguns municípios do Estado do Rio no entorno da Guanabara, como Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Niterói e São Gonçalo<sup>47</sup>.

Magalhães (1967) menciona que os efeitos da **mudança da Capital** do País para Brasília foram sentidos bem antes na Guanabara, uma vez que os investimentos fixos realizados pelo Governo Federal nesse Estado foram "suspensos ou reduzidos" já que não tinham mais razão de ser diante da nova localização da Capital.

---

<sup>47</sup> Para enfrentar esse problema, o primeiro governo da Guanabara procurou fomentar a indústria através da criação de duas zonas industriais: uma ao longo da avenida Brasil e a outra em Santa Cruz; também procurou adotar novas formas de financiamento e incentivos com o objetivo de atrair mais indústrias para a Guanabara, para tal criou a Companhia Progresso da Guanabara (COPEG). Mais detalhes sobre as realizações dos governos da Guanabara, ver Santos (1990).

Sobre o **gravame de impostos e taxas**, o estudo dirigido por Magalhães (1967) menciona que os tributos estaduais na Guanabara vigoravam entre os mais baixos do País, sendo os tributos federais bastante elevados<sup>48</sup>. Esse estudo cita que no período entre 1961 e 1965, as receitas orçamentárias da União e do Estado de São Paulo haviam crescido cerca de 60% a mais que as da Guanabara, e as receitas do Estado do Rio 80% a mais; apesar do primeiro governo da Guanabara ter achado por bem aumentar os impostos e taxas para poder levar adiante a sua obra administrativa.

O estudo concluiu que a Guanabara era, naquele momento, um Estado especializado fundamentalmente no setor terciário. Foram encontrados como setores mais importantes, respectivamente: o comércio (30,9%), o governo (26,4%) e os intermediários financeiros (11,3%). A indústria aparecia somente em quarto lugar com 10,9%. A respeito do fraco desempenho da indústria, e com base nos dados obtidos e nos inquéritos realizados, o relatório alertava:

"Os inquéritos revelam, outrossim, que a indústria guanabarina é hoje presa de marcada inquietação, o que se reflete em vagos desejos de se transferir para outras áreas. Medidas concretas devem ser tomadas para modificar esse estado de espírito."

Ainda em relação à questão tributária, Santos (1990) comenta que, devido à dificuldade em promover uma política de desenvolvimento industrial numa área já densamente ocupada, foram feitos investimentos na melhoria de acessibilidade de áreas como a Zona Oeste e a Baixada de Jacarepaguá. Tais investimentos foram possíveis devido à arrecadação de tributos estaduais e municipais, permitido à Guanabara<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> "Em cada 3 cruzeiros de tributo que o carioca paga, mais de 2 são da União e menos de 1, do Estado" (MAGALHÃES, 1967).

<sup>49</sup> Essas obras realizadas durante a vigência do Estado da Guanabara acabaram redefinindo a estrutura urbana da cidade do Rio.

Devemos lembrar que, apesar da transferência da Capital para Brasília, a União manteve na cidade sedes de grandes empresas estatais, importantes universidades públicas, instituições de pesquisa, bem como o então BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>50</sup>.

Observando a tabela 1.9, nota-se um declínio relativo da economia fluminense na produção industrial brasileira entre 1940 e 1970<sup>51</sup>. Ao que parece, essa perda foi decorrente da queda na participação do DF/ GB, pois o Estado do Rio apresentou no mesmo período um ganho na sua participação.

Tabela 1.9 – Participação Percentual do Território Fluminense na Produção Industrial do Brasil, entre 1940 e 1970.

Anos	Distrito Federal/ Guanabara	Rio de Janeiro	Território Fluminense
1940	21,7	4,1	25,8
1950	15,8	5,8	21,6
1960	9,7	7,1	16,8
1970	9,3	7,4	16,7

Fonte: IBGE, Censos Econômicos.

No período seguinte, 1972-1974, de acordo com os dados dos balanços econômicos elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG), citados em Brasileiro (1979), houve uma recuperação da economia carioca, sinalizando que esta teria se beneficiado dos efeitos do "Milagre Econômico"<sup>52</sup>.

Em relação a essa aparente retomada do crescimento econômico da Guanabara nos anos que antecederam a fusão, Brasileiro (1979) menciona que:

"Emergindo de uma letargia econômica que comprometeu sua imagem de centro fabril, segundo os dados disponíveis, a Guanabara recuperou nesse período de expansão de seu parque manufatureiro a sua imagem de importante pólo industrial."

<sup>50</sup> Atual BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>51</sup> No diz respeito à evolução do valor da produção industrial, a Fiega (1969) menciona que "enquanto o setor industrial do Brasil se expandiu de 100 para 289 entre 1949-1965, o crescimento registrado no conjunto GB-RJ foi de 100 para 229".

<sup>52</sup> Como ficou conhecido o período de grande crescimento da economia brasileira entre 1968 e 1974.



Esse era o cenário apresentado pela economia carioca antes da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

#### **1.4 A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro**

Em primeiro de julho de 1974, sob a alegação do esvaziamento econômico da Guanabara e da necessidade de se formar um Estado forte no Centro-Sul do País para contrabalançar os Estados de São Paulo e Minas Gerais, foi aprovada a lei da fusão<sup>53</sup> que juntava em uma mesma unidade federativa dois Estados até então muito diferentes em termos políticos e sócio-econômicos (MOTTA, 2001), a Guanabara e o Estado do Rio<sup>54</sup>.

Implantada durante a vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND –, a fusão seria a primeira medida governamental com o objetivo de interferir no equilíbrio federativo, conforme demonstrado no discurso do Ministro Reis Veloso<sup>55</sup>, citado em Brasileiro (1979):

"(...) O que se pretende é reunir duas economias e potencialidades perfeitamente viáveis para a criação de um pólo de desenvolvimento de grandes dimensões, como o de São Paulo, dentro da política de diversificar os pólos industriais, tendo em vista o objetivo de diminuir os desequilíbrios regionais."

Muitas são as interpretações sobre a importância estratégica da fusão para o Governo que se iniciava no Brasil naquela época. Considerando-se os aspectos geopolítico e

---

<sup>53</sup> Lei Complementar nº 20 de 01/07/1974. A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foi aprovada em 1974 e implantada a partir de março de 1975.

<sup>54</sup> Em 1889, ano da constituição da República, criou-se a perspectiva de uma possível mudança da Capital do País para alguma região do Planalto Central; "tanto que uma das propostas debatidas na Constituinte de 1891 foi que, no caso da efetivação dessa transferência, o Município Neutro do Império viesse a se fundir com a 'Velha Província'" (MOTTA, 2001). A idéia da fusão voltou a ganhar força na década de 1950, quando já se pensava em transferir o Distrito Federal para Brasília.

<sup>55</sup> Ministro do Planejamento durante o Governo do General Ernesto Geisel e principal autor do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

econômico, vê-se a necessidade da junção do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, bem como o "fracionamento" de alguns grandes Estados brasileiros, como forma de corrigir alguns "desequilíbrios regionais" e, assim, permitir a realização do projeto "Brasil Grande"<sup>56</sup>, conforme almejado pelo Governo da época. Cabe lembrar que a conjuntura política vigente no País possibilitou a implementação dessas ações.

O projeto "Brasil Grande" tinha como carro-chefe o desenvolvimento da indústria regional. Para viabilizar esse desenvolvimento, o II PND defendia a idéia dos complexos industriais<sup>57</sup> e, para concretizar essa idéia, a integração política entre os Estados do Rio e da Guanabara se fazia necessária para alcançar a integração econômica na região e, assim, se constituir o pólo econômico do Rio de Janeiro, o que traria benefícios para a economia do País como um todo. A criação do complexo industrial fluminense seria o elemento-chave para que o novo Estado pudesse competir com São Paulo (MOTTA, 2001).

Assim, do desejo do Governo militar, nascia em 1975 o mais novo Estado da federação brasileira até então: o (novo) Estado do Rio de Janeiro. Despontando como a segunda economia do País, atrás apenas do Estado de São Paulo, com uma população de 8.994.802 habitantes, de acordo com o censo demográfico de 1970. Nesse Estado, concentravam-se grandes projetos e instituições do Governo Federal, como o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobrás (CEPEL), o Centro de Pesquisa da Petrobrás (CENPES), a Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da UFRJ (COPPE); abrigaria ainda a Nuclebrás e as três usinas nucleares a serem instaladas no País. Importantes comandos militares estratégicos e escolas de formação de oficiais também estavam localizados no (novo) Estado do Rio, como o

---

<sup>56</sup> Como ficou conhecido o plano de desenvolvimento do Governo Federal.

<sup>57</sup> Idéia defendida pelos empresários cariocas da FIEGA (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara) favoráveis à fusão.

Comando do Leste e as áreas estratégicas da Marinha, além da Academia das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola Naval.

Contudo, a integração entre os dois Estados se mostrava bastante complicada, a começar pelas profundas diferenças existentes nas duas economias. A Guanabara apresentava índices de participação no PIB duas vezes maiores que os do (antigo) Estado do Rio, com participação cerca de três vezes maior no valor da produção no setor de serviços, com pequena diferença positiva no valor da produção industrial e com grande perda na produção agrícola (tabela 1.10).

Tabela 1.10 – Valor da Produção dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em Relação ao Valor da Produção do Brasil, em 1973.

	GB		RJ		Brasil	
	Valor <sup>1</sup>	%	Valor	%	Valor	%
Prod. Agrícola	506	0,8	2.899	4,2	69.767	100
Prod. Industrial	7.683	7,1	6.297	5,8	108.501	100
Prod. Serviços	29.018	13,9	9.726	4,7	203.684	100
PIB	37.207	9,7	18.922	4,9	386.952	100

<sup>1</sup> Em Cr\$ milhões de 1973.

Fonte: IBGE, FGV, Banco Central do Brasil, conf. Brasileiro (1979), op. cit.

O Valor da Transformação Industrial do Estado da Guanabara também era muito superior ao do Estado do Rio, como mostrado na tabela 1.11; no ano de 1960, a participação da Guanabara no VTI fluminense foi de 58,6%, se elevando ainda mais em 1970 e passando a 61,5%.

Tabela 1.11 – VTI dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1960 e 1970, com o Respectivo Percentual em Relação ao Território Fluminense.

Anos	GB		RJ		GB/RJ	
	Valor <sup>1</sup>	%	Valor	%	Valor	%
1960	56.198.549	58,6	39.650.266	41,4	95.848.815	100
1970	5.163.925	61,5	3.226.263	38,5	8.390.188	100

<sup>1</sup> Em Mil Cruzeiros da época.

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1960 e 1970.

Outro problema enfrentado pela fusão foi a questão política, com grandes divergências nos dois territórios, e a questão da divisão de competências e atribuições entre as esferas federal, estadual e municipal. Associado a tudo isso, havia também o problema da identidade política carioca, que sucessivamente perdera o *status* de Capital Federal e de Estado da federação.

Para se atingir o equilíbrio socioeconômico a partir de um pólo de desenvolvimento regional forte no sudeste do País, como almejado pelo Governo Federal com a aprovação da lei da fusão, não bastavam os recursos produzidos pela Guanabara e pelo Rio de Janeiro. Eram necessários, também, investimentos federais no (novo) Estado do Rio. Assim, esse Estado foi um dos principais contemplados pelos investimentos realizados pelo Governo Federal na época. Toda essa gama de investimentos federais no novo Estado serviu para apaziguar as diferenças e eventuais problemas decorrentes da fusão, ao menos num primeiro momento, possibilitando que esse Estado apresentasse ao final de quatro anos uma taxa anual média de crescimento real da economia superior à apresentada para o conjunto da nação – 7,8% contra 6,4% –, de acordo com Motta (2001).

No começo da década de 1980, o País entra numa grave crise conjuntural, impedindo a continuação do projeto "Brasil Grande", o que acabou afetando os investimentos realizados no Rio de Janeiro, fazendo com que voltassem à tona as críticas à fusão e a idéia de desfusão, normalmente motivadas por questões políticas, interesses pessoais, econômicos, etc.

No capítulo seguinte, serão investigados o comportamento e o avanço demográfico da população brasileira e fluminense ao longo das últimas décadas.

## **Crescimento Demográfico e Reconfiguração Espacial**

### **2.1 Crescimento Demográfico Urbano**

Entre os Censos de 1940 e 2000, a população brasileira se multiplicou por quatro, passando de 41 para cerca de 170 milhões de habitantes.

De acordo com o Censo Demográfico de 1940, apenas 31,2% da população brasileira, que na época somava 41.236.315 habitantes, residia em áreas urbanas. Nas décadas seguintes esse percentual foi aumentando consideravelmente, indicando uma crescente urbanização; porém, foi somente em 1970 que se registrou no País uma população urbana superior à rural (55,9%). O último levantamento, realizado no ano 2000, identificou um grau de urbanização de 81,2% (BRITO et al., 2001).

A velocidade do processo de urbanização no Brasil, semelhante ao ocorrido em alguns países em desenvolvimento, foi muito superior a dos países capitalistas mais avançados. Somente na segunda metade do século XX, a população urbana brasileira aumentou de 18.782.891 para 137.697.439, o que representa um aumento de 7,33 vezes, a uma taxa média anual de crescimento de 4,1%; ou seja, a cada ano 2.378.291 habitantes, em média, foram acrescentados à população urbana brasileira

(BRITO et al., 2001). O auge desse crescimento demográfico urbano no País se deu entre as décadas de 1950 e 1980, especialmente nas duas primeiras décadas desse período.

Essa grande expansão demográfica urbana observada no território brasileiro se deveu, principalmente, ao intenso fluxo migratório rural-urbano<sup>58</sup> que, durante várias décadas, forneceu mão-de-obra para as áreas de concentração econômica, ficando as cidades com o papel de viabilizar o modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, então vigente no País (PATARRA, 2003).

Segundo Patarra (2003), a dinâmica populacional no território brasileiro ganhou novos contornos à medida que se aproximou o auge da cafeicultura, a partir da segunda década do século XIX; período em que o Brasil, já independente, passou a integrar a nova divisão internacional do trabalho. A população brasileira, desde então, começou a se reestruturar em decorrência do dinamismo da economia do País. Porém, foi a partir de 1930 que as relações entre desenvolvimento econômico e distribuição espacial da população passaram a "interagir num outro patamar".

Na década de 1930, a política econômica brasileira se voltou para o problema da industrialização, marcando o início de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no País caracterizado por uma economia urbano-industrial<sup>59</sup>.

Nesse período, foram identificadas duas tendências redistributivas atuando no território brasileiro, denominadas de centrífugas e centrípetas; ou seja, enquanto parte dos movimentos promovia a abertura de fronteiras agrícolas e a conseqüente

---

<sup>58</sup> Brito et al. (2001) mencionam que as altas taxas de fecundidade tiveram também grande importância para esse crescimento demográfico, e que foi somente a partir da década de 1960 que começou um declínio mais acentuado nos níveis de fecundidade do País.

<sup>59</sup> Para Martine (1990), o período compreendido entre 1930 e 1950 foi de reconstrução do processo de migração de origem rural no Brasil.

interiorização, outros movimentos contribuíam para concentrar a população cada vez mais nas cidades (PATARRA, 2003)<sup>60</sup>.

A partir de 1940, os níveis de mortalidade começaram a cair e os movimentos populacionais de origem internacional perderam importância no contexto da população brasileira<sup>61</sup>. Patarra (2003) explica que esse processo foi acompanhado por um ciclo de migrações internas que, durante algumas décadas, forneceu mão-de-obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível devido ao grande crescimento vegetativo registrado na época e aos deslocamentos populacionais em direção às cidades.

Essa relação entre os movimentos migratórios e a dinâmica econômica foi corroborada pela relativa escassez de mão-de-obra existente em algumas regiões do País. Esse período também é marcado pela emergência de políticas sociais reforçando a atração pelas cidades.

Na década de 1940, a taxa média de crescimento da população brasileira foi de 2,4% a.a., ficando a região Sudeste abaixo da média registrada no País (2,1% a.a) (CAMARANO e BELTRÃO, 2000)<sup>62</sup>.

A década de 1950 foi a que apresentou a maior taxa de crescimento populacional no País (3,1% a.a.). A região Sudeste também registrou a maior taxa de crescimento populacional já conhecida (3,2% a.a.), ficando acima da média nacional, porém atrás

---

<sup>60</sup> Para Martine e Camargo (1984), essas tendências redistributivas ocorreram, mais especificamente, a partir da década de 1960, com as forças centrífugas atuando na expansão populacional rumo às áreas de fronteiras, e as forças centrípetas agindo na migração rural-urbana em direção às grandes cidades do Sudeste, particularmente em direção à Região Metropolitana de São Paulo.

<sup>61</sup> Patarra (2003) menciona que entre 1920 e 1950 houve uma expressiva queda no número de imigrantes que se dirigiam ao Brasil, caindo de 835 mil pessoas entre 1921-1930 para 130 mil entre 1940-1950.

<sup>62</sup> O Nordeste brasileiro, apesar do seu crescimento vegetativo mais elevado, apresentou entre as décadas de 1940 e 1950 um decréscimo populacional no total do País, caindo de 33% para 23%. A justificativa para esse declínio foram as migrações em direção à região Sudeste. Nesse mesmo período, no Nordeste, ocorreram grandes secas, além de um processo de desaceleração da indústria têxtil (CAMARANO e BELTRÃO, 2000).

das regiões Centro-Oeste (5,1% a.a.) e Sul (4,2% a.a.)<sup>63</sup>. No Sudeste, houve a dinamização da indústria de base, resultando em grandes movimentos migratórios em direção às áreas metropolitanas (CAMARANO e BELTRÃO, 2000)<sup>64</sup>.

Assim, após o Plano de Metas, verificou-se um intenso crescimento da economia urbano-industrial. Esse crescimento, sob o ponto de vista sócio-espacial, deu-se de forma desequilibrada, uma vez que algumas das principais empresas que se instalaram no País nesse período o fizeram no território fluminense ou em São Paulo, aprofundando, dessa forma, os desequilíbrios regionais, sobretudo entre a cidade e o campo (BRITO et al., 2001); prevalecendo a idéia defendida pela maioria dos autores de que o processo de industrialização provocou reflexos em todo o território nacional.

Na década de 1960, segundo Camarano e Beltrão (2000), houve uma ligeira desconcentração populacional no País, favorecendo todas as demais regiões em detrimento da região Sudeste. Em termos absolutos, contudo, essa região continuou a absorver a maior parcela do crescimento populacional, porém em menor proporção que na década anterior. Em todas as regiões do País, a maior parte desse crescimento se deu nas áreas urbanas.

Desse modo, até a década de 1970, a urbanização e a redistribuição espacial da população brasileira foram marcadas por intensos fluxos migratórios no sentido campo-cidade. Esse processo foi resultante da concentração de atividades econômicas nas cidades, associado ao excedente populacional no campo e à incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população crescente (PATARRA, 2003), vindo a atingir o seu ápice durante a década

---

<sup>63</sup> Nos anos de 1950 se solidifica no País o que Furtado (1985) chamou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia, ou seja, a existência de um modelo de acumulação baseado na indústria.

<sup>64</sup> Outra característica dessa década foi a grande transferência inter-regional de população para as áreas de fronteira, uma vez que foram construídas a estrada Belém-Brasília e a nova Capital do País (CAMARANO E BELTRÃO, 2000).



de 1970, quando a modernização agrícola fez a migração rural-urbana chegar a 15,6 milhões de pessoas<sup>65</sup>. Nesse contexto, a urbanização nacional operava em moldes cada vez mais concentradores, através da ação das forças centrípetas, levando ao estabelecimento de um processo de distribuição populacional que tendia a privilegiar os grandes centros urbanos do Sudeste (MARTINE, 1987)<sup>66</sup>; porém essa década já convivia com uma desconcentração das atividades econômicas, segundo Patarra e Pacheco (1997).

No período 1980-1991, o ritmo de crescimento da população brasileira foi bem inferior ao das décadas anteriores, ficando em 1,89% a.a., contra 2,48% a.a. no período 1970-1980 (RIBEIRO, 1995). Essa diminuição é reflexo, principalmente, da queda na fecundidade que já vinha ocorrendo desde o final da década de 1960 e se acentuou durante os anos de 1980. Nesse período, observa-se ainda uma desaceleração contínua no ritmo de crescimento populacional metropolitano, com o arrefecimento das forças centrípetas, em especial a exercida pela Metrópole de São Paulo.

Martine (1994), procurando entender as causas do ‘arrefecimento do processo de concentração’ demográfica nas grandes cidades, apontou cinco fatores básicos: a desconcentração industrial; a “contrametropolização”; a interiorização progressiva; a crise econômica da década de 1980 e a queda da fecundidade.

No que se refere à **desconcentração industrial**, identificou que a redução no ritmo de crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo era decorrente do deslocamento de unidades produtivas de médio e grande portes, sobretudo indústrias,

---

<sup>65</sup> As forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, perderam importância na década de 1970 (MARTINE, 1987), muito embora seus desdobramentos ainda se reflitam, nos anos de 1980 e início dos anos de 1990.

<sup>66</sup> Camarano e Beltrão (2000), confirmam que essa concentração populacional na década de 1970 foi especialmente forte na região Sudeste, mencionando que aí se localizavam 46% do incremento nacional.

para o interior desse Estado, já que a distribuição espacial da população, normalmente, costuma seguir a locação das atividades econômicas.

Na questão da “**contrametropolização**” Martine (1994) menciona que tanto a população norte-americana quanto a de países da Europa Ocidental e do Japão vêm crescendo, desde meados da década de 1970, mais rapidamente fora das cidades metropolitanas do que dentro delas<sup>67</sup>. Por trás da desconcentração populacional nos países desenvolvidos, segundo Martine (1994), havia iniciativas tomadas por um número significativo de empresas no que se refere à questão locacional, no sentido de se localizarem ou realocizarem em áreas mais distantes dos centros de maior concentração; os motivos seriam os mais variados, desde a busca por mão-de-obra mais barata, a proximidade de novos mercados, vantagens fiscais, problemas de espaço físico, condições de vida mais aprazíveis para os seus empregados, etc. Além disso, muitas vezes as decisões seriam “estimuladas ou incitadas pelo poder público”.

Para Martine (1994), mantidas as devidas proporções, há sinais de que os padrões de redistribuição populacional observados na região Sudeste e, particularmente, em torno de São Paulo, apresentam algumas características análogas aos padrões descritos para os países desenvolvidos.

Em relação à **interiorização progressiva**, Martine (1994) ressalta que os “vários movimentos fronteiriços” ocorridos no País desde a década de 1930 “tiveram um efeito cumulativo em termos demográficos”, na medida em que ajudaram a constituir “uma rede de cidades bastante equilibradas em todo o território nacional”.

---

<sup>67</sup> Nos países da Europa Ocidental e no Japão, segundo Martine (1994), esse fato teria iniciado um pouco mais tarde.

**A crise econômica da década de 1980** no Brasil, de acordo com Martine (1994), teria surtido um impacto negativo sobre o processo de desconcentração industrial, haja vista o fato de que a desconcentração é efetuada, normalmente, através da instalação de novas fábricas ou da criação de filiais<sup>68</sup>. Dessa forma, a desconcentração demográfica nas grandes cidades – no que depende da desconcentração industrial – pode ter sido retardada pela crise.

Martine (1994) lembra que **a queda da fecundidade** no País já vem sendo registrada desde o final da década de 1960, fazendo com que a população rural não cresça tão rapidamente como no passado, reduzindo, desse modo, os migrantes em potencial. Contudo, é a partir da década de 1980 que se pode afirmar que diminuiu a migração de origem rural e de destino urbano, fruto das transformações na agricultura, da queda da fecundidade e da redução do estoque de migrantes em potencial pelo êxodo anterior, contribuindo para reduzir o ritmo de crescimento metropolitano (MARTINE, 1994).

Assim, entre os especialistas, há um consenso geral de que, a partir da década de 1980, ocorreram profundas transformações nos movimentos migratórios no Brasil, tanto no que se refere aos volumes, quanto aos fluxos e características, marcadas por um menor crescimento das Metrôpoles, uma maior predominância de migrações a curta distância e por migrações intra-regionais, além da incidência acentuada de migrações de retorno, numa tendência de crescimento das cidades de porte médio (PATARRA, 2003)<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Segundo Martine (1994), devido à escassez de recursos financeiros e à redução no consumo, o incentivo para montar filiais ou novas plantas foi drasticamente reduzido durante o período de crise.

<sup>69</sup> Segundo Patarra (2003), os movimentos migratórios e a distribuição espacial da população nesse período estão relacionados com os efeitos simultâneos de desigualdades estruturais e conjunturais de crise. Devemos lembrar que a década de 1980 no Brasil foi marcada por uma grave crise econômica, com forte recessão e aumento do desemprego.

## 2.2 A Participação das Cidades Médias no Crescimento Populacional Brasileiro

Os Censos Demográficos de 1991 e 2000 registraram a continuidade da queda da fecundidade da população brasileira, que associada a uma taxa de mortalidade relativamente estável acabou resultando numa desaceleração no ritmo de crescimento populacional no País. Tanto em 1991 quanto em 2000, a distribuição populacional ainda estava muito concentrada nos grandes municípios brasileiros. Para as cidades de menor porte, percebe-se uma redução na importância populacional, apesar do grande aumento na quantidade de pequenas cidades no período (ANDRADE e SERRA, 1997 e 2001).

Cabe observar que, em 1950, os 1.745 centros urbanos com menos de 20 mil habitantes detinham mais de 1/3 da população urbana nacional (ANDRADE e SERRA, 1997); já em 2000, embora acrescido em quase 1,2 mil municípios, esse conjunto não chegava a representar 20% dessa população (ANDRADE e SERRA, 2001).

Andrade e Serra (1997), ao estudarem a importância dos centros intermediários<sup>70</sup> no crescimento urbano brasileiro entre 1950 e 1991, observaram que os centros urbanos com mais de 500 mil habitantes apresentaram diferenças marcantes nos períodos 1950-1970 e 1970-1991. No primeiro período considerado, as cidades com mais de 500 mil habitantes foram as grandes alavancadoras do crescimento urbano no País, contribuindo com 48% desse crescimento, passando a representar 44% da população nacional em 1970, contra 35% em 1950. Andrade e Serra (1997) lembram que esse período corresponde à fase de consolidação do parque industrial brasileiro, onde o padrão locacional em vigor era muito dependente dos fatores aglomerativos: economias de escala, economias de localização, economias de urbanização e

---

<sup>70</sup> Andrade e Serra (1997) consideram municípios pequenos aqueles com população urbana inferior a 50 mil habitantes e municípios intermediários os que apresentam população urbana entre 50 e 500 mil habitantes.

economias de aglomeração, especialmente nas indústrias de bens de capital e de bens duráveis; de tal forma que as indústrias líderes, através da sua decisão locacional, representavam uma das mais importantes variáveis na conformação espacial do sistema de cidades, sendo "possível defender a existência de uma fortíssima correlação entre a industrialização e urbanização". Assim, em 1970, em decorrência da acentuada alavancagem urbana ditada pela localização industrial, as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, que na época respondiam por mais de 65% do Valor da Transformação Industrial do País, concentravam, somente em seus núcleos, mais de 28% da população urbana nacional.

No período 1970-1991, apesar da população brasileira ainda permanecer muito concentrada nos grandes centros urbanos, houve um significativo processo de 'reversão na sua polarização', onde as cidades médias tiveram um papel decisivo, elevando o seu percentual de participação populacional em 8,3% contra uma elevação de 7,4% dos municípios com população superior a 500 mil habitantes (ANDRADE e SERRA, 2001); porém estes últimos reduziram a sua participação no crescimento urbano nacional, em relação ao período de análise anterior, a cerca de 24% – metade da participação verificada naquele período –, enquanto as cidades com população entre 50 e 500 mil habitantes contribuíram com 49% do crescimento populacional do País entre 1970 e 1991, percentual bem mais elevado que a contribuição do período anterior, que havia sido de apenas 19%. Como fatores relevantes para o desempenho das cidades médias neste período, Andrade e Serra (1997) mencionam: as mudanças nos padrões locacionais da indústria, as transformações no movimento migratório nacional, o fenômeno da periferização das Metrôpoles, a política governamental de atrair investimentos para as regiões economicamente atrasadas, além da expansão das fronteiras agrícolas e da extração de recursos

minerais; citam ainda a existência de fatores endógenos próprios do dinamismo econômico de algumas dessas cidades<sup>71</sup>.

Contudo, a importância das cidades médias na desconcentração do crescimento urbano no País se deve muitas vezes ao crescimento dos centros intermediários pertencentes às regiões metropolitanas. Assim, Andrade e Serra (2001) ressaltam que o crescimento do conjunto de cidade médias "não deve ser diretamente associado ao processo de desconcentração populacional".

Entre os fatores que podem conduzir a movimentação populacional em direção às cidades médias metropolitanas está a elevação dos preços fundiários decorrente do aumento da densidade populacional nos núcleos metropolitanos. Esse fator "pode provocar tanto a expulsão das moradias para além da franja urbana, como intensificar soluções precárias de habitação mais próximas às áreas centrais" (ANDRADE e SERRA 2001)<sup>72</sup>.

A esse respeito, Matos (1996) lembra que:

"A população nem sempre migra seguindo as correntes econômicas. Pessoas e atividades sofrem, ambas, os efeitos adversos decorrentes das deseconomias de aglomeração. Todavia, as respostas e reações podem divergir. Afinal, para as atividades econômicas ainda são freqüentes os incentivos e estímulos de toda ordem, ao passo que, para as populações, em sua maioria empobrecida e pouco qualificada para o trabalho, a exclusão social e econômica é algo bem visível nas inúmeras favelas e bolsões de sub-habitação das periferias dos grandes centros urbanos."

---

<sup>71</sup> Matos (1996), identificando o processo de reversão dos padrões de concentração populacional, mencionou que "a análise dos fluxos e características das migrações internas pode elucidar vários aspectos que permeiam as questões da desconcentração econômico-espacial, no lato senso, e da desconcentração populacional, no estrito senso".

<sup>72</sup> As cidades médias metropolitanas, desde a década de 1950, foram as grandes receptoras dos fluxos migratórios rural-urbano, onde a maior parte dos migrantes, não tendo condições de arcar com as elevadas rendas fundiárias normalmente exigidas no núcleo metropolitano, se via obrigado a se estabelecer em algum município periférico, constituindo assim um segundo deslocamento pouco tempo depois de terem deixado a área rural (ANDRADE e SERRA, 1997).

O acúmulo de externalidades negativas também é mencionado como sendo um fator de escolha do local de moradia, no sentido de busca por melhor qualidade de vida.

Observando-se o desempenho das cidades médias que em 1970 pertenciam às regiões metropolitanas, pode-se confirmar a hipótese da periferação das Metrôpoles nacionais.

Durante a década de 1970, as regiões metropolitanas se destacaram no crescimento populacional do País, em especial as suas cidades médias. Enquanto o conjunto de regiões metropolitanas cresceu 48%, as cidades médias vizinhas aos núcleos metropolitanos apresentaram um aumento 25% superior, totalizando um crescimento de 61% no período (ANDRADE e SERRA, 1997).

Entre 1980 e 1991, as cidades médias periféricas aos núcleos metropolitanos também apresentaram um crescimento mais elevado do que as regiões metropolitanas como um todo. Esse fato refletia um aumento na participação da população das cidades médias metropolitanas no total da população metropolitana do País, durante o período 1970-1991, de 10,9%, em 1970, para 13,2%, em 1991 (ANDRADE e SERRA, 1997). O Censo de 2000 parece confirmar tal tendência.

No que se refere às cidades médias propriamente ditas, ou seja, as não metropolitanas, Andrade e Serra (2001) atribuem o dinamismo demográfico dessas cidades ao papel indutor da desconcentração industrial; mencionam que “o fenômeno da ‘desconcentração concentrada’ reflete ao mesmo tempo o poder e os limites da desconcentração populacional impulsionada pelas mudanças no padrão locacional das indústrias”.

Como limites para a desconcentração industrial, Andrade e Serra (2001) apontam, entre outros fatores: a distribuição espacialmente concentrada da renda, dos serviços produtivos e dos próprios centros de pesquisa; essa distribuição concentrada atuaria, então, no sentido de não permitir um completo “espraiamento” territorial da indústria, definindo, adicionalmente, um raio limite para a dita desconcentração industrial.

Andrade e Serra (2001) explicam, ainda, que a partir do final da década de 1980, o surgimento de economias de aglomeração pôde ser captado nas cidades de porte médio.

A esse respeito, Tolosa (1974) lembra que as cidades da periferia metropolitana, quando observadas separadamente, apesar das altas taxas de urbanização e do grande aporte populacional, podem não apresentar economias de aglomeração, sendo, dessa forma, menos dinâmicas que as cidades médias não-metropolitanas. Cabe mencionar que o tamanho do centro urbano não necessariamente determina a existência de economias de aglomeração, devendo-se considerar, qualitativamente, tanto os setores produtores quanto o mercado consumidor, além do aporte de matérias-primas e sua capacidade de integração com o mercado interno e externo, entre outros.

De acordo com Matos (1996), a desconcentração espacial que passou a ser registrada no Brasil a partir da década de 1990 pode ter sido uma resposta à crise econômica ocorrida na década de 1980, já que em contextos de crise econômica prolongada pode aumentar o número de indivíduos jovens propensos a migrar e/ou re-emigrar, uma vez que faltariam empregos em setores tradicionalmente absorvedores de mão-de-obra. Nesses casos, como explicado por Matos (1996), “podem surgir novos tipos de migrantes, com poucas chances de fixação nas áreas tradicionalmente receptoras, ou ocorrer, junto ao empobrecimento crescente, a erosão dos atributos da força de trabalho”, aumentando com isso o número de excluídos do emprego formal.



Matos (1996) aponta quatro fatores que podem fazer com que os novos processos de reconcentração econômica em importantes áreas do Sudeste não conduzam à reconcentração populacional:

- a) A reocupação de áreas rurais, mediante atividades agrícolas suportadas por uma nova estruturação fundiária;
- b) O declínio nas “pressões derivadas da alta produção de população excedente” nessas áreas, a partir da década de 1970, em decorrência da queda da fecundidade;
- c) Os novos níveis de exigência de qualificação da mão-de-obra e a escassez de moradias acessíveis às camadas de baixa renda nas novas áreas de atração de investimentos (ambientes altamente urbanizados) “não favorecem a materialização de novos fluxos migratórios”;
- d) A dinâmica migratória, “*vis-à-vis* o processo de exclusão econômica e social”, fez com que surgisse “uma quantidade significativa de indivíduos sem residência fixa e disponíveis para trabalhos temporários que envolvem desde a colheita de gêneros agrícolas a obras diversas da indústria da construção”.

Matos (1996), ao analisar os fatores que, teoricamente, explicam a formação de estruturas espaciais concentradas, procurou considerar a distribuição diferenciada de recursos naturais e populacionais no espaço geográfico.

De acordo com esse autor, a distribuição desigual dos recursos naturais pode acarretar, ao longo do tempo, uma formação diferenciada de vantagens comparativas regionais<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Matos (1996) cita a importância histórica que os recursos naturais tiveram na formação das várias economias regionais no Brasil, lembrando que foi através deles que o País consolidou gradativamente seus laços de intercâmbio comercial com o exterior.

Da mesma forma, a população pode ser vista como um recurso que leva à concentração da produção, ainda que não seja fator determinante.

### **2.3 O Comportamento Demográfico das Metrôpoles e os Fluxos Migratórios no Estado do Rio de Janeiro**

Entre as décadas de 1960 e 1970, as Metrôpoles brasileiras aumentaram o seu volume populacional em cerca de 8,6 milhões de pessoas; desse total, os fluxos migratórios contribuíram com cerca de 66%. Oliveira (1999) explica que isso foi resultado de uma velocidade média de crescimento da ordem de 4,62% a.a.

As Regiões Metropolitanas<sup>74</sup> também apresentaram diferenciais de crescimento entre núcleos e periferias, como citado por Oliveira (1999), à exceção da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o crescimento dessas duas áreas foi bem parecido. Nas Metrôpoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, as áreas periféricas cresceram a velocidades maiores que as capitais metropolitanas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto a taxa de crescimento do núcleo metropolitano foi da ordem de 2,7% a.a., a Periferia Metropolitana obteve um crescimento de 6,3% a.a. (OLIVEIRA, 1999).

Em relação à origem dos fluxos migratórios que chegaram às Regiões Metropolitanas nesse período, Oliveira (1999) observou que em boa parte delas a maior parcela de migrantes era oriunda da mesma Unidade da Federação; constatou, ainda, que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, “dentro de um quadro mais amplo das migrações metropolitanas”, apresentou em comum com as demais Regiões Metropolitanas (RM's) do País: a redução no volume de seus migrantes; a continuada

---

<sup>74</sup> Para os anos anteriores a 1973, é considerado o território que viria a integrar a Região Metropolitana, já que as primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras foram criadas em 1973, sendo que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi institucionalizada somente em 1974. Mais detalhes, ver capítulo 4.

contribuição da migração para o crescimento demográfico da Metrópole; a manutenção do sentido dos principais fluxos de entrada e de saída de população; além do aumento da importância dos fluxos intra-estaduais.

Os resultados do Censo Demográfico de 1970 mostram a grande velocidade assumida pelas taxas de crescimento das periferias metropolitanas, período no qual a Periferia da Região Metropolitana fluminense<sup>75</sup> cresceu a uma taxa de 6,3% a.a., contra um crescimento de 2,7% do núcleo metropolitano. A área central da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que já vinha diminuindo a sua população desde a década de 1970, apresentou migração líquida negativa em todas as escalas migratórias na década de 1980, sendo que nas trocas intrametropolitanas essa perda ocorreu de forma ainda mais intensa. Após a década de 1980, tanto o município do Rio de Janeiro quanto a Periferia da RMRJ vêm crescendo num ritmo menor, com o município do Rio “vivenciando um processo continuado de esvaziamento”, sendo o crescimento vegetativo o principal responsável pela totalidade do incremento demográfico neste município (OLIVEIRA, 1999).

Oliveira (1999) menciona, ainda, que o desempenho demográfico do município do Rio de Janeiro pode ser explicado através da conjugação de alguns fatores: a capital fluminense é a principal porta de entrada e de saída da migração interestadual, sobretudo em tempos de grandes volumes migratórios, e uma vez que a Metrópole fluminense representa uma importante área de atração nessa escala, esse espaço sempre experimentou saldos migratórios positivos, contribuindo assim para seu incremento populacional. Com a diminuição nos volumes dos fluxos migratórios, a Metrópole passou a não atrair migrantes interestaduais como anteriormente, passando a perder população nessas trocas. Outro fator que colaborou para a redução das taxas

---

<sup>75</sup> Denominação dada aos municípios que integram a Periferia imediata do núcleo metropolitano – o município do Rio de Janeiro.

de crescimento na Metrópole fluminense foi o deslocamento populacional em direção à Periferia e ao Interior do Estado, evidenciando uma desconcentração populacional. Oliveira (1999) explica que o núcleo da RMRJ perdeu para a Periferia nos anos 1970 e 1980, respectivamente, 279 mil e 99 mil habitantes. Na década de 1980, o saldo negativo do núcleo metropolitano com os municípios do Interior fluminense foi de 20,9 mil pessoas.

Já a Periferia da Região Metropolitana, além dos ganhos obtidos nas trocas com o município sede da Metrópole, também foi “favorecida” pelo aumento do volume nas migrações intra-estaduais que para lá se dirigiam em maiores proporções, gerando migração líquida positiva.

Uma vez que a RMRJ não esteve na vanguarda dos processos econômicos que vigoraram no País nas últimas décadas, essa região a nível interestadual passou de área de atração a espaço de expulsão demográfica<sup>76</sup>; no plano intra-estadual, ainda que timidamente, viu aumentar o volume e o saldo migratório, entre os anos de 1970 e 1980; tem um núcleo que segue mandando gente para a Periferia, embora o contingente tenha diminuído na década de 1980, e apresentou sinais de perda de qualidade nas trocas efetuadas na década de 1980 (OLIVEIRA, 1999).

De acordo com Oliveira (1999), a associação de todos esses fatores nos planos inter e intra-estadual encerram o quadro que aponta para o esvaziamento do núcleo metropolitano em favor da Periferia.

---

<sup>76</sup> Jardim (2001) ressalta que “as migrações ocorrem de acordo com as necessidades e as especificidades históricas, quer seja, do desenvolvimento econômico, político e social, quer seja em função de processos particulares relacionados às conjunturas específicas que atingem determinados segmentos da população”.

Diante das informações apresentadas acima, resolveu-se tomar os dados dos Censos Demográficos de 1940 a 2000<sup>77</sup>, referentes à população no Estado do Rio de Janeiro, e agrupá-los nas escalas abaixo<sup>78</sup>; assim, fez-se uma análise do comportamento populacional no Estado do Rio ao longo desse período. Os dados são apresentados na tabela 2.1.

Escalas<sup>79</sup>:

- Estado do Rio de Janeiro (ERJ)
- Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ)<sup>80</sup>
- Capital do Estado do Rio de Janeiro (Capital)
- Periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Per. RMRJ)<sup>81</sup>
- Interior do Estado do Rio de Janeiro (Int. ERJ)

Tabela 2.1 – População Residente no Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000.

Escalas	Anos						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
ERJ	3.611.998	4.674.645	6.709.891	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282
RMRJ	2.231.527	3.181.529	4.874.619	6.891.521	8.772.265	9.814.574	10.894.156
Capital	1.764.141	2.377.451	3.307.163	4.251.918	5.090.700	5.480.768	5.857.904
Per.RMRJ	467.386	804.078	1.567.456	2.639.603	3.681.565	4.333.806	5.036.252
Int.ERJ	1.380.471	1.493.116	1.835.272	2.103.281	2.519.255	2.993.132	3.497.126

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Pelos dados da tabela 2.1, vemos que no intervalo 1940-2000 a Per. RMRJ obteve o maior crescimento populacional, em termos percentuais, entre todas as escalas

<sup>77</sup> Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

<sup>78</sup> Como explicado no capítulo anterior, o Estado do Rio de Janeiro, conforme conhecemos atualmente, passou a existir somente a partir de março de 1975, quando foi implantada a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; assim, para os anos de 1960 e 1970, período em que vigorava o Estado da Guanabara, foram tomados os dados dos Censos Demográficos referentes a esse Estado e considerados como sendo do atual município do Rio de Janeiro.

<sup>79</sup> Esse corte espacial é o mesmo que será empregado mais a frente como forma de permitir a realização deste trabalho. Mais detalhes são apresentados no capítulo 4.

<sup>80</sup> A Região Metropolitana aqui considerada tem a conformação existente antes de outubro de 2001, ou seja, com 20 municípios. Após essa data, os municípios de Maricá, Mesquita e Itaguaí deixaram de fazer parte da RMRJ.

<sup>81</sup> Termo escolhido para designar os municípios que integram a RMRJ, à exceção da capital. Esse termo foi adotado uma vez que esses municípios representam a ampliação de um núcleo – o município do Rio de Janeiro – em direção à sua Periferia imediata.

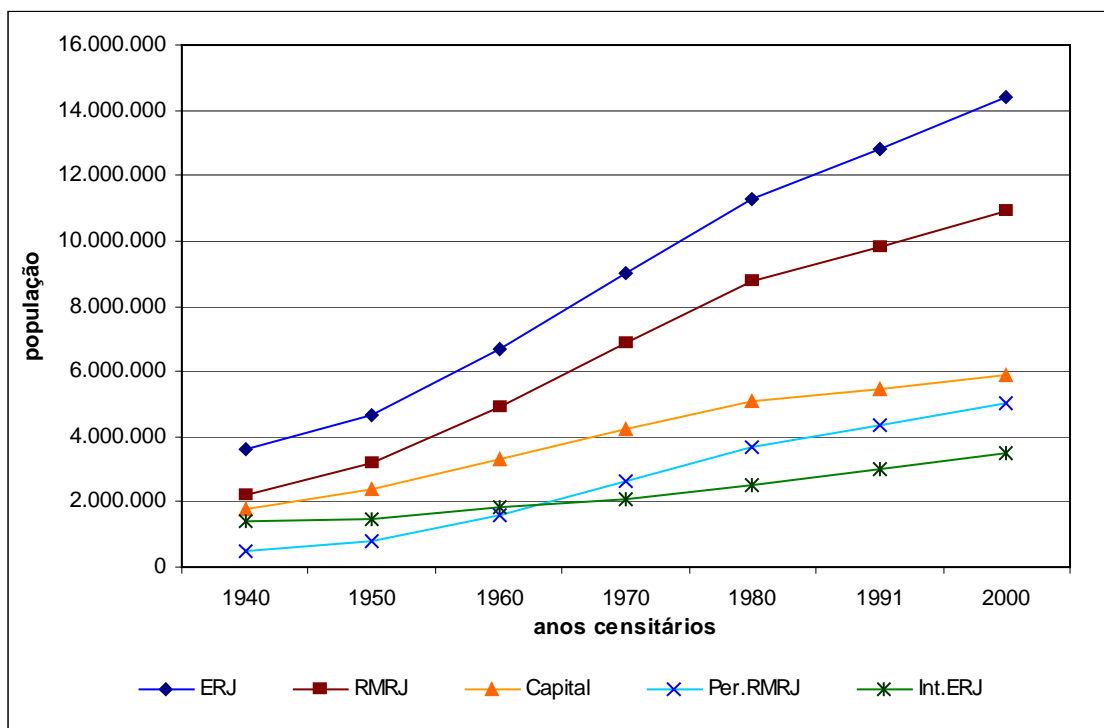
analisadas (978%), seguida da RMRJ (388%) e da Capital (232%); o Int. ERJ foi a escala com o menor crescimento nesse intervalo, ficando com uma elevação percentual de 153%. Interessante observar que o conjunto do Estado aumentou a sua população em 298% no período, ficando abaixo da Per. RMRJ e da RMRJ. Esse resultado era esperado em decorrência do movimento de urbanização descrito anteriormente e, no caso do Estado do Rio, dos investimentos realizados pelo Governo Federal na RMRJ, em especial na sua Periferia a partir do final da década de 1950.

Na medida em que diminuimos os intervalos observados, tomando o Censo de 2000 como um ponto fixo, nota-se um aumento na participação do Int. ERJ em relação às demais escalas. Por exemplo, no intervalo 1950-2000, permanece a mesma ordem do intervalo anterior (Per. RMRJ, RMRJ, Capital e Int. ERJ), embora tenha diminuído a diferença percentual entre as escalas. No intervalo 1960-2000, o Int. ERJ apresentou um crescimento populacional, em termos percentuais (91%), superior à Capital (77%); a Per. RMRJ teve um crescimento populacional de 526% nesse intervalo e a RMRJ 242%. Essa tendência prossegue à medida que nos aproximamos do Censo de 2000.

Entre os Censos de 1970 e 2000, o Int. ERJ apresentou um crescimento populacional percentual de 66%, sendo superior ao apresentado pela RMRJ (58%), pela Capital (38%) e pelo conjunto do Estado (60%); a Per. RMRJ permaneceu sendo a escala que obteve o maior crescimento populacional entre todas as escalas analisadas (91%).

Entre os Censos Demográficos de 1980 e 2000, o Int. ERJ passou a ser a escala com o maior crescimento populacional em termos percentuais, sendo ratificado no período intercensitário seguinte (1991-2000).

Esses resultados podem ser melhor visualizados na figura 2.1, a seguir:



Fonte: Dados dos Censos Demográficos do IBGE apresentados na tabela 2.1

Figura 2.1 – Crescimento Demográfico no Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000.

Observando o gráfico da figura 2.1, nota-se que em todas as escalas analisadas houve crescimento populacional ao longo do período. A Região Metropolitana manteve um ritmo de crescimento populacional bastante semelhante ao do Estado do Rio até o Censo de 1980, quando se intensificou um pouco mais a queda do número de habitantes na RMRJ. Das escalas citadas, a Capital é a que vem tendo o seu ritmo de crescimento diminuído mais rapidamente ao longo do tempo, sendo mais percebido após 1970. Interessante notar que o número de habitantes da Periferia da RMRJ somente ultrapassou a população do Interior Fluminense em meados da década de 1960, começando a perder o seu ritmo de crescimento em 1980. Não pode deixar de ser observado que o Interior do ERJ mantém um crescimento populacional contínuo, porém módico, durante todas as fases analisadas.

A década de 1980 merece uma atenção especial; período em que a economia brasileira entrou numa forte crise econômica com reflexos na economia fluminense. Durante essa década, no Estado do Rio de Janeiro houve uma forte queda na taxa de crescimento populacional, passando de 2,4% a.a. para 1% a.a. Essa queda foi mais acentuada na Região Metropolitana, enquanto no Interior Urbano do Estado todos os municípios apresentaram taxas de crescimento mais elevadas no período, à exceção daqueles com menos de 10 mil habitantes. Destaque especial deve ser dado aos municípios entre 20 e 50 mil habitantes, que passaram de um índice negativo na década de 1970 para uma taxa de crescimento de 1,33% a.a. Os municípios entre 50 e 100 mil habitantes apresentaram taxa de crescimento bem acima da média do Estado, ficando acima de 2% a.a. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, apenas Nova Friburgo apresentou uma taxa de crescimento acima de 2% a.a. (RIBEIRO, 1995).

O aumento da participação relativa dos municípios no crescimento populacional do Estado, durante a década de 1980, indicou uma "clara tendência à desconcentração metropolitana em direção aos municípios com mais de 50 mil habitantes", responsáveis por 27% desse aumento, num "sinal da crescente importância das cidades médias na composição urbana do Estado" (RIBEIRO, 1995).

Ribeiro (1995) concluiu que essa desconcentração populacional metropolitana no Estado do Rio de Janeiro ocorria em direção ao Interior Urbano fluminense, uma vez que este registrou um crescimento populacional maior que o do Estado do Rio nesse período.

A Região Metropolitana, que havia representado 80,59% do aumento populacional do Estado em 1980, passou a representar 64,49% em 1991 (RIBEIRO, 1995), sendo o município do Rio de Janeiro o principal centro de emigrantes para a Periferia



Metropolitana<sup>82</sup>. Ao calcular a diferença entre o número de emigrantes e o número de imigrantes na capital fluminense, durante a década de 1980, Jardim (2001) mostrou que o município do Rio de Janeiro foi "o maior centro 'expulsor' de população" durante essa década.

Porém, o crescimento demográfico do Estado do Rio ainda se caracteriza por uma acentuada concentração espacial na RMRJ, ainda que haja tendência a mudanças nesse quadro. O mesmo pode ser observado em relação ao núcleo da RMRJ, onde o município do Rio de Janeiro concentra a maior parte da população e das atividades econômicas.

Para melhor compreender os dados referentes ao crescimento demográfico no Estado do Rio de Janeiro ao longo dessas décadas, analisou-se o crescimento populacional no Estado nas escalas citadas, em termos percentuais, entre os referidos Censos Demográficos. Os resultados são apresentados na tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Crescimento Demográfico Percentual Intercensitário nas Escalas Seleccionadas, entre 1940 e 2000<sup>83</sup>.

Escalas	Períodos intercensitários						
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	1940-2000
ERJ	0,29	0,44	0,34	0,26	0,13	0,12	2,98
RMRJ	0,43	0,53	0,41	0,27	0,12	0,11	3,88
Capital	0,35	0,39	0,29	0,20	0,08	0,07	2,32
Per.RMRJ	0,72	0,95	0,68	0,39	0,18	0,16	9,78
Int.ERJ	0,08	0,23	0,15	0,20	0,19	0,17	1,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da tabela 2.1

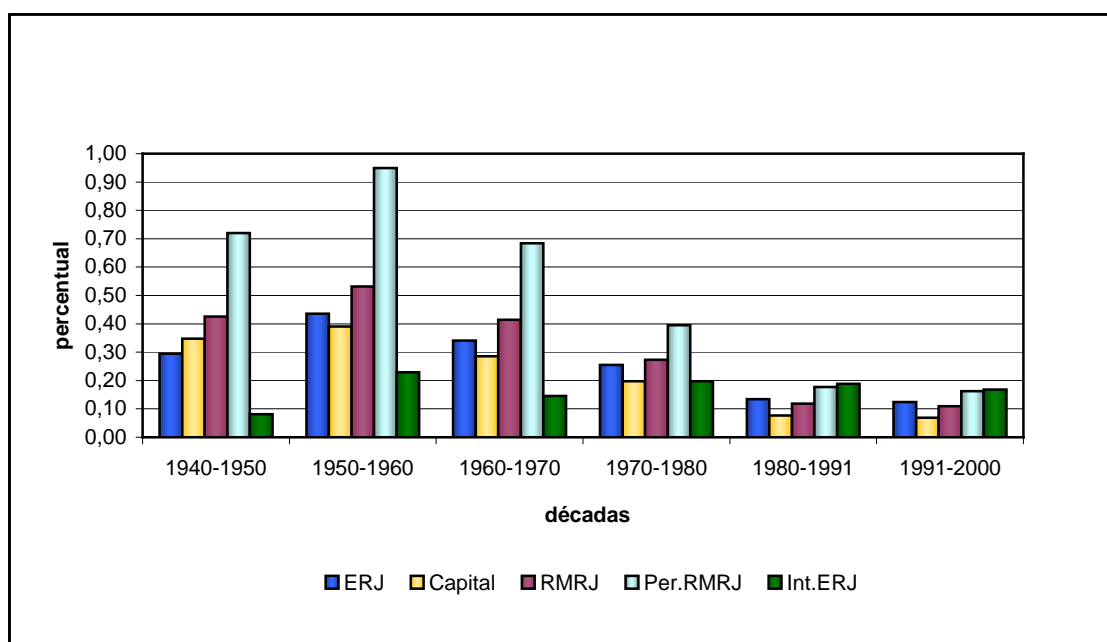
<sup>82</sup> Jardim (2001) destaca que existem diferenças no interior dos fluxos migratórios, uma vez que a vinda ou a saída do Rio de Janeiro tem significados diferentes para os diferentes conjuntos de migrantes, sobretudo em função da renda.

<sup>83</sup>  $[(\text{pop. ano } x^2 - \text{pop. ano } x^1) / \text{pop. ano } x^1]$

A tabela 2.2 retrata o crescimento populacional no Estado do Rio de Janeiro, em termos percentuais, entre dois Censos consecutivos, tendo como extremos os Censos de 1940 e de 2000.

Pela tabela acima, nota-se que a Periferia da RMRJ foi a escala que apresentou o maior crescimento percentual entre os Censos de 1940 e 1950, seguido pela RMRJ e pela Capital, permanecendo o Interior do ERJ com o menor crescimento. Entre os Censos de 1950 e 1960, tanto a Periferia da RMRJ quanto o Interior do ERJ apresentaram uma elevação bastante significativa em comparação ao intervalo intercensitário anterior; esse aumento pode ser decorrente dos investimentos realizados pelo Plano de Metas do Governo Federal no período. Entre 1960 e 1970 todas as escalas apresentaram diminuição; provavelmente reflexo da diminuição do crescimento vegetativo registrado no País. É interessante observar que no intervalo 1970-1980, todas as escalas apresentaram um crescimento demográfico percentual menor, à exceção do Interior do Estado, que registrou uma elevação. No intervalo 1980-1991, essa tendência se repete: a única escala que permanece praticamente estável foi o Int. ERJ, todas as demais escalas apresentaram quedas significativas; deve-se ressaltar que a Capital foi a escala que apresentou a maior queda percentual na sua população neste intervalo. No intervalo 1991-2000, novamente todas as escalas apresentam diminuição percentual, mas a escala com a menor queda em termos percentuais foi o Int. ERJ. Pode-se concluir, ainda, que o município do Rio de Janeiro vem perdendo posição, em termos relativos, na Região Metropolitana, embora o ritmo da perda tenha se reduzido na primeira metade da década de 1990.

Essa situação pode ser claramente visualizada no gráfico da figura 2.2, a seguir:



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da tabela 2.2

Figura 2.2 – Crescimento Demográfico Percentual Intercensitário no Estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 2000.

Pelo gráfico da figura 2.2, como demonstrado acima, nota-se um elevado crescimento demográfico no Estado entre 1940 e 1960, com especial destaque para a Periferia da RMRJ entre 1950 e 1960 que atingiu um crescimento de 95%. Após 1960, em todas as escalas houve redução no número de habitantes. Entre os Censos de 1970 e 1980, o Interior do Estado foi a única das referidas escalas em que se verificou crescimento (5%). Nos períodos 1980-1991 e 1991-2000, o crescimento demográfico intercensitário da população no Int. ERJ superou as demais escalas.

Os resultados apresentados nesta seção, referentes à distribuição espacial da população no Estado do Rio de Janeiro, indicaram a ocorrência de desconcentração espacial da população no Estado; o capítulo seguinte buscará investigar se tendência semelhante também vem ocorrendo em relação às atividades econômicas no Estado.

## A Desconcentração Espacial das Atividades

### 3.1 A Concentração Econômica Regional no País

A desigualdade regional no Brasil é algo notório e tema que já foi abordado por diversos autores<sup>84</sup>, pois, como nos ensina Diniz (2001):

“O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez segundo as possibilidades de cada região encontrar alternativa econômica que lhe permitisse inserir no mercado internacional, seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do País independente. Em função dessas experiências se formaram verdadeiras economias regionais no Brasil, voltadas para fora e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia e do café no Sudeste.”<sup>85</sup>

Essas experiências, de acordo com Diniz (2001), seriam determinantes na configuração regional brasileira até os dias de hoje.

---

<sup>84</sup> Deve-se mencionar que, segundo Cano (1977), até a segunda metade do século XIX não se pode falar em desigualdades regionais no Brasil, uma vez que as várias experiências exportadoras realizadas no País foram feitas em regiões relativamente isoladas. Para esse autor, foi no período de 1880 a 1930 que se forjaram as bases das desigualdades regionais no Brasil, com a dinâmica diferenciada das várias regiões brasileiras.

<sup>85</sup> Diniz (2000) menciona que, ao contrário do que ocorreu com as economias européia e norte-americana, no Brasil não havia motivação para as trocas internas, não se criando, assim, as bases para a integração econômica; em parte, devido à precariedade do sistema de transporte (tropas de animais, carros de boi, um rudimentar sistema de navegação fluvial e costeira, etc.) e, por outro lado, à existência de relações escravistas e de uma economia de subsistência, voltadas para o consumo.

Assim, o processo de desenvolvimento econômico no Brasil se deu de forma bastante concentrada, havendo forte concentração geográfica da produção e da renda em alguns poucos Estados e regiões do País. Segundo Diniz (1995), foi somente a partir das décadas de 1940/1950 que começou a ocorrer um movimento de desconcentração geográfica da produção; primeiramente, com o movimento da fronteira agropecuária no sentido da Região Sul do Brasil e, posteriormente, no sentido do Centro-Oeste, do Norte e das faixas de cerrado do Nordeste.

Foi a partir da década de 1950 que a questão regional começou a ganhar importância política no País, tanto em termos econômicos quanto sociais (DINIZ, 1985). Foi nessa época que se criou a SUDENE<sup>86</sup>, seguida de vários órgãos de desenvolvimento regional: SUDAM, SUDECO, SUDESUL<sup>87</sup>, etc. Mais tarde, a maioria dos Estados criou órgãos de estudo acerca de suas economias, tais como: secretarias de planejamento, bancos de desenvolvimento, etc., que acabaram se transformando em órgãos de planejamento e reivindicações regionais. Nessa mesma época, a Ciência Regional começava a se desenvolver a nível internacional, sobretudo nos Estados Unidos e na França, influenciando a questão regional no Brasil. Na América Latina, se desenvolviam os estudos da CEPAL<sup>88</sup> e a sua concepção de Centro-Periferia (DINIZ, 1985).

As primeiras Contas Nacionais com dados regionalizados começaram a ser divulgadas no Brasil a partir de 1951/1952<sup>89</sup>. Esses dados indicavam um processo de concentração econômica no Centro-Sul, especialmente em São Paulo<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup> A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

<sup>87</sup> A SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) foi criada em 1966 com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica; a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) foi criada em dezembro de 1967 para substituir a Fundação Brasil Central, entidade responsável pela construção de estradas e obras de infra-estrutura no interior do Centro-Oeste; a SUDESUL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul) foi criada em 1967 com o objetivo de promover o desenvolvimento político administrativo, através do planejamento macro e microrregional.

<sup>88</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

<sup>89</sup> Essas contas traziam os dados regionalizados a partir de 1939.

<sup>90</sup> Diniz (1985) explica que a concentração econômica em São Paulo “foi um processo que levou, no mínimo, 70 anos”, tendo partido de uma base insipiente. Em 1919, São Paulo já detinha 31% da produção nacional, elevando-se para 40% em 1939, 55% em 1959 e 58% em 1970 (DINIZ, 1985).

Durante a década de 1960, sob a alegação de uma política de saneamento econômico nacional, houve o enfraquecimento político das várias regiões do País, dificultando o prosseguimento dos debates e das reivindicações em nível regional. Diniz (1985) menciona que a crise econômica da década de 1960, ao reduzir a decisão por novos investimentos, acabou reduzindo também a possibilidade de alteração espacial do parque produtivo brasileiro. A retomada do crescimento econômico ocorreu somente no final dessa década<sup>91</sup>; contudo, prevalecia a concentração de renda no País, privilegiando as regiões mais desenvolvidas e contribuindo para reforçar a estrutura industrial já existente<sup>92</sup>.

A partir do início da década de 1970, a questão regional voltou a ganhar notoriedade no Brasil, tornando-se importante para promover a expansão econômica<sup>93</sup>. Assim, o Governo Federal tomou decisões políticas no sentido de promover o crescimento de algumas regiões do País. Alguns dos principais instrumentos utilizados foram os incentivos fiscais e creditícios para investimentos industriais nessas regiões. Investimentos públicos foram utilizados como forma de promover a desconcentração da atividade econômica, tanto em infra-estrutura (rodovias, portos, energia, etc.) quanto no desenvolvimento de novos setores produtivos, conforme previsto na política do II PND. Nessa época, foi inaugurada a Transamazônica<sup>94</sup>; iniciadas as obras da Perimetral Norte<sup>95</sup>; foi aprovada a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari<sup>96</sup>; a exploração de minério de ferro em Carajás e de petróleo no litoral nordestino, além da

---

<sup>91</sup> Nessa época, foram criados alguns dos órgãos mencionados anteriormente: SUDAM (1966), SUDECO (1967) e SUDESUL (1967). Devemos lembrar, ainda, que em 1968 teve início o "Milagre Econômico", como ficou conhecido o período de grande crescimento da economia brasileira entre 1968 e 1974.

<sup>92</sup> A retomada do crescimento econômico, sob o ponto de vista industrial, deu-se primordialmente pelo uso da capacidade ociosa ou da expansão das unidades produtivas existentes. Em relação à agricultura, houve um aumento das culturas de exportação, com destaque para os grãos e para a agroindústria na região Centro-Sul (DINIZ, 1985).

<sup>93</sup> Diniz (1985) explica que foi se tornando "cada vez mais difícil para o Governo Federal fazer vistas grossas ao problema", até porque a questão do desenvolvimento regional tornava-se importante para a própria expansão econômica do País. Aliado a este fator havia, ainda, a ideologia militar de integração do território brasileiro, associada à questão da segurança nacional.

<sup>94</sup> A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi inaugurada em 30 de agosto de 1972.

<sup>95</sup> As obras da rodovia federal BR-210, conhecida como Perimetral Norte, começaram em julho de 1973. Seria uma estrada de 4 mil quilômetros ligando o Estado do Acre ao Estado do Amapá.

<sup>96</sup> O Pólo Petroquímico de Camaçari foi inaugurado em 29 de junho de 1978.

construção de usinas de aço em Minas Gerais e no Espírito Santo e da montagem do pólo industrial de Manaus.<sup>97</sup>

Em consonância com a política desenvolvida pelo Governo Federal, à época, “vários Estados brasileiros começaram a lançar políticas específicas de atração locacional” de forma a atrair novas indústrias, tais como: isenções tributárias; construção de distritos industriais e participação acionária, entre outras (DINIZ, 1985).

A partir de 1970 começou também a ser caracterizado um movimento de desconcentração industrial no Estado de São Paulo<sup>98</sup>.

### **3.2 A Desconcentração Espacial das Atividades no Brasil**

Como mostrado nos parágrafos acima, no Brasil o processo de desenvolvimento econômico caminhou no sentido da concentração regional até o final da década de 1960. A partir de então, tem início um “espraiamento” da produção industrial em nível nacional em decorrência da retomada do crescimento industrial brasileiro e do lançamento de um novo pacote de projetos<sup>99</sup> (DINIZ, 1999).

A reversão do processo de concentração econômica regional no País começa com a reversão da polarização industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a conseqüente perda de sua participação relativa na produção industrial do País (DINIZ, 1999), sentida mais fortemente a partir de 1970.

---

<sup>97</sup> Diniz (1985) ressalta que “a pouca seriedade com que muitos projetos foram aprovados indica a falta de critério com que foi conduzida a política econômica nacional”.

<sup>98</sup> Diniz (1995) lembra que os efeitos da desconcentração industrial bem como da desconcentração agropecuária acabam influenciando nos setores de comércio e serviços, promovendo também a sua desconcentração.

<sup>99</sup> Devemos lembrar que em 1968 tem início o período conhecido como “Milagre Econômico”.

Townroe e Keen<sup>100</sup> (1984, apud DINIZ, 2001), utilizando apenas dados referentes à população, estudaram a inversão da polarização em São Paulo e concluíram que a Região Metropolitana de São Paulo constituía “o primeiro caso de reversão de polarização no Terceiro Mundo”.

Diniz (1995) explica que após um século de concentração industrial no Estado de São Paulo e de polarização na sua Região Metropolitana, a partir do começo da década de 1970 esse processo começou a se inverter, iniciando assim um movimento de ‘reversão da polarização’ e de desconcentração industrial para várias regiões do País<sup>101</sup>. Em decorrência desse processo, entre 1970 e 1990, a participação do Estado de São Paulo, bem como da sua Região Metropolitana na produção industrial brasileira se reduziu, caindo de 58% para 49%, no Estado; e de 44% para 26%, na RMSP<sup>102</sup>, apesar do aumento da participação relativa da produção industrial do Interior do Estado, no mesmo período.

A análise de Negri (1996), acerca do desempenho da indústria do Interior do Estado de São Paulo, mostrou que a perda da Região Metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento da indústria no Interior do Estado, “indicando os limites da perda do Estado de São Paulo sem, contudo, negá-lo” (DINIZ, 2001).

De acordo com Piquet (2000), a antiga divisão espacial do trabalho no território brasileiro, onde a Região Metropolitana de São Paulo era “o centro irradiador do processo de desenvolvimento nacional”, encontra-se em processo de mudança.

---

<sup>100</sup> TOWNROE, P.M.; KEEN, D., 1984. *Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil*. *Regional Studies*, v.18, n.1.

<sup>101</sup> Diniz (1985) menciona que todas as regiões do País ganharam com a perda de São Paulo na produção industrial, à exceção do Nordeste e do Rio de Janeiro. De acordo com esse autor, os Estados com maior ganho foram Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Bahia.

<sup>102</sup> Diniz (1999) cita que, dentro do próprio Estado de São Paulo, a participação da RMSP no valor da transformação industrial caiu de 75% para 50% entre 1970 e 1997.



Segundo Diniz (1999), as razões básicas para o processo de desconcentração industrial em São Paulo podem ser assim sintetizadas:

- a) Deseconomias de aglomeração atuando na Região Metropolitana de São Paulo e a criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões;
- b) A ação do Estado em termos de investimentos diretos, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura;
- c) A unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações;
- d) A busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização das atividades industriais e também dos serviços;
- e) Os efeitos locacionais da competição interempresarial, especialmente para o aproveitamento de recursos naturais, criação de barreiras à entrada e ocupação de novos mercados reais ou potenciais.

Num primeiro momento, a desconcentração industrial no Estado de São Paulo se deu através de um “relativo espraiamento industrial” no sentido do Interior do Estado e de quase todos os demais Estados do País (DINIZ, 1995).<sup>103</sup>

Nessa primeira fase do processo de reversão da polarização industrial, Diniz (1995) ressalta o papel desempenhado pelo Governo Federal, na década de 1970, através dos investimentos realizados pelas empresas estatais, sobretudo nos setores de aço;

---

<sup>103</sup> De acordo com Tavares (1996), a “deslocalização” de indústrias na Região Metropolitana de São Paulo ocorreu no sentido da sua periferia mais próxima e dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda segundo esse autor, as atividades econômicas que vêm se desenvolvendo na metrópole são aquelas que fazem parte do setor denominado terciário superior (seguros; serviços financeiros; de gestão e consultoria técnica; recursos humanos; infra-estrutura informacional; etc.), tendo se expandido consideravelmente entre 1987 e 1990.

petróleo; mineração; potássio; fosfato; petroquímica; papel; carvão; titânio; cobre e cloroquímica, entre outros. Esses investimentos se deviam ao cumprimento das ambiciosas metas contidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Federal – o II PND –, como mencionado anteriormente.

Já, a decisão local “em vários casos foi tomada por critérios políticos”. Contudo, seja em decorrência de razões técnicas ou políticas, “a maioria dos investimentos foi realizada fora do Estado de São Paulo, e distribuída por vários Estados e regiões do País, contribuindo para a desconcentração relativa da indústria” (DINIZ, 1995).

Analisando o período 1970-1991, Diniz e Crocco (1996) realizaram um trabalho onde foi apresentado “o novo mapa da indústria brasileira”, mostrando o esvaziamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo e a reconcentração no Interior do Estado. A análise mostrava também a reconcentração industrial na região que se estende do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, sobretudo em cidades de porte médio. A esse respeito, Diniz e Crocco (1996) sintetizaram:

“(...) do ponto de vista industrial, ao lado da perda de importância de tradicionais regiões produtoras, a exemplo das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, vem sendo criado um conjunto de novas áreas industriais, a maioria especializadas, relativamente dispersas e em cidades de porte médio, exigindo um novo recorte regional e setorial e um novo instrumento teórico e metodológico para a análise da origem e dinâmica dessas áreas.”

Sabóia (1999) ressalta, contudo, que o deslocamento de indústrias das capitais em direção ao Interior dos Estados é uma tendência generalizada nas mais distintas regiões do País, não sendo característica apenas das regiões Sul e Sudeste.

A reversão na polarização do desenvolvimento industrial, ocorrida no País a partir de 1970, em parte foi decorrente das ações promovidas pelo Governo Federal, mas também foi proporcionada por fatores como: aumento dos custos nas principais Regiões Metropolitanas (RM's) do País, sobretudo nas RM's de São Paulo e do Rio de Janeiro, gerando deseconomias externas; associado ao surgimento e/ou crescimento de economias externas em outras cidades ou regiões, decorrente da expansão da infra-estrutura (transportes, telecomunicações e energia elétrica) e da oferta de serviços urbanos (DINIZ, 1993; DINIZ e CROCCO, 1996).

Para Diniz (1999), esse processo tem como resultado o crescimento urbano e industrial de uma rede de cidades médias em várias partes do território nacional, especialmente na Região Centro-Sul do Brasil.

Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996) complementam essa idéia mencionando que, embora estivesse ocorrendo um processo de desconcentração relativa da produção industrial nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, a tendência é fortalecer a reaglomeração macro-espacial na Região Centro-Sul do País, através das “metrópoles de segundo nível”<sup>104</sup> e de uma rede de cidades de porte médio, as quais “possuem grande dinamismo e potencial de crescimento industrial”.<sup>105</sup>

Contudo, Diniz (1999) ressalta que a tendência à desconcentração em direção às cidades de porte médio, verificada a partir da década de 1970, foi modificada com a tendência à reaglomeração próxima às metrópoles do Centro-Sul, em especial

---

<sup>104</sup> De acordo como esses autores, Belo Horizonte e Curitiba são exemplos dessas metrópoles.

<sup>105</sup> Diniz e Crocco (1996) demonstraram que o número de áreas industriais com mais de 10.000 pessoas ocupadas na indústria se elevou de 33 em 1970 para 90 em 1991; ou seja, 57 novas áreas industriais relevantes (AIRs). Destas, 44 se localizaram na Região Centro-Sul do Brasil, sendo 15 em São Paulo; 12 em Minas Gerais; 6 no Paraná; 5 no Rio Grande do Sul; 3 em Santa Catarina; 2 no Espírito Santo e 1 no Rio de Janeiro. As trezes restantes estão espalhadas pelo País, sendo 9 no Nordeste; entre elas 6 são capitais estaduais: Aracajú; João Pessoa; Maceió; Natal; São Luís e Teresina. As outras quatro também são capitais: Brasília; Cuiabá; Goiânia e Manaus.

Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, em decorrência dos projetos automotivos e das mudanças tecnológicas e organizacionais nesses territórios.

Durante a década de 1980, segundo a análise realizada por Diniz e Crocco (1996), o processo de desconcentração econômico-espacial iniciado na década anterior se estabiliza. Esses autores, trabalhando com Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs)<sup>106</sup>, chegaram a essa conclusão ao descobrirem que a distribuição regional de determinados aglomerados permanecia constante, quando observaram o surgimento de 15 novas AIRs em alguns desses aglomerados na década de 1980, contra um número bem mais significativo na década anterior.<sup>107</sup>

Ao final da década de 1980, dois fatos de grande relevância acabaram afetando o quadro do desenvolvimento regional no Brasil:

- A promulgação da Constituição Federal de 1988, que aumentou a participação dos Estados e municípios na receita, agravando a crise fiscal do Governo Federal e “comprometendo a sua atuação desenvolvimentista”, possibilitando aos Estados e municípios “uma atuação mais agressiva pró-desenvolvimento que se traduziu na forma de guerra fiscal” (AZEVEDO e TONETO JÚNIOR, 1999);
- Um conjunto de reformas orientadas para o mercado, incluindo: abertura comercial; desregulamentação dos mercados; liberalização financeira e privatização de empresas estatais.

---

<sup>106</sup> As AIRs correspondem às micro-regiões homogêneas, definidas pelo IBGE, as quais, segundo os Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 possuíam 10.000 ou mais pessoas ocupadas na indústria.

<sup>107</sup> De acordo com Piquet (1996), a estagnação econômica da década de 1980 congelou a distribuição espacial da indústria de transformação, porém o mesmo não ocorreu com a indústria extrativa mineral e com a agropecuária.

De acordo com Azevedo e Toneto Júnior (1999), no contexto de “fragmentação da política de desenvolvimento regional”, com menor importância do Governo Federal e das empresas estatais, e de “abertura da economia, acirrando a concorrência”, aumenta a necessidade das empresas buscarem ganhos de eficiência através da redução dos custos.

Esses autores mencionam que entre os diversos impactos causados pela abertura comercial na indústria brasileira, pode-se destacar a tendência ao deslocamento espacial, tanto das plantas industriais já existentes (relocalização), quanto de novos investimentos em busca de custos menores, já que diversos fatores passaram a afetar a decisão locacional das indústrias no País: nível salarial; incentivos fiscais; qualificação da mão-de-obra; custos logísticos; qualidade da infra-estrutura; etc.

Azevedo e Toneto Júnior (1999), então, tomando dados percentuais da RAIS<sup>108</sup> referentes à mão-de-obra ocupada, para o período 1986-1997, em todos os Estados do País mais o Distrito Federal, procuraram analisar os efeitos locacionais sobre a indústria brasileira decorrentes da abertura comercial e do quadro de guerra fiscal instaurado no País.

Constataram que o processo de distribuição espacial do emprego na indústria brasileira, entre 1986 e 1997, confirmava as tendências de desconcentração verificadas na economia do País a partir da década de 1970, apesar do arrefecimento registrado no período de pré-abertura comercial.

O “padrão de relocalização”, entretanto, se apresentava de forma distinta daquele verificado na segunda metade da década de 1970, onde o grande impulso locacional estava associado aos investimentos promovidos pelo Governo Federal, quando a

---

<sup>108</sup> Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

União desempenhou um papel fundamental na condução da política de crescimento País, permitindo que a realocação transformasse a estrutura produtiva dos Estados receptores dos novos investimentos, “sendo o Pólo Petroquímico de Camaçari um dos ícones dessa transformação” (AZEVEDO e TONETO JÚNIOR, 1999).

Conforme explicado por esses autores, no período recente, a realocação ainda depende de medidas tomadas pelos governantes, sobretudo em nível estadual. Contudo, a análise do deslocamento dos setores industriais tem demonstrado um movimento provocado pela ação independente das empresas em busca de custos mais reduzidos.

“Em outras palavras, o movimento mais relevante de realocação consiste na migração de indústrias intensivas em trabalho, para regiões em que o custo da mão-de-obra é inferior à média nacional, e de indústrias intensivas em matéria-prima, para regiões em que o recurso natural relevante é mais barato. Embora a ação dos governos estaduais seja relevante para explicar o destino dos novos investimentos, não se observa, na maior parte dos casos, uma mudança significativa da estrutura produtiva nos diversos Estados.” (AZEVEDO e TONETO JÚNIOR, 1999)

Segundo Piquet (2000), a maior abertura e articulações internacionais e os diversos fatores que estimulam a fragmentação das cadeias produtivas têm fortalecido especializações regionais geradoras de focos dinâmicos.

As transformações pelas quais vem passando a economia brasileira têm produzido mudanças tecnológicas, gerenciais e uma nova formatação setorial. Assim, algumas regiões de antiga tradição industrial vêm perdendo atratividade como foco de localização diante do surgimento de novas áreas emergentes. As conseqüências desse processo podem ser percebidas também no mercado de trabalho, provocando alterações na estrutura de emprego da economia, no perfil de demanda por mão-de-obra e no padrão de remunerações (PIQUET, 2000).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou em 2005 um estudo acerca da realocização dos empreendimentos no Brasil, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do período de 31 de dezembro de 1989 a 31 de dezembro de 2003, referentes à mudança de município e de Unidade da Federação (UF) dos estabelecimentos.

De acordo com os resultados desse estudo, desde o final da década de 1980 vinha aumentando a busca por realocização de empreendimentos produtores de bens e serviços no País, devido a dois fatores: a diminuição dos diferentes tipos de custos existentes e a procura de um local estratégico para a distribuição das mercadorias e serviços.

Foram consideradas três situações:

- a) Os estabelecimentos que mudaram de Unidade da Federação (UF), pelo menos uma vez e que não retornaram à UF de origem;
- b) Os estabelecimentos que mudaram de UF, pelo menos uma vez, e retornaram à UF de origem;
- c) Os estabelecimentos que mudaram de município dentro da sua UF de origem.

Verificou-se que, no período de 1989 a 2003, 93,8% dos estabelecimentos nunca saíram do município de origem; entre esses, 64% não possuíam empregados.

No mesmo período, contatou-se que 6,4% das empresas investigadas apresentaram alguma mudança de domicílio, sendo que 63,0% desses empreendimentos alteraram a sua localização original uma única vez<sup>109</sup>.

Observou-se também que, em termos quantitativos, 66,3% das empresas migraram mantendo-se na mesma Unidade da Federação em que estavam estabelecidas. Dentre esses estabelecimentos, 57,4% não informaram nenhum empregado à RAIS.

A pesquisa do MTE (2005) constatou, ainda, que a partir da movimentação regional foram gerados novos empregos nos sub-setores: 'Calçados'; 'Material de Transporte'; 'Indústrias Elétricas, Eletrônicas e de Comunicações'; 'Indústria Mecânica'; 'Alimentos e Bebidas'; 'Madeira e Mobiliário'; 'Borracha, Fumo e Couro'; 'Comércio Varejista'; 'Serviços de Utilidade Pública'; 'Transportes e Telecomunicações'; 'Administração de Imóveis e Serviços Profissionais Especializados' e 'Agricultura'.

Antes de encerrar esta seção, deve-se mencionar que para Diniz (1985), “o problema espacial é antes de tudo um problema político”, uma vez que:

“(...) existem inúmeras propostas técnicas no sentido da desconcentração, mas nenhuma delas terá valor se o governo não assumir a decisão política de efetuar-las, mediando as contradições de interesses antagônicos que se estabelecerão nos seios das classes dominantes. Dentro desse processo, cabe relevante responsabilidade política e social ao Estado, única instância capaz de disciplinar e coordenar uma política regional, com capacidade não só de induzi-la como também, de evitar os erros cometidos pelo processo espontâneo, cujo testemunho são os gritantes desequilíbrios regionais e sociais.”

---

<sup>109</sup> O número de empresas que migraram para outras Unidades da Federação representa menos de 1% dos estabelecimentos com pelo menos um empregado com vínculo formalizado.



### 3.3 A Desconcentração Espacial das Atividades no Estado do Rio de Janeiro

Alguns dados parecem mostrar que as atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro vêm seguindo uma tendência verificada em outras regiões do País ao longo das últimas décadas. Trata-se do “fenômeno” da interiorização das atividades econômicas. Setores produtivos dos mais variados ramos de atividades começam a buscar uma localização em direção ao Interior do Estado. Tal acontecimento teria iniciado ainda na década de 1970, quando atividades relacionadas ao setor industrial começaram a migrar para a Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora, nos primeiros anos da década de 1960, algumas plantas industriais já tivessem se instalado em alguns municípios da Periferia imediata do então Estado da Guanabara, por razões mencionadas no capítulo 1 desta dissertação, logo seguidas por atividades relacionadas aos setores de comércio e de serviços.

Em princípio, essa mobilidade estaria ocorrendo de forma bastante tímida, tornando-se mais forte a partir do final da década de 1990, como pode ser percebido na tabela 3.1, onde, considerando os dados percentuais referentes à mão-de-obra ocupada nos 26 sub-setores de atividades econômicas do IBGE, no Estado do Rio de Janeiro, para os anos de 1975, 1985, 1990 e 2000<sup>110</sup>, pôde-se constatar tal tendência.<sup>111</sup>

Tabela 3.1 – Percentual da Mão-de-obra Ocupada nas Escalas Seleccionadas no Estado do Rio de Janeiro, entre 1975 e 2000<sup>112</sup>.

Anos	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
1975	64,2	82,4	18,2	17,6
1985	66,9	82,0	15,1	18,0
1990	65,0	81,4	16,4	18,6
2000	57,9	78,3	20,4	21,7

Fonte: Censo Econômico do IBGE (1975) e RAIS/MTE.

<sup>110</sup> Para o ano de 1975, foram tomados os dados do Censo Econômico do IBGE. Para os demais anos, foram utilizados os dados da RAIS/MTE.

<sup>111</sup> As escalas seleccionadas são as mesmas que serão utilizadas neste trabalho (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ), já apresentadas no capítulo anterior. Mas detalhes, ver capítulo 4.

<sup>112</sup> Nas atividades Comércio, Indústria e Serviços.

Analisando a tabela acima, nota-se que nos quinze anos posteriores à fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o atual município do Rio de Janeiro – capital do Estado – ainda permanecia concentrando atividades econômicas, fortemente. No ano de 1990, em comparação ao ano de 1975, além da Capital, que teve uma variação positiva de 1,2%, apenas o Interior do ERJ também apresentou variação percentual positiva (5,7%). No intervalo 1975-2000, percebe-se que o grande aumento percentual ficou por conta do Interior do Estado, que teve um ganho de participação de 23,3%, seguido da Periferia da RMRJ (12,1%); a maior queda percentual ficou com a Capital, -9,8% no período.<sup>113</sup>

Essa tendência à interiorização das atividades econômicas no Estado do Rio também foi identificada em um estudo promovido pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), em 1988, tratando do Parque Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esse estudo ressaltava a necessidade de se promover o fortalecimento do Parque Industrial Metropolitano, de forma a reduzir as disparidades intra-regionais e, dessa forma, poder contribuir para uma melhor distribuição da renda.

O estudo citava o crescimento industrial do anel periférico da RMRJ. Foram identificados três fatores responsáveis por esse crescimento:

- O crescimento, em grande parte, era resultante do deslocamento geográfico de antigos estabelecimentos industriais que se transferiam para a Periferia da Região Metropolitana (Per. RMRJ) em busca de localizações mais adequadas;

---

<sup>113</sup> Deve-se ressaltar, todavia, que esses dados merecem alguma cautela devido ao elevado grau de concentração das atividades econômicas ora apresentados e também em decorrência do elevado percentual de informalidade existente na mão-de-obra do Estado em praticamente todos os setores de atividades.

- A criação de novos estabelecimentos industriais na Per. RMRJ por empresas sediadas na metrópole fluminense, em razão da proximidade do conjunto metropolitano;
- Por fim, outros estabelecimentos fabris, em geral de pequeno porte, eram implantados na "franja de contato urbano-rural que circunda a aglomeração" em decorrência do crescimento dos próprios aglomerados suburbanos e também por iniciativa local.

Em relação ao primeiro dos três fatores citados acima, o estudo mencionava que para as indústrias de grande porte a transferência se impunha quase que naturalmente, uma vez que a localização original se tornava completamente inadequada. As empresas, assim, se apoiavam nas vantagens locacionais decorrentes da proximidade da grande aglomeração urbana.

O segundo fator correspondia às necessidades dos novos estabelecimentos industriais, que encontravam nesse território condições locacionais mais vantajosas. Em muitos casos, como citado pelo estudo, apenas o estabelecimento fabril era sediado na Periferia Metropolitana, permanecendo o escritório da empresa no município do Rio; desse modo, o crescimento industrial da Periferia era estruturalmente vinculado à função industrial do núcleo metropolitano, onde se localizavam as sedes das empresas e de onde se comandava todo o processo de produção.

O terceiro fator tratava da implantação industrial cuja origem estava na própria Periferia Metropolitana, em decorrência do mercado local, e que a ganhava nova dimensão quando alcançava o mercado metropolitano. Esse tipo de empresa não era decorrente de decisões oriundas do núcleo metropolitano; normalmente faziam parte

desse segmento algumas pequenas indústrias alimentares, metalúrgicas, fábricas de móveis, artefatos de cimento; etc.

De acordo com o estudo da CODIN (1988), a implantação industrial na Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro podia processar-se de maneiras variadas: tanto através de estabelecimentos isolados, quanto de estabelecimentos de grande porte e, ocasionalmente, estabelecimentos de porte médio<sup>114</sup>.

O estudo mencionava, ainda, que essa mudança de localização industrial poderia ocorrer não apenas em direção à Periferia Metropolitana, mas também em direção a centros isolados fora do âmbito de influência direta da capital fluminense, e que esse fato já era percebido na década de 1970.

Assim, resolveu-se tomar os dados dos Censos Econômicos do IBGE, referentes aos estabelecimentos existentes no Estado do Rio de Janeiro, não apenas para a indústria, mas também para o comércio e os serviços, nos anos de 1970 e 1980. Esses dados foram agregados nas escalas que vêm sendo utilizadas nesta dissertação e são apresentados em termos percentuais na tabela 3.2, abaixo.

Tabela 3.2 – Percentual de Estabelecimentos Existentes nas Escalas Seleccionadas nos Anos de 1970 e 1980.

Escalas	Indústria		Comércio		Serviços	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Capital <sup>1</sup>	56,6	47,2	51,0	46,5	55,3	45,2
RMRJ	75,7	72,6	75,9	83,3	78,8	72,0
Per. RMRJ	19,2	25,4	24,8	36,8	23,5	26,8
Int. ERJ	24,3	27,4	24,1	16,7	21,2	28,0

<sup>1</sup> Os dados da Capital para o ano de 1970, referem-se ao antigo Estado da Guanabara.

Fonte: IBGE - Censos Econômicos de 1970 e 1980.

<sup>114</sup> Na maioria dos casos, os estabelecimentos se instalavam ao longo dos eixos de grande circulação; em outras situações, “agrupavam-se preenchendo bolsões que permaneceram vazios, à retaguarda da franja rural-urbana” (CODIN, 1988). Como exemplo deste segundo caso, o estudo citava a área industrial dos primeiros quilômetros da via Dutra, ainda dentro do município do Rio de Janeiro.

Os dados da tabela 3.2 mostram que a Capital apresentou, entre os anos de 1970 e 1980, uma diminuição no número de estabelecimentos nos três setores analisados, sendo a redução mais significativa no setor de serviços (-18,3%), seguido pela indústria (-16,6%). A Região Metropolitana, no mesmo período, aumentou o número de estabelecimentos comerciais em 9,8%, apresentando redução nos serviços (-8,6%) e na indústria (-4,1%). A escala que obteve os maiores aumentos no intervalo foi a Periferia da RMRJ, que elevou o número de estabelecimentos comerciais em 48,3% e industriais em 32,7%. O Interior do Estado teve uma elevação no número de estabelecimentos de serviços (32,1%) e industriais (12,8%), apresentando uma significativa diminuição nos estabelecimentos ligados ao comércio (-30,9%).

Esses resultados, além de ratificar o estudo realizado pela CODIN (1988) que, entre outras coisas, apontava o crescimento industrial do anel periférico da Região Metropolitana do Rio, já a partir da década de 1970, também mostram um crescimento industrial começando a avançar no sentido do Interior do Estado. Além disso, as atividades comerciais aparentam fixar presença na Periferia da RMRJ e os serviços, no Interior do ERJ.

Em razão dos resultados apresentados nesta seção, pode-se concluir que todas essas informações, de alguma forma, sinalizam a tendência de interiorização das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. Essa tendência, por sua vez, parece coincidir com os dados apresentados no capítulo anterior, quando foi analisada a desconcentração espacial da população no Estado do Rio.

De qualquer forma, a literatura especializada nos ensina que forças centrífugas e centrípetas agem sobre territórios em desenvolvimento, ora dispersando atividades

econômicas para áreas ditas emergentes, ora apresentando tendências de (re)concentração em áreas consideradas dinâmicas.

Essas forças resultam das chamadas "economias de aglomeração", que podem ser identificadas e decompostas, respectivamente, em economias de escala (economias internas, crescentes com o tamanho), economias de localização (economias externas devido à proximidade com outras indústrias ou fatores produtivos) e as economias de infra-estrutura física, bem como de serviços em geral, inclusive do chamado quaternário superior (universidades, centros de pesquisa, prestação de serviços muito especializados a empresas, etc). Estes três elementos do processo aglomerativo agem muitas vezes em conjunto, principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento, criando economias de aglomeração e promovendo a concentração industrial (ISARD, 1956 e 1960).

No entanto, e contraditoriamente, a partir de certo momento a concentração começa a criar "deseconomias" de aglomeração pelo limite à expansão técnica e o fim das economias internas de escala, e em função de "deseconomias" externas, decorrentes do aumento da renda urbana, materializada no preço dos terrenos e aluguéis, nos custos do controle ambiental e de congestão e no aumento dos salários, entre outros. Adicionalmente, a megalopolização acaba por gerar outros custos coletivos, pressionando o Estado (CASTELLS, 1993), bem como custos pendulares promovidos pela movimentação improdutiva de pessoas.

Assim, a partir de certo momento a concentração abre por si mesma a possibilidade de desconcentração. Para que a desconcentração ocorra, esta, por sua vez, requer novas economias de aglomeração em outros espaços (áreas e/ou regiões). Isso ocorre como resultado da difusão do conhecimento, crescimento da população e da renda, expansão do mercado, disponibilidade de recursos e expansão da infra-

estrutura, recriando assim novas formas de concentração, o que Richardson (1975) chamou de “condições para que haja polarização reversa”.

O melhor exemplo para o caso brasileiro é o do Estado de São Paulo, onde se verificou que forças centrífugas para a desconcentração da Região Metropolitana de São Paulo estiveram (e ainda estão) claramente presentes. Deseconomias de aglomeração surgiram na Região Metropolitana desse Estado da Federação. Se por um lado esse fenômeno explica o potencial para a desconcentração ocorrida nas últimas décadas, por outro lado não tem explicado onde e por que novas economias de aglomeração apareceram em outros lugares. Políticas de incentivos beneficiando o Interior por parte dos governos paulistas ou, simplesmente, forças invisíveis proporcionadas pela economia de mercado?

À luz da tendência de desconcentração, a Região Metropolitana de São Paulo, onde uma forte reestruturação produtiva ocorreu em meio à abertura externa da economia brasileira, a partir da década de 1990, muitos municípios paulistas se transformaram nas melhores alternativas locais para os novos investimentos industriais.

E o Estado do Rio de Janeiro? Quais as tendências das últimas décadas? A tendência de desconcentração espacial da população no ERJ parece indicar as pistas do processo de desconcentração das atividades neste Estado? Em caso afirmativo, qual o potencial do processo de desconcentração? Onde e de que forma as novas economias de aglomeração apareceram no Interior do Estado? Qual o papel dos governos fluminenses pós-fusão nesse processo?

Nos capítulos seguintes, pretende-se investigar empiricamente essas tendências, verificando quais os padrões locais que vêm se impondo no Estado do Rio no período pós-fusão e, assim, encontrar as respostas para as perguntas acima.

**Padrões Locacionais e Especializações  
na Economia Fluminense**



## SEGUNDA PARTE

A segunda parte tem por objetivo construir a metodologia objeto desta dissertação. Num segundo momento, são apresentados os resultados empíricos obtidos através do emprego dos Indicadores de Análise Regional selecionados.

Inicialmente, é feita a caracterização do espaço geográfico da análise – o Estado do Rio de Janeiro –, dividindo-o nas quatro escalas geográficas que serão utilizadas nesta dissertação (Capital, Região Metropolitana, Periferia da Região Metropolitana e Interior do Estado), como forma de permitir a realização deste trabalho e, assim, poder verificar a mobilidade espacial das atividades econômicas por entre essas escalas.

Ainda nesta etapa, é definido e caracterizado o período a ser coberto pela análise, bem como a variável-base a ser utilizada no trabalho – a mão-de-obra ocupada –, ressaltando os motivos da escolha dessa variável, bem como as suas limitações.

Na seqüência, tem-se a apresentação da metodologia propriamente dita, com a escolha dos Indicadores a serem utilizados – o Coeficiente de Especialização, o Coeficiente de Reestruturação e o Índice de Mobilidade – e a explicação da forma como a metodologia será conduzida.

Na parte final, são apresentados os resultados empíricos obtidos com os Indicadores mencionados acima, retratando os 'padrões locacionais' no Estado do Rio de Janeiro nas quatro escalas selecionadas, ao longo dos intervalos de tempo previamente escolhidos.

## Caracterização do Espaço de Análise

### 4.1 O Território do Estado do Rio de Janeiro Como Espaço de Análise

Para a realização deste trabalho, dividiu-se o Estado do Rio de Janeiro em quatro escalas geográficas distintas, a saber:

- Capital<sup>115</sup>;
- Região Metropolitana<sup>116</sup>;
- Periferia da Região Metropolitana<sup>117</sup>;
- Interior do Estado<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> A capital do Estado do Rio – o município do Rio de Janeiro.

<sup>116</sup> Será considerada a Região Metropolitana existente antes de outubro de 2001, ou seja, com a presença de vinte municípios, em função do período a ser analisado, uma vez que a Lei Complementar nº 97 de 02/10/2001 retirou o município de Maricá da RMRJ e a Lei Complementar nº 105 de 04/07/2002 retirou os municípios de Itaguaí e Mangaratiba da RMRJ. Assim, a RMRJ a ser estudada terá os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

<sup>117</sup> Composta pelos municípios mencionados na Região Metropolitana, à exceção do município do Rio de Janeiro. Esse termo foi escolhido uma vez que esses municípios representam a ampliação de um núcleo – o município do Rio de Janeiro – em direção à sua periferia imediata.

<sup>118</sup> Os municípios de Angra dos Reis, Aperibé, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Carapebus, Comendador Levy Gasparian, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Iguaba Grande, Italva, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Laje do Muriaé, Macaé, Macuco, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Petrópolis, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Quissamã, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Squarema, Silva Jardim, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios, Valença, Varre-Sai, Vassouras e Volta Redonda.

O corte espacial acima proposto tem como objetivo permitir a investigação maior deste estudo – o comportamento locacional das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao longo das décadas recentes – e, assim, identificar se essas atividades estariam migrando em direção ao Interior do Estado do Rio, num movimento de interiorização semelhante ao verificado nos últimos censos demográficos. Essa divisão em escalas possibilitará, também, entender o caminho tomado pelas atividades, além de permitir estudar a relação entre esses movimentos e o comportamento econômico nos referidos espaços ao longo do período de análise.

Na figura 4.1, pode-se ver cada uma dessas escalas marcadas no mapa do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em diferentes tonalidades de vermelho. A capital do Estado – o município do Rio de Janeiro – é representada pela cor vermelha mais intensa; a Periferia da Região Metropolitana (Per. RMRJ) é marcada pela tonalidade intermediária de vermelho; o Interior do Estado do Rio (Int. ERJ) é simbolizado com a tonalidade mais clara. A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) é a união dos espaços representados pelo vermelho mais intenso e pelo vermelho intermediário.

A numeração que marca cada um dos municípios do Estado, na figura seguinte, tem caráter apenas informativo; não constituindo objeto deste estudo realizar uma análise detida de nenhum município especificamente, mas somente dos espaços selecionados. A relação completa dos municípios do ERJ, com a numeração correspondente na figura 4.1, encontra-se no Anexo 1 deste trabalho.

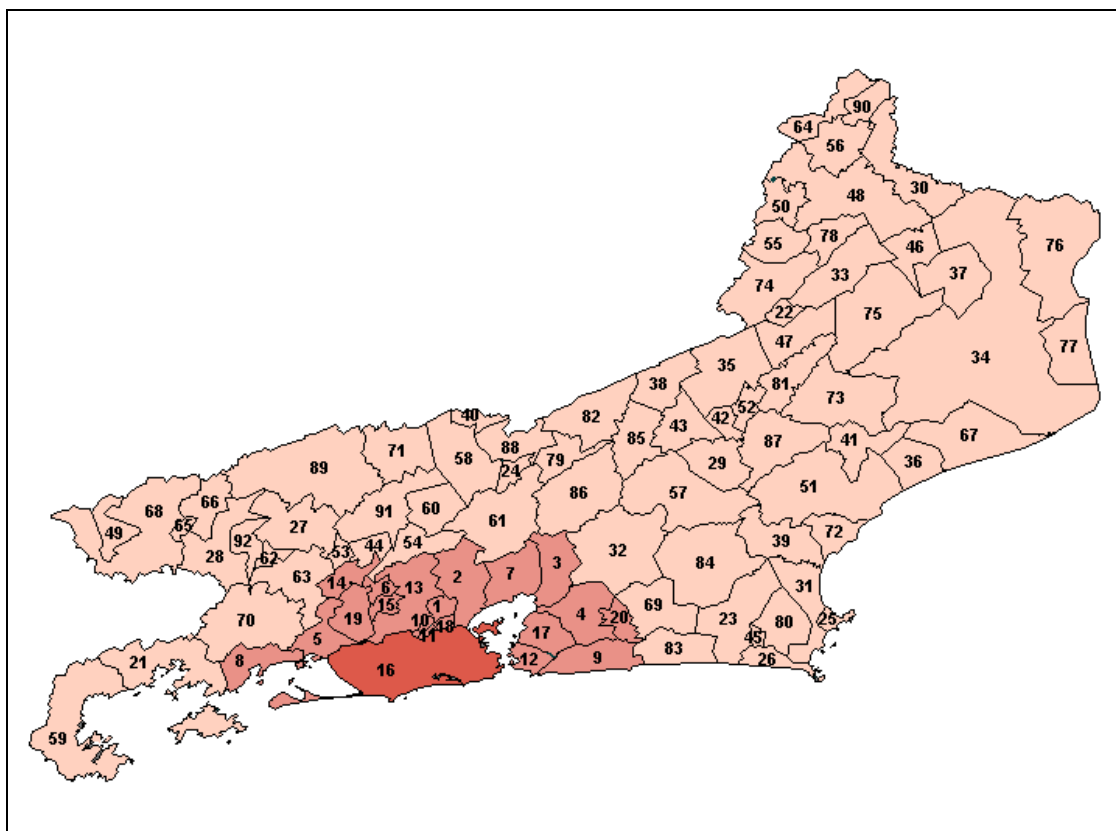


Figura 4.1 – O Estado do Rio de Janeiro nas Escalas Seleccionadas.

A seguir, tem-se a descrição de cada um desses espaços, além da caracterização do próprio Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro<sup>119</sup> cobre uma superfície de 43.696,05 Km<sup>2</sup>, com uma população total de 14.391.282 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico 2000, num total de 92 municípios<sup>120</sup>. É o terceiro Estado mais populoso do País, possuindo a maior taxa de urbanização do Brasil, com 96% da população do Estado residindo em áreas urbanas<sup>121</sup>. Localizado na região Sudeste, faz fronteira com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Ocupando apenas 0,5% do território nacional e abrigando cerca de 8,5% da população brasileira (tabela 4.1), possui um dos maiores

<sup>119</sup> O Estado do Rio de Janeiro, da forma que o conhecemos hoje, passou a existir somente a partir de março de 1975, com a implantação da fusão dos Estados da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio de Janeiro. Mais detalhes, ver no capítulo 1 "A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro".

<sup>120</sup> Divisão municipal de 2001.

<sup>121</sup> Censo Demográfico 2000 – IBGE.

índices de concentração populacional do País, com 329 habitantes por quilômetro quadrado, além de ser uma das principais unidades da federação em termos de Produto Interno Bruto (tabela 4.2).

Tabela 4.1 – População Residente no Ano 2000 e Área Total, Segundo as Unidades da Federação Seleccionadas.

Unidades da Federação Seleccionadas	População		Área Total	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta (Km <sup>2</sup> )	Relativa (%)
<b>BRASIL</b>	<b>169.799.170</b>	<b>100,00</b>	<b>8.514.876,60</b>	<b>100,00</b>
Rio de Janeiro	14.391.282	8,48	43.696,05	0,51
São Paulo	37.032.403	21,81	248.209,43	2,92
Minas Gerais	17.891.494	10,54	586.528,29	6,89
Espírito Santo	3.097.232	1,82	46.077,52	0,54
Paraná	9.563.458	5,63	199.314,85	2,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Área Territorial Oficial.

Tabela 4.2 – Participação Percentual no Produto Interno Bruto, Segundo as Unidades da Federação Seleccionadas (1985 – 2004).

Unidades da Federação Seleccionadas	Participação no PIB									
	1985	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Rio de Janeiro	12,70	11,22	11,01	11,75	12,52	12,35	12,64	12,23	12,60	
São Paulo	36,12	35,47	35,46	34,94	33,67	33,42	32,55	31,80	30,94	
Minas Gerais	9,61	10,01	9,79	9,63	9,64	9,47	9,32	9,29	9,43	
Espírito Santo	1,72	1,86	1,90	1,93	1,96	1,88	1,84	1,86	1,95	
Paraná	5,92	6,07	6,21	6,34	5,99	6,07	6,05	6,36	6,15	

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil.

#### 4.1.1 Capital

O município do Rio de Janeiro é a capital do Estado do Rio desde a implantação da fusão, em março de 1975. Antes disso, constituía um território autônomo no cenário nacional, tendo sido, respectivamente, Capital do País e Estado da Federação<sup>122</sup>.

<sup>122</sup> Mais detalhes, ver capítulo 1.

Com uma superfície de 1.182,296 Km<sup>2</sup> e uma população total de 5.857.904 habitantes<sup>123</sup>, localizado na denominada Região Metropolitana do Estado do Rio; mantém uma forte centralidade econômica em relação ao conjunto da economia estadual e dentro da própria Região Metropolitana, com 33,2% do PIB do Estado<sup>124</sup> (Anexo 2) e 35,5% do ICMS estadual<sup>125</sup>. Possui o segundo maior porto do País, tendo como principais atividades as áreas de comércio, serviços, indústria e turismo.

Como demonstrado no primeiro capítulo, a polarização exercida pela cidade do Rio de Janeiro dentro do território fluminense tem origem histórica, uma vez que a cidade se beneficiou da posição de destaque ocupada no cenário nacional tendo recebido uma imensa gama de recursos e investimentos advindos do Governo Federal ao longo da sua história.

Em 1960, com a mudança da Capital Federal para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, a Cidade-Estado acentuou o processo de perda relativa pelo qual vinha passando juntamente com o restante do território fluminense<sup>126</sup>. Como forma de compensar as eventuais perdas, o Governo Federal optou por manter na cidade sedes de grandes empresas estatais, como Petrobrás, Vale do Rio Doce<sup>127</sup>, Eletrobrás, Embratel, Furnas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de diversos órgãos da administração federal, como o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), entre outros<sup>128</sup>. Tal fato permitiu que a cidade continuasse como importante formadora da opinião nacional durante esse período.

---

<sup>123</sup> Censo Demográfico 2000 - IBGE.

<sup>124</sup> PIB a preço de mercado corrente em 2004.

<sup>125</sup> Dados da Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro referente à arrecadação geral de tributos estaduais no período janeiro-dezembro de 2005.

<sup>126</sup> Como mostrado no primeiro capítulo, São Paulo assumiu a liderança industrial do País logo após Primeira Guerra Mundial.

<sup>127</sup> O leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce ocorreu em 7 de maio de 1997.

<sup>128</sup> Algumas dessas empresas foram criadas durante a vigência do Estado da Guanabara.

Durante a década de 1970, ao mesmo tempo em que adquiriu funções vinculadas diretamente à administração do Estado do Rio, após tornar-se capital do novo Estado, a cidade também foi incluída em metas de planejamento a nível nacional, após a criação da Região Metropolitana fluminense, sendo submetida ao desempenho de funções atribuídas às demais regiões metropolitanas, correspondentes à "modernização conservadora da sociedade brasileira" (DANOWSKI, 1981).

Na década de 1980, o município do Rio de Janeiro sentiu a forte estagnação econômica vivida pela economia brasileira e pela economia fluminense, tendo como reflexo a diminuição do seu crescimento demográfico<sup>129</sup>, especialmente em função da queda do fluxo migratório em direção ao Rio, e o conseqüente envelhecimento da PEA carioca. Segundo Ribeiro (2000), este processo começou a chamar a atenção das diversas instâncias administrativas a partir da década de 1990, por causa das suas conseqüências para a dinâmica do mercado de trabalho, além das questões relacionadas às políticas sociais.

Contudo, a cidade do Rio de Janeiro permanece exercendo uma grande centralidade tanto no Estado quanto na RMRJ, onde detém cerca de 60% das indústrias da Região, 66% do comércio e 79% dos serviços (RAIS, 2004). Apenas na agropecuária, pelas próprias características do município, detém 33% da RMRJ. A cidade do Rio de Janeiro também absorve, em sua estrutura, demandas advindas dos demais municípios da RMRJ.

#### **4.1.2 Região Metropolitana**

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro constitui um caso único no cenário nacional; tendo sido institucionalizada somente em 1974 pela Lei

---

<sup>129</sup> Conforme demonstrado no segundo capítulo.

Complementar nº 20, a mesma que estabeleceu a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara<sup>130</sup>, sendo composta inicialmente de quatorze municípios<sup>131</sup>. Em 1990, o município de Petrópolis deixou de fazer parte da Região Metropolitana<sup>132</sup> e ao longo dessa década e no começo da década seguinte, em função de desmembramentos, novos municípios passaram a integrá-la<sup>133</sup>.

As primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras foram criadas em 1973<sup>134</sup> com a finalidade de tentar resolver o agravamento dos problemas urbanos nos grandes centros (CARDOSO e COELHO, 2003). A criação da RMRJ, no entanto, somente tornou-se viável no ano seguinte uma vez que estaria situada em território de dois Estados diferentes.

As primeiras tentativas para estabelecer os limites da RMRJ foram realizadas durante a década de 1960; foi considerada a integração das diversas municipalidades na vida metropolitana. Além das áreas urbanas adjacentes ao núcleo principal, foram analisados também os núcleos isolados, as áreas desocupadas que aguardavam uma maior valorização, reservas florestais, enclaves agrícolas, etc., cuja existência estava diretamente relacionada à presença atuante da metrópole (FUNDREN, 1984). Pode-se, então, dizer que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é resultado do desenvolvimento de um núcleo – a cidade do Rio de Janeiro – que gradativamente foi ampliando as suas funções, estabelecendo vínculos com os municípios periféricos (FUNDREN, 1984).

---

<sup>130</sup> A Lei Complementar nº 20 de 01/07/1974, ao estabelecer a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, possibilitou a criação da Região Metropolitana do Estado do Rio. A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foi aprovada em 1974 e implantada a partir de março de 1975.

<sup>131</sup> Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Paracambi, Itaguaí, Mangaratiba, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Maricá e Petrópolis.

<sup>132</sup> Lei Complementar nº 64, de 21/09/1990.

<sup>133</sup> Belford Roxo (1993), Japeri (1993), Queimados (1993), Mesquita (2001), Seropédica (1997), Guapimirim (1993) e Tanguá (1997).

<sup>134</sup> A Lei Complementar nº 14 de 08/06/1973, em obediência ao disposto na Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, determinou a criação das Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.



Ao criar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Lei Complementar nº 20/1974 determinou que fosse aplicada à nova Região Metropolitana que se constituía a legislação básica pré-existente, consubstanciada na Lei Complementar nº 14/1973. Dessa forma, a RMRJ passou a ter a mesma composição e atribuições dos órgãos colegiados de consulta e deliberação existentes nas demais Regiões Metropolitanas<sup>135</sup>, sendo estabelecidos como de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns (FUNDREN, 1984):

- a) planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- b) saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgotos e serviço de limpeza pública;
- c) uso do solo metropolitano;
- d) transporte e sistema viário;
- e) produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- f) aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Ao definir as atribuições da entidade metropolitana, a Lei Complementar nº 14/1973 não estabeleceu a forma de sua institucionalização, deixando a cargo dos Estados. O Rio de Janeiro, então, através do Decreto-lei estadual nº 14 de 15/03/1975 instituiu a Fundrem – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entidade com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (CARDOSO e COELHO, 2003). À Fundren coube desempenhar o papel de órgão normativo do planejamento, com a responsabilidade de formular, coordenar e controlar os programas prioritários metropolitanos, através de delegação do Conselho Deliberativo; além de exercer as

---

<sup>135</sup> À época da criação da RMRJ, foram criados um Conselho Deliberativo, sob a presidência do Governador do Estado, e um Conselho Consultivo, onde eram debatidos os problemas da Região Metropolitana.

atribuições legais deste conselho em termos do sistema de planejamento metropolitano (FUNDREN, 1984).

Em 1990, a Fundren foi extinta em decorrência da perda de poder político do órgão, ocasionada por desgastes em função de constantes conflitos com governos municipais envolvendo questões de uso do solo (CARDOSO e COELHO, 2003).

Atualmente, é competência dos Estados instituir Regiões Metropolitanas, conforme definido na Constituição brasileira de 1988, em seu vigésimo quinto artigo, parágrafo terceiro:

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Em relação ao conjunto do Estado, os números referentes à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro impressionam pelas suas dimensões. Essa Região cobre uma superfície de 5.643,792 Km<sup>2</sup> e apresentou no Censo Demográfico de 2000 uma população total de 10.894.156 habitantes, num total de vinte municípios<sup>136</sup>. Exercendo uma grande centralidade no Estado do Rio, concentra a maior parte da população deste Estado – em média 77% de acordo com os últimos censos demográficos – ; concentra ainda 75% dos estabelecimentos<sup>137</sup> (RAIS, 2004), 78% dos empregos formais (RAIS, 2004) e 57,6% da arrecadação de ICMS do Estado<sup>138</sup>; além de possuir 54,6% do PIB estadual<sup>139</sup> (Anexo 2). Nenhuma outra Região Metropolitana do País apresenta percentuais relativos tão elevados como a RMRJ. Essa Região tem como

---

<sup>136</sup> Lembrando que, em função do período a ser analisado, este trabalho adotou a divisão municipal existente antes de outubro de 2001, onde a RMRJ ainda possuía um total de vinte municípios. Como exposto anteriormente, o município de Maricá foi retirado da RMRJ pela Lei Complementar nº 97 de 02/10/2001 e os municípios de Itaguaí e Mangaratiba foram retirados da RMRJ pela Lei Complementar nº 105 de 04/07/2002.

<sup>137</sup> Indústria, comércio, serviços e agropecuária.

<sup>138</sup> Dados da Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro referente à arrecadação geral de tributos estaduais no período janeiro-dezembro de 2005.

<sup>139</sup> PIB a preço de mercado corrente em 2004.

principais atividades o comércio, os serviços e a indústria, com destaque para a fabricação de produtos químicos, vestuário, minerais não-metálicos, produtos alimentícios e metalurgias; pode-se mencionar ainda os transportes e o turismo<sup>140</sup>.

#### **4.1.3 Periferia da Região Metropolitana**

O termo Periferia da Região Metropolitana talvez não seja o mais adequado para retratar os municípios que, à exceção da capital, integram a RMRJ. Porém, essa expressão foi escolhida uma vez que esses municípios representam a extensão de um núcleo – a cidade do Rio de Janeiro – em direção à sua periferia imediata, formando assim uma “comunidade sócio-econômica” (FUNDREN, 1984).

A Periferia da RMRJ tem uma área de 4.461,496 Km<sup>2</sup> e uma população total de 5.036.252 habitantes<sup>141</sup>, sendo composta por dezenove municípios<sup>142</sup>. Possui 21,4% do PIB estadual (Anexo 2) e 22,09% do ICMS do Estado. As principais atividades econômicas no seu território são as mesmas mencionadas para a RMRJ, à exceção da atividade de turismo, que é bem menos expressiva na Per. RMRJ, entre outros motivos, em razão da própria história da cidade do Rio de Janeiro<sup>143</sup>.

Esse espaço sempre esteve diretamente ligado ao núcleo da Região Metropolitana – a cidade do Rio de Janeiro – com uma certa dependência, em função da centralidade maior exercida pelo Rio. Contudo, nos últimos anos, esse grau de dependência vem diminuindo. Em 1985, a Per. RMRJ detinha apenas 23% da indústria da RMRJ, 26% do comércio, 15,9% do setor de serviços e 20,8% da agropecuária da Região

---

<sup>140</sup> Cabe mencionar que os dados da Rais (2004) apontam 12,5% de participação da RMRJ na agropecuária do Estado.

<sup>141</sup> Censo Demográfico 2000 – IBGE.

<sup>142</sup> Lembrando que este trabalho adotou a divisão municipal existente antes de outubro de 2001, quando a RMRJ possuía um total de vinte municípios.

<sup>143</sup> Deve-se ressaltar a presença do município de Niterói neste setor. Há alguns outros municípios da Per.RMRJ que possuem algum tipo de turismo segmentado (histórico, esportivo, ecológico, etc.), ainda que possa ocorrer de forma eventual.

(RAIS,1985). Os dados referentes a 2004 mostram um aumento na participação de todos esses setores na Per. RMRJ em relação à RMRJ. A participação da indústria passou para 40%, a participação do comércio subiu para 33,6%, o setor de serviços teve a sua participação elevada para 20,6% e o setor agropecuário teve uma participação de 66,7% (RAIS, 2004).

O estudo realizado pela CODIN (1988), acerca do Parque Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, acentuava a questão dos desníveis ocorridos na configuração espacial da economia fluminense ao longo dos anos, em decorrência do "grande poder de polarização exercido pela metrópole". Esse documento mostra que em 1986, dos 17.536 estabelecimentos industriais existentes no Estado do Rio, 78,2% estavam localizados na RMRJ<sup>144</sup>, sendo que 46,5% se encontravam no município do Rio<sup>145</sup>.

Nesse documento, além do município do Rio de Janeiro, apenas mais seis municípios da Região Metropolitana mereciam destaque em relação ao número de estabelecimentos industriais naquele ano: Petrópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo e Niterói<sup>146</sup>. Esses municípios, em conjunto, respondiam por 99% do valor da produção industrial da Região Metropolitana.

#### **4.1.4 Interior do Estado**

O Interior do Estado do Rio de Janeiro possui uma área total de 38.052,262 Km<sup>2</sup> e uma população de 3.497.126 habitantes<sup>147</sup>, sendo formado por setenta e dois

---

<sup>144</sup> A Região Metropolitana abordada nesse documento era composta por 14 municípios, tendo o município de Petrópolis como um dos seus integrantes.

<sup>145</sup> O Interior do Estado, que ocupa a maior parcela do território fluminense, abrigava apenas 21,8% dos estabelecimentos industriais.

<sup>146</sup> Lembrando que o município de Petrópolis deixou de fazer parte da RMRJ somente em 1990, de acordo com a Lei Complementar nº 64, de 21/09/1990.

<sup>147</sup> De acordo com o Censo Demográfico 2000 – IBGE.

municípios<sup>148</sup>. Detém 45,4% do PIB estadual<sup>149</sup> (Anexo 2) e 42,4% do ICMS do Estado. Estão presentes no Int. ERJ, a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços e o turismo, entre outros.

Esse território se beneficiou durante muito tempo da presença da economia cafeeira na região, até essa atividade migrar para o planalto paulista. Durante o Estado Novo (1930-1945), foram realizados grandes investimentos federais nesse espaço para fortalecer a economia do antigo Estado do Rio; sendo inauguradas a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Na década de 1960, foi inaugurada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC).

O Interior do ERJ, no que se refere ao setor industrial, detém uma participação mais significativa nos postos de trabalho dos setores Metalurgia, Extração de Minerais e Transformação de Produtos Minerais não Metálicos<sup>150</sup>. Isso é decorrente da presença de algumas grandes empresas no seu território, tais como: a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), no município de Volta Redonda; a Siderúrgica Barra Mansa, no município de Barra Mansa; a Petrobrás, no município de Macaé; e a Lafarge e a Holcim, localizadas no município de Cantagalo – pólo cimenteiro do Estado.

#### **4.2 O Período Coberto Pela Análise**

A análise da estrutura locacional das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro – tema maior deste trabalho – abrangerá o período 1975 – 2004, tendo como pontos intermediários os anos de 1980 e 1995. Nos parágrafos seguintes, tem-se a

---

<sup>148</sup> Divisão municipal de 2001.

<sup>149</sup> PIB a preço de mercado corrente em 2004.

<sup>150</sup> Consultar a Tabela número 4 do Apêndice, onde é apresentada a Matriz de Distribuição da mão-de-obra ocupada no ERJ no ano de 2004, segundo a Rais.

justificativa da escolha dessas datas, além de uma breve caracterização desse período.

O estudo acerca do comportamento locacional das atividades econômicas no Estado do Rio terá início no ano de **1975**, não por acaso. Nesse ano foi implantada a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara<sup>151</sup>, dando origem ao atual Estado do Rio de Janeiro.

Nessa época, vigorava o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Federal. Concebido após o primeiro choque do petróleo, o II PND, como ficou conhecido o Plano, representava a consolidação da estratégia de desenvolvimento econômico adotada pelo Governo Geisel<sup>152</sup> para o período 1975-1979<sup>153</sup>. Justificado por seus formuladores como uma resposta à crise de energia e matérias-primas deflagrada no mercado internacional pelo choque do petróleo, constituiu a mais ampla e articulada experiência de planejamento já realizada no Brasil desde o Plano de Metas<sup>154</sup>.

A política industrial adotada pelo II PND tinha como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e de insumos básicos, além do fortalecimento da empresa privada nacional. A desconcentração industrial foi uma das diretrizes da política industrial prevista no II PND, e confirmada posteriormente na

---

<sup>151</sup> A fusão foi implantada em março de 1975, conforme a Lei Complementar nº 20 de 01/07/1974, conhecida como a "Lei da Fusão".

<sup>152</sup> O General Ernesto Geisel foi o 32º Presidente do Brasil, sendo o 4º Presidente do regime militar. Governou o País entre 1974 e 1979.

<sup>153</sup> Em fins de 1973, o primeiro choque do petróleo veio a comprometer a situação externa favorável em que o País se encontrava, corroborando para elevar a taxa de inflação interna. Em 1974, a economia brasileira estava operando acima do produto potencial, necessitando de grande volume de importações de bens de capital e de matérias-primas, o que contribuía para elevar as pressões inflacionárias e a tendência aos déficits externos, revertendo o ciclo expansivo em consequência dos desequilíbrios externos e internos. Um ajuste recessivo era defendido por alguns. Porém, o Governo brasileiro optou pelo crescimento através do aumento da produção nacional, o que se traduziu na concessão de incentivos por várias formas diferentes, como subsídios, renúncia fiscal, etc., e na diversificação do parque industrial brasileiro. Era o projeto do "Brasil Grande".

<sup>154</sup> Deve-se mencionar que Lessa (1998) criticou o II PND devido ao seu caráter autoritário. Na sua visão, o programa era essencialmente político e feito para, através de um pretenso sucesso econômico, passar a imagem de que o regime militar obteve sucesso.

Resolução nº 14 do CDE<sup>155</sup> de 21/12/1977 (CODATO, 1997). De acordo com essa Resolução, inicialmente, deveriam ser fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Sul do País.

Entre os principais objetivos apresentados pelo II PND estavam (SEPLAN, 1974):

- i) Manter o crescimento acelerado dos anos anteriores, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra superiores às da década anterior ao Plano;
- ii) Reafirmar a política de contenção da inflação de forma gradual;
- iii) Manter em relativo equilíbrio o Balanço de Pagamentos;
- iv) Realizar políticas de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico;
- v) Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações;
- vi) Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País.

Assim, os principais setores contemplados pelo II PND foram:

- i) Insumos básicos, metais não-ferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose;
- ii) Infra-estrutura e energético: ampliar a prospecção e produção de petróleo, energia nuclear, ampliar a capacidade produtiva de energia elétrica (Itaipu) e substituir a utilização de derivados de petróleo por energia elétrica, programa

---

<sup>155</sup> Conselho de Desenvolvimento Econômico, atual CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

- do álcool (Pró-álcool) para substituir a gasolina, expandir o transporte ferroviário (Ferrovia do Aço), ampliar a exploração e utilização de carvão;
- iii ) Bens de capital, fornecendo garantias de demanda, incentivos fiscais e creditícios, reservas de mercado, garantias de políticas de preços para o setor privado.

Em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo e a economia brasileira passou a enfrentar sérias dificuldades com grandes déficits na balança comercial, uma vez que o alto preço do petróleo elevou sobremaneira o peso do produto na pauta de importações do País. Dessa forma, o Brasil começou a década de 1980 com inflação elevada e estagnação econômica<sup>156</sup>.

O segundo ano objeto de estudo desta análise será **1980**. Esse ano marcou no País o início de uma grave crise econômica, com fortes repercussões na economia fluminense. Assim, o Estado do Rio de Janeiro experimentou uma das piores crises de sua história, perdendo posição relativa no cenário econômico nacional e, em muitos casos, apresentando uma estrutura econômico-produtiva degradada (NATAL, 2001).

Tanto a economia quanto a sociedade fluminense sofreram com a crise que se abateu sobre o Estado. A participação relativa do Estado do Rio no PIB brasileiro caiu de 13,73% em 1980 para 10,86% em 1990<sup>157</sup> e a arrecadação do ICMS estadual que em 1980 representava 10,7% do total do imposto no País, caiu para 9,6% de participação em 1985, chegando a 9,2% em 1990; foi somente em 1994 que o ICMS do Estado do Rio voltou a apresentar uma recuperação em termos relativos, subindo para 9,5% do

---

<sup>156</sup> Essa década, no Brasil, foi marcada por forte instabilidade monetária e estagnação econômica, reflexo das restrições impostas ao crescimento pelos juros externos e pelos preços do petróleo no mercado internacional, acirrando o problema da dívida externa do País.

<sup>157</sup> Deve-se mencionar que em 1975, ano da criação do atual Estado do Rio de Janeiro, essa participação havia sido de 15,30%.



total arrecado com o imposto no território nacional<sup>158</sup>. Já a renda per capita fluminense apresentou uma redução de 20,54% entre 1981 e 1993<sup>159</sup>, voltando a crescer em 1995.

Apesar da crise vivida pela economia fluminense nesse período, na primeira metade da década de 1990 o Estado do Rio de Janeiro ainda possuía o segundo parque industrial e o segundo maior mercado consumidor do Brasil, com o PIB industrial do Estado em torno de 12% do PIB industrial brasileiro. Estavam localizadas em seu território as principais reservas de petróleo e de gás natural do País, respondendo suas produções por mais da metade do consumo nacional (NATAL, 2001).

De acordo com Natal (2001), a crise que atingiu o Estado do Rio de Janeiro a partir do início da década de 1980 teria começado ainda na década anterior<sup>160</sup>. Com a continuidade do avanço da economia paulista e o crescimento das economias mineira e capixaba, estas duas últimas em boa parte decorrente de ações realizadas pelo governo militar, o ERJ foi perdendo posição no contexto regional do sudeste, perdendo também seu clássico papel de escoadouro da produção nacional para os portos de Santos em São Paulo e de Tubarão no Espírito Santo<sup>161</sup>; foi gradativamente deixando de ocupar o papel de importante centro de intermediação financeira no País, sendo substituído por São Paulo.

Para Natal (2001), essa crise se constituiu na realidade num conjunto de crises superpostas, tendo como determinantes:

- i) A redução dos investimentos federais no ERJ, associada à falta de projetos de investimentos por parte do setor público federal para o Estado;

---

<sup>158</sup> Em 1975, a participação do ICMS do ERJ no total do imposto no País foi de 12,5%.

<sup>159</sup> Renda domiciliar per capita, segundo dados do Ipeadata - séries históricas.

<sup>160</sup> Natal (2001) cita o exemplo da FIAT automóveis que na primeira metade dos anos de 1970 optou por instalar sua planta industrial no município de Betim em Minas Gerais.

<sup>161</sup> O Porto de Tubarão é o maior porto exportador de minério de ferro do Brasil. Inaugurado em 1966, abriga as transações comerciais da Companhia Vale do Rio Doce, que traz o minério de ferro extraído da região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro até Vitória-ES através da estrada de ferro Vitória-Minas.

- ii) A decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense, especialmente se comparada à indústria paulista;
- iii) A crise conjuntural, resultante da reforma administrativa e da política de contenção salarial<sup>162</sup>.

Em relação ao primeiro determinante, cabe mencionar que tanto a redução dos investimentos públicos federais quanto a ausência da definição de projetos de investimentos para o Estado acabavam fazendo com que outros projetos de investimento fossem suspensos ou adiados. Natal (2001) menciona que, por razões diversas, as lideranças políticas e empresariais fluminense haviam perdido a capacidade de atrair recursos para o Estado do Rio, uma vez que "não atinavam para as mudanças em curso na economia brasileira e mundial" na época.

Já a decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense, notadamente a indústria naval e a siderurgia, indicavam que o ERJ não conseguia se apropriar da "ponta tecnológica" de bens de consumo duráveis, localizada em São Paulo; mostravam ainda a inexistência de uma política industrial integrada que aliviasse as pressões sobre a Região Metropolitana do Estado (NATAL 2001).

No que se refere à crise conjuntural, Natal (2001) lembra que apesar da forte presença do setor terciário no território fluminense, o que pode ter contribuído, em parte, para abrandar os efeitos da crise no Estado, mesmo este setor foi atingido negativamente pelas políticas públicas relacionadas ao funcionalismo e aos aposentados, "sem que políticas estaduais ou municipais consistentes tivessem sido iniciadas" para se contrapor a esse processo<sup>163</sup>.

---

<sup>162</sup> Devido à importância do setor público federal sediado no ERJ, em especial na capital fluminense, a correção a menor das remunerações dos funcionários ativos e inativos da União causou um grande impacto sobre a renda do Estado (NATAL, 2000).

<sup>163</sup> O valor adicionado pelo setor terciário no Estado do Rio, que em 1980 havia sido de 23,3%, em 1992 não chegava a 13%. Já a ocupação no setor terciário fluminense, que em 1980 representava 12,3%, em 1992 havia se elevado para 14,6%, apesar da forte crise econômica existente no período e dos seus efeitos sobre o emprego formal (NATAL, 2001).

Essas foram as principais características que vigoraram na economia fluminense durante toda a década de 1980 e começo da década seguinte. Foi somente a partir de meados da década de 1990 que os indicadores começaram a mostrar uma inflexão na trajetória da crise que se abatia sobre o Estado, sinalizando uma retomada do crescimento econômico.

Assim, tomou-se o ano de **1995** como o terceiro a ser analisado neste trabalho, em decorrência dos dados mais positivos que começavam a despontar na economia fluminense na época.

Santos (2003), embora tenha detectado uma retomada do crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro já a partir do ano de 1994, menciona que, no conjunto dos Estados do sudeste, bem como na média brasileira, "a economia fluminense cresceu menos e respondeu com mais atraso relativo ao processo de expansão verificado a partir do fim do conturbado governo Collor (1990-92)"<sup>164</sup>.

Essa retomada do crescimento na economia fluminense é confirmada pelos números relativos à participação do Estado do Rio no PIB brasileiro, que vinha caindo continuamente desde 1975, tendo intensificado o processo de queda durante a década de 1980, atingido o seu menor percentual em 1989, quando passou a 10,31%; a partir do começo da década de 1990 voltou a subir, chegando a 11,51% de participação em 1995. A renda per capita fluminense é outro dado que parece indicar a retomada do crescimento econômico no Estado; em 1990 essa renda era de aproximadamente US\$3.600,00, chegando em 1996 a quase US\$ 7.000,00 (NATAL 2000). Por fim, a produção industrial do Estado do Rio aumentou cerca de 50% entre 1993 e 2003, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), impulsionada,

---

<sup>164</sup> Deve-se mencionar que, de acordo com Santos (2003), houve uma expansão na economia fluminense entre 1985 e 1989, voltando a se retrair no período 1990-1993; passando a retomar o crescimento a partir de 1994.

principalmente, pela indústria extrativa mineral, com destaque para o petróleo da bacia de Campos.

O ano que encerrará a análise será **2004**, em função da disponibilidade de dados mais recentes referentes à variável-base selecionada.

#### **4.3 A Mão-de-obra Ocupada e o Problema da Informalidade no Estado do Rio**

A variável-chave a ser utilizada neste trabalho será a mão-de-obra ocupada por grupo de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, segundo a nomenclatura da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)<sup>165</sup>. A escolha desta variável se deve a sua regular disponibilidade e à relativa uniformidade para medir e comparar a distribuição das atividades nos espaços selecionados ao longo do período a ser coberto pela análise. Deve-se ressaltar que a variável mão-de-obra, assim como quase todas as demais variáveis disponíveis, sofre algum tipo de limitação, o que não invalida, no entanto, as pesquisas uma vez tomadas as devidas cautelas por parte do investigador ao coletar os dados e ao proceder a análise dos resultados.

Assim, ao se trabalhar com a variável mão-de-obra, deve-se ter especial atenção para o problema da informalidade, que é bastante elevada no Estado do Rio<sup>166</sup>, e para algumas limitações em relação à produtividade e às técnicas de produção, já que duas regiões com níveis de emprego semelhantes em uma mesma atividade podem apresentar volumes de produção diferenciados; outro ponto é o avanço tecnológico ao longo do tempo, contribuindo para diminuir o número de trabalhadores empregados em um determinado setor.

---

<sup>165</sup> O termo 'mão-de-obra ocupada' será utilizado neste trabalho para se referir às pessoas empregadas no setor formal, segundo a nomenclatura da FIBGE, conforme divulgado anualmente pela RAIS/MTE.

<sup>166</sup> A questão da informalidade é contornada ao se utilizar os dados referentes à mão-de-obra ocupada.

Apesar dessas considerações, a variável mão-de-obra ocupada permanece sendo a variável-base mais utilizada, entre outros motivos, por apresentar disponibilidade de dados desagregados por sub-setores de atividades econômicas e por municípios, sem os quais seria praticamente inviável este trabalho, além de ser considerada representativa para medir o crescimento econômico. Outra vantagem é que a mão-de-obra capta parte da reestruturação econômica também pelo lado da demanda<sup>167</sup>, já que mudanças espaciais e setoriais no emprego acabam refletindo no padrão de consumo das famílias, nos deslocamentos a trabalho, migração, etc.

O maior obstáculo ao uso da variável mão-de-obra seria em relação ao elevado grau de informalidade existente na economia do País, uma vez que os dados referentes ao emprego informal mostram que nas duas últimas décadas, como parte do processo de reestruturação sofrida pela economia brasileira, houve um aumento significativo da denominada economia informal. Não se trata, porém, de um fenômeno novo na nossa sociedade, mas que apresentou um aumento bastante expressivo durante a década de 1980. No Brasil, muitas vezes, este fenômeno se confunde com problemas estruturais de distribuição de renda e de ocupação do solo urbano.

Nos parágrafos seguintes, têm-se algumas considerações em relação ao nível de informalidade presente nas economias brasileira e fluminense, onde são apresentados alguns resultados obtidos pela pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF – do IBGE, em 1997 e 2003, e pela pesquisa Economia Informal Urbana no Município do Rio de Janeiro, realizada pelo IBGE no ano de 1994.

---

<sup>167</sup> Em outras variáveis, como o PIB, por exemplo, a reestruturação é vista quase que exclusivamente pelo lado da oferta.

Segundo o IBGE (1999, 2005), não existe um consenso acerca do significado e do alcance exato do que vem a ser setor informal, uma vez que a natureza, a composição e a magnitude deste setor podem variar entre diferentes países e regiões em função do nível de desenvolvimento e da estrutura de suas economias. O IBGE, então, com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), considera setor informal:

- a unidade de produção e não o trabalhador individual;
- as unidades econômicas não agrícolas que produzem bens e serviços com o objetivo principal de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas, excluída a produção para o autoconsumo;
- a produção em pequena escala, com baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho – enquanto fatores de produção.

Cumprir observar que, para o IBGE (1999, 2005), a inclusão no setor informal independe do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, bem como da utilização ou não de ativos fixos, da duração das atividades das empresas e do fato de constituir a atividade principal ou secundária do proprietário da empresa. A ausência de registros também não serve de critério para a definição de setor informal já que a noção de informalidade, no conceito do IBGE, se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a sua situação em relação às autoridades públicas.

Desse modo, de acordo com o Instituto, fazem parte do setor informal todas as unidades econômicas que pertençam a trabalhadores por conta própria ou a empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas,

independentemente de ser a atividade principal ou secundária dos seus proprietários<sup>168</sup>.

A primeira pesquisa conduzida pelo IBGE no sentido de verificar o comportamento da economia informal urbana foi realizada no município do Rio de Janeiro em 1994<sup>169</sup>. Essa pesquisa indicou que as unidades produtivas integrantes do setor informal carioca, em geral, pertenciam a um único proprietário, estando concentradas no comércio e na prestação de serviços pessoais, serviços de reparação e serviços domiciliares. Ou seja, em grande parte, era o trabalhador por conta própria que desenvolvia as suas atividades no próprio domicílio ou no domicílio do cliente; cabe mencionar que o número dos que se encontravam nessa ocupação há mais de uma década era expressivo<sup>170</sup>. Ainda segundo o levantamento do IBGE, as unidades dedicadas aos serviços técnicos ou à indústria de transformação eram pertencentes a pessoas com um melhor nível de formação.

As pesquisas realizadas pelo IBGE em 1997 e 2003 confirmam que o problema da informalidade vem aumentando no País, sobretudo nas principais regiões metropolitanas brasileiras<sup>171</sup>.

---

<sup>168</sup> Assim, foram excluídas do universo da pesquisa as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais. Os trabalhadores domésticos, embora pertencentes ao setor informal, também não foram incluídos na pesquisa realizada pelo IBGE por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria já são investigadas, a cada ano, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

<sup>169</sup> Essa pesquisa de 1994 abrangeu todas as etapas previstas na implantação da pesquisa em nível nacional: seleção de amostra de setores censitários, listagem dos domicílios destes setores, entrevistas, apuração, expansão e tabulação das informações; servindo como 'pesquisa piloto'.

<sup>170</sup> Em geral, os equipamentos utilizados eram os relacionados à própria instalação da unidade e ao transporte de mercadorias; as despesas eram referentes às compras de mercadorias para a revenda; o controle contábil praticamente inexistia ou era realizado pelo proprietário; os preços cobrados raramente eram tabelados, sendo estabelecidos pela concorrência; a maior parte das unidades não possuía qualquer tipo de formalização jurídica, mantendo-se sem clientela fixa ou através de clientes individuais.

<sup>171</sup> Devemos lembrar que o período 1997-2003 foi de grande instabilidade para a economia brasileira, havendo graves crises, em razão, principalmente, da alta vulnerabilidade do País às crises externas, como as que ocorreram nos países asiáticos, em 1997, e na Rússia, em 1998, e da dívida pública crescente, tendo conseqüências sobre o crescimento econômico do País e no desempenho dos pequenos negócios. A crise cambial do final de 1998 levou à desvalorização do Real em janeiro de 1999, com a conseqüente queda dos salários e elevações da taxa básica de juros do Banco Central, além de um maior controle dos gastos públicos. Todo esse cenário contribuiu para um baixo desempenho econômico no período, com reflexos sobre a mão-de-obra.

A tabela 4.3 apresenta a evolução do número de empresas informais e do número de pessoas ocupadas, incluindo os proprietários, empregados com carteira assinada, sem carteira, não remunerados e os que não declararam sua situação, no Brasil e em algumas Unidades da Federação selecionadas, entre 1997 e 2003, com o respectivo percentual em relação ao País.

Tabela 4.3 – Número de Empresas Informais e Pessoas Ocupadas em 1997 e 2003, Segundo as Unidades da Federação Selecionadas.

Unidades da Federação Selecionadas	1997				2003			
	Empresas		Pessoas Ocupadas		Empresas		Pessoas Ocupadas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>BRASIL</b>	<b>9.477.973</b>	<b>100,0</b>	<b>12.870.421</b>	<b>100,0</b>	<b>10.335.962</b>	<b>100,0</b>	<b>13.860.868</b>	<b>100,0</b>
São Paulo	2.155.159	22,7	2.930.743	22,8	2.581.820	25,0	3.414.899	24,6
Minas Gerais	1.068.860	11,3	1.507.289	11,7	1.049.774	10,2	1.380.084	10,0
Rio de Janeiro	943.851	10,0	1.257.920	9,8	863.435	8,4	1.073.074	7,7
Rio Grande do Sul	635.773	6,7	881.054	6,8	701.447	6,8	996.389	7,2
Paraná	558.863	5,9	773.212	6,0	565.026	5,5	831.021	6,0
Espírito Santo	166.177	1,8	248.624	1,9	170.112	1,6	254.937	1,8
Distrito Federal	83.134	0,9	114.992	0,9	95.720	0,9	138.993	1,0

Fonte: IBGE, Economia Informal Urbana 1997 e 2003.

Pelos dados acima, vemos que o número de empresas informais no Brasil<sup>172</sup> aumentou de 9.477.973 unidades, em 1997, para 10.335.962, em 2003, o que representa um crescimento de 9,1%. Já o número total de pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, passou de 12.870.421 para 13.860.868, um aumento de 7,7%.

Deve-se mencionar que dos 10,3 milhões de empreendimentos informais em 2003, 88,0% era composto de trabalhadores por conta própria e somente 12,0% de empregadores. As atividades com maior participação foram, respectivamente: o 'comércio e reparação', com 32,9% de participação; a 'construção civil', com 17,5% e as indústrias, com 15,8% (IBGE, 2005).

<sup>172</sup> Incluindo trabalhadores por conta própria.



O Rio de Janeiro foi um dos poucos Estados do País em que houve redução, tanto no número de empresas informais – passando de 943.851 unidades, em 1997, para 863.435, em 2003; uma queda de 8,5% –, quanto no número de pessoas trabalhando nessas empresas, caindo de 1.257.920 para 1.073.074 pessoas; uma redução de 14,7% no período. Contudo, o nível de informalidade no Estado ainda permanece bastante elevado, sobretudo na sua Região Metropolitana, conforme demonstrado na tabela 4.4, onde é apresentado o total de pessoas ocupadas nas empresas do setor informal no Estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Estado, nos anos de 1997 e 2003, de acordo com os grupos de atividade econômica mostrados na ECINF 1997 e 2003

Tabela 4.4 – Total de Pessoas Ocupadas nas Empresas do Setor Informal no ERJ e na RMRJ em 1997 e 2003, Segundo os Grupos de Atividade Econômica Apresentados na ECINF 1997 e 2003.

Grupos de Atividade Econômica	1997		2003	
	ERJ	RMRJ	ERJ	RMRJ
<b>Total</b>	<b>1.257.920</b>	<b>916.179</b>	<b>1.073.074</b>	<b>815.275</b>
Indústrias de Transformação e Extrativa	126.084	83.984	149.536	102.978
Construção Civil	202.480	151.329	206.326	156.381
Comércio e Reparação	337.011	228.041	280.130	213.990
Serviços de Alojamento e Alimentação	137.186	100.070	107.856	81.278
Transporte, Armazenagem e Comunicações	55.407	41.154	66.159	51.205
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	--	--	89.308	66.830
Educação, Saúde e Serviços Sociais	--	--	57.156	49.189
Serviços de Reparação, Pessoais, Domiciliares e de Diversões	237.051	179.087	--	--
Serviços Técnicos e auxiliares	160.114	129.925	--	--
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	--	--	96.573	76.532
Outras Atividades	2.589	2.589	3.661	3.192
Atividades mal definidas	--	--	16.368	13.701

Fonte: IBGE, Economia Informal Urbana 1997 e 2003.

Os dados mostram que no ERJ a atividade 'comércio e reparação' foi a que mais empregou no setor informal nos dois anos vistos acima, seguindo tendência observada no País. A 'construção civil' e as 'indústrias de transformação e extrativa' também foram grandes absorvedoras de mão-de-obra informal, sobretudo em 2003.

A RMRJ, de acordo com os dados da ENCIF 1997 e 2003, apresentou o segundo maior contingente de pessoas ocupadas na economia informal entre todas as regiões metropolitanas do País, atrás apenas da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Contudo, em termos percentuais, a RMRJ ocupa a primeira posição, com 72,8% do número de pessoas ocupadas nas empresas do setor informal do ERJ em 1997 e 76,0% em 2003<sup>173</sup>, contra uma média de aproximadamente 45% das pessoas ocupadas no setor informal da RMSP em relação ao Estado de São Paulo<sup>174</sup>.

O elevado percentual de participação da Região Metropolitana fluminense no setor informal do Estado do Rio se justifica pela grande concentração populacional na Região e pelo grande número de estabelecimentos informais – 77,6% dos estabelecimentos informais do ERJ em 2003 estavam localizados na RMRJ, segundo dados do IBGE (2005)<sup>175</sup> –. Assim, as atividades econômicas que absorveram mais mão-de-obra no setor informal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre os anos de 1997 e 2003, foram as mesmas verificadas para o Estado do Rio no período; ou seja, 'comércio e reparação', 'construção civil' e as 'indústrias de transformação e extrativa'.

Pelo exposto nos parágrafos acima, tem-se a justificativa do uso da mão-de-obra ocupada como variável-base. Os eventuais problemas decorrentes do uso da mão-de-obra como variável podem ser contornados, em grande parte, com a utilização dos dados referentes à mão-de-obra ocupada, divulgados anualmente no Brasil pela RAIS/MTE, seguindo a nomenclatura da FIBGE.

No capítulo 5 será apresentada a metodologia a ser utilizada neste trabalho.

---

<sup>173</sup> Valor bem próximo do percentual de empregos formais na RMRJ, que é de 78% segundo os dados apresentados na Rais (2004).

<sup>174</sup> Cabe mencionar que nas regiões metropolitanas de Vitória e de Belo Horizonte os percentuais estão em torno de 50% e 25%, respectivamente.

<sup>175</sup> Devemos lembrar que essa Região concentra, em média, 77% da população do Estado, de acordo com os últimos censos demográficos do IBGE, e 75% dos estabelecimentos formais, de acordo com os dados da Rais (2004).

## A Metodologia Empregada na Pesquisa

### 5.1 A Ciência Regional e os Métodos de Análise Regional

A metodologia básica a ser utilizada neste trabalho consiste no emprego de determinados Indicadores de Análise Regional como forma de investigar as tendências de localização espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas e, assim, confirmar ou não a existência de desconcentração espacial das atividades no Estado; através da aplicação desses Indicadores será possível também descobrir onde e de que forma as novas economias de aglomeração estariam surgindo no Estado do Rio. Esses métodos de investigação têm origem na Ciência Regional.

A Ciência Regional nasceu em 1954 quando Walter Isard e alguns economistas espaciais fundaram a *Regional Science Association*. Antes disso, as questões relacionadas ao espaço e à gestão do mesmo eram praticamente ignoradas pelos cientistas (BENKO, 1998)<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> Durante muito tempo, a reflexão acerca dos problemas econômicos era feita suprimindo o fator espaço. Rochefort (1975) explica que "a maior parte das teorias econômicas considerava o funcionamento das atividades produtivas em um espaço perfeitamente fluido, não havendo obstáculos e não entrando custos".

Foi com von Thünen, no começo do século XIX, que surgiu "a primeira verdadeira teoria econômica espacial". Em seu livro, intitulado "O Estado Isolado nas suas Relações com a Agricultura e a Economia Nacional"<sup>177</sup>, publicado em 1826, von Thünen colocava alguns problemas espaciais da economia de troca, como a influência da cidade sobre os preços dos produtos, as relações existentes entre o campo e a cidade, o papel dos transportes na economia, a localização ótima das culturas e a questão da renda fundiária, entre outros. A sua teoria baseava-se na observação empírica, método adverso do pensamento econômico que vigorava no século XIX, onde predominava a análise abstrata (BENKO, 1998)<sup>178</sup>.

Outro importante precursor das primeiras teorias da economia espacial foi Alfred Weber, considerado o 'fundador do modelo da localização industrial'<sup>179</sup>. Inicialmente, Weber procurou estudar de forma empírica a evolução do processo de localização das indústrias na Alemanha entre os anos de 1860 e 1895, para somente depois passar ao trabalho teórico. Assim, buscando respostas teóricas para o problema da localização ótima das empresas, observou que do ponto de vista dos custos de produção, os locais disponíveis para a instalação de uma empresa não eram equivalentes, havendo um local preciso onde a produção se realizaria a um custo mínimo. O problema da localização consistiria, desse modo, em escolher o local ótimo de forma a minimizar os custos e assim poder maximizar o lucro. Weber imaginou que seria mais fácil minimizar os custos de transporte; para tal, elaborou um esquema onde transformava o problema numa equação matemática em que se busca o ponto de equilíbrio correspondente à localização ótima. Weber conduziu a sua análise até o ponto de

---

<sup>177</sup> Do original em alemão "*Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*".

<sup>178</sup> "Von Thünen, foi o primeiro a integrar a noção de distância na economia, a raciocinar em termos marginalistas e a utilizar os cálculos econométricos" (BENKO, 1998). Assim, a investigação inovadora, com base em observações empíricas, de von Thünen inaugurou uma série de trabalhos em economia espacial, passando a influenciar vários investigadores.

<sup>179</sup> Em 1909 publicou um trabalho denominado "*Über den Standort der Industrien*", onde fornecia uma resposta global à questão da localização industrial (BENKO, 1998).

construir uma 'teoria dos sistemas de localização', com trinta anos de antecedência à teoria dos sistemas de redes de áreas de August Lösch<sup>180</sup>.

August Lösch é o último autor que pode ser mencionado como um dos grandes precursores das teorias da economia espacial<sup>181</sup>. Partindo de alguns pressupostos básicos, como: a igualdade da renda e da preferência dos consumidores, a existência de economias de escala na produção do bem final e população distribuída de forma equivalente por todo o território<sup>182</sup>, Lösch desenvolveu, em 1940<sup>183</sup>, um sistema completo de equações, racionalizando segundo a hipótese de uma curva de procura clássica, demonstrando que, com a distância, os custos de transporte aumentavam e que a partir de um certo limite se atingia a área extrema de venda; assim, “os produtores (industriais) de um dado ramo delimitavam os seus raios de ação comercial em função de considerações de racionalidade econômica” (BENKO, 1998). O modelo desenvolvido por Lösch implica a concorrência entre as cidades de forma a suprir produtos na maior área possível, resultando num modelo de formas hexagonais definidas a partir de áreas circulares, devido ao atendimento em cada centro de uma região circular com igual área<sup>184</sup>.

Apesar das contribuições dadas pelos estudiosos alemães às teorias da economia espacial, as questões relacionadas ao espaço e a sua gestão permaneceram ignoradas pelos cientistas, sobretudo pelos investigadores das ciências econômicas, pelo menos até o começo da década de 1940. Foi somente após a Segunda Guerra

---

<sup>180</sup> A obra de Weber ofereceu grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento econômico espacial no século XX, abrindo um campo teórico de investigação denominado 'escola weberiana da localização' (BENKO, 1998).

<sup>181</sup> Evidente que há outros autores que contribuíram com as suas obras, como Alfred Marshall, Tord Palander, Walter Christaller, etc.; porém não constitui objetivo deste trabalho se estender por entre os precursores das teorias da economia espacial, mas somente fornecer uma idéia generalizada acerca dos três autores mais significativos. Para mais detalhes, ver Benko (1998).

<sup>182</sup> Lösch também admitiu que as firmas adicionavam em seus preços os custos do frete.

<sup>183</sup> Em 1940, Lösch publicou seu trabalho, denominado "*Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft*".

<sup>184</sup> Deve-se mencionar que o trabalho de Lösch se baseou, em grande parte, nos estudos desenvolvidos por Walter Christaller que, em 1933, publicou um trabalho denominado "*Die Zentralen Orte in Süddeutschland*", onde procurava explicar a localização de atividades terciárias em um dado território, criando assim a denominada 'Teoria dos Lugares Centrais'.

Mundial que a questão do desenvolvimento econômico começou a ganhar notoriedade, em especial na Europa. Outras questões que começaram a aflorar nessa época, suscitando estudos relacionados ao espaço, foram o problema das desigualdades regionais e os movimentos migratórios<sup>185</sup>.

Assim, surgiram na Europa várias manifestações relacionadas com o desenvolvimento econômico e com as desigualdades territorial e social. Essas manifestações acabaram dando origem à criação de instituições e de instrumentos de política regional, a exemplo dos planos de distribuição territorial, das políticas de desconcentração industrial na Inglaterra e da criação de pólos de desenvolvimento na França (DINIZ, 2001), entre outros. Os fundamentos e a base teórica que nortearam essas experiências foram os estudos acerca de localização e desenvolvimento regional que passaram a ganhar força após a Segunda Grande Guerra.

A Ciência Regional surgiu, então, da necessidade de responder aos problemas levantados pela região, ou pela repartição territorial das atividades; para tal, emprega diversas combinações de investigação analítica e empírica<sup>186</sup>. Desse modo, "o aparecimento e o desenvolvimento da economia regional no pós-guerra encontram-se ligados à qualificação estatal da região como problema", já que, mesmo nos países mais avançados, o crescimento econômico se manifesta de forma desigual no espaço, o que se traduz em disparidades e desigualdades regionais (BENKO, 1998).

---

<sup>185</sup> Cabe lembrar que até a década de 1930, o espaço era tratado basicamente em termos de distância (quantificada em termos de custos) ou, às vezes, como uma área expressa como zona de atração; foi através dos estudos urbanos que o espaço se transformou num lugar caracterizado por valores específicos. Nessa época, a atenção dos economistas voltava-se para a cidade, em decorrência, principalmente, do movimento de urbanização que se acelerava, conferindo a cada dia mais importância às cidades em termos de organização econômica, política, social, e cultural, dentro do espaço regional e nacional (BENKO, 1998); assim muitos economistas começaram a privilegiar a abordagem estatística como forma de identificar as regularidades e as leis aplicáveis às cidades e as observações empíricas passaram a ser confrontados com as hipóteses dos modelos.

<sup>186</sup> Em 1956, Walter Isard e alguns economistas espaciais fundaram, nos Estados Unidos, a denominada *Regional Science Association*, com base nas teorias clássicas de origem alemã sobre localização das atividades econômicas e nos modelos teóricos neoclássicos (DINIZ, 2001).

O nascimento da Ciência Regional<sup>187</sup> coincidiu, assim, com a vontade política de equilibrar o desenvolvimento a nível nacional e mundial. Essa tomada de consciência se acentuou durante o período do pós-guerra – momento em que o crescimento econômico era forte e em que se colocava o problema da sua distribuição de forma eqüitativa –, sendo necessário encontrar métodos e técnicas para gerir corretamente a prosperidade econômica, levando-a a reverter-se em proveito de toda a sociedade (BENKO, 1998). Dessa forma, os políticos e economistas, do pós-guerra, começaram a se voltar para Ciência Regional e para as suas técnicas de gestão do espaço.

A Ciência Regional emprega determinados ‘Métodos de Análise Regional’ de forma a auxiliar na gestão do espaço, facilitando a tomada de decisões. Esses métodos podem ter várias aplicabilidades na administração de um território, podendo ser utilizados, por exemplo, para auxiliar na formulação de políticas de descentralização industrial ou para se conhecer os padrões regionais de crescimento econômico de um dado território, permitindo identificar desigualdades espaciais, controlar os movimentos migratórios, racionalizar os recursos disponíveis, etc.<sup>188</sup>

Este trabalho fará uso de alguns desses Indicadores no intuito de descobrir quais os padrões locacionais que vêm se impondo no Estado do Rio de Janeiro no correr das últimas décadas.

---

<sup>187</sup> De forma paralela, avançava, na Europa, a análise do desenvolvimento desequilibrado, sendo fundada, em 1961, pelos economistas François Perroux, Jacques Boudeville e Walter Isard, a *Association de Science Régionale de Langue Française* (ASRDLF) (BENKO, 1998).

<sup>188</sup> Alguns desses métodos foram desenvolvidos ainda nas décadas de 1950 e 1960 por estudiosos como Isard, Perloff e Dunn, entre outros, e se baseiam em modelos matemáticos e econométricos, desenvolvidos de forma a verificar hipóteses e servindo para orientar a linha de estudos a se percorrer. Mais detalhes, ver Isard (1956 e 1960), Lodder (1974) e Haddad (1989).

## 5.2 Apresentação da Metodologia e Escolha dos Indicadores

A metodologia proposta tem como objetivo fundamental atender a demanda de informações para a realização do estudo maior objeto deste trabalho: analisar o comportamento locacional das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro nas décadas recentes, de forma a identificar os novos padrões locacionais presentes no Estado do Rio.

Para a realização deste estudo, serão utilizados determinados Indicadores de Análise Regional. Através dos resultados fornecidos por esses Indicadores será possível verificar a existência, ou não, de desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado e, assim, encontrar as respostas para as perguntas propostas no terceiro capítulo:

- Quais as tendências locacionais das atividades econômicas no Estado do Rio Janeiro ao longo das últimas décadas?
- Estariam as atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro seguindo a mesma tendência de desconcentração espacial verificada nos últimos censos demográficos para este Estado?
- Em caso afirmativo, qual o potencial do processo de desconcentração no Estado do Rio?
- Onde, e de forma, as novas economias de aglomeração estariam aparecendo no Interior do Estado?

Foram selecionados três Indicadores de Análise Regional, sendo duas medidas de localização (ou medidas regionais): o Coeficiente de Especialização e o Coeficiente de Reestruturação, além do Índice de Mobilidade.



As medidas regionais concentram-se na análise da estrutura produtiva de cada região, investigando o grau de especialização ou diversificação das economias regionais num dado ano (Coeficiente de Especialização), bem como o processo de reestruturação observado entre dois ou mais anos (Coeficiente de Reestruturação). Assim, através desses dois Indicadores será possível conhecer traços da fisionomia de um determinado território, em um dado momento ou ao longo de um período.

O outro Indicador selecionado foi o Índice de Mobilidade. Este Indicador se apresenta como sendo a medida mais adequada quando se considera a influência dos fenômenos relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento espacial diferenciados sobre as atividades econômicas nos espaços da análise, de acordo com a noção de mobilidade espacial das atividades, entendida como movimento de reação e adaptação das atividades econômicas no tempo e no espaço.

Os Indicadores de Análise Regional têm como principal limitação a impossibilidade de se estabelecer relações de causa e efeito. Os resultados obtidos com os Indicadores mostram apenas tendências e regularidades, o que não cerceia o seu campo de atuação; muito pelo contrário, através dos seus resultados pode-se conhecer os caminhos que deverão ser percorridos para uma melhor tomada de decisão, uma vez que os Indicadores de Análise Regional sinalizam as medidas a serem tomadas; quais atividades merecem um estudo mais aprofundado; etc, além de permitir um conhecimento mais detalhado de cada território.

Considerando a mão-de-obra ocupada como variável-base, definem-se para o cálculo das medidas de localização:

A distribuição percentual do emprego, na região: 
$$i^e j = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \quad (1)$$

A distribuição percentual do emprego setorial, entre regiões: 
$$j^e i = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \quad (2)$$

Sendo:  $E_{ij}$  = emprego no setor i do espaço j;

$\sum_i E_{ij}$  = emprego em todos os setores do espaço j;

$\sum_j E_{ij}$  = emprego no setor i no conjunto dos espaços.

Lembrando: 
$$\sum_i i^e j = 1,00 \quad ; \quad \sum_j j^e i = 1,00$$

Têm-se, portanto:

$$i^e . = \sum_j i^e j \quad (3) \quad e \quad j^e . = \sum_i j^e i \quad (4)$$

### 5.2.1 Coeficiente de Especialização (CE)

O Coeficiente de Especialização mede a extensão do desvio da distribuição da variável escolhida num dado espaço em relação à distribuição dessa mesma variável para o conjunto dos espaços em questão; ou seja, compara a estrutura produtiva da região j com a estrutura produtiva nacional (o conjunto dos espaços). Trata-se de uma medida útil para o analista regional que procura implementar uma política de diversificação (ISARD, 1960).

A característica do Coeficiente de Especialização é a comparação de dois percentuais de distribuição aplicados em um dado setor. Neste estudo, irá comparar a estrutura produtiva dos espaços  $j$  (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ) com a estrutura produtiva do ERJ, ao longo dos anos selecionados para a análise, de forma a verificar se houve especialização ou diversificação em tal estrutura.

Os limites para o valor deste Coeficiente são 0 e 1. Se o território analisado tiver um *mix* proporcional de indústrias idênticas ao conjunto dos espaços, o Coeficiente de Especialização será zero; caso contrário, se a variável-base no território estiver concentrada em uma determinada atividade o Coeficiente se aproximará da unidade.

O Coeficiente de Especialização do espaço  $j$  é definido como:

$$CE_j = \frac{\sum (i^e_j - i^e \cdot)}{2}, \text{ sendo } i^e_j \text{ e } i^e \cdot \text{ definidas em (1) e (3), respectivamente.}$$

### 5.2.2 Coeficiente de Reestruturação (CR)

O Coeficiente de Reestruturação relaciona a estrutura da variável-base escolhida, num dado espaço, entre dois anos distintos como forma de avaliar o grau de mudança nessa estrutura espacial ao longo do período; ou seja, mede o grau de mudança em um determinado espaço  $j$  num dado período. Neste trabalho, irá medir o grau de mudança na estrutura produtiva de cada um dos espaços  $j$  selecionados (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ) nos quatro intervalos de tempo previamente escolhidos<sup>189</sup>.

---

<sup>189</sup> Esses intervalos serão definidos a seguir.

O Coeficiente de Reestruturação tem por limites os valores 0 e 1. Quando o Coeficiente for igual a 0, não terão ocorrido modificações na composição setorial do território em questão. O Coeficiente igual à unidade indica a ocorrência de uma reestruturação profunda na composição setorial desse território.

Assim, o Coeficiente de Reestruturação do espaço  $j$  é definido por:

$$CR_j = \frac{\sum_i (|i^{t_1} j - i^{t_0} j|)}{2}, \text{ sendo } i^e j \text{ definida em (1), enquanto } t_1 \text{ e } t_0 \text{ são dois}$$

períodos de tempo quaisquer ( $t_1$  e  $t_0$ ).

Por tratar-se de um coeficiente dinâmico foram definidos quatro períodos para a sua análise:

- o primeiro período, referente à reestruturação passada (1975 – 1980):

onde,  $t^0 = 1975$  e  $t^1 = 1980$ ;

- o segundo período, referente à reestruturação intermediária (1980 – 1995):

onde,  $t^0 = 1980$  e  $t^1 = 1995$ ;

- o terceiro período, referente à reestruturação recente (1995 – 2004):

onde,  $t^0 = 1995$  e  $t^1 = 2004$ ;

- o quarto período, referente à evolução histórica da reestruturação (1975 – 2004):

onde,  $t^0 = 1975$  e  $t^1 = 2004$ .

### 5.2.3 Índice de Mobilidade (IM)

Através do Índice de Mobilidade, pode-se detectar as diferentes aptidões locacionais de uma dada atividade num determinado território. Neste estudo, irá verificar o padrão locacional das atividades econômicas selecionadas em cada uma das escalas de trabalho previamente escolhidas (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ), nos quatro períodos selecionados para a análise da mobilidade<sup>190</sup>.

A mobilidade, entendida como movimento estrutural para se detectar as diferentes aptidões existentes de uma dada atividade num determinado espaço/território, parte da construção de Indicadores de Mobilidade, calculados segundo uma variável pertinente pré-estabelecida (no presente caso, a mão-de-obra ocupada) que retrate o nível de atividade, comparando o nível da mesma ao final do período estabelecido e o nível teórico construído; ou seja, se a atividade no tempo  $t$  da escala em questão tivesse evoluído conforme a mesma progressão do conjunto de escalas territoriais em estudo (ERJ) entre os tempos  $t$  e  $t'$  (ANDRADE, 1992).

O indicador de mobilidade ( $a_{ij}$ ) permite comparar o comportamento dos espaços escolhidos a partir dos diferentes padrões de mobilidade do pessoal ocupado detectados em cada escala.

Assim, temos por construção o Índice de Mobilidade:

$$a_{ij} = \frac{x_{ij}^{t'} - \left[ \frac{X_j^{t'}}{X_j^t} \right] \cdot x_{ij}^t}{x_{ij}^{t'}},$$

---

<sup>190</sup> Esses períodos serão definidos a seguir.

Onde:

$a_{ij}$  mobilidade da atividade ( j ) no espaço ( i ) no período considerado;

$x_{ij}^t$  nível real da atividade ( j ) no tempo  $t'$ , medido pela variável pertinente escolhida no espaço ( i );

$\left[ \frac{X_j^{t'}}{X_j^t} \right] \cdot x_{ij}^t$  nível teórico da atividade no tempo  $t'$  ;

$X_j^{t'}$  nível real da atividade ( j ) no tempo  $t'$  no contexto do somatório dos espaços considerados (Estado do Rio de Janeiro);

$X_j^t$  nível real de atividade ( j ) no tempo t no contexto do somatório dos espaços considerados (Estado do Rio de Janeiro);

$x_{ij}^t$  nível real de atividade ( j ) no tempo (t-n), medido pela variável pertinente escolhida no espaço ( i );

$x_{ij}^{t'}$  fator de ponderação sobre a diferença (positiva ou negativa) encontrada entre o nível da atividade ( j ) no tempo t e o nível teórico da atividade ( j ) no tempo  $t'$ .

Os tempos t e  $t'$  representam, para fins de cálculo do Índice, respectivamente, o momento inicial e o momento final do período levado em consideração.

Para o cálculo do índice de mobilidade são definidos, a partir dos anos em questão, quatro períodos para a análise da mobilidade, a saber:

- período referente à evolução passada da mobilidade (1975 – 1980):

onde,  $t = 1975$  e  $t' = 1980$ ;

- período referente à evolução intermediária da mobilidade (1980 – 1995):

onde,  $t = 1980$  e  $t' = 1995$ ;

- período referente à evolução recente da mobilidade (1995 – 2004):

onde,  $t = 1995$  e  $t' = 2004$ ;

- período referente à evolução histórica da mobilidade (1975 – 2004):

onde,  $t = 1975$  e  $t' = 2004$ .

De forma a estabelecer a classificação da mobilidade, os índices de mobilidade (IM) serão divididos em quatro intervalos e assim classificados:

$a_{ij} \leq 0$ = Mobilidade <b>NEGATIVA</b>
$0 < a_{ij} < 0,30$ = Mobilidade <b>FRACA</b>
$0,30 \leq a_{ij} < 0,70$ = Mobilidade <b>MÉDIA</b>
$0,70 \leq a_{ij} \leq 1$ = Mobilidade <b>FORTE</b>

Com base nestas amplitudes, teremos a dinâmica locacional e a estrutura regional dos setores de atividades. A partir dessa classificação, os dados referentes à mobilidade serão apresentados nos Quadros Resumo da Mobilidade.

### **5.3 O Desenvolvimento da Metodologia**

O desenvolvimento da metodologia proposta pressupõe o cumprimento das seguintes etapas básicas:

- 1) Definição das escalas geográficas a serem estudadas;
- 2) Escolha do intervalo de tempo a ser coberto pela análise;
- 3) Escolha da variável-base;
- 4) Seleção dos Indicadores de Análise Regional a serem utilizados;
- 5) Escolha das atividades que terão o comportamento analisado no tempo;
- 6) Coleta dos dados referentes ao período abrangido pela análise;
- 7) Organização das informações nas Matrizes de Distribuição;
- 8) Construção das Matrizes de Informação Básica.

#### **O corte espacial no território fluminense**

De forma a permitir a realização deste trabalho e, assim, poder investigar as tendências locacionais das atividades econômicas no território fluminense, o Estado do Rio de Janeiro foi dividido nas quatro escalas geográficas apresentadas no capítulo 4: Capital, Região Metropolitana, Periferia da Região Metropolitana e Interior do Estado<sup>191</sup>.

Esse corte espacial fez-se necessário uma vez que este estudo objetiva analisar, entre outras coisas, a mobilidade das atividades econômicas por entre essas quatro escalas; sem o qual, portanto, o trabalho seria inviável.

---

<sup>191</sup> Detalhes acerca de cada uma dessas escalas, encontram-se no capítulo 4. A relação completa dos municípios que integram essas escalas encontra-se no Anexo 1.



## **O intervalo de tempo coberto pela análise**

Como descrito no capítulo 4, este estudo abrangerá o intervalo 1975 – 2004, tendo os anos de 1980 e 1995 como pontos intermediários.

A escolha do ano inicial, 1975, deve-se ao fato de ser o ano em que foi implantada a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e da criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O ano seguinte da análise, 1980, foi escolhido por marcar o início da forte crise que assolou o Estado do Rio durante mais de uma década. O ano de 1995 foi selecionado pelo fato da economia do ERJ, nessa época, estar iniciando uma inflexão na sua trajetória de crise, retomando o crescimento. E, a escolha do ano final, deve-se ao fato de ser o ano mais próximo da atualidade com disponibilidade de dados<sup>192</sup>.

## **A variável-base selecionada**

Como já mencionado no capítulo anterior, a variável-base utilizada será a mão-de-obra ocupada por grupo de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, segundo a nomenclatura da FIBGE<sup>193</sup>.

Entre as principais razões que levaram à escolha desta variável, estão:

- A sua disponibilidade de forma regular ao longo dos anos. Uma vez que este trabalho irá levantar dados num intervalo de quase trinta anos (1975–2004), esse fator torna-se primordial, sob pena de invalidar os estudos;

---

<sup>192</sup> O detalhamento da escolha dessas datas, bem como uma caracterização do período, encontram-se no quarto capítulo, na seção 4.2, referente ao “Período Coberto Pela Análise”.

<sup>193</sup> Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- O fato de apresentar os dados desagregados por sub-setores de atividades econômicas e por municípios. Talvez este tenha sido um dos principais motivos que levaram à escolha da variável mão-de-obra ocupada – sem o qual não seria possível a realização deste trabalho;
- A relativa uniformidade apresentada pela variável mão-de-obra ocupada, permitindo medir e comparar a distribuição das atividades nos espaços selecionados para a análise ao longo do período a ser estudado;
- A representatividade da mão-de-obra para medir o crescimento econômico<sup>194</sup>.

### **Indicadores de Análise Regional a serem utilizados**

Como mencionado anteriormente, os Indicadores de Análise Regional escolhidos foram: o Coeficiente de Especialização, o Coeficiente de Reestruturação e o Índice de Mobilidade<sup>195</sup>.

### **As atividades selecionadas**

Para a escolha dos sub-setores de análise econômica, pensou-se no nível de desagregação das atividades e na possível compatibilização entre os anos em que os dados são fornecidos pelo IBGE – 1975 e 1980 – e os anos em que os dados são disponibilizados pela RAIS/MTE – 1995 e 2004<sup>196</sup>.

Assim, chegou-se a um total de 27 sub-setores de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro:

---

<sup>194</sup> Além desses fatores, a variável mão-de-obra ocupada ainda possui a vantagem de captar parte da reestruturação econômica também pelo lado da demanda. Mais detalhes acerca da escolha desta variável, encontram-se no quarto capítulo.

<sup>195</sup> Detalhes acerca da escolha desses Indicadores foram apresentados a cima.

<sup>196</sup> Os dados referentes ao emprego formal no Brasil são disponibilizados pela RAIS/MTE a partir de 1985; antes disso, esses dados eram fornecidos pelos censos econômicos do IBGE.

- 01- Extração de Minerais
- 02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos
- 03- Metalúrgica
- 04- Mecânica
- 05- Material Elétrico e de Comunicações
- 06- Material de Transporte
- 07- Madeira
- 08- Mobiliário
- 09- Papel e Papelão
- 10- Borracha
- 11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem
- 12- Química
- 13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários
- 14- Perfumaria, Sabões e Velas
- 15- Produtos de Materiais Plásticos
- 16- Têxtil
- 17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos
- 18- Produtos Alimentares
- 19- Bebidas
- 20- Fumo
- 21- Editorial e Gráfica
- 22- Diversas
- 23- Comércio Varejista
- 24- Comércio Atacadista
- 25- Serviços de Alojamento e Alimentação
- 26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão
- 27- Serviços Diversos

### **Coleta dos dados referentes ao período abrangido pela análise**

De forma a desenvolver este trabalho, serão coletados dados referentes à mão-de-obra ocupada por grupos de atividades econômicas em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1975, 1980, 1995 e 2004, nos sub-setores de atividades econômicas do IBGE escolhidos<sup>197</sup>, conforme apresentados na RAIS/MTE<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> Os sub-setores selecionados são apresentados acima.

<sup>198</sup> São necessários determinados ajustes/agregações que permitam compatibilizar os dados entre os diferentes anos escolhidos, de modo a elaborar as Matrizes de Distribuição.

## Organização das informações nas Matrizes de Distribuição

O ponto de partida para iniciar os cálculos referentes aos Indicadores de Análise Regional selecionados é a organização das informações em uma matriz que levanta a distribuição setorial-espacial da variável-base escolhida (a mão-de-obra ocupada).

A matriz aqui denominada Matriz de Distribuição será aquela onde são dispostos os dados brutos referentes à mão-de-obra ocupada por sub-setor de atividade e escalas selecionadas. Cada linha da matriz apresenta a distribuição da mão-de-obra ocupada em cada um dos 27 sub-setores de atividades econômicas nas escalas geográficas escolhidas e cada coluna apresenta a estrutura das atividades em cada uma das escalas.

Para a construção da matriz, definem-se:

$E_{ij}$  = emprego no setor  $i$  do espaço  $j$ ;

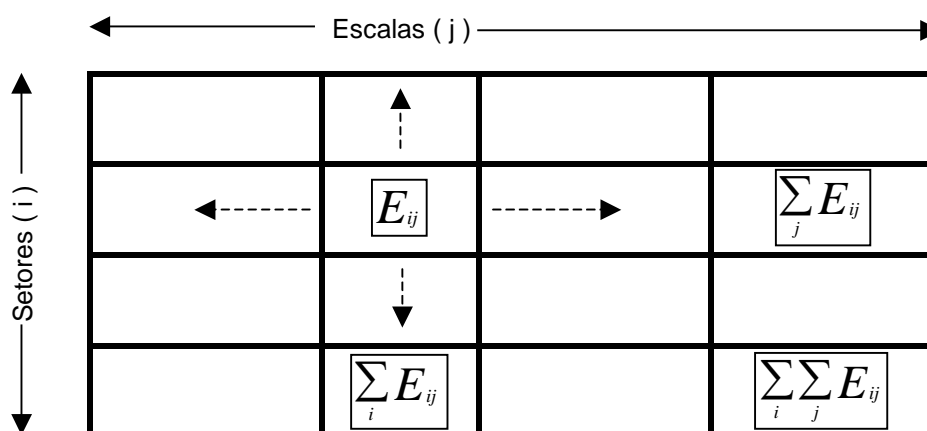
$\sum_i E_{ij}$  = emprego em todos os setores do espaço  $j$ ;

$\sum_j E_{ij}$  = emprego no setor  $i$  no conjunto dos espaços;

$\sum_i \sum_j E_{ij}$  = emprego em todos os setores no conjunto dos espaços.

O que chamamos de espaço  $j$  é cada uma das escalas objeto de estudo, respectivamente. O que denominamos setor  $i$  é cada um dos setores de atividade que estudaremos, segundo a nomenclatura do IBGE.

Assim, temos a Estrutura da Matriz de Distribuição:



### Construção das Matrizes de Informação Básica

De modo a facilitar os cálculos dos Coeficientes de Especialização e de Reestruturação é construída, a partir da Matriz de Distribuição, uma segunda matriz, aqui denominada Matriz de Informação Básica. Esta matriz mostra, em termos percentuais, a distribuição da mão-de-obra em cada território por setor produtivo.

Os elementos da Matriz de Informação Básica podem ser assim definidos:

$$i^e_j = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}}$$

distribuição percentual da mão-de-obra ocupada nas escalas por sub-

setor de atividade econômica;

$$E_{ij} =$$

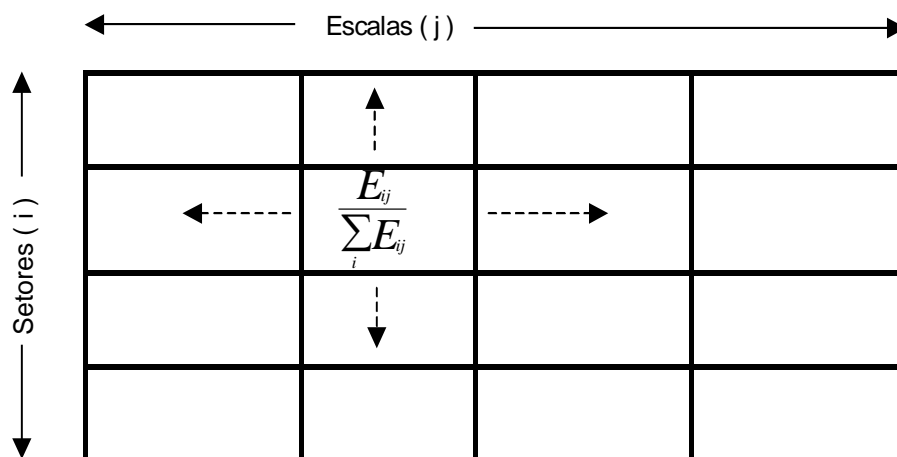
emprego no setor i do território/espço j;

$$\sum_i E_{ij} =$$

emprego em todos os setores do território/espço j.

Lembrando:  $\sum_i i^e j = 1$  e  $i^e = \sum_j i^e j$

A Estrutura da Matriz de Informação Básica pode ser assim representada:



Uma vez os dados dispostos nas matrizes acima, pode-se iniciar os cálculos dos Indicadores selecionados.

No capítulo seguinte, serão apresentados os resultados referentes à análise empírica, obtidos através dos cálculos dos três Indicadores de Análise Regional escolhidos.

## **Padrões Locacionais no Espaço da Análise**

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise empírica mostrando a reestruturação regional, os componentes e as formas de difusão espacial do desenvolvimento econômico nos espaços selecionados para a análise.

Algumas considerações iniciais a respeito do desenvolvimento deste capítulo merecem ser feitas no que se refere ao objetivo aqui proposto. Inicialmente, cumpre lembrar que os Indicadores selecionados, quais sejam: o Coeficiente de Especialização, o Coeficiente de Reestruturação e o Índice de Mobilidade, bem como os demais Indicadores de Análise Regional, são de natureza meramente descritiva e não explicativa, cabendo ao analista a tarefa de procurar interpretá-los. Porém, como no processo de produção de um espaço atuam inúmeras variáveis, tanto de caráter exógeno como de caráter endógeno, não se deve esperar uma lógica precisa acerca do desenvolvimento econômico dentro dos espaços de análise selecionados. Ademais, em alguns desses espaços, em decorrência do nível de agregação e da grande diversidade econômica entre os municípios, seria inviável promover tal diagnóstico.

## **6.1 A Especialização e a Reestruturação Espacial das Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao Longo das Décadas Recentes**

Para se medir a especialização e a reestruturação espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas, tomou-se, respectivamente, dois Indicadores de Análise Regional, o Coeficiente de Especialização e o Coeficiente de Reestruturação.

Aplicando-se cada uma dessas medidas nos espaços de análise anteriormente descritos e dentro dos anos e/ou períodos previamente selecionados, obteve-se os resultados apresentados a seguir. Primeiramente, são mostrados os resultados e feitas as análises relativas ao Coeficiente de Especialização, para somente depois serem feitas as considerações a respeito do Coeficiente de Reestruturação.

### **6.1.1 A Especialização nos Espaços da Análise**

Como sabemos, o Coeficiente de Especialização compara a estrutura produtiva de um determinado território com a estrutura produtiva nacional, com o objetivo de verificar se houve especialização ou diversificação no território considerado em relação ao conjunto dos espaços analisados. Neste estudo, irá comparar a estrutura produtiva de cada uma das escalas selecionadas (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ) com a estrutura produtiva do ERJ, que representa o conjunto dos espaços selecionados para esta análise.

O Coeficiente de Especialização (CE) tem como limites os valores 0 e 1. Se o território em questão apresentar um *mix* de indústrias semelhante ao conjunto dos espaços, o Coeficiente tenderá a zero; caso contrário, se no território a variável-base propender a uma determinada atividade, o Coeficiente tenderá à unidade.



A tabela 6.1, abaixo, apresenta os resultados relativos aos cálculos dos Coeficientes de Especialização ao longo dos anos de análise nas respectivas escalas de trabalho. O detalhamento desses resultados por entre as atividades selecionadas pode ser encontrado nas tabelas de número 9 a 12 do Apêndice<sup>199</sup>.

Tabela 6.1 – Coeficiente de Especialização nas Escalas Selecionadas ao longo dos Anos de Análise.

Escalas	Anos			
	1975	1980	1995	2004
Capital	0,08755	0,05042	0,09282	0,10030
RMRJ	0,03829	0,02410	0,04597	0,04913
Per. RMRJ	0,19242	0,09442	0,15476	0,12176
Int. ERJ	0,20521	0,09899	0,19973	0,16299

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 9 a 12 do Apêndice.

Iniciando pela Capital, vemos que essa escala no ano de 1975 apresentou um Coeficiente de Especialização (CE) de 0,08755, o que indica que a variável-base pode estar concentrada em alguma atividade. Observando a tabela número 9 do Apêndice, onde é apresentado o detalhamento dos cálculos do CE para o ano de 1975, percebe-se que o principal responsável pelo resultado do CE da Capital nesse ano foi o setor 'Comércio Varejista', seguido de 'Produtos Alimentares'<sup>200</sup>; dois setores já tradicionais na economia carioca. No ano de 1975, como sabemos, foi implantada a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, dessa forma a economia carioca ainda seguia de forma bastante diversa do restante do Estado.

<sup>199</sup> Cumpre mencionar desde já que o setor 'Serviços Diversos' não será incluído na presente análise em decorrência da sua grande amplitude e a conseqüente possibilidade de distorção da análise. Os dados referentes ao Coeficiente de Especialização deste setor, ao longo dos anos selecionados, encontram-se nas tabelas de número 9 a 12 do Apêndice.

<sup>200</sup> Devemos lembrar que, sendo o Coeficiente de Especialização um indicador de análise regional, o fato de mencionar qual atividade econômica teve maior participação no seu resultado em um dado ano pode não significar muita coisa, tendo caráter apenas informativo.

No ano de 1980, o CE da Capital caiu para 0,05042, mostrando que o nível de participação proporcional das atividades econômicas nesse território estaria um pouco mais próximo do nível de participação dessas mesmas atividades no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), podendo ser um reflexo dos primeiros anos pós-fusão. Pela tabela número 10 do Apêndice, nota-se que os segmentos 'Comércio Atacadista' e 'Produtos Alimentares' foram os maiores responsáveis pelo resultado do CE da Capital nesse ano. A ascensão da importância do 'Comércio Atacadista' no resultado do CE da Capital em 1980 e, em contrapartida, a queda do 'Comércio Varejista' parecem indicar que economia carioca sentiu mais rapidamente os efeitos internos da crise que se abateu sobre a economia brasileira na época, com a conseqüente redução dos investimentos federais no Estado, do que propriamente os seus efeitos externos, uma vez que o aumento da participação do 'Comércio Atacadista' no resultado do CE da Capital seria em grande parte resultado de operações realizadas no porto do Rio<sup>201</sup>.

Em 1995, a Capital elevou o valor do seu CE para 0,09282, superando os resultados encontrados nos dois primeiros anos da análise, o que indica uma tendência à especialização desse território em determinada atividade. O setor 'Comércio Varejista' retornou ao nível de participação verificado no primeiro ano da análise, seguido da 'Metalúrgica', de acordo com os dados da tabela número 11 do Apêndice. O crescimento desses dois setores sinaliza a retomada do crescimento econômico e a elevação da renda na Capital.

Em 2004, o Coeficiente de Especialização da Capital foi o mais elevado entre todos os anos verificados (0,10030), mostrando um provável ganho de especialização desse território em determinadas atividades. Pela tabela número 12 do Apêndice, nota-se que 'Comércio Varejista' foi a atividade mais importante para esse resultado, seguida

---

<sup>201</sup> Cabe lembrar que, segundo Natal (2001), o porto do Rio de Janeiro já vinha perdendo importância no contexto nacional para outros portos brasileiros desde a década de 1970.

de 'Serviços de Alojamento e Alimentação' e 'Metalúrgica'. O aumento da participação dos 'Serviços de Alojamento e Alimentação' se deve ao grande número de padarias e confeitarias e atividades afins<sup>202</sup>, reforçando a tradição do setor de serviços na Capital.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) apresentou em 1975 um CE de apenas 0,03829, denotando que o nível de especialização existente nesse território não se diferenciava muito do padrão verificado para o Estado, o que indica que nenhuma atividade econômica da RMRJ se destacou em relação ao ERJ nesse ano; as atividades com maior participação no resultado do CE da RMRJ foram 'Produtos Alimentares' e 'Têxtil'. Especificamente no que tange ao setor 'Têxtil', devemos lembrar que o território fluminense já detinha uma forte presença neste segmento desde o começo do século XX, sendo a indústria têxtil fluminense a mais importante da região sudeste para o País.

Para o ano de 1980, a RMRJ apresentou um CE ainda menor (0,02410), sinalizando que o nível de especialização das atividades econômicas presentes nessa escala estaria se aproximando do padrão existente no Estado do Rio; ou seja, nenhuma atividade econômica na RMRJ apresentou um grau de especialização muito significativo em comparação com o ERJ em 1980; as atividades que tiveram maior participação no resultado do CE da RMRJ nesse ano foram, respectivamente: 'Têxtil', 'Metalúrgica', 'Produtos Alimentares' e 'Comércio Atacadista', podendo significar que estas atividades divergiram um pouco mais do padrão apresentado pelo conjunto do ERJ em 1980.

Em 1995, o Coeficiente de Especialização da RMRJ subiu em relação aos anos vistos anteriormente, passando para 0,04597; porém, ainda apresentando um valor muito

---

<sup>202</sup> Também fazem parte do segmento 'Serviços de Alojamento e Alimentação' os hotéis, bares e restaurantes.

baixo, o que significa que não houve um nível de especialização expressivo na RMRJ em 1995. A atividade 'Metalúrgica' foi a mais significativa para esse resultado, mostrando que apesar da crise vivida pelo Estado durante a década de oitenta a Região Metropolitana fluminense ainda conseguiu manter um razoável nível de participação no setor.

No ano de 2004, o CE da RMRJ novamente apresentou um aumento em comparação com o ano de análise anterior, mas permanece ainda com um valor baixo, de apenas 0,04913, significando que nenhuma atividade econômica da RMRJ se destacou muito em relação ao ERJ. A 'Metalúrgica' continuou sendo a principal atividade no resultado do CE da RMRJ em 2004, confirmando a importância deste setor para a Região Metropolitana do Estado.

A Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Per. RMRJ) teve em 1975 um CE de 0,19242, indicando um ganho de especialização desse território em relação ao ERJ; revendo a tabela número 9 do Apêndice, percebe-se que a atividade 'Comércio Varejista' foi a principal responsável pelo resultado. O dado reflete a tendência verificada para esse território desde final da década de 1950, quando a Per. RMRJ começou a se destacar nas atividades de comércio e de serviços, em decorrência do grande crescimento populacional pelo qual passou entre as décadas de 1940 e 1960<sup>203</sup>, motivado em grande parte pelos investimentos realizados pelo Governo Federal na região.

Já em 1980, a Per. RMRJ teve o seu CE reduzido para 0,09442, permanecendo esse território com um grau de especialização ainda relativamente elevado. A atividade 'Comércio Varejista' teve a maior participação no resultado do CE da Per. RMRJ,

---

<sup>203</sup> Entre os Censos Demográficos de 1940 e 1960, a população da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro aumentou cerca de 235%.

seguida por 'Comércio Atacadista' e 'Material de Transporte'. Esse valor parece ser reflexo dos primeiros sinais da crise pelo qual viria a passar o território fluminense; todavia, mostra que a Per. RMRJ demorou um pouco mais para sentir os primeiros sinais da crise que se iniciava no ERJ, uma vez que o desempenho do 'Comércio Varejista' normalmente indica a existência de renda.

Para o ano de 1995, a Per. RMRJ mostrou um ganho no resultado do Coeficiente de Especialização (0,15476), porém ficando abaixo do valor do CE no primeiro ano analisado. Esse dado indica que a Per. RMRJ segue se especializando em determinadas atividades. O 'Comércio Varejista' novamente foi a principal atividade no valor do CE da Per. RMRJ, elevando a sua participação em relação aos anos estudados anteriormente. Dois setores vêm apresentando um aumento significativo de participação no resultado do Coeficiente de Especialização desta escala ao longo dos anos estudados: 'Serviços de Alojamento e Alimentação' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão', sobretudo este último; essa maior participação pode ser explicada pelo grande aumento do número de estabelecimentos relacionados a essas atividades, como bares, restaurantes e casas de espetáculos, nos municípios que compõem a Per. RMRJ, no período em questão.

Em 2004, a Per. RMRJ registrou uma queda no valor do seu CE, passando a 0,12176; contudo, esse valor ainda é bem superior ao apresentado no ano de 1980, mostrando assim, que esse território vem mantendo um certo nível de especialização. A atividade econômica com a maior participação nesse resultado foi 'Comércio Varejista', seguida de 'Serviços de Alojamento e Alimentação' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão', confirmando a tendência de crescimento na participação destas duas últimas atividades.

O Interior do Estado do Rio de Janeiro (Int. ERJ) apresentou, em 1975, um CE de 0,20521, indicando que esse território possuía uma distribuição ocupacional divergente da apresentada para o conjunto do Estado, com um grau de especialização elevado em determinadas atividades, sendo as atividades 'Produtos Alimentares' e 'Têxtil' as que tiveram maior participação no resultado desse CE.

Em 1980, o Int. ERJ teve uma queda no valor do seu CE, passando para 0,09899. Ainda assim, esse valor sinaliza uma estrutura ocupacional divergindo da verificada para o Estado como um todo, confirmando a especialização da escala em questão. De acordo com os dados da tabela 10 do Apêndice, o setor que teve a maior participação nesse resultado foi 'Têxtil', seguido de 'Metalúrgica' e 'Produtos Alimentares'.

No ano de 1995, o Int. ERJ apresentou um aumento bastante significativo no seu Coeficiente de Especialização, indo para 0,19973; 'Metalúrgica' foi a atividade com a maior participação nesse resultado, de acordo com os dados da tabela número 11 do Apêndice; o grande aumento na participação deste setor se deve à abertura de grandes empresas ligadas a esse segmento nos municípios de Macaé, Barra Mansa e Volta Redonda.

Em 2004, o Coeficiente de Especialização do Int. ERJ mostrou um decréscimo no seu valor, mas permanecendo, ainda assim, elevado; num forte sinal de que esse território vem apresentando uma estrutura ocupacional divergente da estrutura ocupacional do Estado do Rio. A tabela 12 do Apêndice aponta o setor 'Metalúrgica' como sendo o que mais contribuiu para esse resultado, embora tenha apresentado uma queda na sua participação em comparação ao ano de análise anterior.

Pelos resultados mostrados acima, percebe-se que as duas escalas que apresentaram o CE mais elevado ao longo de todo o período de análise foram o Int. ERJ e a

Per.RMRJ. Mesmo no ano de 1980, quando o CE apresentou uma diminuição em todas as escalas, ainda assim essas duas mantiveram um CE relativamente elevado. Pelo conceito do CE, esse fato indica que tanto o Int. ERJ quanto a Per. RMRJ estariam se distanciando do padrão de atividades econômicas verificado para o ERJ. A RMRJ foi a escala com os menores valores de CE nos quatro anos estudados, indicando uma semelhança da sua estrutura ocupacional com a do ERJ. A Capital apresentou nos dois primeiros anos de análise um CE muito baixo, passando a registrar um ganho no seu valor somente a partir de 1995, sinalizando que essa escala estaria começando a se distanciar do padrão de especialização existente no ERJ.

Assim, concluída a análise do desempenho dos Coeficientes de Especialização nas escalas acima, cabe uma consideração a respeito da aplicação deste coeficiente. O fato de ser um indicador estático, impossibilita a realização de uma análise intertemporal dos espaços selecionados. Outra questão reside no fato de que, como indicador estático, uma vez que o Coeficiente de Especialização verifica o quanto determinado espaço geográfico se especializou em relação ao conjunto dos espaços, ao se trabalhar com duas escalas que juntas se complementam formando o conjunto maior dos espaços da análise, sempre ocorrerá a equivalência de participação percentual de cada uma das atividades estudadas em ambas as escalas, dificultando, dessa forma, uma análise pormenorizada da especialização nesses dois espaços. Contudo, o Coeficiente de Especialização se mostra uma ferramenta de grande valia para se conhecer o nível de especialização nas escalas.

Devido a esses pontos, optou-se por utilizar um segundo indicador de análise regional, o Coeficiente de Reestruturação. Este indicador, ao contrário do primeiro, é uma medida dinâmica, atuando de forma intertemporal entre os anos de análise dentro de cada escala de trabalho.

### 6.1.2 A Reestruturação nos Espaços da Análise

Nesta segunda parte, tem-se a análise dos resultados obtidos com o uso do Coeficiente de Reestruturação (CR) em cada uma das escalas anteriormente citadas; lembrando que este indicador, ao contrário do Coeficiente de Especialização, é uma medida dinâmica.

O Coeficiente de Reestruturação, como já mencionado, relaciona a estrutura da variável-base, num dado território, entre dois anos distintos como forma de medir o grau de mudança nessa estrutura espacial durante o período. Neste trabalho irá avaliar o grau de mudança na estrutura espacial de cada uma das escalas selecionadas (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ) entre os intervalos de tempo previamente escolhidos.

Esse Coeficiente tem por limites os valores 0 e 1. Um CR igual a 0, significa que não houve modificação na composição setorial do território em questão; já, um CR igual à unidade indica a ocorrência de uma reestruturação profunda na composição setorial desse território.

Assim, a tabela 6.2 apresenta os resultados referentes aos cálculos dos coeficientes de reestruturação ao longo dos períodos de análise nas escalas de trabalho. Para se verificar o detalhamento do Coeficiente de Reestruturação apresentado em cada uma das escalas entre os períodos de análise, deve-se reportar às tabelas de número 13 a 16 do Apêndice<sup>204</sup>.

---

<sup>204</sup> Cumpre mencionar que o setor 'Serviços Diversos' não será incluído na presente análise em decorrência da sua grande amplitude e a conseqüente possibilidade de distorção da análise. Os dados referentes ao Coeficiente de Reestruturação deste setor, ao longo dos períodos selecionados, encontram-se nas tabelas de número 13 a 16 do Apêndice.



Tabela 6.2 – Coeficiente de Reestruturação nas Escalas Seleccionadas ao longo dos Períodos de Análise.

Escalas	Períodos			
	Passado ( 1975-1980 )	Intermediário ( 1980-1995 )	Recente ( 1995-2004 )	Histórico ( 1975-2004 )
Capital	0,11593	0,14716	0,11003	0,25741
RMRJ	0,13508	0,16652	0,11047	0,24537
Per. RMRJ	0,24717	0,26388	0,13235	0,28245
Int. ERJ	0,22722	0,29355	0,17962	0,28651

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 13 a 16 do Apêndice.

Começando pela Capital, vemos que no período passado (1975-1980) esta escala apresentou um CR de 0,11593, indicando a presença de reestruturação, ainda que pouco significativa; de acordo como os dados da tabela 13 do Apêndice, o setor 'Editorial e Gráfica' foi a atividade que mais contribuiu para esse resultado, seguida por 'Comércio Atacadista' e 'Comércio Varejista'<sup>205</sup>.

No período intermediário (1980-1995), houve um aumento no valor do Coeficiente de Reestruturação da Capital, passando para 0,14716, sinalizando a existência de reestruturação na referida escala, porém ainda não muito significativa. Os dados da tabela número 14 do Apêndice mostram que a Capital apresentou uma mudança expressiva na composição do seu CR nesse período, diminuindo a participação de 'Editorial e Gráfica' e aumentando a de 'Comércio Varejista', sendo esta a atividade com maior participação no resultado do CR da Capital no período em questão. Uma observação deve ser feita no que concerne à atividade 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' que teve a sua participação no CR da Capital muito elevada em comparação ao período de análise anterior; outra atividade que também apresentou um aumento expressivo na sua participação no resultado do CR da Capital no referido período foi 'Mecânica'.

<sup>205</sup> Sendo o Coeficiente de Reestruturação um indicador de análise regional, o fato de mencionar qual atividade econômica teve maior participação no seu resultado num dado período tem caráter informativo.

No período recente (1995-2004), o CR da Capital caiu para 0,11003, mostrando uma baixa reestruturação. A atividade 'Comércio Varejista', embora tenha diminuído a sua participação no resultado final do CR da Capital nesse período, ainda permanece como a principal atividade para esse resultado. Os 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' tiveram uma diminuição considerável, praticamente retornando à posição que ocupavam no primeiro período analisado. O setor 'Produtos Alimentares' teve um expressivo aumento de participação em relação aos demais períodos analisados.

No período histórico de análise (1975-2004), a Capital apresentou uma reestruturação significativa (0,25741), indicando a existência de uma forte modificação na sua composição setorial ao longo dos anos a partir da fusão. O 'Comércio Varejista' foi o grande responsável por esse resultado, seguido pelos 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos', 'Serviços de Alojamento e Alimentação' e 'Mecânica'.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) teve no período passado (1975-1980) um CR de 0,13508, mostrando a presença de reestruturação setorial nessa escala no referido período, ainda que não muito expressiva. O setor 'Comércio Varejista' foi o principal responsável por esse valor, seguido de 'Comércio Atacadista' e 'Editorial e Gráfica'.

No período intermediário de análise (1980-1995) o Coeficiente de Reestruturação da RMRJ foi de 0,16652, mostrando um ganho em relação ao período anterior e conseqüente aumento na reestruturação dessa escala. O 'Comércio Varejista' apresentou uma elevação significativa em sua participação no resultado do CR da RMRJ, sendo a principal atividade para esse resultado. Os 'Serviços de Diversões,

Rádiodifusão e Televisão' elevaram significativamente a sua participação, sendo a segunda atividade que mais contribuiu para o valor do CR da RMRJ nesse período.

No período recente de análise (1995-2004), o CR da Região Metropolitana do RJ caiu para 0,11047, significando uma menor reestruturação nessa escala no período . O setor 'Comércio Varejista' permaneceu como a principal responsável por esse valor, de acordo com os dados da tabela 15 do Apêndice, embora tenha apresentado uma queda na sua participação. O setor 'Produtos Alimentares' mostrou um ganho na sua participação, enquanto os 'Serviços de Diversões, Rádiodifusão e Televisão' apresentaram uma queda considerável.

No período histórico da análise (1975-2004) a RMRJ ficou com um CR de 0,24537; o que indica uma reestruturação considerável. O setor 'Comércio Varejista' foi o grande responsável pelo resultado do CR da RMRJ no período histórico.

A Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Per. RMRJ) apresentou no período passado (1975-1980) um CR de 0,24717, indicando a existência de uma reestruturação setorial relativamente elevada. 'Comércio Varejista' foi a atividade com maior participação nesse resultado, seguida de 'Produtos Alimentares' e 'Metalúrgica'.

No período intermediário (1980-1995), a Per. RMRJ mostrou um CR bastante elevado (0,26388), sinalizando uma forte reestruturação nesse território. 'Comércio Varejista' permanece como a atividade com maior participação no resultado do CR da Per.RMRJ, em seguida vem 'Comércio Atacadista' que teve um considerável aumento na sua participação, porém ainda com participação muito inferior ao 'Comércio Varejista'.

No período de análise recente (1995-2004), há uma forte queda no valor do CR da Per. RMRJ, passando para 0,13235. Esse resultado mostra uma diminuição no nível de reestruturação das atividades econômicas da Per. RMRJ no período em questão. Mais uma vez, 'Comércio Varejista' foi a atividade com maior participação nesse resultado. Os seguimentos 'Bebidas' e 'Produtos Alimentares' aparecem em seguida, porém com participação bem menos expressiva.

O Coeficiente de Reestruturação apresentado pela Per. RMRJ no período histórico (1975-2004), foi de 0,28245, o que indica que houve uma forte reestruturação setorial nesse território ao longo das décadas a partir da fusão. 'Comércio Varejista' foi a atividade econômica com maior participação nesse resultado. Os seguimentos 'Produtos Alimentares', 'Metalúrgica' e 'Material de Transporte' também tiveram uma significativa participação no período.

O Interior do Estado do Rio de Janeiro (Int. ERJ) apresentou um CR de 0,22722 no período passado da análise (1975-1980); valor relativamente elevado, mostrando a presença de reestruturação espacial das atividades econômicas. As principais responsáveis por esse resultado foram: 'Produtos Alimentares' e 'Comércio Varejista', seguidas por 'Têxtil' e 'Metalúrgica'.

No período intermediário (1980-1995), o Int. ERJ teve um CR de 0,29355, o que indica a existência de significativa mudança na estrutura espacial desse território durante o período em questão. 'Comércio Varejista' foi a atividade mais importante para esse resultado, com aumento na sua participação em relação ao período anterior. A segunda atividade com maior participação no resultado do CR do Int. ERJ foi 'Metalúrgica'. Deve-se ressaltar a queda na participação dos setores 'Produtos Alimentares' e 'Têxtil'.

No período de análise recente (1995-2004), o CR do Int. ERJ caiu para 0,17962, porém ainda permanecendo com um valor razoavelmente elevado se comparado com a queda verificada no CR das demais escalas no mesmo período, mostrando que mesmo num período de baixa reestruturação setorial, o Int. ERJ foi o território onde houve a maior modificação na composição setorial. A atividade 'Metalúrgica' passou a ser a mais importante para o resultado do CR, seguida por 'Comércio Varejista' e 'Produtos Alimentares'. Deve-se notar que 'Produtos Alimentares' e 'Extração de Minerais' apresentaram uma significativa elevação em termos de participação no resultado do CR do Int. ERJ nesse período, enquanto o 'Comércio Varejista' mostrou um pequeno declínio.

Analisando o período histórico (1975-2004), vemos que o CR do Interior do ERJ apresentou um valor bastante elevado (0,28651), sinalizando a existência de forte reestruturação setorial nesse território a partir da fusão. Os principais responsáveis por esse resultado foram 'Comércio Varejista', 'Produtos Alimentares' e 'Têxtil'. Pode-se mencionar ainda 'Mecânica' e 'Extração de Minerais', porém com participação menos significativa.

Para encerrar as análises referentes ao Coeficiente de Reestruturação é necessária uma última consideração a respeito do desempenho de cada uma das escalas estudadas ao longo dos intervalos de tempo analisados. Observando a tabela 6.2, percebe-se que todas as escalas demonstraram a presença de significativa reestruturação no período histórico (1975-2004), sinalizando mudança na estrutura setorial dessas escalas ao longo dos anos desde a fusão do (antigo) Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

O Int. ERJ apresentou um CR relativamente elevado nos quatro intervalos de tempo analisados. A Per. RMRJ também apresentou valores bastante expressivos para o CR;

à exceção do intervalo 1995-2004, quando todas as escalas mostraram redução nos seus respectivos CR.

A RMRJ foi a escala que apresentou o menor CR no período 1975-2004. Já a Capital, apesar de ter demonstrado um CR relativamente baixo nos três primeiros intervalos estudados, mostrou um CR elevado no período histórico da análise, num sinal claro de mudança na sua composição setorial.

## **6.2 A Mobilidade Espacial das Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao Longo das Décadas Recentes**

Para avaliar a mobilidade espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, empregou-se o Índice de Mobilidade (IM). Através deste indicador, pode-se detectar as diferentes aptidões locacionais de uma dada atividade num determinado território. Neste estudo, irá verificar o padrão locacional das atividades econômicas selecionadas em cada uma das escalas de trabalho (Capital, RMRJ, Per. RMRJ e Int. ERJ), ao longo dos intervalos de tempo previamente escolhidos.

Abaixo, são apresentados os quadros com os resumos da mobilidade espacial das atividades econômicas selecionadas nas quatro escalas de trabalho. A mobilidade, assim, é classificada como Forte, Média, Fraca ou Negativa, segundo explicação dada anteriormente; em caso de inexistência de mobilidade devido à impossibilidade do cálculo por falta de dados para alguma atividade econômica em algum ano, este fato é assinalado com um traço. Os resultados dos cálculos do Índice de Mobilidade são apresentados nas tabelas 17 e 18 do Apêndice.

Passando à análise dos resultados, tem-se a apresentação do quadro-resumo da mobilidade na **Capital** (quadro 6.1), onde é exibido o resumo da mobilidade dessa escala ao longo dos períodos previamente escolhidos. Para uma melhor compreensão desse quadro é necessário observar os resultados do cálculo da mobilidade na Capital, mostrados na tabela 17 do Apêndice.

Quadro 6.1 – Quadro-Resumo da Mobilidade na Capital ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas.

Atividades	Capital			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	--	Forte	Negativa	Fraca
02- Transformação de Prod. Minerais não Metálicos	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
03- Metalúrgica	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
04- Mecânica	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
05- Material Elétrico e de Comunicações	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
06- Material de Transporte	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
07- Madeira	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
08- Mobiliário	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
09- Papel e Papelão	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
10- Borracha	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	Fraca	Negativa	Fraca	Negativa
12- Química	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
14- Perfumaria, Sabões e Velas	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
15- Produtos de Materiais Plásticos	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
16- Têxtil	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
18- Produtos Alimentares	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
19- Bebidas	Negativa	Negativa	Fraca	Negativa
20- Fumo	--	--	Negativa	Negativa
21- Editorial e Gráfica	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
22- Diversas	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
23- Comércio Varejista	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
24- Comércio Atacadista	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
25- Serv. de Alojamento e Alimentação	Negativa	Fraca	Negativa	Fraca
26- Serv. de Diversões, Radiodifusão e Televisão	Fraca	Negativa	Negativa	Negativa
27- Serv. Diversos	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa

Elaboração própria a partir dos dados da tabela 17 do Apêndice.

Pelo quadro acima, percebe-se que no período **1975-1980**, somente as atividades 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' apresentaram mobilidade positiva, ainda que fraca. Para a 'Extração de Minerais' e para o 'Fumo' não foi possível calcular o IM devido à inexistência de alguns

dados no ano de 1980. Em relação às atividades com IM negativo, cabe ressaltar que os setores 'Borracha' e 'Química' foram os que apresentaram a maior negatividade no período sinalizando que essas atividades podem ter migrado para fora da Capital no intervalo de tempo observado<sup>206</sup>.

No período **1980-1995**, houve um aumento no número de atividades econômicas com mobilidade positiva; porém, praticamente todas ainda são classificadas como tendo mobilidade fraca. A exceção está no setor 'Extração de Minerais' que atingiu o valor mais elevado do Índice de Mobilidade, indicando ser fortíssima a mobilidade dessa atividade na presente escala dentro do período analisado. Os setores que apresentaram um IM fraco são: 'Mecânica', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Material de Transporte', 'Borracha', 'Química', 'Produtos Alimentares', 'Editorial e Gráfica', 'Comércio Varejista' e 'Serviços de Alojamento e Alimentação', mostrando que houve mobilidade dessas atividades na Capital no período em questão. As atividades com IM mais negativo foram 'Metalúrgica', 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem', 'Mobiliário', 'Papel e Papelão', e 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos'. Interessante notar que neste período, apesar de ter aumentado o número de atividades com IM positivo, aumentou também o nível de negatividade dos setores considerados mais negativos pelo IM.

Em **1995-2004**, tem-se um aumento do número de atividades que apresentaram mobilidade negativa, praticamente retornando ao desempenho apresentado pelo IM na Capital no primeiro período analisado, salvo algumas variações em relação à negatividade do IM de cada setor. Apenas duas atividades apresentaram mobilidade positiva, porém fraca: 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' e 'Bebidas'; o primeiro

---

<sup>206</sup> A atividade 'Serviços Diversos' não será incluída na presente análise de forma não destoar do procedimento adotado com os dois primeiros indicadores, o que poderia comprometer um eventual confronto dos resultados. Os dados referentes ao Índice de Mobilidade desta atividade, por entre as escalas selecionadas, encontram-se nas tabelas de número 17 e 18 do Apêndice.



já havia apresentado mobilidade positiva no período referente à evolução inicial da mobilidade, o segundo aparece pela primeira vez com mobilidade positiva. Deve-se observar que o setor 'Extração de Minerais', que no período de análise anterior havia mostrado um IM muito elevado, apresenta no período atual um IM muito negativo. Outro setor que aparece na análise presente divergindo bastante do verificado na análise anterior foi o 'Material de Transporte', que antes havia apresentado uma mobilidade fraca; aparece agora com uma mobilidade muito negativa. Entre as atividades que também apresentaram mobilidade bastante negativa neste período estão, ainda, 'Madeira', 'Têxtil' e 'Papel e Papelão'.

No período histórico de análise da Capital, **1975-2004**, somente as atividades 'Extração de Minerais' e 'Serviços de Alojamento e Alimentação' apresentaram mobilidade positiva, ainda que fraca. As atividades 'Material de Transporte', 'Papel e Papelão', 'Mobiliário', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos', 'Transformação de Produtos Minerais não Metálicos' e 'Têxtil' tiveram mobilidade muito negativa, significando que algumas dessas atividades podem ter deixado essa escala durante o referido período.

Uma observação a ser feita em relação à mobilidade na Capital está no fato de que o único período analisado onde se constatou um aumento no número de atividades com mobilidade positiva foi o período 1980-1995; em todos os demais períodos objetos de análise essa escala apresentou predominância de mobilidade negativa. A atividade 'Extração de Minerais' apresentou um IM muito forte apenas nesse período, permanecendo com a sua mobilidade inexistente, negativa ou fraca em todos os demais períodos.

O quadro 6.2, mostra o resumo da mobilidade na **Região Metropolitana do Rio de Janeiro** (RMRJ) ao longo dos períodos pré-selecionados. Os resultados obtidos com

os cálculos do Índice de Mobilidade (IM) para essa escala podem ser encontrados na tabela de número 17 do Apêndice.

Quadro 6.2 – Quadro-Resumo da Mobilidade na RMRJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas.

Atividades	RMRJ			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	Negativa	Média	Negativa	Negativa
02- Transformação de Prod. Minerais não Metálicos	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
03- Metalúrgica	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
04- Mecânica	Fraca	Fraca	Negativa	Negativa
05- Material Elétrico e de Comunicações	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
06- Material de Transporte	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
07- Madeira	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
08- Mobiliário	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
09- Papel e Papelão	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
10- Borracha	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	Fraca	Negativa	Negativa	Negativa
12- Química	Negativa	Negativa	Fraca	Negativa
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	Fraca	Negativa	Negativa	Negativa
14- Perfumaria, Sabões e Velas	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
15- Produtos de Materiais Plásticos	Fraca	Fraca	Negativa	Negativa
16- Têxtil	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
18- Produtos Alimentares	Negativa	Negativa	Fraca	Negativa
19- Bebidas	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
20- Fumo	—	—	Fraca	Negativa
21- Editorial e Gráfica	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
22- Diversas	Fraca	Negativa	Negativa	Negativa
23- Comércio Varejista	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
24- Comércio Atacadista	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
25- Serv. de Alojamento e Alimentação	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa
26- Serv. de Diversões, Radiodifusão e Televisão	Fraca	Negativa	Fraca	Negativa
27- Serv. Diversos	Negativa	Fraca	Negativa	Negativa

Elaboração própria a partir dos dados da tabela 17 do Apêndice.

Observando este quadro, nota-se que a RMRJ no período **1975-1980** apresentou seis atividades econômicas com fraca mobilidade espacial; são elas: 'Mecânica', 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Diversas' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão'. Não se pôde calcular o IM da atividade 'Fumo' devido à inexistência de dados em 1980 para essa atividade, tanto na RMRJ quanto no ERJ. As demais atividades da RMRJ permaneceram com um IM negativo, sendo 'Extração de Minerais' a atividade que

apresentou o Índice de Mobilidade mais negativo entre todas as atividades da RMRJ nesse período.

No período seguinte, **1980-1995**, em comparação com o período de análise anterior, aumentou o número de setores com mobilidade positiva, ainda que sendo fraca. O setor 'Extração de Minerais' da RMRJ apresentou mobilidade média, destoando muito do seu resultado no período anterior, sendo este o setor do período em questão com maior relevância em termos de mobilidade nesta escala. Mais uma vez, não se pôde calcular o Índice de Mobilidade do setor 'Fumo' devido à ausência de dados deste setor para o ano de 1980. Os setores que apresentaram mobilidade fraca na RMRJ no período 1980-1995 foram: 'Mecânica', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Material de Transporte', 'Madeira', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Têxtil', 'Bebidas', 'Editorial e Gráfica' e 'Serviços de Alojamento e Alimentação'. A 'Metalúrgica' foi o setor que apresentou o IM mais negativo.

EM **1995-2004**, na RMRJ, apenas quatro setores de atividade econômica apresentaram mobilidade positiva: 'Química', 'Produtos Alimentares', 'Fumo' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão'; permanecendo as demais atividades com mobilidade negativa. Entre as atividades que apresentaram IM negativo, destacaram-se como sendo as mais negativas no período: 'Extração de Minerais', 'Material de Transporte' e 'Madeira'. Observa-se que, novamente, o setor 'Extração de Minerais' sofreu uma grande variação em termos da sua mobilidade, segundo os resultados do cálculo do IM para este setor; passando de uma mobilidade forte no período de análise anterior para uma mobilidade muito negativa no período atual de análise.

No período referente à evolução histórica da mobilidade na RMRJ, **1975-2004**, nenhuma atividade econômica apresentou mobilidade positiva, podendo ser um

indicativo de que alguns setores estariam migrando para fora desta escala no referido período. As atividades com o menor IM foram: 'Extração de Minerais', 'Material de Transporte', 'Metalúrgica', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos', 'Borracha' e 'Mobiliário'.

O resumo da mobilidade na **Periferia da RMRJ** é mostrado no quadro 6.3. Os resultados apresentados pelo Índice de Mobilidade (IM) para esta escala podem ser encontrados na tabela número 18 do Apêndice.

Quadro 6.3 – Quadro-Resumo da Mobilidade na Per. RMRJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas.

Atividades	Per. RMRJ			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
02- Transformação de Prod. Minerais não Metálicos	Fraca	Fraca	Fraca	Média
03- Metalúrgica	Negativa	Negativa	Fraca	Negativa
04- Mecânica	Fraca	Negativa	Negativa	Negativa
05- Material Elétrico e de Comunicações	Média	Negativa	Média	Média
06- Material de Transporte	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
07- Madeira	Negativa	Fraca	Negativa	Fraca
08- Mobiliário	Média	Fraca	Negativa	Média
09- Papel e Papelão	Fraca	Média	Média	Média
10- Borracha	Média	Negativa	Negativa	Negativa
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	—	Forte	Negativa	Forte
12- Química	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	Fraca	Média	Fraca	Média
14- Perfumaria, Sabões e Velas	Fraca	Média	Média	Forte
15- Produtos de Materiais Plásticos	Média	Média	Fraca	Forte
16- Têxtil	Fraca	Fraca	Fraca	Média
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Média	Fraca	Fraca	Média
18- Produtos Alimentares	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
19- Bebidas	Negativa	Média	Negativa	Negativa
20- Fumo	—	—	Forte	Forte
21- Editorial e Gráfica	Média	Negativa	Média	Média
22- Diversas	Fraca	Fraca	Negativa	Fraca
23- Comércio Varejista	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
24- Comércio Atacadista	Fraca	Média	Fraca	Média
25- Serv. de Alojamento e Alimentação	Negativa	Negativa	Fraca	Negativa
26- Serv. de Diversões, Radiodifusão e Televisão	Negativa	Média	Fraca	Média
27- Serv. Diversos	Média	Negativa	Média	Média

Elaboração própria a partir dos dados da tabela 18 do Apêndice.

Ao se observar o quadro acima, imediatamente percebe-se uma grande diferença em comparação com os dois quadros apresentados anteriormente, onde foi mostrado o resumo da mobilidade na Capital e na RMRJ. Neste quadro, nota-se um expressivo aumento na participação da mobilidade positiva nos quatro intervalos de tempo estudados.

Começando a análise do resumo da mobilidade na Per.RMRJ pelo período **1975-1980**, vê-se a presença um grande número de atividades apresentando mobilidade positiva, sendo que os setores 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Mobiliário', 'Borracha', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos' e 'Editorial e Gráfica' tiveram mobilidade média; sinalizando uma possível migração de atividades desses segmentos para a escala em questão. Os setores 'Transformação de Produtos Minerais não Metálicos', 'Mecânica', 'Material de Transporte', 'Papel e Papelão', 'Química', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Perfumaria, Sabões e Velas', 'Têxtil', 'Produtos Alimentares', 'Diversas', 'Comércio Varejista' e 'Comércio Atacadista' apresentaram mobilidade fraca. Não foi possível obter o IM de 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' e de 'Fumo' devido à falta de dados para os anos de 1975 e 1980. As demais atividades mostraram um IM negativo, sendo que 'Bebidas' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' foram os segmentos com o IM mais negativo.

A partir dos resultados da mobilidade na Per. RMRJ no período 1975-1980 já se começa a verificar a existência de uma inter-relação da mobilidade dos setores nas escalas, uma vez que a maioria das atividades que apresentou mobilidade positiva neste período, seja ela média ou fraca, apresentou mobilidade negativa para o mesmo período nas duas escalas anteriores, ou em pelo menos uma das escalas, sinalizando uma possível movimentação desses setores por entre as escalas em questão.

Em **1980-1995**, 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' apresentou um IM fortíssimo. 'Papel e Papelão', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Perfumaria, Sabões e Velas', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Bebidas', 'Comércio Atacadista' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' exibiram um IM médio, mostrando a presença de mobilidade em todas essas escalas. Devido a não existência de dados para 1980 não foi possível calcular o IM da atividade 'Fumo' no período 1980-1995. Ainda neste período, percebe-se um aumento do número de atividades que apresentaram IM negativo, revertendo a tendência verificada no período anterior. Deve-se ressaltar que algumas atividades que anteriormente apresentaram um IM forte ou fraco, nesta análise aparecem com um IM negativo, a exemplo de 'Mecânica', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Material de Transporte', 'Borracha', 'Química', 'Produtos Alimentares', 'Editorial e Gráfica' e 'Comércio Varejista'; sendo que 'Borracha' e 'Material Elétrico e de Comunicações' foram as atividades com o IM mais negativo neste período.

No período **1995-2004**, a Per. RMRJ apresentou um aumento do número de setores com mobilidade positiva, praticamente retomando o padrão verificado no primeiro período de análise nesta escala. Contudo, alguns setores merecem considerações especiais em decorrência da variação sofrida pelo IM em relação aos intervalos de tempo antecedentes. O setor 'Material Elétrico e de Comunicações', que no período anterior havia apresentado um IM muito negativo, voltou a apresentar mobilidade média, indicando um retorno dessa atividade à Per. RMRJ. Outro setor que retomou o padrão de mobilidade verificado no primeiro período de análise foi 'Material de Transporte', que passou novamente a apresentar mobilidade positiva, ainda considerada fraca, porém com um IM maior do que o verificado para essa atividade no primeiro período. O setor 'Madeira' apresentou uma redução sensível no seu IM neste período, passando à mobilidade negativa. O setor 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem', que no intervalo de tempo anterior havia sido o setor com a mais elevada

mobilidade, passou a registrar mobilidade negativa neste período. 'Química', retomou o padrão de mobilidade verificado no primeiro intervalo de tempo, elevando o seu IM. O setor 'Produtos de Materiais Plásticos' teve queda no seu IM, passando à mobilidade fraca, diminuindo o seu desempenho verificado nos dois primeiros intervalos de tempo, onde havia mostrado uma mobilidade média. A atividade 'Fumo' representa outro segmento com um desempenho particularmente interessante, uma vez que nos dois primeiros intervalos de tempo estudados não havia apresentado dados relativos à mão-de-obra ocupada que possibilitassem a realização dos cálculos do IM; neste intervalo apresenta mobilidade forte. 'Editorial e Gráfica' é mais um setor que retomou o padrão de mobilidade apresentado no primeiro período de análise, elevando um pouco o seu IM em comparação com aquele período. O segmento 'Diversas' teve uma diminuição no seu IM, passando à mobilidade negativa; mantendo a tendência verificada no período anterior, onde, mesmo ainda apresentando mobilidade fraca, teve redução no valor do IM em comparação com o resultado do primeiro período. O setor 'Comércio Varejista' elevou o seu IM, retomando a condição de mobilidade fraca que havia perdido no período anterior, passando, no período presente de análise, a um valor de IM superior ao apresentado no intervalo 1975-1980. Já, o 'Comércio Atacadista' teve o seu IM diminuído no período de análise atual, passando de uma mobilidade média, no intervalo anterior, para uma mobilidade fraca no período atual; cabe ressaltar que, no intervalo 1975-1980, esse setor apresentou mobilidade fraca, porém com valor de IM superior ao registrado no intervalo de análise presente. O segmento 'Serviços de Alojamento e Alimentação', pela primeira vez, apresentou mobilidade positiva na Per. RMRJ, ainda que sendo fraca, mas com uma elevação considerável se tomarmos como parâmetro os dois intervalos anteriores. Finalmente, deve-se mencionar que os dois setores com a mobilidade mais negativa foram 'Bebidas' e 'Extração de Minerais', sendo que este último já vinha apresentando mobilidade negativa nos dois períodos analisados anteriormente; porém, o setor de 'Bebidas', que no intervalo anterior havia apresentado mobilidade média, registrou no

período atual o menor de todos os IM, retornando à sua condição de mobilidade negativa mostrada no primeiro intervalo de análise.

Para concluir a análise do Índice de Mobilidade na Periferia da RMRJ, passamos a observar a última coluna do quadro 6.3, onde é apresentado o resumo da mobilidade dos setores selecionados no período **1975-2004**, referente à evolução histórica da mobilidade. Vemos, então, um crescimento do número de atividades que apresentam mobilidade média e forte e a conseqüente diminuição no número de atividades com mobilidade fraca e negativa; indicando um aumento da presença de determinados setores de atividade na Per. RMRJ no intervalo de tempo em questão.

Assim, no intervalo 1975-2004, as atividades 'Perfumaria, Sabões e Velas' e 'Produtos de Materiais Plásticos' apresentaram mobilidade forte, mantendo uma certa regularidade ao longo dos intervalos de tempo analisados, sinalizando que houve mobilidade dessas atividades em direção à na Per. RMRJ no período 1975-2004. Outros dois setores que apresentaram mobilidade muito forte neste período maior de análise foram 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' e 'Fumo', porém com bastante irregularidade em relação à disponibilidade de dados e, no caso da atividade 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem', também em relação à grande variação no IM, que passou de mobilidade forte em 1980-1995 para mobilidade negativa em 1995-2004. Entre os setores que apresentaram mobilidade média, alguns mantiveram uma certa regularidade ao longo de todos os períodos analisados, podendo ser um indicativo de movimentação desses setores para a Per. RMRJ; são eles: 'Transformação de Produtos Minerais não Metálicos', 'Papel e Papelão', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Têxtil', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos' e 'Comércio Atacadista'. Outras atividades que também apresentaram mobilidade média nesse intervalo de tempo maior, como 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Mobiliário',



'Editorial e Gráfica' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão', não possuíram a mesma regularidade em relação à mobilidade, tendo apresentado, em algum dos períodos da análise, mobilidade negativa; o que não invalida a hipótese de migração dessas atividades. Durante o período histórico da mobilidade, 1975-2004, os setores que apresentaram mobilidade fraca foram: 'Material de Transporte', 'Madeira', 'Química', 'Produtos Alimentares', 'Diversas' e 'Comércio Varejista'. A mobilidade negativa ficou por conta dos setores 'Extração de Minerais' – que teve o menor IM entre todas as atividades –, 'Borracha' e 'Bebidas'; uma observação com respeito a estes dois últimos setores se refere ao fato de que ambos, em algum intervalo de tempo anterior, chegaram a apresentar mobilidade média, porém devido aos IM de valor muito baixo em outros períodos, na evolução histórica da mobilidade apresentaram mobilidade negativa.

O quadro 6.4 apresenta o resumo da mobilidade no **Interior do ERJ** em cada um dos setores de atividade escolhidos ao longo dos intervalos de tempo selecionados. Os resultados obtidos com a aplicação do Índice de Mobilidade (IM) para esta escala estão dispostos na tabela número 18 do Apêndice.

Pela simples visualização do quadro abaixo, nota-se um aumento muito grande da mobilidade positiva em todos os quatro intervalos de tempo, especialmente nos dois últimos. O único dos intervalos que apresentou uma elevação no número de setores com mobilidade negativa, em comparação com o intervalo anterior, foi o segundo período. Percebe-se, ainda, uma participação bastante expressiva das mobilidades média e forte, sendo um importante indicativo do deslocamento de determinadas atividades econômicas em direção ao Interior do Estado do Rio de Janeiro. Evidentemente que tais observações não são suficientes para se fazer qualquer afirmação. É necessário, portanto, passarmos à análise dos resultados do Índice de Mobilidade no Int. ERJ.

Quadro 6.4 – Quadro-Resumo da Mobilidade no Int. ERJ ao Longo dos Períodos de Análise, Segundo as Atividades Econômicas Seleccionadas.

Atividades	Int. ERJ			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	Fraca	Negativa	Média	Fraca
02- Transformação de Prod. Minerais não Metálicos	Fraca	Fraca	Fraca	Média
03- Metalúrgica	Fraca	Média	Fraca	Média
04- Mecânica	Negativa	Negativa	Forte	Fraca
05- Material Elétrico e de Comunicações	Fraca	Negativa	Média	Fraca
06- Material de Transporte	Média	Negativa	Média	Forte
07- Madeira	Fraca	Negativa	Média	Média
08- Mobiliário	Fraca	Média	Média	Média
09- Papel e Papelão	Média	Média	Fraca	Forte
10- Borracha	Fraca	Média	Média	Forte
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	---	Forte	Fraca	Forte
12- Química	Média	Fraca	Negativa	Média
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	Negativa	Média	Fraca	Média
14- Perfumaria, Sabões e Velas	Fraca	Média	Média	Forte
15- Produtos de Materiais Plásticos	Negativa	Negativa	Média	Média
16- Têxtil	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Média	Média	Fraca	Forte
18- Produtos Alimentares	Fraca	Fraca	Negativa	Fraca
19- Bebidas	Média	Negativa	Média	Média
20- Fumo	---	---	Negativa	Forte
21- Editorial e Gráfica	Média	Negativa	Fraca	Média
22- Diversas	Negativa	Média	Fraca	Média
23- Comércio Varejista	Fraca	Fraca	Fraca	Média
24- Comércio Atacadista	Fraca	Fraca	Fraca	Média
25- Serv. de Alojamento e Alimentação	Fraca	Negativa	Fraca	Fraca
26- Serv. de Diversões, Radiodifusão e Televisão	Negativa	Média	Negativa	Fraca
27- Serv. Diversos	Média	Negativa	Média	Média

Elaboração própria a partir dos dados da tabela 18 do Apêndice.

No período **1975-1980**, onde é apresentada a evolução inicial da mobilidade, apenas cinco atividades acusaram a existência de mobilidade negativa, sendo que as atividades com menor IM foram 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' e 'Produtos de Materiais Plásticos'; podendo ser um indicativo de que tais setores teriam deixado esta escala ao longo deste período de análise. Não foi possível obter o IM de 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' e de 'Fumo' devido à inexistência de dados no período. Os setores 'Material de Transporte', 'Papel e Papelão', 'Química', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos', 'Bebidas' e

'Editorial e Gráfica' apresentaram mobilidade média neste período de análise. Todos os demais setores apresentaram mobilidade fraca.

No período referente à evolução passada da mobilidade, **1980-1995**, houve um aumento do número de setores com mobilidade negativa no Int. ERJ, em comparação com o período analisado anteriormente; contudo, também se verifica um aumento do número de atividades com mobilidade média. Os setores 'Material de Transporte', 'Bebidas' e 'Editorial e Gráfica', que haviam apresentado uma mobilidade média no período anterior, passaram a apresentar mobilidade negativa neste período. As atividades 'Metalúrgica', 'Mobiliário', 'Borracha' e 'Perfumaria, Sabões e Velas' passaram de uma mobilidade fraca no intervalo anterior para uma mobilidade média no presente intervalo. Os setores 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Diversas' e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' saíram de uma mobilidade negativa, no intervalo de tempo anterior, para uma mobilidade média no período de análise atual, sinalizando a existência de mobilidade em direção a esta escala. Cabe uma observação a respeito da atividade 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem' que, a exemplo do ocorrido na escala de análise anterior, passou de uma mobilidade inexistente em 1975-1980 para uma mobilidade fortíssima em 1980-1995. No período de análise presente, as atividades com IM mais negativo foram 'Mecânica', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Extração de Minerais' e 'Serviços de Alojamento e Alimentação'.

No intervalo **1995-2004**, onde é mostrada a evolução recente da mobilidade no Int.ERJ, apenas quatro atividades apresentaram mobilidade negativa, sendo que o segmento 'Fumo' teve o menor desempenho de todos os IM já vistos até agora para todos os intervalos de tempo em todas as escalas; em princípio, seria um sinal claro de que esta atividade teria migrado para fora da escala em questão neste período. O setor 'Mecânica' apresentou uma mobilidade forte, contrariando o seu desempenho

nos dois intervalos anteriores onde se verificou a existência de mobilidade negativa, especialmente no intervalo 1980-1995. Os setores que saíram da condição de mobilidade negativa no período anterior para uma mobilidade média no intervalo atual foram: 'Extração de Minerais', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Material de Transporte', 'Madeira', 'Produtos de Materiais Plásticos' e 'Bebidas', sendo que os três primeiros haviam apresentado, no intervalo de análise anterior, um IM que vigorou entre os mais negativos daquele período. Os segmentos 'Metalúrgica', 'Papel e Papelão', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos' e 'Diversas' apresentaram neste intervalo uma mobilidade fraca, tendo saído da condição de mobilidade média no intervalo anterior. A atividade 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão' foi a única que saiu de uma mobilidade forte em 1980-1995 para uma mobilidade negativa em 1995-2004, retornando à sua condição verificada no primeiro período de análise. As atividades que permaneceram com a mesma classificação (fraca) nos três intervalos estudados foram 'Transformação de Produtos Minerais não Metálicos', 'Comércio Varejista' e 'Comércio Atacadista'. Os setores que mantiveram neste período a mesma classificação (média) registrada no intervalo anterior foram: 'Mobiliário', 'Borracha' e 'Perfumaria, Sabões e Velas'. O segmento 'Couro e Peles, Artefatos para Viagem', que no período anterior havia apresentado uma mobilidade muito forte, passou a apresentar no intervalo atual mobilidade fraca.

No último intervalo de tempo analisado, **1975-2004**, onde é apresentada a evolução histórica da mobilidade no Int. ERJ, percebe-se que nenhuma atividade econômica apresentou mobilidade negativa e que o número de setores que exibiu mobilidade fraca é muito pequeno, havendo uma predominância das atividades com mobilidade média e forte; num sinal claro de que aumentou bastante a presença dessas atividades na referida escala durante o período 1975-2004. A partir destas

constatações, pode-se formar uma idéia a respeito da mobilidade das atividades econômicas no Int. ERJ ao longo do período de análise atual, no sentido de ter ocorrido mobilidade espacial das citadas atividades em direção ao Int. ERJ. Passemos, então, à análise dos resultados obtidos com o Índice de Mobilidade para esta escala em 1975-2004.

Os setores 'Material de Transporte', 'Papel e Papelão', 'Borracha', 'Couros e Peles, Artefatos para Viagem', 'Perfumaria, Sabões e Velas', 'Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos' e 'Fumo' apresentaram ao longo deste período de análise uma mobilidade forte; sugerindo a existência de migração destas atividades para o Int. ERJ no referido período.

Ainda no Int. ERJ, no intervalo 1975-2004, os setores que apresentaram mobilidade média foram: 'Transformação de Produtos Minerais não Metálicos', 'Metalúrgica', 'Madeira', 'Mobiliário', 'Química', 'Produtos Farmacêuticos e Veterinários', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Bebidas', 'Editorial e Gráfica', 'Diversas', 'Comércio Varejista' e 'Comércio Atacadista'; a mobilidade apresentada por estas atividades também pode ser um indicativo do seu deslocamento espacial em direção ao Interior do ERJ. Por fim, os setores com mobilidade fraca neste período de análise foram: 'Extração de Minerais', 'Mecânica', 'Material Elétrico e de Comunicações', 'Têxtil', 'Produtos Alimentares', 'Serviços de Alojamento e Alimentação', e 'Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão'; cabe lembrar que a fraca mobilidade apresentada por estas atividades não significa que as mesmas não possam ter se deslocado durante o período em questão.

### 6.3 Considerações Finais a Respeito dos Resultados Encontrados

Os dados apresentados pelos Indicadores acima parecem confirmar a existência de mobilidade espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro ao longo dos anos selecionados.

Pelos resultados encontrados, algumas atividades econômicas teriam migrado para fora da Capital fluminense entre 1975 e 2004. Pode-se chegar a essa conclusão através do confronto dos dados apresentados pelos Indicadores e da comparação desses mesmos dados entre os anos da análise.

Assim, em 1975, o baixo Coeficiente de Especialização (CE) apresentado pela Capital mostrava que o conjunto das atividades econômicas nessa escala não se diferenciava muito do apresentado no Estado. Talvez esse resultado seja conseqüência da fusão ainda estar muito presente e, dessa forma, a economia da Guanabara estaria influenciando o resultado<sup>207</sup>.

Em 1980, quando inicia o período de crise econômica pelo qual passou a economia fluminense, a Capital apresentou um CE ainda menor. O Coeficiente de Reestruturação (CR) da Capital, no intervalo 1975-1980, reflete a baixa especialização registrada apresentando também um baixo valor. Esse resultado, de certa forma, é confirmado pelo Índice de Mobilidade (IM), pois, apesar de mostrar um grande número de atividades com mobilidade negativa no período – um sinal de que as atividades estariam deixando o território em questão –, poucas apresentaram uma negatividade muito expressiva, daí a baixa reestruturação espacial registrada.

---

<sup>207</sup> Como mostrado no primeiro capítulo, a economia da Guanabara era bastante superior à do antigo Estado do Rio.

No ano de 1995, decorridos vinte anos da fusão<sup>208</sup>, já era possível ter uma idéia dos efeitos desta sobre a economia do Estado do Rio como um todo. Nesse ano, quando a economia fluminense já apresentava sinais de recuperação da crise pela qual havia passado, o CE da Capital mostrou um aumento em relação ao ano de análise anterior, indicando que o padrão das atividades econômicas nessa escala começava a se distanciar do verificado para o ERJ. No período 1980-1995, o CR da Capital ainda indicava a existência de baixa reestruturação; sendo este um indicador dinâmico, talvez esse resultado tenha se dado em função da crise econômica vivida pelo Estado do Rio durante a década de 1980. Os resultados do IM ao mesmo tempo em que indicam um aumento do número de atividades com mobilidade fraca (positiva), também mostram uma elevação da negatividade de determinados setores, num sinal de que algumas dessas atividades teriam deixado a Capital.

No ano mais atual da análise, 2004, a economia fluminense já é bastante diversa daquela economia vigente nos primeiros anos da fusão, onde ainda vigorava uma grande dependência de investimentos federais. Pelo resultado do CE, a Capital segue se diferenciando do padrão de atividades econômicas do Estado. No período 1995-2004, o CR da Capital apresentou um baixo valor, enquanto o IM registrou um novo aumento do número de atividades com mobilidade negativa, ainda que a maioria tenha apresentado uma baixa negatividade; algumas das atividades com o IM mais negativo podem ter saído da Capital.

Em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os dados mostraram que no período 1975-2004 algumas atividades econômicas também teriam deixado essa escala; porém entre todas as escalas analisadas foi a que sofreu menor variação em todos os Indicadores utilizados neste trabalho ao longo do período de análise. O CE da RMRJ permaneceu como o mais baixo ao longo dos anos analisados em relação a

---

<sup>208</sup> Devemos lembrar que a fusão foi implantada em março de 1975.

todas as escalas estudadas, já o CR apresentou um valor um pouco mais elevado no período histórico (1975-2004), talvez em decorrência da reestruturação verificada na RMRJ no intervalo 1980-1995. Pelo fato desta escala representar a união de duas outras – a Capital e a Per. RMRJ –, é possível que os desempenhos divergentes destas duas escalas estejam amenizando os resultados encontrados na RMRJ.

A Periferia da RMRJ, no período entre 1975 e 2004, pelos dados dos Indicadores, sofreu uma grande reestruturação econômica. O IM mostrou a predominância de mobilidade média e forte, num claro sinal de que novas atividades econômicas teriam surgido nesse território – através do deslocamento espacial (migração) e/ou da criação de novos empreendimentos.

Essa reestruturação ocorreu de forma mais intensa no intervalo 1980-1995, conforme demonstrado pelo Coeficiente de Reestruturação e confirmado pelo Coeficiente de Especialização ao apresentar um valor mais elevado para o ano de 1995, mostrando que esse fato teria ocorrido mais especificamente na primeira metade da década de noventa, quando a economia fluminense já dava sinais de recuperação da crise.

O valor elevado do Coeficiente de Especialização da Per. RMRJ em 1975 se justifica se levarmos em consideração que na época essa escala concentrava um número bem diversificado de indústrias, além da Refinaria Duque de Caixas (REDUC), diferenciando, assim, a composição das atividades econômicas dessa escala da verificada para o ERJ à época.

A queda no valor do CE da Per. RMRJ no ano de 2004 pode ser um sinal de que alguns ramos de atividade estariam deixando essa escala. Pelos resultados do IM para o intervalo 1995-2004, embora a Per. RMRJ ainda estivesse recebendo novas atividades econômicas, esse processo diminuiu um pouco e, ao que parece, algumas atividades estariam deixando a Per. RMRJ e se dirigindo para o Int. ERJ. O Índice de



Mobilidade do Int. ERJ, para o mesmo período, confirma o aumento do número de atividades se dirigindo para esse território.

O Interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 1975 e 2004, de acordo com os dados mostrados pelos Indicadores, foi a escala que sofreu a maior reestruturação econômica entre todas as escalas aqui estudadas, apresentando os mais elevados valores no Índice de Mobilidade e não registrando mobilidade negativa nesse intervalo. Por esses resultados, percebe-se que, nesse período, atividades econômicas teriam migrado para o Int. ERJ e/ou novos estabelecimentos teriam surgido nesse espaço.

Em síntese, os dados mostraram que as atividades econômicas, tradicionalmente concentradas na sua maioria na Capital fluminense, vêm se dirigindo para o Interior do Estado do Estado do Rio de Janeiro. Esse movimento teve início, ainda que timidamente, durante o Plano de Metas, sobretudo com a entrada em operação da REDUC e o efeito multiplicador gerado na cadeia produtiva do setor metal-mecânico<sup>209</sup>; as atividades se dirigiram inicialmente para alguns municípios ao redor da cidade do Rio de Janeiro, que posteriormente viriam a compor a sua Região Metropolitana. Como demonstrado neste estudo, esse processo se intensificou a partir da década de 1970<sup>210</sup>, principalmente após a fusão do Estado da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em decorrência da crise econômica vivenciada pelo Estado durante a década de 1980, a desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado do Rio começou a ganhar força, e ser percebida de fato, somente a partir da década de 1990 e, pelos dados do CE para o ano de 2004, essa tendência vem prosseguindo em direção ao Interior do Estado.

---

<sup>209</sup> Há quem possa mencionar uma data diferente, quando da criação da FNM, a inauguração de Álcalis, a entrada em operação da CSN, etc., mas o início do processo da forma como é conhecido hoje teve início em decorrência do Plano de Metas, especialmente com a entrada em operação da REDUC.

<sup>210</sup> Durante a vigência do Estado da Guanabara não se têm números confiáveis a respeito de atividades econômicas migrando para fora do território guanabarino, em direção aos municípios do antigo ERJ vizinhos da Guanabara. Defensores da idéia do "Esvaziamento Econômico da Guanabara" afirmam que algumas indústrias começavam a migrar em direção a esses municípios; já os que defendem a Guanabara como Estado independente afirmam que tal fato não ocorreu.

## **Análise da Estrutura Territorial**

## TERCEIRA PARTE

Nesta parte, a ‘análise da estrutura territorial’ foi realizada sob dois aspectos: num primeiro momento, buscou-se investigar qual o papel desempenhado pelos governos fluminenses, pós-fusão, no processo de desconcentração das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro; num segundo momento, pretendeu-se verificar quais os novos padrões locacionais existentes no Estado do Rio de Janeiro, bem como as perspectivas de desconcentração territorial no Estado.

No primeiro momento, foram analisados todos os oito Planos de Governo elaborados após a fusão dos Estados da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio de Janeiro. Esses Planos foram analisados, exclusivamente, sob os pressupostos básicos acerca do processo de desenvolvimento econômico do Estado do Rio no que se refere à conjuntura econômica e espacial.

No segundo momento, inicialmente são apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada, onde foram consultadas, aleatoriamente, 316 empresas de diversos segmentos, na Periferia da Região Metropolitana e no Interior do Estado. Em seguida, é apresentada uma série-histórica do PIB nos anos recentes, agregado nas quatro escalas utilizadas neste trabalho, onde se percebe a desconcentração econômica em direção ao Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Na seqüência, procura-se mostrar os novos padrões locacionais existentes no Estado do Rio de Janeiro e as perspectivas de desconcentração territorial no Estado.

## O Papel dos Governos Pós-Fusão no Processo de Desconcentração Econômico-Espacial no Estado do Rio de Janeiro

Como sabemos, um espaço não se organiza de forma aleatória. A sua evolução normalmente está relacionada ao crescimento de forças produtivas, à demanda por equipamentos e serviços e às forças de organização político-institucional, entre outros.

Assim, este capítulo procurará investigar a participação dos governos fluminenses pós-fusão no processo de desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro nas décadas recentes. Para tal, tomou-se os Planos de Governo elaborados após a implantação da fusão dos Estados da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio<sup>211</sup>, de forma a responder as questões colocadas no capítulo 3, explicitadas nas páginas 85 e 86.

A leitura dos Planos ateu-se, exclusivamente, ao ponto de vista dos pressupostos básicos acerca do processo de desenvolvimento do Estado do Rio no que tange à conjuntura econômica e espacial, focando nos seus objetivos principais, os setores

---

<sup>211</sup> Os governos estaduais, em cumprimento ao disposto em Lei, elaboram os seus Planos de Governo para vigorar, normalmente, num período de quatro anos a começar no segundo ano de mandato, com término no primeiro ano do governo seguinte. No Estado do Rio, os Planos elaborados até a Constituição Federal (CF) de 1988 denominavam-se Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro e, após a Constituição, passaram a se chamar Plano Plurianual, conforme determinação da CF de 1988 em seu artigo 165, inciso I: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I) o plano plurianual; (...)”, reproduzida na Constituição Estadual no artigo 209, inciso I.

eleitos prioritariamente e os programas prioritários e/ou projetos relativos às atividades econômicas, com o intuito de confrontar essa análise com as tendências apontadas pelos resultados empíricos mostrados no capítulo anterior e, assim, verificar até que ponto os governos estaduais, pós-fusão, contribuíram com o processo de interiorização pelo qual vem passando o Estado do Rio de Janeiro.

Desde a fusão, até o governo atual, o Estado do Rio já teve um total de oito Planos de Governo. Nas seções seguintes, tem-se a análise de cada um desses Planos sob a ótica enunciada no parágrafo anterior.

### **7.1 Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (1975 - 1979)**

O Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como I PLAN-RIO, foi elaborado pelo Governo Faria Lima<sup>212</sup> para o período de 1975 a 1979<sup>213</sup>. Editado ainda no primeiro ano do governo, o I PLAN-RIO tinha como objetivo fundamental elevar os níveis de qualidade de vida da população do Estado; para tal, buscava consolidar o (novo) Estado do Rio de Janeiro como segundo pólo de desenvolvimento do País, conforme previsto na política nacional de desenvolvimento<sup>214</sup>.

O Plano reconhecia as profundas desigualdades existentes no Estado do Rio, sobretudo o acentuado desequilíbrio em sua estrutura econômico-espacial, resultado

---

<sup>212</sup> Floriano Faria Lima foi Governador do Estado do Rio de Janeiro – eleito por Assembléia Legislativa – de 1975 a 1978.

<sup>213</sup> Cabe mencionar que o período de vigência dos Planos, normalmente, não coincide com o mandato dos governadores.

<sup>214</sup> Devemos lembrar que a política de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, à época do I PLAN-RIO, era norteadada por parâmetros oriundos da Política Nacional de Desenvolvimento do Governo Federal, contida o II PND; desse modo, as diretrizes e prioridades fixadas para a ação planejada do governo exigiam uma maior integração setorial e espacial da economia, através, principalmente, de investimentos públicos diretos em infra-estrutura social básica, alocados após constatação de sua viabilidade e contemplando as potencialidades, vocações e problemas mais nítidos de cada região.

do histórico processo de desenvolvimento pelo qual passou o território fluminense<sup>215</sup>; admitindo, assim, a necessidade de aumentar o grau de integração econômico-social e político-administrativa do Estado de forma a tentar reverter esse processo. Desse modo, entre os objetivos pretendidos no quadriênio 1976/79 constava a reorientação espacial das atividades econômicas.

Para esse fim, foi traçada uma 'estratégia de integração espacial'. Essa estratégia consistia num conjunto de medidas de caráter técnico e administrativo com o objetivo de capacitar a administração estadual a incluir o fator espaço em suas ações políticas, possibilitando obter uma maior integração em suas ações setoriais tanto em nível local quanto regional, inclusive no tocante à alocação de recursos<sup>216</sup>.

Assim, o objetivo de integração regional econômica e social consubstanciava-se através das seguintes ações:

- a) Maximização das potencialidades regionais, com o objetivo de aumentar a produção e elevar o nível de emprego e renda;
- b) Integração das atividades produtivas no âmbito local, através de uma melhor infra-estrutura e de serviços técnicos de apoio, nas próprias áreas de produção;
- c) Intensificação dos fluxos de fatores de produção e de produtos, tanto a nível intra quanto inter-regional, a partir de substanciais investimentos na malha viária;
- d) Melhoria das condições de vida, em termos de atendimento, procurando ampliar as condições de saúde, emprego, educação e lazer, visando conter ou reorientar os fluxos migratórios que se dirigiam para a Região Metropolitana.

---

<sup>215</sup> Mais detalhes, ver o capítulo 1

<sup>216</sup> A articulação com os municípios, visando a cooperação técnica e maior integração de ações, era um dos instrumentos para a implantação da política do desenvolvimento na escala urbana e regional, proposta no Plano.

Para atingir esses objetivos, foi desenvolvida uma política voltada para os setores industrial e terciário, além do setor rural<sup>217</sup>.

### **Política e programação para o desenvolvimento industrial**

Foram eleitos como setores prioritários para o desenvolvimento industrial aqueles cujo dinamismo e potencialidades já eram comprovados, como: química (petroquímica), metalúrgica (siderurgia), mecânica, material de transportes (construção naval), editorial e gráfica e produtos alimentares<sup>218</sup>.

A estratégia adotada para se atingir o desenvolvimento industrial mencionava questões referentes à tipologia industrial, à localização e aos recursos naturais, humanos e financeiros, voltando-se para:

- Incentivar a expansão e modernização das indústrias de pequeno e médio porte;
- Incentivar a implantação e expansão de indústrias de bens de capital e de insumos básicos;
- Identificar oportunidades industriais a partir das vocações e potencialidades e induzir o aproveitamento dessas oportunidades, incluindo as relacionadas à agroindústria canavieira, aos minerais não-metálicos e à pesca;
- Definir áreas e nelas implantar a infra-estrutura necessária para instalação ou realocação de unidades industriais;
- Elaborar estudos e pesquisas em apoio ao desenvolvimento industrial nos seus diversos aspectos, em particular para identificação de oportunidades industriais, no que se refere à localização industrial;

---

<sup>217</sup> O Plano menciona ainda o setor quaternário, porém não traz nenhuma informação relevante a respeito deste setor. Este capítulo abordará apenas as questões referentes aos setores industrial e terciário.

<sup>218</sup> O outro motivo para a escolha desses ramos foi o “interesse nacional”, conforme colocado pelas diretrizes do II PND.

- Estimular investimentos em regiões passíveis de se transformarem em pólos de desenvolvimento industrial;
- Acionar mecanismos financeiros de acordo com as prioridades em termos de localização e ramos de produção;
- Ampliar a cooperação e apoio dos órgãos responsáveis por mecanismos de fomento às empresas;
- Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos.

Deve-se mencionar a especial atenção concedida pelo I PLAN-RIO à questão dos distritos industriais, sendo estes considerados prioritários para acelerar o processo de desenvolvimento industrial. O Plano, assim, previa a implantação, o redimensionamento e/ou complementação de distritos industriais no Estado.

Foi prevista a implantação de distritos industriais nos municípios de Campos e de Nova Iguaçu; o redimensionamento das obras de infra-estrutura necessárias à complementação dos distritos industriais, em fase de implantação, situados no município do Rio de Janeiro e em Duque de Caxias; a elaboração de estudos de viabilidade do distrito industrial de Santa Cruz; além da complementação das obras de infra-estrutura em distritos industriais já dimensionados, localizados em outras partes da Região Metropolitana. O Plano ainda previa a elaboração de estudos para identificar outras áreas do Estado que justificassem a presença de distritos industriais e confirmar as reais necessidades de promover esse tipo de ação nos municípios de Três Rios e Barra do Piraí. Também foram previstos estudos referentes aos efeitos da implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Itaguaí.

No intuito de promover a implantação de indústrias dinâmicas no Estado, o I PLAN-RIO mencionava a necessidade de impulsionar o desenvolvimento da indústria de alimentos, notadamente a do pescado (localizada nos municípios do Rio de Janeiro,



Niterói e São Gonçalo); a “indústria da moda” (especialmente no município do Rio de Janeiro) e a cerâmica artística (nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo), estas últimas objetivando o turismo.

### **Política e programação para o desenvolvimento do setor terciário**

O I PLAN-RIO procurava incentivar o desenvolvimento das atividades terciárias em consonância com a política geral de industrialização e emprego do Estado, priorizando as áreas do turismo, comércio e intermediários financeiros.

Assim, entre as medidas previstas, estavam:

- Estimular as atividades comerciais através da prestação de apoio técnico e creditício adequados, induzindo a sua “polinucleação” no espaço metropolitano;
- Promover meios visando o fortalecimento da cidade do Rio de Janeiro como centro financeiro do País;
- Incentivar as atividades terciárias superiores – ciência, tecnologia, educação ao nível de pós-graduação e consultoria privada especializada – “base indispensável ao desenvolvimento das atividades produtivas do Estado e do País”.

O Plano mencionava que, além da cidade do Rio de Janeiro, o turismo estadual vinha se desenvolvendo nas zonas da serra dos órgãos e nas chamadas “Costa do Sol” e “Costa Verde”.

No setor comércio, a ação do Estado objetivava a execução de um esquema que possibilitasse preços mais acessíveis aos produtos, desde o fabricante até o consumidor final. Paralelamente, o Estado se comprometeria a impulsionar as

atividades ligadas à exportação, com vistas a contribuir com o Balanço de Pagamentos do País<sup>219</sup>.

Como observado nos parágrafos anteriores, embora o Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro reconhecesse a necessidade de se promover uma integração econômico-espacial no Estado de forma a tentar reverter o acentuado desequilíbrio em sua estrutura econômico-social, traduzida na excessiva concentração de pessoas e atividades na Região Metropolitana fluminense, mais notadamente no seu núcleo, e tenha demonstrado algum empenho nesse sentido, traçando inclusive uma 'estratégia de integração espacial'; ao que parece, pelo menos de acordo com os resultados obtidos com os indicadores de análise espacial apresentados no capítulo anterior, o êxito do I PLAN-RIO nesse sentido foi parcial, já que a desconcentração espacial das atividades durante o período de vigência do Plano ocorreu muito mais no sentido da Periferia da Região Metropolitana do que no sentido do Interior do Estado<sup>220</sup>.

Entre os setores industriais eleitos como prioritários no Plano<sup>221</sup>, apenas três apresentaram sinais mais efetivos de desconcentração espacial no período: 'Editorial e Gráfica', 'Química' e 'Material de Transportes'; tendo o setor 'Editorial e Gráfica' aumentado a sua participação tanto na Per. RMRJ quanto no Int. ERJ, enquanto os outros dois tiveram a sua participação elevada no Interior fluminense.

Deve-se ressaltar a pouca menção às atividades terciárias no Plano, a despeito do Estado do Rio nessa época já se destacar nessas atividades; talvez em função do II PND considerar o comércio como uma atividade própria do setor privado, uma

---

<sup>219</sup> Devemos lembrar que o II PND incluía expressamente o comércio entre os setores diretamente produtivos, que "constituem campos de atuação próprios do setor privado".

<sup>220</sup> Devemos lembrar que o I PLAN-RIO apresentou várias medidas voltadas para a Região Metropolitana fluminense, não apenas no tocante à Periferia, mas também em relação ao seu núcleo, a exemplo dos distritos industriais.

<sup>221</sup> Química, metalúrgica, mecânica, material de transportes, editorial e gráfica e produtos alimentares.

vez que o I PLAN-RIO foi elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento do Governo Federal, contida o II PND, que acabava norteando as ações estaduais.

## **7.2 Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1980 a 1983**

O segundo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro foi elaborado pelo Governo Chagas Freitas<sup>222</sup> para vigorar no período de 1980 a 1983.

Reconhecendo a influência dos problemas da conjuntura econômica mundial sobre a economia brasileira, em decorrência da crise de energia; a estagflação; as condições do Sistema Financeiro Internacional e os acontecimentos no Oriente Médio que acarretaram o segundo choque do petróleo, e os conseqüentes reflexos sobre a economia estadual, o Plano admitia que esse cenário iria configurar a economia fluminense durante a década de 1980<sup>223</sup>.

O problema da excessiva concentração populacional e econômica na Região Metropolitana fluminense foi mencionado<sup>224</sup>. Contudo, o Plano foi capaz de identificar a existência de desconcentração espacial das atividades econômicas em direção à Periferia metropolitana<sup>225</sup>, afirmando que a primazia do município da capital tendia a se reduzir dentro da RMRJ; porém, no conjunto do Estado, o município do Rio de Janeiro mantinha

---

<sup>222</sup> Antônio de Pádua Chagas Freitas foi Governador do Estado do Rio de Janeiro – eleito por Colégio Eleitoral – de 1979 a 1982 . Chagas Freitas já havia sido Governador do antigo Estado da Guanabara no período 1971-1975.

<sup>223</sup> Assim, de acordo com o Plano do Governo Chagas Freitas, o novo modelo a “balizar” os Planos Nacionais, e conseqüentemente os dos Estados, deveria “voltar-se mais para dentro de si mesmo”, procurando, entre outras coisas, a racionalização da produção industrial, no que diz respeito às técnicas de localização, e a desconcentração urbana, com a criação de novos pólos de fixação de menor porte.

<sup>224</sup> De acordo com o Plano, o crescimento urbano era mais relevante nas cidades da Periferia da RMRJ e nas cidades de porte médio mais dinâmicas, em decorrência da grande concentração de atividades promotoras do desenvolvimento, além dos benefícios sociais oferecidos, em relação ao conjunto do Estado.

<sup>225</sup> O Plano mencionava que “estariamos assistindo à expansão do processo de difusão das atividades industriais, e outras, do núcleo metropolitano para a sua periferia imediata”.

crescimento a taxas bem mais significativas, já que o Interior fluminense crescia de forma mais lenta que a Região Metropolitana. O valor adicionado apurado para o ICM<sup>226</sup> na época, citado no Plano, mostrava que a Região Metropolitana vinha elevando a sua participação no Estado em decorrência da expansão econômica verificada.

Entre os objetivos gerais do segundo Plano estadual de desenvolvimento, constavam:

- a) Melhoria das condições sociais e econômicas da população. Sendo prevista a elevação das oportunidades de emprego, tanto no âmbito urbano quanto no rural, através de incentivos à realização de novos empreendimentos no Estado e da dinamização das atividades econômicas, de forma a melhorar a poder aquisitivo da população;
- b) Elevação da taxa de investimentos no Estado. O governo procuraria reduzir despesas, de forma a ampliar a disponibilidade de recursos destinados aos investimentos, visando acelerar o processo de desenvolvimento econômico estadual; em paralelo, desenvolveria uma política de atração de investimentos públicos e privados para as áreas estaduais que se mostrassem favoráveis, dentro de suas vocações naturais<sup>227</sup>;
- c) Estímulo às atividades da iniciativa privada. Para isso, era prevista a instalação de infra-estrutura básica, através de apoio técnico e creditício; também seriam criados programas de desenvolvimento destinados à localização de empreendimentos no Estado, além do aumento da produção e produtividade das unidades já instaladas<sup>228</sup>.

Em decorrência dos desequilíbrios existentes na estrutura espacial do Estado, o Plano previa medidas de apoio às atividades econômicas e sociais de forma a promover uma maior integração inter e intra-regional. De acordo com o Plano, essa integração seria

---

<sup>226</sup> Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, atual ICMS.

<sup>227</sup> Os investimentos públicos seriam dirigidos, prioritariamente, para as áreas mais carentes do Estado, segundo ordenação de maior benefício-custo ou maior benefício social.

<sup>228</sup> Para alcançar esses objetivos, era previsto, entre outras coisas, a 'articulação com os municípios' e a 'relação com os outros poderes'.

indispensável ao próprio desenvolvimento do Estado, devendo se apoiar numa Programação Urbano-Regional Integrada, na qual duas finalidades básicas seriam perseguidas simultaneamente: favorecer a expansão regional da economia e racionalizar a organização do espaço.

Entre as diretrizes da Programação Urbano-Regional, constavam: a descentralização dos investimentos de forma a se obter uma distribuição mais equânime dos setores dinâmicos da economia, visando o crescimento econômico-social das diversas regiões do Estado, e a indução ao crescimento do nível de produção e produtividade das atividades econômicas, de modo a favorecer o desenvolvimento regional<sup>229</sup>.

A Programação Urbano-Regional compreendia alguns programas de ação, a exemplo do Programa de Ação Região, denominado PAR. Este se aplicava a cada uma das Regiões-Programa<sup>230</sup> do Estado, à exceção da Região Metropolitana; tinha a finalidade de maximizar o aproveitamento das potencialidades regionais de forma a melhorar as condições de vida da população das áreas urbanas e regionais<sup>231</sup>.

Os Programas de Ação Regional – PAR – deveriam orientar-se para as seguintes áreas de atuação:

- Programas de Desenvolvimento Urbano-Regional;
- Programas de Desenvolvimento Urbano-Local;
- Programas de Desenvolvimento Rural;

---

<sup>229</sup> Para se alcançar esses objetivos, o Plano mencionava a necessidade da conjugação de esforços dos governos federal, estadual e municipal, além da participação da iniciativa privada.

<sup>230</sup> Havia seis Regiões-Programa no Estado: Região das Baixadas Litorâneas; Região do Litoral Sul; Região Industrial do Médio Paraíba; Região Metropolitana; Região Norte e Região Serrana.

<sup>231</sup> O PAR deveria voltar-se para as especificidades de cada Região-Programa de modo a obter os melhores resultados com os recursos disponíveis em cada Região.

- Programas de Proteção Ambiental;
- Programas Especiais. Aqueles que por sua natureza englobavam mais de um Programa, abrangendo mais de uma Região-Programa.

Os setores considerados prioritários pelo segundo Plano estadual de desenvolvimento, foram: indústria, comércio e serviços, turismo, recursos minerais, ciência e tecnologia e agropecuária<sup>232</sup>.

As principais diretrizes para a promoção da **Indústria** no Estado, foram:

- Realizar estudos voltados à identificação de oportunidades industriais locais, regionais e estaduais, cobrindo desde a pequena indústria até a indústria pesada;
- O reforço do programa de ocupação das áreas industriais do Estado, visando descentralizar os empreendimentos do setor secundário;
- A ênfase para a instalação, ampliação e modernização de indústrias intensivas em mão-de-obra;
- O incentivo ao aproveitamento industrial dos recursos minerais do Estado, em especial o calcário da região de Cantagalo;
- O apoio, no que couber, à construção do Porto de Sepetiba, em Itaguaí; bem como atuar junto às autoridades federais no sentido da implantação da Usina nº II da CSN em Itaguaí e do pólo petroquímico em Macaé<sup>233</sup>. Além da consolidação do corredor industrial do Vale do Paraíba, desde Resende até o Porto de Sepetiba<sup>234</sup>;
- Projetar os distritos industriais das Regiões-Programa, bem como incentivar as administrações municipais a criarem zonas industriais destinadas às indústrias leves e não poluidoras;

---

<sup>232</sup> Nesta seção, serão apresentadas as principais diretrizes voltadas para a promoção da Indústria e do Comércio e Serviços.

<sup>233</sup> Era prevista também a implantação das áreas habitacionais de apoio ao desenvolvimento industrial dessas localidades.

<sup>234</sup> Era previsto que as áreas próximas ao Porto de Sepetiba fossem destinadas às indústrias de base, como a Cia. Siderúrgica Nacional, a Vale Sul, a Nuclebrás, além da usina de gás canalizado.

- A valorização da pesquisa científica, tecnológica, econômica e social realizada nos centros universitários do Estado;
- O fomento da inter-relação agricultura/indústria.

Deve-se ressaltar que a política de localização industrial do Plano foi elaborada de forma a responder às necessidades de cada Região-Programa, assim:

Na Região Metropolitana<sup>235</sup> se estimularia a realocação de indústrias instaladas ao longo da Avenida Brasil, no município do Rio, para a zona oeste da cidade, onde já havia distritos industriais. O Plano também mencionava a realização de estudos para a implantação de indústrias em “cidades-dormitório” localizadas na RMRJ.

Na Região do Médio Paraíba<sup>236</sup> se localizaria a indústria pesada, uma vez que o corredor industrial dessa Região se estenderia de Resende ao Porto de Sepetiba. O Plano mencionava que esse corredor era “na realidade a zona industrial por excelência do Estado”.

Na Região Serrana<sup>237</sup>, o destaque ficaria por conta da indústria cimenteira na região de Cordeiro-Cantagalo. De acordo com o Plano, com a dinamização dessa indústria, o Estado procuraria alcançar a auto-suficiência no consumo de cimento, bem como incentivaria a expansão de indústrias de processamento de calcário na Região.

---

<sup>235</sup> A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na época, era composta de 14 municípios: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

<sup>236</sup> A Região do Médio Paraíba era composta pelos seguintes municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Piraí, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Sapucaia, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

<sup>237</sup> Região Serrana: Bom Jardim, Canta Galo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

Na Região Norte do Estado<sup>238</sup>, o Plano citava o compromisso do governo estadual em dinamizar e expandir vários projetos de grande repercussão sócio-econômica, com destaque para o setor agroindustrial, “principal vocação da região”. O Plano previa, ainda, que instalações de apoio a plataformas flutuantes da Petrobrás dinamizariam a Região Norte “de forma ímpar”.

Entre as principais diretrizes para promover o **Comércio e Serviços** estavam:

- O planejamento urbano da Região Metropolitana do Rio, através da FUNDREM, para o desenvolvimento de uma política de localização do comércio varejista;
- Identificação das potencialidades estaduais, para cada ramo, e divulgação das oportunidades de investimento e negócios, com ênfase especial à exportação;
- O aperfeiçoamento do sistema de comercialização e distribuição, através do apoio financeiro às atividades comerciais por meio de mecanismos fiscais, tarifários e creditícios<sup>239</sup>.

Como se pôde observar nos parágrafos acima, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Chagas Freitas reconhecia o problema da excessiva concentração econômica e populacional na Região Metropolitana fluminense, mencionando que os desequilíbrios regionais constituíam um “estorvo” à consolidação do novo Estado como segundo pólo econômico do País, conforme almejado pelo projeto da fusão.

A despeito das medidas tomadas no sentido de tentar difundir o desenvolvimento no Interior do Estado, como desenvolver uma Programação Urbano-Regional de forma

---

<sup>238</sup> Região Norte: Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antonio de Pádua, São Fidélis e São João da Barra.

<sup>239</sup> Era previsto também o apoio às empresas voltadas ao comércio exterior, através de informações, estudos e assistência técnica.



integrada e elaborar uma política de localização industrial, ambas voltadas para as Regiões-Programa do Estado, nota-se, pelos resultados do sexto capítulo, que as atividades econômicas continuaram se concentrando na Periferia da Região Metropolitana, dando prosseguimento ao movimento de periferação iniciado antes mesmo da elaboração do segundo Plano estadual de governo<sup>240</sup>.

### **7.3 Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1984 a 1987**

O terceiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio foi elaborado pelo Governo Leonel Brizola<sup>241</sup> para vigorar durante o período de 1984 a 1987.

O Plano reconhecia a imensa crise econômica vivida pelo País e os seus reflexos sobre a economia do Estado do Rio de Janeiro, admitindo que o Estado evidenciava “um crescimento desequilibrado do aparelho econômico e uma organização espacial descontínua e caótica, com predominância do urbano sobre o rural, sem paralelo na história do Brasil”.

Traçando algumas características da evolução da economia fluminense, à época, bem como da sua organização espacial, o terceiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado concluiu que na indústria se observava o crescimento de grandes conglomerados, como o metal-mecânico e o de bens intermediários, ambos voltados para fora do Estado; em contrapartida, havia a retração da indústria de pequeno porte, que, embora diversificada, se voltava para o mercado regional de bens de consumo.

---

<sup>240</sup> Uma observação especial merece ser feita em relação às medidas tomadas no tocante à política de localização industrial do Estado, no sentido de que os idealizadores do Plano conseguiram antever alguns dos setores/atividades que iriam obter grande expressividade na economia estadual no futuro, como o pólo cimenteiro de Cantagalo e o Porto de Sepetiba.

<sup>241</sup> Leonel de Moura Brizola foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 1983 a 1986.

Em relação à agropecuária, de acordo como Plano, o Estado do Rio não vinha se modernizando de forma a acompanhar as tendências de expansão das culturas voltadas para a exportação ou para o suprimento de matéria-prima para a indústria, como ocorria em outros Estados do País; no Estado do Rio, ao contrário, prevalecia o complexo monocultor de Campos e a pecuária de baixa produtividade<sup>242</sup>.

O Plano mencionava, também, o problema do crescimento do setor informal no Estado, revelado pela alteração na composição interna dos setores de comércio e serviços, atividades com participação expressiva na composição do produto estadual. Em relação ao turismo, foi lembrado que o Estado do Rio ainda teria muito a avançar em termos do seu potencial turístico.

Assim, de acordo com o Plano, as causas do esvaziamento sócio-econômico do Interior fluminense e do êxodo para a Região Metropolitana estavam no fraco dinamismo da agricultura; na desarticulação das pequenas e médias indústrias nas cidades do Interior, voltadas para os mercados locais e regionais; no enfraquecimento das prefeituras em termos fiscais e administrativos; além da ausência de investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos no Interior do Estado.

Para tentar reverter esse processo, o terceiro Plano estadual de desenvolvimento elaborou uma 'estratégia de desenvolvimento econômico e social', onde o Estado mobilizaria os mecanismos a sua disposição no sentido de promover um desenvolvimento mais equilibrado<sup>243</sup>, voltado para as necessidades básicas em termos

---

<sup>242</sup> O Plano mencionava que o tamanho da agricultura fluminense não era compatível com o tamanho do complexo metropolitano, precisando o setor agrícola crescer; ademais, a própria Região Metropolitana do Estado era uma das poucas do País que não contava com um cinturão verde capaz de responder por uma boa parcela do abastecimento urbano, havendo terras improdutivas em municípios da periferia metropolitana.

<sup>243</sup> A iniciativa do governo estadual deveria se realizar em combinação com as administrações federais e municipais, além de empresas e associações.

de saúde, educação, saneamento, habitação e transporte coletivo, procurando assim “reverter o quadro de carências cristalizado nos últimos anos”.<sup>244</sup>

O governo daria prioridade às pequenas e médias empresas, de forma a gerar empregos, sobretudo nos ramos da indústria; do comércio e dos serviços, podendo mobilizar, além do crédito para investimento e capital de giro, instrumentos como: apoio à comercialização, localização, infra-estrutura, assistência tecnológica e gerencial.

No sentido de gerar de emprego e promover a desconcentração econômica, foram traçadas diretrizes voltadas para as áreas de agricultura e abastecimento; indústria e comércio; além do turismo<sup>245</sup>.

Entre as diretrizes relacionadas às áreas de indústria e comércio, constavam: o fortalecimento das micros, pequenas e médias empresas; a desconcentração e a promoção do desenvolvimento industrial e a promoção de uma política adequada de recursos minerais<sup>246</sup>.

#### Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas

Esse “fortalecimento” se daria através da realização de projetos que pudessem permitir a essas empresas criarem canais de comunicação com o mercado

---

<sup>244</sup> Acreditava-se que a única forma de reativar a economia seria através de um programa de fortes investimentos na área social, capaz de gerar emprego e renda sem ter que depender de recursos advindos de outros países.

<sup>245</sup> Nesta seção, serão mencionadas apenas as diretrizes voltadas para as áreas de indústria e comércio.

<sup>246</sup> O objetivo maior do governo estadual ao promover essas medidas seria a defesa do nível de emprego, a melhoria da distribuição da renda e a desconcentração econômica, de forma a viabilizar um padrão de desenvolvimento mais equilibrado, “coerente com as potencialidades do Estado e as necessidades inadiáveis dos setores populares”.

consumidor, uma vez que, de acordo com o Plano estadual, esse segmento tinha grandes dificuldades em divulgar os seus produtos junto aos consumidores<sup>247</sup>.

### Desconcentração do desenvolvimento industrial

O Plano acreditava que para se atenuar as disparidades regionais, diminuindo o fluxo migratório em direção à Região Metropolitana, seria necessário promover uma política industrial seletiva, que apoiasse projetos que viessem a se instalar e expandir no Interior do Estado<sup>248</sup>.

### **Promoção do desenvolvimento industrial**

O Plano mencionava que, apesar da prioridade a ser concedida às micro, pequenas e médias empresas, o Estado também buscava recuperar a indústria fluminense como um todo, de forma a tentar reverter os “elevados índices de ociosidade” em que se encontravam “todos os setores de atividade industrial”; contudo, em decorrência do “período crítico” vivido pela economia estadual, antes de se atrair novos projetos de investimento para o Estado, seria dada prioridade à viabilização dos que já se encontravam em atividade. Assim, seriam tomadas seguintes iniciativas:

- Estudo de oportunidades e de investimentos, visando atrair novas empresas;
- A defesa do nível de atividade da indústria da construção naval;
- O desenvolvimento da indústria de alumínio no Estado;

---

<sup>247</sup> Entre os projetos previstos, estavam: Feiras Industriais; Mostra Industrial Permanente; Apoio ao Mercado Informal de Trabalho; Implantação de Núcleos Industriais para a Produção de Bens de Consumo Popular; Projeto Integração Mão-de-obra/Empresa; Apoio Gerencial e Desburocratização.

<sup>248</sup> O apoio se daria através de recursos creditícios, materiais e benefícios fiscais. Para se alcançar esse objetivo, o Plano propunha realizar um levantamento das potencialidades de cada município, mapeando as disponibilidades locais de matérias-primas, mão-de-obra especializada, alternativas energéticas, etc.

- A defesa da implantação de uma indústria de tecnologia avançada, especialmente nos ramos de informática e de química fina<sup>249</sup>.

### Recursos minerais<sup>250</sup>

De acordo com o terceiro Plano de Governo, o Estado do Rio não possuía uma política mineral adequada, que fosse voltada para a pesquisa; à difusão de informações relacionadas a aspectos técnicos e jurídicos; à fiscalização, no intuito de impedir a exploração predatória e a evasão fiscal; nem tampouco preocupada com a identificação de novas reservas minerais no Estado.

Acreditava-se que através da criação da Secretaria de Estado de Minas e Energia<sup>251</sup> seriam dadas as condições necessárias à promoção das políticas relacionadas ao setor<sup>252</sup>.

Como exposto ao longo dos parágrafos desta seção, o terceiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, apesar de reconhecer a excessiva concentração econômica e populacional na Região Metropolitana do Estado, e os problemas decorrentes desse desequilíbrio espacial, não tomou nenhuma medida significativa no sentido de promover uma desconcentração espacial das atividades econômicas, optando por tentar promover o desenvolvimento sócio-econômico local de forma a reverter o êxodo em direção à Região Metropolitana do Estado, uma vez que o próprio Plano mencionava que:

---

<sup>249</sup> O Plano citava, ainda, o estímulo à construção civil.

<sup>250</sup> Este setor, de acordo com o Plano, além da “importância fundamental” para o desenvolvimento urbano-industrial, gerava insumos para os programas do governo nas áreas de habitação e saneamento.

<sup>251</sup> Esta Secretaria absorveria o Departamento de Recursos Minerais.

<sup>252</sup> Deve-se mencionar que as quatro diretrizes voltadas para as áreas de indústria e comércio implicavam a ação de órgãos estaduais, como a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Tecnologia; de Trabalho e Habitação; de Fazenda; o BANERJ; o BD-Rio; etc., além da participação de organizações empresariais como FIRJAN, Associação Comercial, FLUPEME, etc.

“Atualmente, uma política de desconcentração industrial deve estar apoiada menos em interiorizar grandes investimentos voltados para os mercados metropolitanos ou nacionais e, mais em retomar as vocações específicas do interior, particularmente a agroindústria e as pequenas e médias empresas voltadas para os mercados locais e regionais.”

Assim, foi dada grande importância ao desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas, sobretudo no Interior do Estado<sup>253</sup>, e ao desenvolvimento da agricultura fluminense<sup>254</sup>, de modo a gerar empregos no Interior.

Pelos resultados dos indicadores, apresentados no sexto capítulo, percebe-se que a economia do Estado ainda permanecia muito concentrada na Região Metropolitana durante o período de vigência do terceiro Plano estadual de desenvolvimento. Os primeiros sinais de desconcentração em direção ao Interior fluminense começaram a surgir bem ao final da década de 1980, podendo até ser reflexo da ação conjunta dos três Planos de Desenvolvimento vistos até o momento e/ou uma percepção da retomada do crescimento econômico que estaria por vir.

#### **7.4 Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (do Estado do Rio de Janeiro) para o período de 1988 a 1991**

O quarto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro foi elaborado pelo Governo Moreira Franco<sup>255</sup> para o período de 1988 a 1991, tendo como prioridade a “recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro” de forma a garantir o atendimento às necessidades básicas da população e promover a

---

<sup>253</sup> Cabe mencionar a especial atenção dada às cidades de porte médio que, de acordo com o Plano, precisavam consolidar o seu potencial industrial e de serviços.

<sup>254</sup> Deve-se observar a grande importância dada à preservação de áreas agrícolas na periferia dos grandes centros urbanos.

<sup>255</sup> Wellington Moreira Franco foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 1987 a 1990.

estabilidade econômico-social “através da reversão do processo de desequilíbrio entre a Região Metropolitana e o Interior do Estado”.

Mencionando que os setores “líderes do novo ciclo de industrialização” que despontava no País eram os de alta tecnologia, como: química fina, informática, biotecnologia, equipamentos de precisão, etc, lembrava que tais setores necessitavam de mão-de-obra qualificada e que o Rio de Janeiro, neste fator, possuía uma posição privilegiada frente ao País, já que o Estado ocupava o segundo lugar em todos os indicadores relacionados ao sistema universitário e à pesquisa, colocando o Estado numa posição bastante favorável para a utilização desse potencial humano nas novas oportunidades de investimento que surgiam<sup>256</sup>.

Outra área em que o Estado do Rio apresentava vantagens absolutas e relativas e que, de acordo com o Plano de Desenvolvimento estadual, seria prioridade básica no governo é “a capacidade crescente da produção de gás natural e de petróleo e do aproveitamento seqüencial desses insumos, através da implantação de um pólo petroquímico no Estado”<sup>257</sup>.

Em relação ao setor terciário, o Plano mencionava que o Estado do Rio apresentava algumas características difíceis de serem suplantadas por outros Estados do País, como: a vocação turística; a liderança cultural e artística; o elevado nível de urbanização da população do Estado, com “as conseqüentes vantagens sobre a organização do comércio e dos serviços”; entre outras.

---

<sup>256</sup> O Plano lembrava, também, que os recursos humanos qualificados ainda poderiam ser empregados em outros setores da economia, também relacionados aos avanços tecnológicos, como: a agricultura de alta produtividade, melhorias genéticas na pecuária, serviços técnicos especializados, etc.

<sup>257</sup> O Plano acrescentava que a implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio seria uma seqüência natural do processo de desenvolvimento do setor, “tanto do ponto de vista de uma política industrial abrangente como da racionalidade econômica, não podendo o processo político inviabilizar esta seqüência, sob o risco de incorrer em grande erro de alocação de recursos, tanto sob o ponto de vista social, como da lógica estritamente econômica”. De forma a justificar a implantação de um pólo petroquímico no Estado, o Plano citava: a descentralização industrial; a proximidade das fontes de matérias-primas; a abundância de recursos humanos especializados; além da proximidade de grandes centros consumidores.

O Plano acreditava, também, no potencial do setor agrícola do Estado, mencionando que, uma vez criadas as condições necessárias para atrair investimentos produtivos privados, através de algumas correções como irrigação, seria possível “revigorar e ampliar significativamente a área cultivada, alcançando níveis de produtividade competitivos com os de outras regiões produtoras do País”.

Diante das potencialidades apresentadas pelo Estado, buscava-se a redução dos desequilíbrios espaciais e um melhor ordenamento do território<sup>258</sup>. Para isso, foi traçada uma ‘estratégia espacial’ voltada para a indústria, o comércio, o turismo e a agropecuária<sup>259</sup>.

Na **indústria**, o Poder Público atuaria de forma a atrair novos projetos de investimento para o Estado, procurando consolidar o parque industrial já instalado e, preferencialmente, promover a sua redistribuição espacial para a Periferia da Região Metropolitana e para os municípios do Interior fluminense<sup>260</sup>.

Os municípios do Interior, que demandassem maior presença do governo estadual, deveriam ser objeto de estudos “visando um melhor aproveitamento das potencialidades industriais e/ou agroindustriais neles existentes”. Entre os municípios que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento do setor secundário, destacavam-se Barra do Piraí, Itaperuna, Macaé, Nova Friburgo, Resende, Teresópolis, Três Rios, e Valença, por já terem iniciado um processo de industrialização. O Plano mencionava que outros municípios poderiam se revelar como

---

<sup>258</sup> Para esse fim, o Plano colocava como estratégias “a municipalização de serviços básicos oferecidos à população, como saúde e educação; a interiorização dos programas, com ênfase nos setores econômicos geradores de emprego e renda; e a articulação intersetorial e intergovernamental voltada para compatibilizar a programação setorial”.

<sup>259</sup> Nesta seção, serão apresentadas algumas diretrizes voltadas para a promoção da Indústria e do Comércio.

<sup>260</sup> De acordo com o Plano, o setor secundário do Estado do Rio se encontrava prejudicado devido à falta de planejamento no tocante à localização industrial; desse modo, a descentralização e a ordenação espacial das indústrias seriam fatores decisivos para a recuperação deste setor da economia fluminense.



boas oportunidades de investimento em função das disponibilidades locais de matéria-prima e mão-de-obra<sup>261</sup>.

Além de consolidar os distritos industriais já implantados, também seriam criadas novas áreas de atração industrial a partir de iniciativas municipais, a exemplo do Pólo Cimenteiro e do Pólo Petroquímico<sup>262</sup>.

Era previsto, ainda, o apoio às micro e pequenas empresas, especialmente no que se refere à produção de bens e prestação de serviços, uma vez que constituíam a “base social do sistema produtivo fluminense”, tanto pelo número de estabelecimentos existentes quanto pelo percentual de mão-de-obra que empregavam. Essas empresas teriam apoio gerencial, tecnológico e comercial, bem como a possibilidade de se localizarem em condomínios industriais, onde poderiam utilizar equipamentos de uso comum dos empresários e operários<sup>263</sup>.

No **comércio**, o Estado buscava agilizar e simplificar o seu registro, de forma a torná-lo mais eficaz. Para tanto, era necessário modernizar a atuação da Junta Comercial, tornando a prestação dos serviços à classe empresarial mais segura e eficiente.

---

<sup>261</sup> De acordo com o Plano, em decorrência do surgimento de novos vetores de industrialização no Interior do Estado, aumentariam as possibilidades de recuperação do parque industrial fluminense, paralelamente a um processo de reordenamento da sua disposição no território estadual, trazendo efeitos diretos sobre o setor terciário, o emprego e a renda.

<sup>262</sup> Essas ações, “além de permitir um novo alento ao desempenho desses setores”, permitiria, ainda, dinamizar a economia dos municípios envolvidos e gerar novos empregos no Estado. No caso do Pólo Cimenteiro, o Plano mencionava que, embora o ERJ possuísse uma das melhores jazidas de calcário do País, e fosse responsável por 9,2% da produção nacional de cimento, à época, ainda era obrigado a importar o produto, uma vez que o consumo interno excedia em mais de 50% a produção estadual; sendo necessário, de acordo com o Plano, criar melhores condições para o escoamento da produção e incentivar o amplo aproveitamento das jazidas existentes na região. Em relação ao Pólo Petroquímico, o Plano mencionava que sua implantação no Estado seria da maior importância, considerando a crescente disponibilidade de gás natural e as perspectivas de crescimento da exploração de petróleo; além disso, estavam localizadas no ERJ a administração central da Petrobrás e da Petroquisa – empresas estatais responsáveis pelo setor, à época –; no Estado também se encontravam excelentes unidades de formação de mão-de-obra de nível superior, como as escolas de engenharia química; o Instituto de Macromoléculas; a Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE); o Centro de Pesquisa da Petrobrás (CENPES); entre outras.

<sup>263</sup> O Plano previa a instalação de 20 condomínios industriais até 1991.

Também era previsto o apoio ao comércio exterior, através da realização de cursos de comércio exterior; seminários regionais voltados à exportação; envio de técnicos do Estado integrando missões comerciais; etc.

Outra medida de destacada importância em relação ao comércio seria a implantação do Centro Internacional de Comércio no Rio de Janeiro, “uma estrutura moderna contígua ao Porto do Rio”, onde se localizariam instrumentos de coleta, processamento, estocagem e transmissão de dados, permitindo coordenar informações sobre marketing, seguros, serviços e outras funções exigidas pelo comércio internacional<sup>264</sup>.

Pelo exposto nos parágrafos desta seção, pôde-se notar que o Plano de Desenvolvimento do Governo Moreira Franco reconhecia a gravidade do desequilíbrio econômico-espacial existente no Estado do Rio, elegendo como uma de suas prioridades a reversão do processo de desequilíbrio entre a Região Metropolitana e o Interior fluminense.

Desse modo, o Plano procurou desenvolver ações voltadas para direcionar e disciplinar o crescimento da Região Metropolitana e ações voltadas para reverter o fraco desempenho econômico do Interior do Estado.

De acordo com os resultados dos indicadores de análise regional, apresentados no sexto capítulo, no início da década de 1990 começaram os primeiros sinais de desconcentração espacial das atividades em direção ao Interior do ERJ; contudo, a economia fluminense ainda permanecia muito concentrada na Região Metropolitana e

---

<sup>264</sup> Deve-se mencionar que, de acordo com o Plano, tanto o crescimento do comércio quanto o da indústria dependeriam não apenas da correta atuação do poder público estadual, mas também da capacidade empreendedora da iniciativa privada, “sem a qual quaisquer programas desenvolvidos na esfera governamental não encontrarão a resposta necessária a sua consecução”.

algumas atividades econômicas ainda permaneciam migrando para a Periferia da Região Metropolitana.

### **7.5 Plano Plurianual para o quadriênio 1992/1995**

O quinto Plano de Governo do Estado do Rio de Janeiro foi o Plano Plurianual para o quadriênio 1992-1995; elaborado no segundo Governo Leonel Brizola<sup>265</sup>.

O Plano reconhecia que para reverter o “quadro de esvaziamento econômico do Rio de Janeiro”, seria necessária a cooperação administrativa com o Governo Federal, no sentido de recuperar o parque industrial do Estado, de ampliar a utilização do gás natural produzido no território fluminense e de adequar a política de financiamento agrícola às características do setor; sendo essas medidas necessárias para que o Estado pudesse assumir o seu próprio desenvolvimento<sup>266</sup>.

O governo estadual, por sua vez, definiria estratégias com o objetivo de desenvolver setores fundamentais da economia, como a agroindústria; confecções; eletrônica; indústria química; indústria naval e turismo, através da identificação dos entraves ao desenvolvimento dessas atividades industriais no Estado, sendo esse procedimento fundamental para dar novo impulso à economia do Estado. Também seria objeto de especial atenção, no âmbito da política industrial do governo, a implantação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Da mesma forma que os demais Planos, o quinto Plano de Governo do Estado do Rio também reconhecia o problema do desequilíbrio na estrutura espacial do Estado. De acordo com o Plano, esse desequilíbrio inviabilizava as propostas formuladas para o Interior, uma vez que atraía para a Região Metropolitana a quase totalidade dos

---

<sup>265</sup> Leonel de Moura Brizola governou o Estado do Rio de Janeiro, pela segunda vez, de 1991 a 1994.

<sup>266</sup> Algumas ações do Governo Federal no Rio de Janeiro já estavam previstas à época, como a construção da Linha Vermelha e a adoção do projeto dos Centros Integrados de Assistência à Criança (CIACs).

investimentos realizados no Estado, agravando, assim, as desigualdades existentes, ao mesmo tempo em que estimulava a saturação da Região Metropolitana, em termos de população e funções urbanas<sup>267</sup>.

Assim, o Plano mencionava que o atendimento à demanda reprimida da Região Metropolitana fluminense não se daria em detrimento do Interior do Estado, de tal forma que a reorientação dos investimentos não ficaria restrita a setores prioritários; o critério regional também privilegiaria demandas peculiares, que se apresentassem como entrave ao desenvolvimento das diferentes regiões.

De forma a reverter o processo de esvaziamento do Interior fluminense, o governo estadual buscava, através de incentivos fiscais e creditícios, recuperar a posição ocupada pelo Estado Rio de Janeiro no passado.

Desse modo, foram previstas ações integradas nas áreas de indústria e comércio e ciência e tecnologia; promoção da indústria e do comércio e promoção do turismo como vocação econômica do Estado; além de investimentos nas áreas de agricultura, abastecimento e pesca<sup>268</sup>.

Para permitir a realização das ações acima mencionadas, buscou-se fomentar as micro e pequenas empresas, através da diminuição da carga tributária, da concessão de crédito, da simplificação dos procedimentos burocráticos e fiscal e do apoio a sua modernização. O governo também considerava a inovação tecnológica como condição

---

<sup>267</sup> De acordo com o Plano, a reversão deste processo estava “longe de ser alcançada”, tanto do ponto de vista da viabilidade social da Região Metropolitana, quanto do fortalecimento do Estado como unidade da Federação.

<sup>268</sup> Nesta seção, serão mencionadas, apenas, as Ações Integradas de Indústria e Comércio/ Ciência e Tecnologia e as ações para a Promoção da Indústria e do Comércio no Estado.

básica para que o Estado do Rio de Janeiro pudesse reassumir definitivamente seu papel de vanguarda no cenário nacional<sup>269</sup>.

Entre as Ações Integradas de Indústria e Comércio / Ciência e Tecnologia<sup>270</sup>, destacavam-se:

- Incentivo à implantação e dinamização de indústrias nos setores de tecnologia de ponta como biotecnologia, mecânica fina, química fina, informática e novos materiais;
- Promoção da incorporação de tecnologias para a modernização de setores industriais tradicionais, como mecânica, têxtil, confecções, cerâmicos, construção naval, produtos plásticos e químicos básicos;
- Incentivo tecnológico para a ampliação e adequação da infra-estrutura básica – energia, comunicações e transportes – às atividades econômicas, de acordo com a preservação ambiental;
- Articulação e integração das universidades, institutos de pesquisa e fundações aos setores produtivos, de prestação de serviços técnicos e governamentais;
- Financiamento de estudos e pesquisas para inovação tecnológica e introdução de tecnologias limpas.

Para a Promoção da Indústria e do Comércio no Estado, era previsto:

- Apoio à Realização de Feiras e Exposições
- Apoio à Exportação

---

<sup>269</sup> O governo previa, ainda, promover a implementação de um sistema de informações técnico-científicas, de forma a garantir a todos o acesso a dados que permitam maior produção de riqueza e bem estar social.

<sup>270</sup> Estas ações tinham por objetivo estimular e induzir o engajamento da atividade de produção científica e tecnológica à produção econômica.

- Ampliação dos Serviços de Processamento de Dados da JUCERJA<sup>271</sup>
- Implantação e Consolidação de Distritos/Condomínios Industriais

Na perspectiva de se promover a desconcentração metropolitana e estimular a interiorização da indústria, há a necessidade de se criar condições para atração de empresas e negócios, exigindo a disponibilidade de áreas planejadas, adequadas aos eventos. Neste sentido, estava prevista a criação de distritos e/ou condomínios industriais em Barra Mansa, Itaperuna e Magé/Itaboraí/São Gonçalo. O programa de Distritos Industriais seria constituído de projetos específicos para a complementação da infra-estrutura básica de cada distrito, de forma a dotá-lo de melhores condições operacionais.

- Pólo Petroquímico

De acordo com o Plano, o governo estadual se esforçaria no sentido de desenvolver e ampliar a indústria petroquímica no Estado do Rio, reexaminando planos e programas em curso, uma vez que o desempenho da indústria petroquímica, tanto a nível nacional quanto internacional, fazia necessário reavaliar a implantação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Assim, o Plano considerava a interiorização do desenvolvimento econômico fundamental para se obter uma “distribuição mais justa da riqueza e para a melhoria da qualidade de vida na Região Metropolitana”; acrescentando que uma das alternativas para conduzir o desenvolvimento de regiões do Estado, historicamente estagnadas, seria o uso da ação política para redefinir critérios regionais de concessão de benefícios e incentivos fiscais. Paralelamente, se buscaria promover a

---

<sup>271</sup> Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

implantação de infra-estrutura industrial adequada à atração de investimentos privados em locais estratégicos.

Como se pôde observar, o Plano elaborado pelo segundo Governo Brizola procurou dar bastante ênfase à questão da interiorização das atividades econômicas no Estado do Rio, como forma de tentar reduzir o desequilíbrio existente na estrutura espacial do Estado, pois, conforme mencionado no próprio Plano:

“As perdas econômicas do Estado do Rio de Janeiro, verificadas ao longo as últimas décadas, podem ser revertidas por ações políticas competentes, baseadas na democratização da economia, na inovação tecnológica e na interiorização do desenvolvimento.”

O governo, todavia, tinha consciência de que se tratava de um objetivo a ser alcançado em longo prazo, “de modo paulatino e seqüencial”.

Na primeira metade da década de 1990, a economia fluminense já começava a se recuperar da séria crise econômica vivida na década anterior. Havia um duplo movimento de desconcentração espacial das atividades no Estado do Rio: o primeiro, em menor grau, em direção à Periferia da Região Metropolitana do Estado e um segundo movimento, mais intenso, em direção ao Interior fluminense.

Entre algumas das atividades eleitas pelo quinto Plano estadual de governo, a ‘Mecânica’ e a ‘Química’ permaneciam concentradas na Região Metropolitana e ‘Produtos de Materiais Plásticos’, na Periferia da RMRJ.

## 7.6 Plano Plurianual para o período 1996/1999

O sexto Plano de Governo do Estado do Rio foi o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999; elaborado pelo Governo Marcello Alencar<sup>272</sup>.

Este Plano reconhecia que, transcorridas duas décadas da fusão, o Estado do Rio ainda apresentava imensas disparidades de todo tipo: econômicas, fiscais, econômico e sócio espaciais, etc. Essas desigualdades se constituíam principalmente de duas formas: entre o núcleo metropolitano e a sua Periferia imediata, em menor grau, e entre a Região Metropolitana e o Interior do Estado, em níveis muito mais elevados.

O Plano, reconhecendo os sinais de retomada do crescimento econômico, mencionava que era preciso “aproveitar o momento atual favorável” e, assim, identificar os setores que exigiam maiores investimentos e definir com precisão as prioridades de ação governamental.

De acordo com o Plano, a desconcentração econômica e demográfica devia ser entendida “não como a simples transferência de bens ou serviços de um ponto para outro” dentro do território fluminense, “mas sim como a identificação e implantação de novos eixos de desenvolvimento que pudessem atenuar as disparidades tanto intrametropolitanas, como intermetropolitanas”. A desconcentração econômica e demográfica seria, então, uma urgência tanto para o atendimento de demandas advindas da Região Metropolitana como do Interior fluminense.

O Plano tinha como premissas básicas, entre outras, estimular a formulação e a integração de programas e projetos regionais e inter-regionais que consolidassem a fusão e minimizassem os desequilíbrios espaciais.

---

<sup>272</sup> Marcello Nunes Alencar foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 1995 a 1998.



Assim, com o objetivo de identificar as melhores formas de aproveitamento e desenvolvimento das vocações regionais do Estado, foram desenvolvidas macro-estratégias voltadas para regularizar o processo de concentração econômico-espacial; consistindo na formulação de macro-eixos e macrozonas.

O Plano previa que a ação governamental na Região Metropolitana deveria contemplar duas grandes diretrizes de desenvolvimento, a saber:

- Macro-eixo Oeste - um anel periférico externo à área conurbada do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, tendo o Porto de Sepetiba como um os pontos extremos;
- Macro-eixo Leste - representado, de um lado, pela conurbação Rio/Baixadas e, do outro, pelo segmento Niterói/S.Gonçalo/Itaboraí.

#### MACRO-EIXO OESTE

Entre os investimentos previstos nesse território, destacava-se a Zona de Processamento de Exportações (ZPE). Na outra extremidade do pólo, no município de Duque de Caxias, próximo à REDUC, era prevista a criação de plantas petroquímicas, utilizando o gás natural da bacia de Campos.

#### MACRO-EIXO LESTE

Em uma das extremidades desse território, em Niterói, destacava-se o dinamismo potencial da indústria da construção naval, de pescado e o terciário urbano. Na outra extremidade, o destaque era o pólo cerâmico do município de Itaboraí que, de acordo com o Plano, poderia ser incentivado caso a oferta de gás natural pudesse ser estendida até essa localidade.

Foram identificados, ainda, quatro macro-eixos de desenvolvimento inter-regional:

- Macro-eixo do Médio Vale Do Paraíba
- Macro-eixo da Região Cimenteira
- Macro-eixo da Costa Sul
- Macro-eixo da Região Dos Lagos

#### MACRO-EIXO DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA

As principais oportunidades de desenvolvimento se voltavam para a siderurgia, devido à grande importância da CSN e pela presença de outras siderurgias na região. Era previsto que o ramo metalúrgico ganhasse um grande impulso com a implantação da indústria de caminhões da Volkswagen, em Resende, uma vez que esse macro-eixo era formado por empresas de pequeno e médio porte;

#### MACRO-EIXO DA REGIÃO CIMENTEIRA

A extração do calcário e a indústria do cimento na região de Cordeiro e Cantagalo constituíam o principal setor econômico da região, sendo responsável pelo processo de urbanização ocorrido no território<sup>273</sup>.

#### MACRO-EIXO DA COSTA SUL

Abrangendo o litoral sul desde Mangaratiba até Paraty, essa região se destacava pelo turismo<sup>274</sup>. A indústria da construção naval era outra atividade que, de acordo com o Plano, possuía grande possibilidade de desenvolvimento, servindo de apoio

---

<sup>273</sup> De acordo com o Plano, o município de Cantagalo centralizava a produção de cimento, com três fábricas em operação: Mauá, Alvorada e Votorantin.

<sup>274</sup> O Plano mencionava que o setor hoteleiro era pequeno frente às potencialidades regionais, sendo composto principalmente de pequenas pousadas; eram poucos os investimentos de porte internacional.

tanto ao turismo quanto à pesca. A atividade pesqueira, por sua vez, embora tradicional na região, apresentava um pequeno desempenho, devendo ser incentivada.

## MACRO-EIXO DA REGIÃO DOS LAGOS

Englobava toda a área litorânea desde Maricá, passando pela Região dos Lagos até o município de Macaé. A Região se destacava pelo turismo<sup>275</sup>. O Plano citava a atividade pesqueira como sendo insuficiente devido às técnicas rudimentares utilizadas, sendo necessário modernizar a frota e os equipamentos de pesca, assim como capacitar a mão-de-obra local para o emprego de novas tecnologias<sup>276</sup>.

O Plano mencionava alguns núcleos urbanos que vinham se firmando como centros dinâmicos fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em decorrência do crescimento econômico e/ou demográfico, se apresentando como importantes focos de desenvolvimento em suas regiões, através do crescimento das atividades terciárias e/ou industriais, e assumindo cada vez mais importância no contexto estadual.

Nos ramos de confecção, destacavam-se Nova Friburgo, Petrópolis, Cabo Frio e Itaperuna; de alta tecnologia, mereciam destaque Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; nos setores de alimentos e vestuário, os destaques eram os municípios de Campos e Itaperuna. A estes, juntavam-se os municípios do eixo metal-mecânico do Vale do Paraíba (Volta Redonda, Resende e Barra Mansa). Outro núcleo urbano que vinha se desenvolvendo como um importante centro de prestação de serviços no Estado era Macaé, onde as atividades relacionadas à exploração de petróleo deram novos contornos à dinâmica urbana no município<sup>277</sup>.

---

<sup>275</sup> O Plano mencionava que o crescimento desenfreado do parcelamento do solo vinha gerando sérios problemas urbanos para as comunidades locais, sendo necessário ordenar a ocupação.

<sup>276</sup> De forma a permitir uma correta armazenagem e comercialização do pescado, era prevista a instalação de terminais pesqueiros nos municípios de Arraial do Cabo, São João da Barra e Macaé.

<sup>277</sup> Nessas localidades, seriam estabelecidas ações de forma a dinamizar suas economias.

O Plano previa, ainda, a criação de Macrozonas a Integrar<sup>278</sup>, Macrozonas a Dinamizar<sup>279</sup> e Macrozonas a Reprogramar<sup>280</sup>; todas voltadas à implantação de diferentes culturas no Interior do Estado podendo contribuir para o desenvolvimento e para a criação de mercado de trabalho no Interior.

Assim, como retratado nos parágrafos acima, o Plano do Governo Marcello Alencar dava grande importância à questão da descentralização econômico-social no Estado, mencionando que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro estava “congestionada”; a esse respeito, o Plano mencionava:

“A nova concepção de planejamento e de administração pública que ora se implanta no Rio de Janeiro, sustentada nos conceitos de eficiência e descentralização, conduz à política de desenvolvimento econômico do Governo e a um novo ciclo de crescimento para o Estado.”

Contudo, o Plano não trazia nenhuma grande novidade em relação ao exposto nos Planos anteriores quanto a previsões/projetos de investimento no Estado, a não ser a menção feita à fábrica de caminhões da Volkswagen a ser implantada em Resende.

Este sexto Plano foi elaborado e vigorou durante o período em que, de acordo com os resultados apresentados pelos indicadores de análise regional, começava a se intensificar a desconcentração das atividades em direção ao do Interior do Estado do Rio de Janeiro; justificando, assim, a percepção do Plano quanto aos municípios do Interior fluminense que vinham se destacando como centros urbanos dinâmicos.

---

<sup>278</sup> Baixadas Litorâneas; Região Serrana e Área Frutícola do Itabapoana.

<sup>279</sup> Região Noroeste; Zona entre a RMRJ e o Vale do Paraíba e a Zona entre os Rios Preto e Paraíba do Sul.

<sup>280</sup> Zona Canavieira e Trecho de Encontro das Regiões Norte, Noroeste e Serrana.

## 7.7 Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003

O sétimo Plano de Governo do Estado do Rio de Janeiro foi o Plano Plurianual, elaborado pelo Governo Anthony Garotinho<sup>281</sup>, para o quadriênio 2000-2003.

Este Plano previa a descentralização e a interiorização das ações estaduais, de forma a agilizar e otimizar os serviços de interesse público, além de promover o desenvolvimento do Interior do Estado.

O Estado se comprometia a desenvolver ações voltadas para atrair novos investimentos de forma a incrementar a atividade produtiva fluminense. Seriam analisados projetos; oferecido apoio logístico; fornecidas informações sócio-econômicas; feito o levantamento de áreas para instalação de indústrias; realizadas articulações com as concessionárias de serviço público e oferecido apoio na obtenção de financiamento para o setor produtivo<sup>282</sup>. Assim, era previsto:

- Apoio institucional à participação de empresas no comércio exterior, através da promoção de seminários e encontros sobre comércio exterior em municípios pólo do Estado. Visava identificar e atrair investimentos produtivos para o Estado do Rio de Janeiro, através da divulgação das potencialidades municipais<sup>283</sup>;
- Elaboração de uma matriz industrial de insumo-produto, visando Identificar as oportunidades de investimentos nas diversas regiões do Estado de forma a permitir o cruzamento das ofertas e demandas por investimentos;

---

<sup>281</sup> Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira governou o Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002.

<sup>282</sup> Para se atingir esses objetivos, seria necessário identificar os fatores que inibiam a realização de potenciais empreendimentos no Estado, o denominado “Custo-Rio”, e realizar um diagnóstico acerca das deseconomias externas existentes.

<sup>283</sup> Procuraria, ainda, promover a atração e a expansão de investimentos ligados a setores definidos como estratégicos e de grande efeito multiplicador sobre a economia do Estado.

- Levantamento das oportunidades de investimentos nas Regiões do Médio Paraíba; Metropolitana; Norte; Noroeste; Centro-Sul; Baía da Ilha Grande; Baixada Litorânea e Região Serrana<sup>284</sup>, de modo a permitir a revitalização econômica de áreas degradadas ou subutilizadas;
- Estudos para aproveitamento de áreas urbanas. Teria por objetivo fornecer alternativas locacionais aos investidores interessados em instalar unidades industriais ou realocar unidades existentes no Estado do Rio de Janeiro;
- Cadastro de áreas disponíveis para ocupação econômica, baseado no setor de telecomunicações. Buscava incrementar a economia fluminense, de forma a gerar emprego e renda, aproveitando os benefícios advindos dos elevados investimentos realizados no setor de telecomunicações;
- Consolidação de pólos industriais do Estado do Rio de Janeiro. Seriam realizados diagnósticos acerca dos setores de telecomunicações; metal-mecânico; têxtil e de confecções. O objetivo maior era promover a geração de emprego e renda e a descentralização do desenvolvimento econômico no Estado, através do apoio a setores industriais que representassem potencial econômico regional;
- Apoio ao setor de mármore e granitos do Estado;
- Apoio à implantação de pólos tecnológicos no Estado do Rio de Janeiro<sup>285</sup>;

---

<sup>284</sup> **Médio Paraíba:** Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda; **Região Metropolitana:** Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá; **Norte Fluminense:** Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra; **Noroeste Fluminense:** Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antonio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai; **Centro-Sul Fluminense:** Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras; **Baía da Ilha Grande:** Angra dos Reis e Paraty; **Baixadas Litorâneas:** Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim; **Região Serrana:** Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

<sup>285</sup> Pólos tecnológicos da UFRJ; pólo tecnológico da PUC e pólo tecnológico do Inmetro.

- Pólo de desenvolvimento da Baixada, criado para dar apoio às pequenas e micro empresas da Região;
- Apoio ao setor de agroindústria do Estado do Rio;
- Apoio à cadeia produtiva da fruticultura fluminense. Esta iniciativa contaria com a participação de algumas universidades<sup>286</sup>, além do Inmetro, e teria por objetivo incrementar os setores de tecnologia de ponta no Estado.

Outra medida prevista no Plano era o apoio à implementação de atividades relacionadas ao setor de petróleo e gás natural. Neste sentido, buscava-se viabilizar a implantação do Pólo Gás Químico<sup>287</sup>, voltado à produção de matéria-prima para as indústrias do setor de transformação de plásticos a partir dos componentes existentes no gás natural<sup>288</sup>. Essa medida, além de beneficiar empresas do setor petroquímico, teria por finalidade a geração de emprego e renda<sup>289</sup>.

O Plano também previa incrementar as atividades do Porto de Sepetiba; para tal, seriam realizados estudos de viabilidade para definir quais os tipos de empreendimentos a serem atraídos para o Porto. Desse modo, seria necessário viabilizar a infra-estrutura interna e o acesso ao Porto, além do desenvolvimento e ordenamento territorial da área de influência do Porto de Sepetiba.

Com o objetivo de apoiar e promover as micro e pequenas empresas no Estado seriam criados e aprimorados mecanismos que viessem a facilitar as suas operações.

---

<sup>286</sup> UFRJ, PUC e UENF.

<sup>287</sup> A idéia era apoiar a viabilização financeira do Pólo Gás Químico, através de articulação com a Petrobrás, sócios privados e bancos, de modo a permitir o incremento das atividades do setor de petróleo e gás natural.

<sup>288</sup> Acreditava-se que, com a implantação do Pólo Gás Químico, o parque fluminense de transformação de plásticos seria ampliado e modernizado, permitindo ao ERJ aumentar a sua competitividade frente aos demais Estados neste setor.

<sup>289</sup> De acordo com o Plano, seriam criados postos de trabalho nos municípios do Rio de Janeiro, Macaé, Rio das Ostras, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Iguaba Grande, Itaguaí, Resende, Maricá, São Gonçalo e Niterói.

Entre as medidas previstas, estavam: a realização de estudos para viabilizar a estruturação de uma empresa de fomento, com vistas à concessão de crédito à micro e pequena empresa, e a legalização das atividades de pequeno porte que operavam na informalidade, através da desburocratização e desregulamentação. Com essas medidas, esperava-se promover a geração de emprego e renda no setor de micro e pequenas empresas no Estado do Rio<sup>290</sup>.

O sétimo Plano estadual de governo ainda tinha por objetivo: Consolidar os Distritos Industriais; Recuperar a Indústria Naval e Promover a Revitalização dos Portos; Expandir as Atividades do Setor de Petróleo e Gás Natural; Implantar Pólos de Tecnologia de Informação e realizar o Controle de Registro do Comércio.

### **Consolidação dos Distritos Industriais**

Era previsto executar obras de infra-estrutura pendentes nos Distritos Industriais e a ampliação da disponibilidade de lotes industriais, além da conclusão da segunda etapa do projeto de infra-estrutura do Parque Industrial de Xerém.

### **Recuperação da Indústria Naval e Revitalização dos Portos**

O Plano previa induzir o aumento do movimento de cargas nos portos do Rio de Janeiro, bem como a reativação e reestruturação dos estaleiros localizados no Estado, visando ampliar a oferta de empregos aos trabalhadores da indústria naval e portuária<sup>291</sup>; para isso, se comprometia a subsidiar com dados, estudos e projetos as ações de promoção da indústria naval e de revitalização dos portos<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> Também estava prevista a criação de um pólo de pequenas e médias empresas ligadas à atividade petrolífera.

<sup>291</sup> De acordo com o Plano estadual, essa ação se daria através de articulação junto a empresas como Petrobrás, além de parcerias com empresas estrangeiras, de modo que pudessem aumentar as encomendas à indústria naval fluminense.

<sup>292</sup> Também seriam realizados estudos de logística para a implantação do terminal de apoio off-shore no Norte Fluminense.



## **Expansão das Atividades do Setor de Petróleo e Gás Natural**

A intenção do governo estadual, expressa no Plano, era apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas e de pesquisa no setor de petróleo e gás natural, de modo a otimizar o aproveitamento da oferta de petróleo e gás no Estado, no que se refere à geração de emprego e renda; conhecimento e tecnologia; aumento da arrecadação fiscal e preservação ambiental.

## **Pólo de Tecnologia da Informação**

Para implantar Pólos de Tecnologia no Estado do Rio, era previsto o fortalecimento das empresas fluminenses produtoras de software, além da atração de novas empresas desse setor para o Estado, através de uma política de apoio fiscal, financeiro e de recursos humanos, potencializando a posição do Estado do Rio como centro de pesquisa e formação de mão-de-obra nessa área <sup>293</sup>.

## **Controle de Registro do Comércio**

Era previsto aprimorar e agilizar os serviços de registro do comércio, através da melhoria da infra-estrutura física e administrativa, além da recuperação e armazenamento de todos os seus prontuários e descentralização dos serviços de protocolo.

Além dos objetivos expostos nos parágrafos acima, ainda constavam do sétimo Plano estadual de governo: o Desenvolvimento Agropecuário do Interior<sup>294</sup>; o Programa de

---

<sup>293</sup> De acordo com o Plano, a intenção era aproveitar a sinergia existente entre o setor de tecnologia e o de telecomunicações, já que este último se encontrava em expansão no ERJ, havendo uma crescente demanda por serviços de software. Além de consolidar o Pólo de Software, também era previsto avaliar a oportunidade de criação de um Pólo de Hardware no Estado.

<sup>294</sup> Este projeto visava, entre outras coisas, aumentar a produção e a produtividade da agricultura fluminense, de acordo com as potencialidades das diversas regiões, de forma a assegurar melhores condições de competitividade no mercado interno e externo. Buscava-se diversificar a agricultura nas regiões Norte e Noroeste, especialmente com a criação de Pólos de fruticultura, fomentando uma agricultura moderna com vistas à mudança do perfil agrícola em várias regiões do Estado. Também era previsto geração e adaptação de tecnologias para o desenvolvimento da cafeicultura estadual; seria criado o Programa Pró Café, de forma a incrementar e recuperar o plantio do café no Estado.

Desenvolvimento Turístico<sup>295</sup>; a Elaboração da Matriz Energética e do Balanço Energético<sup>296</sup>; o Fortalecimento das Instituições de C&T do Governo do Estado<sup>297</sup>; a Elaboração de Projetos para a Implantação de Consórcios Regionais de Desenvolvimento<sup>298</sup> e o Programa Qualidade Rio<sup>299</sup>.

Como se pôde observar, através dos parágrafos desta seção, o Plano elaborado pelo Governo Anthony Garotinho dava grande destaque à questão do desenvolvimento do Interior fluminense, sendo previsto diversos projetos e iniciativas nesse sentido.

Cumprе mencionar que a elaboração e o início da vigência deste Plano coincidem com o período em que os resultados apresentados pelos indicadores de análise regional, mostrados no sexto capítulo, indicam o início do grande crescimento da economia do Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse período, como demonstrado no sexto capítulo, algumas das atividades econômicas tratadas no Plano aumentaram a sua participação no Interior fluminense: 'Mecânica', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Extração de Minerais' e 'Material Elétrico e de Comunicações'<sup>300</sup>.

---

<sup>295</sup> Entre as medidas previstas estavam a elaboração de um Plano Diretor de Turismo para o Estado; incentivar a atração de novos empreendimentos turísticos privados, através de incentivos financeiros e fiscais e de articulações entre as diversas esferas do Poder Público; criar instrumentos que pudessem servir de orientação aos investimentos privados e à ação estratégica do Estado no setor, inclusive através da capacitação de mão-de-obra especializada e da consolidação do turismo sustentável.

<sup>296</sup> Visava dotar o Estado de informações estratégicas sobre o cenário energético de forma a possibilitar tomadas de decisão no momento da realização de investimentos de infra-estrutura.

<sup>297</sup> Através da "consolidação da UENF, melhoria e manutenção da UERJ, incluindo o campus e o HUPE, indução da formação de RH para pesquisa, em todos os níveis, formação de redes com instituições de pesquisa, empresas e órgãos governamentais e construção e implementação da Universidade do Estado da Baixada Fluminense".

<sup>298</sup> Era previsto estabelecer mecanismos que pudessem viabilizar o desenvolvimento, a partir das potencialidades locais e da otimização das ações governamentais, de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico regional, através da integração de diversos tipos de iniciativas, públicas e privadas; para isso, seria criada uma Assessoria à elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento Integrado.

<sup>299</sup> Este Programa consistia no desenvolvimento de um esforço conjunto entre o governo do Estado e a sociedade, na tentativa de melhorar a qualidade e a produtividade dos bens e serviços produzidos no Estado do Rio; assim foram criados os programas 'Quali Costa Verde', 'Quali Norte', 'Quali Noroeste', etc.

<sup>300</sup> De acordo com os resultados apresentados pelos Indicadores no sexto capítulo, no intervalo 1995-2004, as atividades que mais aumentaram a sua participação no Interior fluminense foram: 'Mecânica', 'Material de Transporte', 'Produtos de Materiais Plásticos', 'Bebidas', 'Madeira', 'Serviços Diversos', 'Extração de Minerais' e 'Material Elétrico e de Comunicações'.

## 7.8 Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007

O oitavo Plano de Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o quadriênio 2004-2007, foi o Plano Plurianual elaborado pelo Governo Rosinha Garotinho<sup>301</sup>.

Aproveitando as oportunidades de investimentos existentes no Estado do Rio, o oitavo Plano estadual de governo previa integrar as ações relacionadas às condições de mobilização produtiva no território fluminense às “novas relações sociais e espaciais de produção”. Para isso, era previsto o apoio a iniciativas de integração regional<sup>302</sup>; o combate aos desequilíbrios sociais; a valorização do pequeno produtor<sup>303</sup> e o aproveitamento do potencial turístico do Estado<sup>304</sup>; tudo de forma a promover um ambiente institucional favorável às iniciativas de geração de emprego e renda.

Em relação à **atividade industrial**, era previsto: o Apoio às Cadeias Produtivas Tradicionais do Estado do Rio de Janeiro; Modernizar a Indústria Naval e Promover a Revitalização dos Portos; Consolidar os Distritos e Condomínios Industriais; Implementação do Pólo Gás Químico; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da REDUC; Promover o Ordenamento Territorial; Melhoria da Competitividade do Produto Fluminense.

---

<sup>301</sup> Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira governou o Estado do Rio de Janeiro de 2003 a 2006.

<sup>302</sup> Especialmente a partir da capacidade de articulação dos micro-empresendedores e da identidade territorial.

<sup>303</sup> Através do “desenvolvimento local integrado, assistência técnica e extensão rural, desenvolver ações operacionais e de pesquisas em apoio às atividades agropecuárias e promover a melhoria do padrão alimentar da população com oferta de produtos agrícolas e pesqueiros acessíveis a seu poder aquisitivo”.

<sup>304</sup> Promovendo o turismo como agente do desenvolvimento econômico.

Para a consecução desses objetivos, seria realizada a Manutenção das Atividades da Agência de Fomento; a Promoção do Estado do Rio de Janeiro junto a Investidores e o Gerenciamento dos Projetos Financiados com Recursos do FUNDES<sup>305</sup>.

No **comércio**, a intenção era modernizar e ampliar as ações de registro, licenciamento e fiscalização das atividades comerciais e de segurança e proteção ao consumidor.

Na **agricultura**, o Plano mencionava o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica; o Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e o Desenvolvimento do Agronegócio, de forma a permitir o Desenvolvimento Regional.

No setor de **turismo**, tinha-se o objetivo de aproveitar o grande potencial existente no Estado do Rio e promover o turismo como agente de desenvolvimento econômico. Entre as ações voltadas para a promoção do turismo, estavam: a implantação do Plano Diretor de Turismo; a promoção do turismo rural; o apoio ao desenvolvimento turístico nos municípios; a capacitação de mão-de-obra voltada para o turismo, etc.

Como observado, o Plano do Governo Rosinha Garotinho foi bem mais sucinto que o Plano do governo anterior no que se refere às questões relacionadas à interiorização das atividades econômicas no Estado do Rio; porém esse Plano foi elaborado procurando dar seqüência/início a alguns projetos de interiorização previstos no Governo Anthony Garotinho.

---

<sup>305</sup> Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

## **7.9 As Ações dos Planos de Governo Pós-Fusão e a Mudança no Perfil Econômico do Estado do Rio de Janeiro**

Como visto, ao longo deste capítulo, praticamente todos os Planos de Governo reconheceram o problema do desequilíbrio econômico-espacial existente no Estado do Rio de Janeiro e, pode-se dizer que, cada um a seu modo, procurou criar mecanismos visando a desconcentração espacial das atividades econômicas.

O único dos Planos que não falava claramente em desconcentrar as atividades econômicas no sentido de promover a instalação ou realocação no Interior do Estado, mas sim em estimular o crescimento das atividades econômicas que já se encontravam no Interior, foi o Plano elaborado pelo primeiro Governo Brizola; visão totalmente distinta do Plano elaborado pelo segundo Governo Brizola, onde se mencionava de forma bem clara a necessidade de promover o crescimento do Interior, sendo previstas várias medidas no sentido de que novas unidades pudessem fazer a opção pelo Interior fluminense.

Os Planos que revelaram os seus objetivos de desconcentração de forma mais clara foram os dois primeiros: o do Governo Faria Lima e do Governo Chagas Freitas. Apenas uma observação merece ser feita em relação ao Plano do Governo Faria Lima, no sentido de que esse Plano, ao que parece, por estar muito atrelado à política nacional de desenvolvimento do Governo Federal, à época, talvez tenha subestimado algumas medidas referentes à desconcentração.

O Plano do Governo Anthony Garotinho foi o que mais idealizou projetos voltados à promoção do Interior Fluminense; já o Plano elaborado pelo Governo Rosinha Garotinho procurou dar continuidade aos projetos de interiorização idealizados pelo

governo anterior; sendo, contudo, extremamente sucinto quanto à elucidação dos meios como se daria a desconcentração da economia estadual.

Foi justamente durante a vigência dos dois últimos Planos de Governo que os indicadores mostrados no capítulo 6 sinalizam a grande virada nos padrões locacionais das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, no sentido do crescimento econômico do Interior fluminense.

Uma observação aqui se faz oportuna, supondo que as medidas previstas nos Planos de Governo analisados ao longo deste capítulo, sob a ótica da desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado do Rio, tenham sido de fato implementadas, pode-se supor que alguns dos governos estaduais contribuíram para o processo de desconcentração econômico-espacial que vem se desenvolvendo no Estado. Sabemos, contudo, que muitas das intenções/previsões desses governos estaduais tornaram-se inócuas diante da eterna dependência de recursos federais e/ou decisões políticas fora do alcance do poder estadual.

O melhor exemplo pode ser encontrado na análise dissertativa realizada ao longo deste capítulo, quando se observa as várias menções/previsões que os Planos fizeram em relação à necessidade de implantação de um pólo petroquímico no Rio de Janeiro ou à construção do pólo cimenteiro do Estado ou, ainda, à implantação da fábrica de caminhões da Volkswagen no município de Resende. Algumas dessas intenções viriam a se concretizar muitos anos mais tarde; outras ainda nem se concretizaram.

No capítulo 8, veremos quais os novos padrões locacionais que vêm se impondo na economia fluminense, além das perspectivas de desconcentração territorial no Estado do Rio de Janeiro.

## **Os Novos Padrões Locacionais e as Perspectivas de Desconcentração Territorial**

Os resultados encontrados neste trabalho indicam que novas economias de aglomeração estariam surgindo no Interior fluminense ao longo dos últimos anos, numa clara tendência de desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro.

A exemplo do ocorrido com a Região Metropolitana de São Paulo, forças centrífugas estariam atuando no processo de desconcentração das atividades no Estado do Rio. Ao que parece, no caso fluminense, essas forças podem se traduzir em fatores diversos, como: crescimento populacional, melhoria da renda, difusão do conhecimento, melhora na infra-estrutura de alguns municípios do Interior, maior disponibilidade de recursos, etc; fatores que Richardson (1975) considerou necessários para que houvesse a 'polarização reversa'.

No Estado do Rio, como demonstrado no capítulo anterior, além das forças próprias do mercado, alguns dos governos estaduais podem ter contribuído com o processo de interiorização das atividades econômicas, ao menos foi o que revelou a análise das intenções expostas nos seus respectivos Planos de Governo.

## 8.1 A Percepção do Processo de Interiorização das Atividades Econômicas

Para tentar entender melhor a forma como vem ocorrendo o processo de desconcentração econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro desde a fusão, foram contatadas, aleatoriamente, 316 empresas no Estado, sendo 129 na Periferia da Região Metropolitana (Per. RMRJ) e 187 no Interior do Estado (Int. ERJ), excluída a Capital; todas as empresas contatadas possuíam mais de 40 funcionários<sup>306</sup>. Na pesquisa, buscou-se descobrir **o ano em que a empresa havia se instalado no município onde se encontrava**. Os resultados, em termos percentuais, por períodos, são apresentados na tabela 8.1, abaixo<sup>307</sup>.

Tabela 8.1 – Percentual de Empresas Instaladas na Per. RMRJ e no Int. ERJ, nos Períodos Selecionados, Conforme Pesquisa Realizada com 129 Empresas na Per. RMRJ e 187 no Int. ERJ.

Períodos <sup>1</sup>	Per. RMRJ	Int. ERJ
	%	%
Passado (1975-1979)	11,6	8,0
Intermediário (1980-1994)	41,9	28,9
Recente (1995-2004)	17,0	21,4
Histórico (1975-2004)	70,5	58,8

<sup>1</sup> A distribuição dos intervalos de tempo nesta tabela foi realizada de forma a facilitar uma eventual comparação com os intervalos apresentados ao longo deste capítulo.

Fonte: Calculado a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

Os resultados mostraram que das 316 empresas entrevistadas no Estado, 63,4% haviam se instalado nos municípios onde se encontravam após a implantação da fusão dos Estados da Guanabara e do (antigo) Estado do Rio. Pelos dados da tabela 8.1, percebe-se que a desconcentração espacial das atividades ocorreu primeiramente

<sup>306</sup> Foram contatadas empresas de diversos segmentos em vários municípios do Estado do Rio, à exceção da Capital. O detalhamento dos tipos de atividades entrevistadas, nas referidas escalas, encontra-se no Anexo 3.

<sup>307</sup> Deve-se ressaltar que foram entrevistadas empresas com data de criação até o ano de 2001; ou seja, os dados referentes aos anos de 2002, 2003 e 2004 incluem apenas empresas que foram criadas até 2001 e que mudaram a sua localização, não estando incluída a criação de novas empresas. Dessa forma, pode-se supor que os percentuais referentes aos anos mais recentes encontram-se subestimados, podendo ser muito superior ao apresentado nesta pesquisa.



em direção aos municípios da Periferia da Região Metropolitana, sendo mais elevada no intervalo 1980-1994, confirmando os resultados apresentados pelo Coeficiente de Reestruturação no período equivalente. Na tabela acima, nota-se ainda que a desconcentração das atividades em direção ao Interior do Estado começou a se intensificar a partir da segunda metade da década de 1990, conforme retratado pelos indicadores estudados; esse fato pode ser melhor visualizado na tabela 8.2, onde os percentuais são apresentados em intervalos menores.

Tabela 8.2 – Percentual de Empresas Instaladas na Per. RMRJ e no Int. ERJ, nos Intervalos Selecionados, Conforme Pesquisa Realizada com 129 Empresas na Per. RMRJ e 187 no Int. ERJ.

Intervalos	Per. RMRJ	Int. ERJ
	%	%
1975 - 1980	13,2	10,2
1980 - 1985	14,7	8,0
1985 - 1990	12,4	8,6
1990 - 1995	18,6	13,9
1995 - 2000	15,5	17,1
2000 - 2004	1,6	8,0

Fonte: Calculado a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

Na tabela 8.2, percebe-se, mais claramente, o surgimento de novas atividades econômicas no Interior do Estado a partir de meados da década de 1990 e, em contrapartida, uma diminuição no número de atividades na Periferia da RMRJ; nota-se, ainda, que essa tendência vem prosseguindo nos primeiros anos da década de 2000, quando o percentual de empresas instaladas em municípios do Interior passou a ser cinco vezes maior que o de empresas instaladas na Periferia da RMRJ<sup>308</sup>.

<sup>308</sup> Lembrando que os dados referentes aos anos de 2002, 2003 e 2004 mostram apenas empresas que se realocalizaram no Estado, não estando incluída a criação de novas unidades; ou seja, os dados do período 2000-2004 podem ser bastante superiores ao apresentado na tabela acima.

O dinamismo crescente do Interior fluminense pode ser comprovado, também, pelos dados referentes a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio nos últimos anos.

Na tabela 8.3, a seguir, são apresentados os percentuais de participação de cada uma das escalas utilizadas neste trabalho no PIB do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2004, onde se nota, claramente, o aumento de participação do Interior no PIB estadual, confirmando a desconcentração espacial das atividades no ERJ, e o respectivo crescimento econômico do Interior fluminense.

Tabela 8.3 – Participação Percentual das Escalas Seleccionadas no PIB do ERJ, entre 1999 e 2004.

Escalas	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Capital	47,3	41,9	40,3	37,0	35,5	33,2
RMRJ	70,4	65,0	63,8	59,8	56,8	54,6
Per. RMRJ	23,2	23,1	23,5	22,9	21,3	21,4
Int. ERJ	29,6	35,0	36,2	40,2	43,2	45,4

Fonte: Calculado a partir dos dados referentes ao PIB dos municípios do ERJ, apresentados no anexo 2 deste trabalho.

Pelos valores da tabela 8.3, nota-se que o Interior do ERJ, num intervalo de apenas cinco anos, apresentou um ganho na sua participação no PIB estadual de 53,4%, passando de 29,6% em 1999 para 45,4% em 2004, confirmando o resultado encontrado no Coeficiente de Especialização para o ano de 2004.

No mesmo período, as demais escalas apresentaram perda de participação no PIB do Estado. A Capital fluminense foi a escala que apresentou a maior perda percentual, caindo de 47,3% em 1999 para 33,2% em 2004, um decréscimo de 29,8%; a RMRJ teve a sua participação no PIB do Estado reduzida em 22,4%, saindo de 70,4% em 1999 e chegando a 54,6% em 2004; a Per. RMRJ apresentou a

menor perda percentual, de apenas 7,8%, tendo participado com 21,4% no PIB do ERJ no ano de 2004.

Assim, diante da reestruturação produtiva pela qual vem passando o Estado do Rio de Janeiro, torna-se necessário conhecer os novos padrões locacionais existentes no Estado.

## **8.2 Os Novos Padrões Locacionais no Estado do Rio de Janeiro**

Como demonstrado no sexto capítulo, a economia fluminense hoje é bastante diversa daquela economia que vigorava em meados da década de 1970, quando foi implantada a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, dando origem ao atual Estado do Rio de Janeiro. Àquela época as principais atividades econômicas do novo Estado estavam localizadas na, então, recém-criada Região Metropolitana fluminense, especialmente no seu núcleo; havia algumas exceções como a Siderúrgica Barra Mansa e a Metalúrgica Barbará, ambas localizadas no município de Barra Mansa; a Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda e a Companhia Nacional de Álcalis, à época, no distrito de Arraial do Cabo, em Cabo Frio<sup>309</sup>.

Atualmente, algumas das principais atividades econômicas do Estado do Rio estão localizadas no Interior. Entre os municípios que mais se destacam no dinamismo de suas atividades, estão: Duque de Caxias, na Região Metropolitana, com o refino de petróleo; Macaé, no Norte Fluminense, com a extração de petróleo e gás natural; Porto Real, na Região do Médio Paraíba, no ramo automobilístico da indústria metal-mecânica e Resende, também na Região do Médio Paraíba, com a fábrica de caminhões da Volkswagen.

---

<sup>309</sup> Atual município de Arraial do Cabo.

Essa mudança de direção dos investimentos produtivos é mais percebida a partir da segunda metade da década de 1990, quando os efeitos do processo da recuperação econômica do Estado do Rio se tornaram mais visíveis<sup>310</sup>. Dados do Boletim de Economia Fluminense (BEF) de dezembro de 2002 mostravam que entre 1996 e 2000 a indústria fluminense havia se expandido 19,1%<sup>311</sup>

O Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro, publicado pela FIRJAN, relaciona o *ranking* das 200 maiores empresas do Estado, selecionadas a partir do conceito de Ativo Total e Receita Operacional Líquida. Essa pesquisa tem periodicidade anual e já vem sendo calculada desde 1998, permitindo a realização de um acompanhamento da evolução do perfil setorial das maiores empresas do Estado, possibilitando assim verificar eventuais ganhos ou perdas de importância dos setores econômicos na estrutura industrial do Estado do Rio.

Na tabela 8.4 é apresentada a Evolução do Perfil Setorial das 200 Maiores Empresas do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1998 e 2004, de acordo com a composição setorial dos *rankings*, ponderados pela Receita Operacional Líquida, como divulgado pela FIRJAN. De acordo com esses dados, nota-se um significativo aumento na importância do setor de 'petróleo', tendo a sua participação elevada de 22,8% para 38,2%, um ganho de 67,5% no período. Em contrapartida, a maioria dos demais setores apresentou perda na sua participação, à exceção dos setores: 'extração mineral'; 'metalurgia'; 'veículos automotores'; 'gás' e 'combustíveis nucleares'. O setor 'indústrias diversas' não apresentou variação no período.

---

<sup>310</sup> Como sinalizado pelos indicadores de análise regional, apresentados no capítulo 6, e confirmado pelos dados obtidos na pesquisa de campo (tabelas 8.1 e 8.2) e pelos resultados da participação percentual de cada uma das escalas utilizadas neste trabalho no PIB do ERJ nos últimos anos (tabela 8.3).

<sup>311</sup> É verdade que nessa época esse resultado ainda era quase que exclusivamente em decorrência do grande avanço da Indústria Extrativa. Porém, alguns segmentos da Indústria de Transformação apresentaram um aumento bastante expressivo, a exemplo de 'material de transportes', que teve uma elevação de 186,7% entre 1986 e 2000, de acordo com os resultados mostrados no BEF de dez. 2000.

Tabela 8.4 - Evolução do Perfil Setorial das 200 Maiores Empresas do Estado do Rio de Janeiro: 1998 - 2004.

Setor	1998	2004
Petróleo	22,8%	38,2%
Comércio por atacado	30,7%	29,5%
Extração mineral	5,6%	6,8%
Eletricidade	8,6%	6,1%
Metalurgia	5,3%	5,6%
Construção	4,6%	2,6%
Produtos químicos	3,1%	2,4%
Fumo	2,3%	1,4%
Saneamento	1,9%	1,0%
Fabricação e montagem de veículos automotores, partes e peças	0,0%	0,9%
Material de transporte	1,2%	0,9%
Gás	0,3%	0,7%
Minerais não-metálicos	1,0%	0,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,7%	0,6%
Produtos farmacêuticos e veterinários	1,4%	0,5%
Edição e impressão	1,3%	0,4%
Indústrias diversas	0,3%	0,3%
Bebidas	3,3%	0,2%
Comércio varejista	2,2%	0,2%
Máquinas e equipamentos	0,5%	0,2%
Alimentos	1,7%	0,2%
Açúcar e álcool	0,2%	0,1%
Artigos de borracha e plástico	0,3%	0,1%
Celulose e papel	0,2%	0,1%
Elaboração de combustíveis nucleares	0,0%	0,1%
Produtos têxteis	0,2%	0,1%
Vestuário	0,5%	0,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: FIRJAN.

Deve-se ressaltar que esses resultados, embora captem o movimento ocorrido na economia fluminense entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, não devem ser tomados *stricto sensu* como uma evidência da participação desses setores na economia do Estado Rio de Janeiro no período em questão, já que algumas empresas desses seguimentos possuem plantas industriais em outros Estados do País.

Além disso, durante esse período, houve a entrada de novas empresas no *ranking* de empresas de grande porte no ERJ, a exemplo da fábrica de automóveis da Peugeot-Citröen, o que explica o grande aumento na participação da indústria de veículos automotores no Estado.

Em decorrência desses fatores, o estudo da FIRJAN ressalta que a perda de participação do Estado em alguns ramos de atividades não reflete o seu esvaziamento econômico, mas sim fatos pontuais, como no caso da Cia. Cervejaria Brahma, no setor de bebidas, e da Produtos Alimentares Fleishman Royal, no setor de alimentos, que alteraram a localização de suas sedes.

Independentemente desses resultados, todos os Indicadores estudados nesta dissertação apontam para um crescimento da economia fluminense no Interior do Estado do Rio de Janeiro, ao longo das últimas décadas; sobretudo a partir do final da década de 1990. Esse significativo aumento da participação do Interior do ERJ na economia fluminense como um todo, como já demonstrado neste capítulo, foi confirmado através da pesquisa de campo realizada e pelos valores do PIB do Interior do Estado nos últimos anos.

Esse crescimento, contudo, não vem ocorrendo em todos os municípios do Estado; há alguns 'pólos de crescimento', a exemplo do mencionado por Perroux (1964). Esses pólos, de acordo com os seus raios de influência, acabam, de alguma forma, influenciando áreas vizinhas, contribuindo para a formação de 'pólos regionais' (PERROUX, 1964).

No Estado do Rio de Janeiro, ao que parece, alguns desses pólos vêm se consubstanciando através de Arranjos Produtivos Locais (APL's)<sup>312</sup>. Assim, faz-se necessário procurar entender as perspectivas de desconcentração territorial através das especializações regionais presentes na economia fluminense.

---

<sup>312</sup> Segundo FONSECA NETTO (2002), o jargão técnico-científico internacional batiza de maneiras variadas essas manifestações territoriais, podendo denominar-se: Sistemas Produtivos Locais (OCDE, DATAR), Sistemas de Produção Localizado (G. BENKO), Nichos Regionais de Inovação (H. FONSECA NETTO, B. PLANQUE), *Clusters* (PORTER, ROSENFELD), *Milieux Innovateurs* (PH. AYDALOT, D. MAILLAT, A. CAMAGNI, PERRIN), etc. Mais detalhes acerca dos APLs, ver FONSECA NETTO (2002), Crocco (2004) e Haddad (2004).

### **8.3 Perspectivas de Desconcentração Territorial Via Especializações Regionais na Economia Fluminense**

Nesta seção, de forma a permitir uma melhor compreensão do comportamento da economia do Estado do Rio de Janeiro na Periferia da Região Metropolitana e no Interior do Estado, será adotada a divisão regional estabelecida atualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN<sup>313</sup>.

No Estado do Rio de Janeiro, hoje, apesar da fragilidade econômica ainda persistir em vários municípios, há projetos de desenvolvimento em todas as regiões. Em decorrência da diversidade econômica do Estado, pode-se identificar diversos ‘vetores de crescimento’ em seu território. Esses ‘vetores’, muitas vezes, estão associados à presença de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O estudo “Arranjos Produtivos Locais”, organizado pelo Sebrae em dezembro de 2001, identificou, no Estado do Rio de Janeiro, a presença de 17 concentrações de atividades econômicas setoriais consideradas APLs.

Nos parágrafos seguintes, serão apresentados alguns dos ‘vetores de crescimento’ existentes na Periferia da Região Metropolitana e no Interior do Estado, de acordo com a divisão regional estabelecida pela FIRJAN, como mencionado acima; entre outras coisas, numa tentativa de verificar a presença de APLs como instrumento da continuidade do processo de desconcentração no Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>313</sup> Deve-se mencionar que não se trata da divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, havendo coincidência apenas nas Regiões Norte e Noroeste. Uma vez que este trabalho se concentra na análise do comportamento locacional das atividades na indústria, no comércio e nos serviços, a divisão geográfica apresentada pela FIRJAN parece ser a mais adequada para se obter uma melhor compreensão acerca das Especializações Regionais existentes tanto na Periferia da Região Metropolitana (Per. RMRJ) quanto no Interior do Estado do Rio de Janeiro (Int. ERJ), sobretudo no que tange às atividades industriais.

A figura 8.1 mostra, em destaque, a Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, com os seus respectivos municípios.

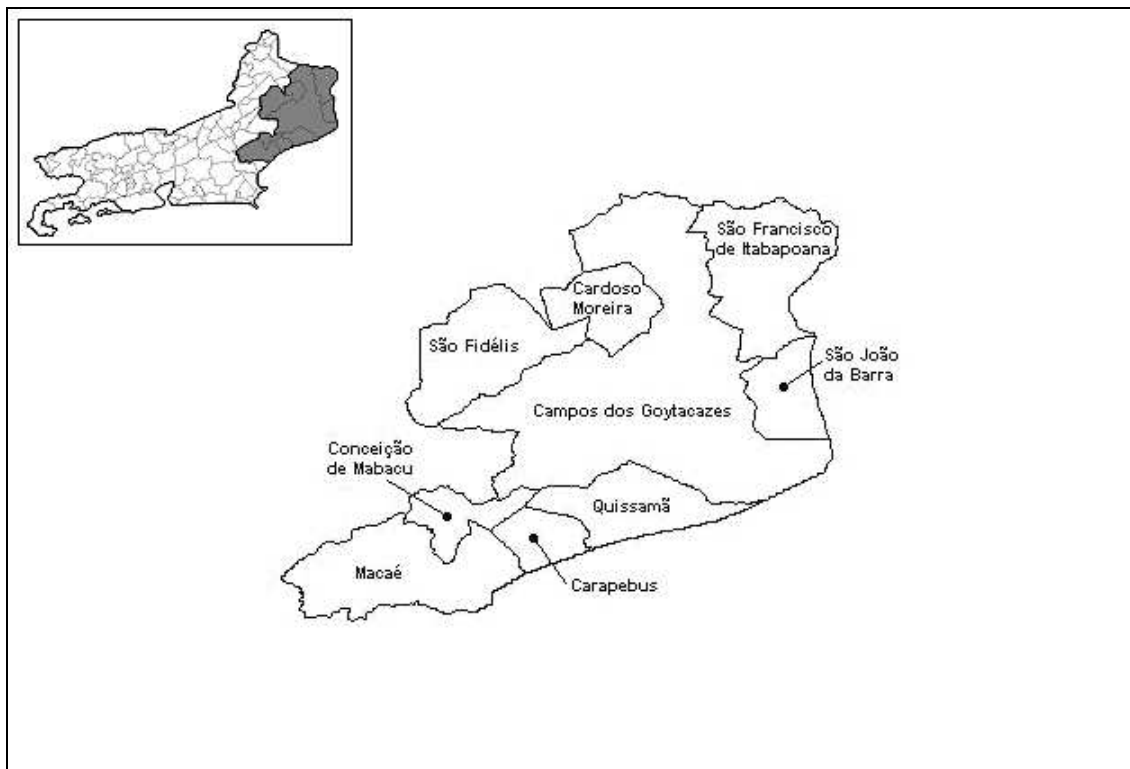


Figura 8.1 – Região Norte do ERJ

O principal vetor de crescimento no Norte do Estado do Rio de Janeiro é a produção de petróleo e gás natural da Bacia de Campos, respondendo por cerca de 84% da produção nacional de petróleo e por 49% da produção de gás natural do País em 2003, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP)

A atividade extrativa do Norte Fluminense é a principal responsável pelo salto quantitativo verificado na economia do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, atraindo empresas e mão-de-obra de diversos segmentos para os municípios da Região.



O grande destaque é o município de Macaé que, em função da infra-estrutura básica voltada para a atividade extrativa da Bacia de Campos, acabou recebendo um expressivo número de empresas de diversos segmentos e não apenas empresas voltadas para as áreas de petróleo e gás natural. Criou-se, conseqüentemente, um grande fluxo demográfico em direção à Região.

Outro município do Norte do Estado onde também se desenvolveram atividades de suporte aos investimentos no setor petrolífero é Campos dos Goytacazes.

A demanda por mão-de-obra especializada fez com que fossem criados cursos técnicos em outros municípios do Norte do Estado. Assim, muitas pessoas trabalham em Macaé e residem em outros municípios, a exemplo de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã, etc.

Uma das principais fontes de renda dos municípios que integram essa Região do Interior fluminense são os recursos provenientes de *royalties*; deve-se ressaltar que alguns municípios apesar de pouco contribuírem para a produção de petróleo também auferem ganhos provenientes de *royalties*.

Outro projeto de relevância para a Região é o Pólo de Fruticultura Irrigada, abrindo oportunidades para equipamentos, infra-estrutura e empregos em várias partes da Região Norte do Estado.

No Norte do Estado do Rio de Janeiro são identificados, ainda, Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos setores de confecção, no município de Campos dos Goytacazes, e de cerâmica, nos municípios de São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira e Campos; além de APL no setor de petróleo e gás nos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã.

A figura 8.2 destaca a Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro e os seus respectivos municípios.

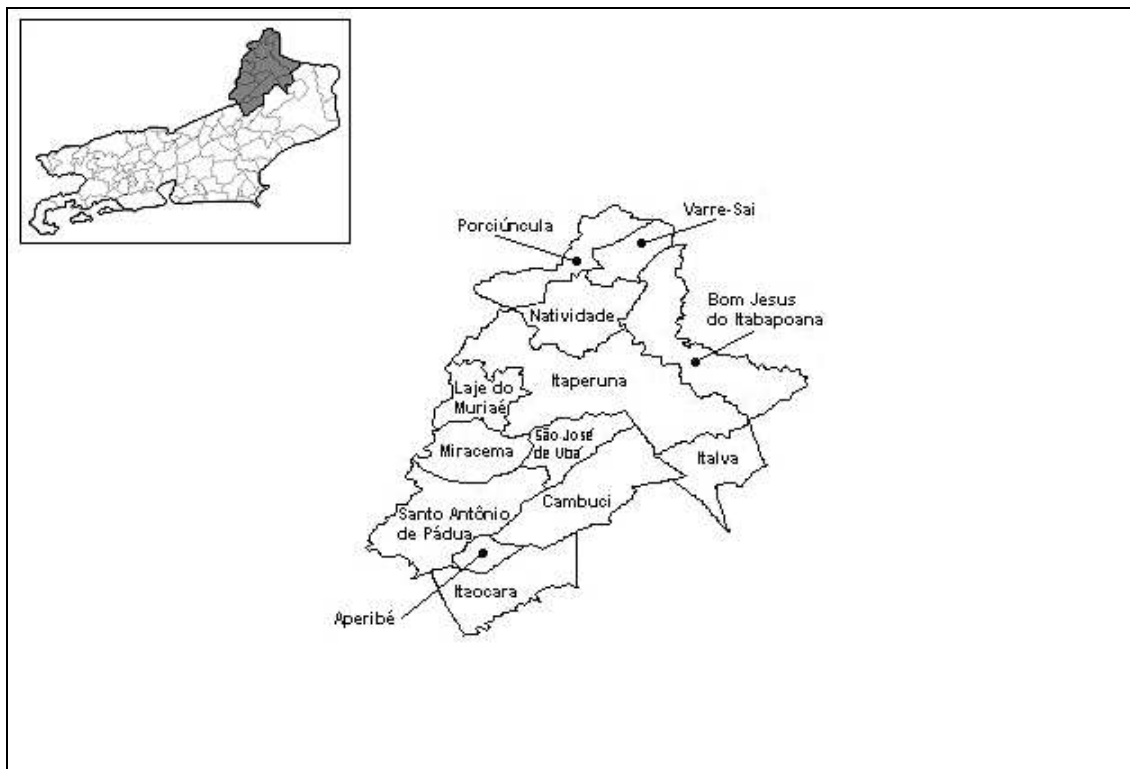


Figura 8.2 – Região Noroeste do ERJ

A Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro ainda permanece sendo a que mais carece de investimentos de forma a proporcionar o crescimento econômico e, conseqüentemente, gerar desenvolvimento na Região.

O destaque fica com os municípios de Itaperuna, onde há APL no setor de confecção, e Santo Antônio de Pádua, com APL no setor de rochas ornamentais.

Cumprir mencionar que nessa Região do Estado também está implantado o Pólo de Fruticultura Irrigada, numa tentativa de abrir oportunidades e gerar empregos.

Ainda na Região Noroeste, em decorrência de iniciativas do poder público ou de ações promovidas por atores sociais ou políticos locais, induzindo mudanças nas relações entre as cidades, percebe-se o desenvolvimento de uma rede de oferta de bens e serviços em alguns municípios.

A figura 8.3 destaca a Região denominada pela FIRJAN de Centro-Norte.



Figura 8.3 – Região Centro-Norte do ERJ

Um dos principais vetores de crescimento dessa Região do Estado é o pólo cimenteiro localizado no município de Cantagalo. Nele, estão localizadas importantes indústrias desse segmento no Estado do Rio.

Outros dois municípios com grande destaque no segmento industrial na Região Centro-Norte são Nova Friburgo e Teresópolis, ambos nas indústrias de vestuário.

Em Nova Friburgo, a tradicional indústria têxtil sofreu profunda retração no passado, sendo substituída pela indústria de confecções de moda íntima. A mudança ocorreu também em relação ao porte dos participantes, com o surgimento de um número ainda maior de micro e pequenas empresas.

Percebe-se a presença de Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis; em ambos os casos, no setor de confecções.

Ainda em relação ao município de Nova Friburgo, deve-se ressaltar que esse município fluminense já há muito tempo vem atuando como receptor de mão-de-obra proveniente de outros municípios próximos, em especial do Noroeste do Estado, em busca de trabalho no setor de confecções.

Nota-se, porém, que com crescimento do setor de petróleo e gás no Estado e consolidação de Macaé como novo e forte pólo atrativo, este município passa a influenciar também municípios de regiões vizinhas, como a Região Leste Fluminense e a Região Centro-Norte<sup>314</sup>; não apenas atraindo mão-de-obra, mas também ocasionando outros tipos de deslocamentos demográficos, que por sua vez refletem no setor terciário.

Como exemplo, pode-se citar o município de Santa Maria Madalena, que vem apresentando um expressivo crescimento imobiliário em decorrência da vinda de moradores de Macaé em busca de um local mais tranquilo para viver. Cumpre ressaltar que a rodovia que liga o município de Santa Maria Madalena ao litoral desempenha um importante papel nesse processo, permitindo o deslocamento diário ou semanal entre esse município da Região Centro-Norte e o litoral fluminense.

---

<sup>314</sup> Lembrando que essas regiões, nesta seção, são assim denominadas de acordo com FIRJAN.

A figura 8.4 apresenta a Região Serrana do Estado, segundo a divisão regional da FIRJAN.

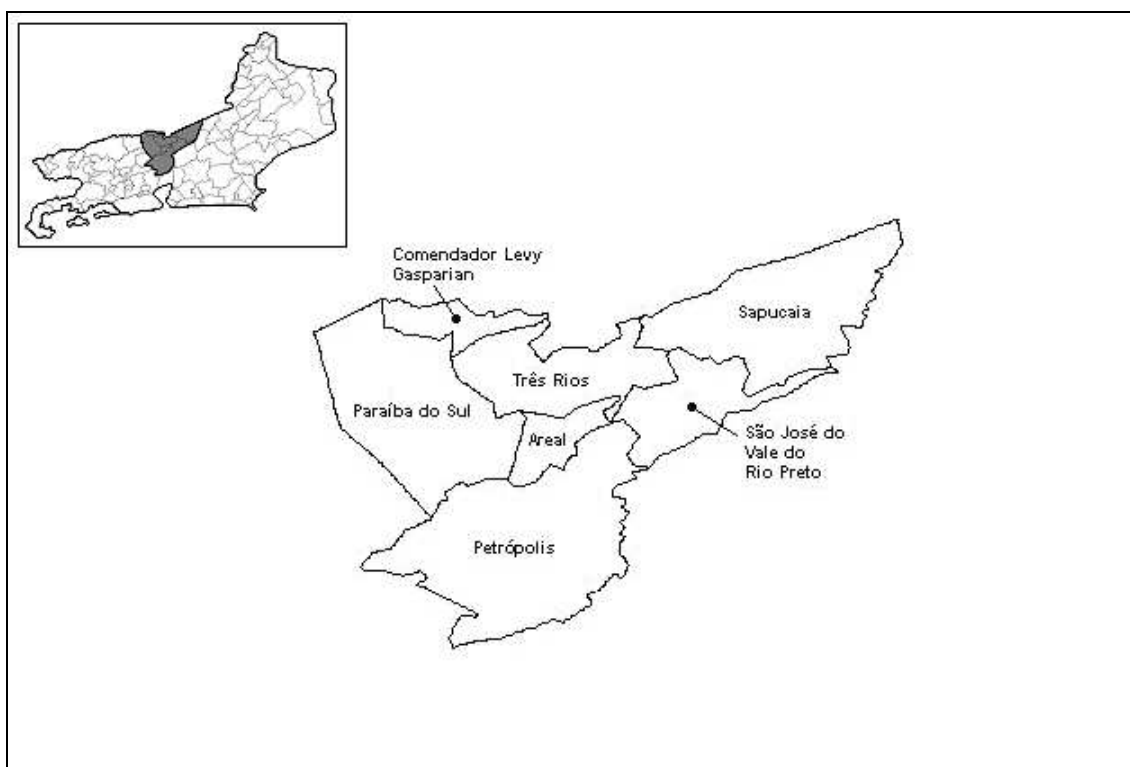


Figura 8.4 – Região Serrana do ERJ

O município de Petrópolis se destaca nessa Região, tendo na indústria têxtil um tradicional representante da sua economia. Em Petrópolis, encontram-se também APLs no setor de confecção e de tecnologia.

Em 1999, foi lançado o projeto Petrópolis-Tecnópolis, após a realização de uma pesquisa pela FIRJAN e pelo SEBRAE que identificou que o município possuía as qualificações necessárias à implantação de um projeto desse porte, traduzindo-se numa vocação econômica a ser explorada.

Entre os principais objetivos do projeto, estavam interagir com universidades e institutos de pesquisa, de modo a oferecer serviços de alta tecnologia não existentes

na região. Em pouco tempo a Petrópolis-Tecnópolis passou a ser aceita na *World Technopolis Association*<sup>315</sup> e vem recebendo, a cada ano, novos parceiros, transformando a Região Serrana do Estado num importante pólo de tecnologia.

Na figura 8.5, tem-se a Região Sul do Estado, de acordo com a divisão regional da FIRJAN.

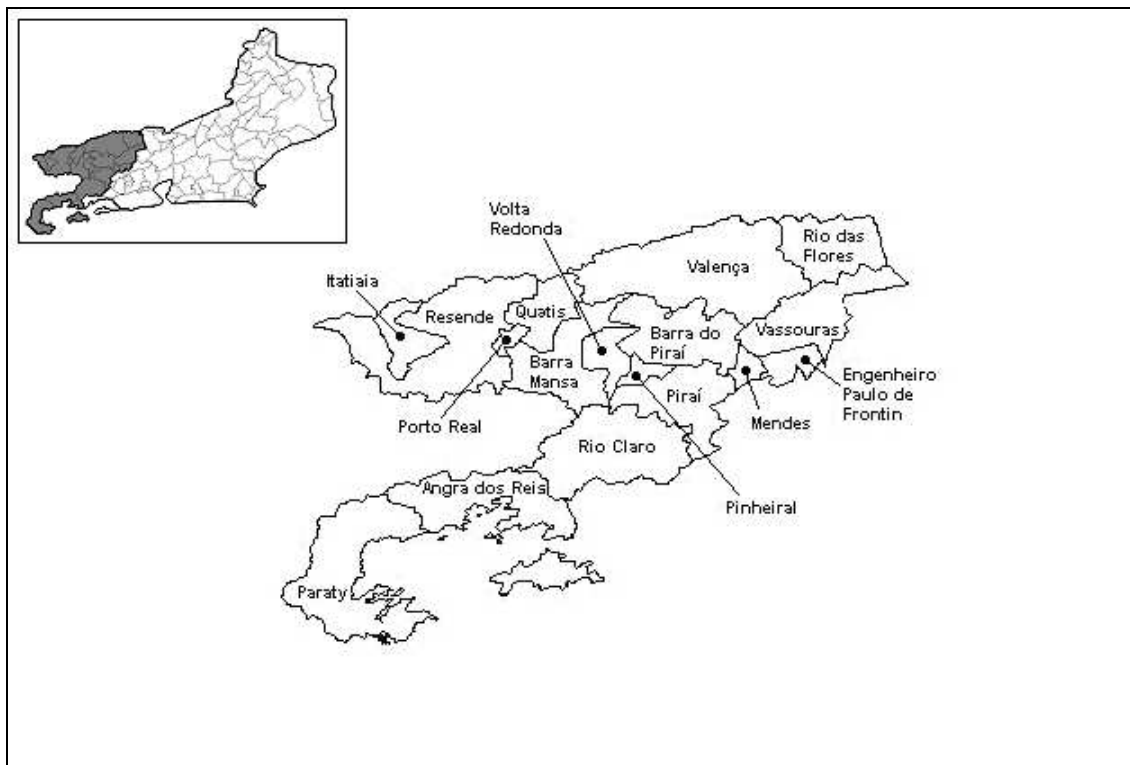


Figura 8.5 – Região Sul do ERJ

A Região Sul apresenta como principal vetor de crescimento o pólo metal-mecânico, tendo a indústria automobilística como indutora do crescimento de outras atividades nos municípios da Região.

Nos municípios de Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa e Volta Redonda, pode-se identificar a presença de APL no setor metal-mecânico. Já, nos

<sup>315</sup> Associação mundial que integra outras tecnópolis, procurando promover a integração entre os pólos tecnológicos.

municípios de Valença e de Volta Redonda, identificam-se APLs no ramo de confecções.

O município de Resende constitui um centro urbano com uma indústria diversificada, que vem apresentando, nos últimos anos, um aumento no seu dinamismo em decorrência da instalação da fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen, da indústria de pneus Michelin e fábrica de artefatos de cimento. Localizado no eixo Rio-São Paulo, numa posição considerada privilegiada em decorrência do acesso aos dois maiores centros urbanos do País, acaba exercendo influência sobre os municípios vizinhos de Porto Real, Quatis e Itatiaia, em decorrência da sua tradição econômica na Região.

A principal indústria no município de Porto Real é a montadora de automóveis da Peugeot-Citröen; porém esse município conta com indústrias de diversos segmentos, a exemplo da indústria de vidros, indústria de peças e acessórios para veículos, indústria de galvanização, etc., influenciando algumas localidades próximas, a exemplo do município de Quatis, onde vem ocorrendo um crescimento urbano.

Os municípios de Barra Mansa e de Volta Redonda estão entre os primeiros onde se iniciou o processo de industrialização no Interior fluminense<sup>316</sup>. No passado, os pólos siderúrgico e metal-mecânico do Vale Médio do Paraíba fluminense se restringiam a Barra Mansa e Volta Redonda; na atualidade, esses pólos foram ampliados. Esses Municípios deixaram de ter característica de centros regionais, cedendo lugar a uma nova configuração econômica regional, que inclui, entre outros, o setor automobilístico.

Em Volta Redonda, além da indústria, também estão presentes serviços especializados e de formação profissional. Já Barra Mansa possui um parque

---

<sup>316</sup> Quando da instalação da Siderúrgica Barra Mansa e da Metalúrgica Barbará, localizadas no município de Barra Mansa, e da Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda.

industrial forte e diversificado, além de atividades diversas, com destaque para o comércio.

A figura 8.6 mostra a Região denominada, pela FIRJAN, Baixada Fluminense (Área I).

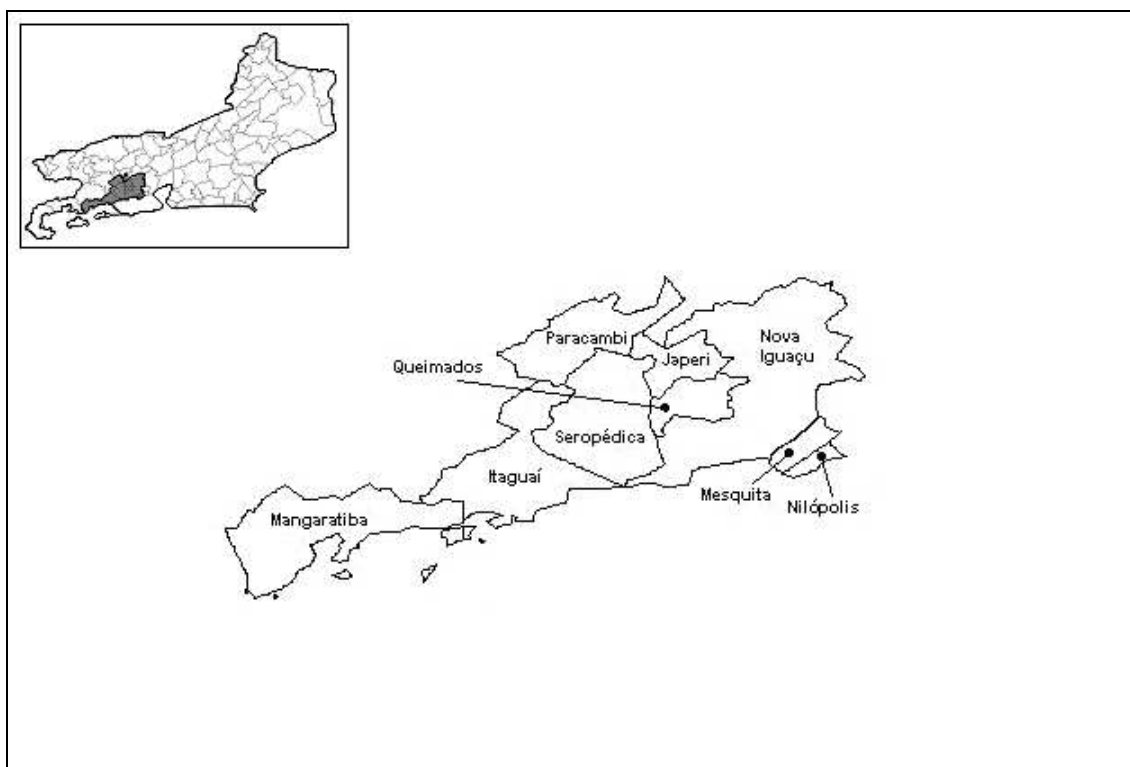


Figura 8.6 – Região Baixada Fluminense do ERJ (Área I)

Hoje, grande parte dos municípios que compõem essa Região do Estado tem no setor terciário a sua principal representatividade. Os Municípios de Nova Iguaçu e de Queimados, além da presença do setor terciário, também possuem indústrias de segmentos variados, sendo que este último possui um Distrito Industrial.

Nessa Região do Estado, pode-se identificar a presença de APLs nos ramos de construção civil e areia, nos municípios de Itaguaí e Seropédica.



O Porto de Sepetiba, localizado no município de Itaguaí, tem grande importância econômica para o Estado do Rio de Janeiro, já que a estrutura desse Porto permite receber navios de grande porte, com capacidade para transportar um elevado número de contêineres. Um estudo realizado por Elia (2005) apontou que o comércio de contêineres por navios poderia ser uma saída para elevar a participação do País no comércio internacional, uma vez que os tradicionais portos brasileiros, como o porto de Santos e o porto do Rio de Janeiro, além de não apresentarem as condições naturais necessárias para receberem navios de grande porte, também não possuem mais condições de crescimento em sua infra-estrutura; a solução estaria em “investir na expansão do Porto de Sepetiba”, que já possui as condições naturais necessárias (ELIA, 2005). A ampliação desse Porto, por sua vez, contribuiria para um crescimento, significativo, dessa Região do Estado.

A figura 8.7 mostra a Região denominada, pela FIRJAN, Baixada Fluminense (Área II).

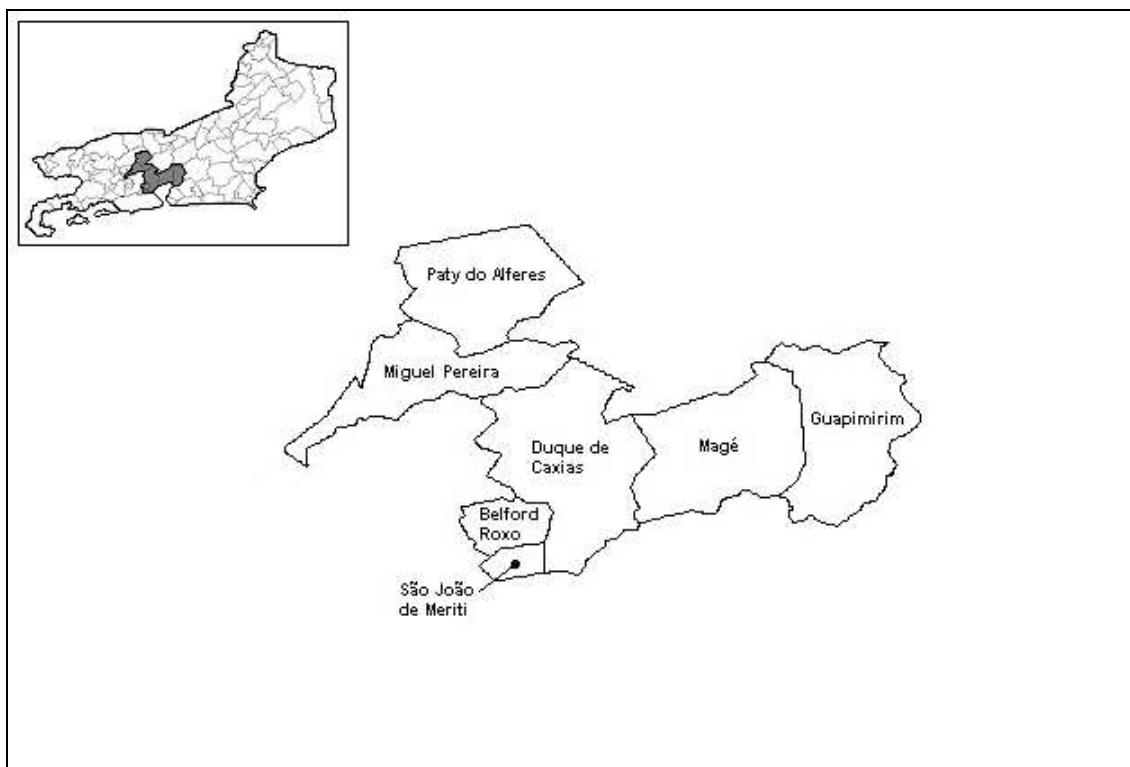


Figura 8.7 – Região Baixada Fluminense do ERJ (Área II)

Essa região tem no setor petroquímico o seu principal vetor de crescimento.

Nos municípios de Guapimirim e Magé, identifica-se a presença de APLs em atividades relacionadas à pesca e, no município de São João de Meriti, APL ligado ao setor de confecções.

O município de maior destaque na Região é Duque de Caxias devido à presença da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Esse município abriga, ainda, indústrias de diversos segmentos, bem como atividades do setor terciário; devemos lembrar que o início do processo de industrialização desse município foi induzido pela implantação REDUC, como mencionado em capítulos anteriores.

Um investimento recente de grande relevância na Região foi a instalação do Pólo Gás-Químico da Baixada, também localizado no município de Duque de Caxias. A sua localização próxima à REDUC foi escolhida como forma de permitir a integração com uma refinaria de grande porte e assim criar um importante fator de competitividade<sup>317</sup>.

Espera-se que a sinergia gerada pela integração do Pólo Gás-Químico com a Refinaria Duque de Caxias possa dar um grande impulso ao desenvolvimento industrial da Região, incentivando a instalação, em suas proximidades, de empresas transformadoras de resinas, criando assim um efeito multiplicador na geração de novos empregos bem como na arrecadação de impostos para o município de Duque de Caxias e para o Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>317</sup> Inaugurado em junho de 2005, a Riopol (Rio Polímeros S.A.) é o maior complexo industrial gás-químico integrado e o segundo principal produtor de polietilenos no Brasil. Considerado o maior empreendimento gás-químico da América Latina, encontra-se instalada próxima à Refinaria Duque de Caxias (REDUC), no distrito de Campos Elíseos, município de Duque de Caxias.

A instalação do Pólo Gás-Químico começa a atrair para a Região algumas empresas ligadas ao setor, elevando o valor da transformação industrial e incrementando o mercado de trabalho através da realização de novos empreendimentos, inclusive no setor terciário.

A figura 8.8 mostra a Região Leste Fluminense, segundo a classificação da FIRJAN.

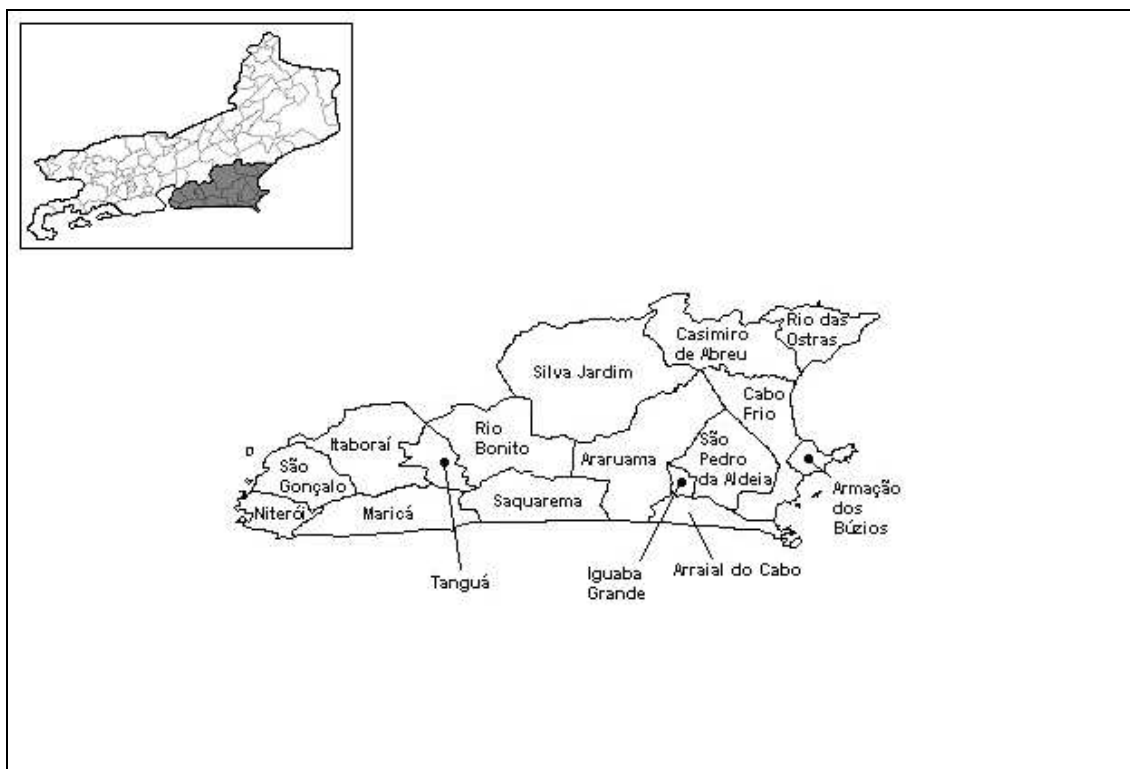


Figura 8.8 – Região Leste Fluminense do ERJ

A Região Leste Fluminense<sup>318</sup> tem a indústria naval como um dos seus vetores de crescimento.

Deve-se observar que com a reativação da indústria naval no Estado, municípios como Niterói e São Gonçalo acabaram se beneficiando em decorrência da presença de estaleiros em seus territórios. Percebe-se a existência de APLs nos

<sup>318</sup> Importante lembrar que a Região Leste Fluminense, aqui mencionada, obedece, exclusivamente, ao corte espacial feito pela FIRJAN.

segmentos de embarcações, construção e reparação naval nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Guapimirim e Magé.

A Região Leste Fluminense, selecionada pela FIRJAN, inclui municípios vizinhos a Macaé e a Bacia de Campos, a exemplo de Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Cabe mencionar que estes municípios também recebem *royalties* oriundos da extração de petróleo, não sofrendo, contudo, efeitos diretos decorrentes da produção; ao contrário do município de Rio das Ostras, que juntamente com Macaé, Carapebus e Quissamã integram um APL no setor de petróleo e gás.

Em Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, percebe-se ainda APLs no ramo de confecções.

Para finalizar esta seção, algumas considerações finais merecem ser feitas. Como se pôde perceber, nos parágrafos acima, existem Arranjos Produtivos Locais em várias partes do Estado. Em muitos casos, esses APLs estão associados ao principal vetor de crescimento da região, como é o caso da produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, do pólo metal-mecânico no Vale do Paraíba e de tecnologia em Petrópolis.

Pode-se supor que mesmo os APLs de menor porte tendem a contribuir, de alguma forma, com o processo de desconcentração que vem ocorrendo no Estado do Rio, uma vez que acabam promovendo economias de aglomeração nessas regiões/localidades, contribuindo, assim, para promover a desconcentração espacial das atividades econômicas. Contudo, como já mencionado e se pôde constatar ao longo dos parágrafos desta seção, vão surgindo alguns 'pólos de crescimento' no Interior do Estado, voltando a concentrar a economia em torno desses 'pólos'.

---

# Conclusão

As atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro vêm migrando em direção ao Interior do Estado. Esse movimento se intensificou a partir da década de 1970, mais especificamente a partir da implantação da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, embora sua origem remonte ao começo da década de 1960, com a entrada em operação da REDUC e o conseqüente efeito multiplicador gerado na cadeia produtiva do setor metal-mecânico, quando algumas empresas optaram por se instalar em alguns municípios da Periferia imediata do Estado da Guanabara, no então (antigo) Estado do Rio de Janeiro.

Pôde-se identificar dois momentos principais distintos: no primeiro, algumas atividades econômicas deixaram o núcleo metropolitano se dirigindo para a Periferia da Região Metropolitana; num segundo momento, algumas atividades deixaram a Periferia da Região Metropolitana fluminense se dirigindo para o Interior do Estado.

Durante a década de 1980, em decorrência da crise econômica vivida pelo Estado, esse movimento não foi muito percebido, voltando a se intensificar a partir da década de 1990, especialmente a partir de meados dessa década quando tem início um forte processo de interiorização das atividades econômicas no Estado do Rio.

Ao final da década de 1990 começa 'a grande virada' na economia fluminense, quando todos os indicadores passaram a sinalizar um expressivo crescimento econômico no Interior do Estado<sup>319</sup>, num claro sinal de mudança nos padrões locacionais então vigentes.

A análise dos Planos de Governo elaborados após a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro mostrou que praticamente todos os governos pós-fusão almejavam, de alguma forma, promover a desconcentração econômica no Estado do Rio de Janeiro, buscando reverter a excessiva concentração econômico-social existente da Região Metropolitana do Estado, sobretudo no seu núcleo – a cidade do Rio de Janeiro.

A forma e a intensidade das ações previstas nos Planos de Governo no sentido de promover a desconcentração econômica no Estado variou bastante. Alguns Planos demonstraram um empenho maior nesse sentido, outros tinham como foco principal objetivo diverso.

Pode-se supor, contudo, que alguns governos estaduais tenham contribuído para o processo de desconcentração econômico-espacial que vem se verificando no Estado do Rio de Janeiro; porém, como observado quando da leitura dos Planos, normalmente as intenções/previsões dos Planos de Governo no sentido de promover a desconcentração econômica no Estado do Rio se tornavam inócuas em razão da dependência de recursos federais.

---

<sup>319</sup> Não somente os Indicadores de Análise Regional empregados neste trabalho, mas também o PIB, além dos resultados obtidos com a pesquisa de campo.

Como mencionado anteriormente, a desconcentração econômica das atividades em direção ao Interior fluminense só começou a se intensificar, de fato, ao final da década de 1990.

A partir desse momento, nota-se o aparecimento de novas economias de aglomeração no Interior do Estado, como a intensificação da produção de petróleo e gás no Norte fluminense, a construção de fábricas de automóveis no Vale do Paraíba, a criação de um pólo de tecnologia na Região Serrana, etc.

Percebe-se que nos anos mais recentes novos Arranjos Produtivos Locais (APLs) vêm surgindo no território fluminense, colaborando, de alguma forma, com o processo de desconcentração econômica à medida que geram novas economias de aglomeração.

Entre as limitações encontradas na realização desta dissertação, está o fato de que os Indicadores de Análise Regional são de natureza meramente descritiva, não trazendo relação de causa e efeito; cabendo ao analista a tarefa de interpreta-los.

Em razão dos resultados encontrados neste trabalho, novos estudos poderão ser realizados futuramente, pois novas indagações surgem a respeito do comportamento da economia do Estado do Rio de Janeiro.

Por exemplo, foi inaugurado recentemente no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana, um pólo gás-químico e será construída uma refinaria de petróleo de grandes dimensões entre os municípios de Itaboraí e São Gonçalo, também na Região Metropolitana. Cabem, então, as perguntas: como se comportarão as atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos? Haverá uma tendência a reconcentrar atividades econômicas na Região Metropolitana do

Estado? ou ocorrerá “naturalmente” uma divisão por ramos de atividades entre as diversas regiões do Estado?

Outra indagação que pode ser colocada diz respeito ao comportamento das atividades relacionadas ao setor de serviços, em especial os serviços ligados à educação (universidades, centros de pesquisa, etc), uma vez que se percebe um aumento na sua participação em municípios do Interior fluminense. Cabendo, então, a pergunta: qual o comportamento locacional dessas atividades no Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos? Estariam essas atividades buscando o Interior do Estado em razão do desenvolvimento econômico pelo qual vem passando essa região e a conseqüente demanda por melhor qualificação por parte dos seus habitantes?



---

# Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. H., 1992. *Potencialidades agroindustriais microrregião Campos da Mantiqueira no centro leste de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção).

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V., 1997. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

\_\_\_\_\_, 2001. "O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000". In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA. cap. 4.

AURELIANO, L. M., 1981. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense.

AZEVEDO, P. F.; TONETO JÚNIOR, R., 1999. "Fatores determinantes das realocização industrial no Brasil na década de 90". In: XXVII Encontro nacional de economia. Belém – PA: ANPEC. Anais, vol. II pp. 1363-1380.

BASTOS, E. C. S. *Caminhões FNM um genuíno "made in Brazil" no exército*. Minas Gerais: UFJF. Disponível em: <<http://www.defesa.ufjf.br/fts/Caminh%F5es%20FNM.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

BENKO, G., 1998. *La science régionale*. Paris: Université de Panthéon-Sorbonne.

BRANDÃO, A. M. (Org.), 1980. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- BRASILEIRO, A. M., 1979. *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília: IPEA/ IPLAN.
- BRITO, F.; HORTA, C.; AMARAL, E., 2001. *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. In: XXIV IUSSP General Conference. Salvador - BA. Anais XXIV IUSSP General Conference, v. 1. pp. 168-184.
- CALÓGERAS, J. P., 1960. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional.
- CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I., 2000. *Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século*. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n. 766.
- CANO, W., 1977. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL.
- CARDOSO, A. L.; COELHO, W. R., 2003. *Caracterização da região metropolitana do Rio de Janeiro e das políticas habitacionais municipais*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ – FASE.
- CASTELLS, M., 1983. *City and the grassroots a cross-cultural theory of urban social movements*. California : University of California Press.
- CODATO, A. N., 1997. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: HUCITEC.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1988. *Parque industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CODIN.
- CONSIDERA, C. M., 1985. *Aspectos da industrialização fluminense 1949 - 1980*. Niterói: Deptº de Economia da UFF, Relatório de Pesquisa, mimeo.
- CROCCO, M. A., 2004. "APL como Instrumento de Desenvolvimento". In: *Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: BNDES. Seminário, outubro de 2004.
- DANOWSKI, M., 1981. *Estado, planejamento e espaço: um estudo de regionalização*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

DINIZ, C. C., 1985. "Notas sobre as mudanças no padrão regional brasileiro". In: *XIII Encontro nacional de economia*. Vitória - ES: ANPEC. Anais, vol. II pp. 351-373.

\_\_\_\_\_, 1993. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização*. Belo Horizonte: Nova Economia, v. 3, n. 1.

\_\_\_\_\_, 1995. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*, Belo Horizonte: CEDEPLAR. Texto para discussão n. 375.

\_\_\_\_\_, 1999. "A nova configuração urbano-industrial no Brasil". In: *XXVII Encontro nacional de economia*. Belém - PA: ANPEC. Anais, vol. II pp. 1341-1362.

\_\_\_\_\_, 2000. *A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações*. Belo horizonte: CEDEPLAR.

\_\_\_\_\_, 2001. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR. Texto para discussão n. 159.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A., 1996. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Belo Horizonte: Nova Economia. v. 6, n. 1.

ELIA, P. H. F., 2005. *Modelo Fuzzy de avaliação de áreas portuárias/industriais*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1975. *I Plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

\_\_\_\_\_, 1979. *Plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro para o período 1980-1983*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

\_\_\_\_\_, 1983. *Plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro para o período 1984-1987*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

\_\_\_\_\_, 1987. *Plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro para o período 1988-1991*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

\_\_\_\_\_, 1991. *Plano plurianual 1992-1995*. Rio de Janeiro: Governo do Estado.

\_\_\_\_\_, 1996. *Plano plurianual 1996-1999*. Rio de Janeiro: Governo do Estado.

\_\_\_\_\_, 1999. *Plano plurianual 2000-2003*. Rio de Janeiro: Governo do Estado.

\_\_\_\_\_, 2003. *Plano plurianual 2004-2007*. Rio de Janeiro: Governo do Estado.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.  
<[www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)>. Último acesso em 10 fev. 2007.

\_\_\_\_\_, 2000. *Cadastro industrial do Estado do Rio de Janeiro 1999-2000*. Rio de Janeiro: FIRJAN.

\_\_\_\_\_, 2006. *Cadastro industrial do Estado do Rio de Janeiro 2005-2006*. Rio de Janeiro: FIRJAN.

FIEGA (Federação das indústrias do Estado da Guanabara), 1969. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CIRJ/ FIEGA.

FONSECA NETTO. H. P., 2002. *Análise e avaliação de sistemas territoriais de produção e de inovação organizacional*. Relatório Final do Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Edital FAPERJ-05/2000. Cientista do Nosso Estado.

FUNDREN, 1984. *Diretrizes do planejamento metropolitano e política de localização industrial*. Rio de Janeiro: FUNDREN.

FURTADO, C., 1985. *Formação econômica do Brasil*. 20ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional.

GALVÃO, M. C. (Coord.), 1987. *Breve histórico da ocupação do território fluminense*. Rio de Janeiro: SEAF/FUJB.

HADDAD, P. R. (org.), 1989. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB ETENE.

\_\_\_\_\_, 2004. "Cultura Local e Associativismo". In: *Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: BNDES. Seminário, outubro de 2004.

HIRSCHMAN, A. O., 1958. *The strategy of economic development*. New Haven: YALE U.P.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1951. *Censo demográfico de 1940 – Rio de Janeiro (população e habitação)*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1955. *Censo demográfico de 1950 – Rio de Janeiro (população e habitação)*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1962. *Censo demográfico de 1960 – Rio de Janeiro*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1962. *Censo demográfico de 1960 – Guanabara*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1972. *Censo demográfico de 1970 – Rio de Janeiro*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1972. *Censo demográfico de 1970 – Guanabara*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1983. *Censo demográfico de 1980 – Rio de Janeiro (migração)*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1992. *Censo demográfico de 1991 – Rio de Janeiro (migração)*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1992. *Censo demográfico de 2000 – Rio de Janeiro*. Série regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1994. *Economia informal urbana – município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_, 1999. *Economia informal urbana 1997 – unidades da federação e regiões metropolitanas da região sudeste*. Rio de Janeiro: IBGE. Vol. 4.

\_\_\_\_\_, 2005. *Economia informal urbana 2003*. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_, 1972. *Censo comercial de 1970 – Guanabara*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1972. *Censo comercial de 1970 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1979. *Censo comercial de 1975 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1962. *Censo industrial de 1960 – Guanabara*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1962. *Censo industrial de 1960 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1979. *Censo industrial de 1970 – Guanabara*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1979. *Censo industrial de 1970 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1979. *Censo industrial de 1975 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1981. *Censo dos serviços de 1970 – Guanabara*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1981. *Censo dos serviços de 1970 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1981. *Censo dos serviços de 1975 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1984. *Censo comercial de 1980 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1984. *Censo industrial de 1980 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, 1984. *Censo dos serviços de 1980 – Rio de Janeiro*. Série Regional. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_, *Contas regionais*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa.php?palavras=contas+regionais&pagina\\_atual=1&tema=0&Submit.x=15&Submit.y=7](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa.php?palavras=contas+regionais&pagina_atual=1&tema=0&Submit.x=15&Submit.y=7)>. Último acesso em: 20 dez. 2006.

ISARD, W., 1956, *Location and space-economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land use trade and urban structure*. USA: MIT Press.

\_\_\_\_\_, 1960. *Methods of regional analysis: an introduction to regional science*. USA: MIT Press.

JARDIM, A. P., 2001. *Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE. Tese (Doutorado em Planejamento e Urbanismo) – IPPUR/ UFRJ.

LESSA, C. F. T., 1998. *A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: Unicamp.

\_\_\_\_\_, 2000. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record.

LOBO, E. M. L., 1978. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC. 2 v.

LODDER, C. A., 1974. *Padrões locacionais e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Revista brasileira de economia, vol. 28, n. 1, pp. 3-128, jan./mar. 1974.

MAGALHÃES, J. P. A., 1967. *Diagnóstico preliminar da Guanabara*. Guanabara: Secretaria de Economia do Estado da Guanabara. 4 v.

MARTINE, G., 1987 "Migração e Metropolização". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE.

\_\_\_\_\_, 1990. "As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica", In: ABEP, IUSSP, CELADE. *História e População*. São Paulo: Fundação SEADE.

\_\_\_\_\_, 1994. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão n.329.

MARTINE, G. e CAMARGO, L., 1984. "Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez.1984.

MATOS, R. E. S., 1996. *Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*. Belo Horizonte: CEDEPLAR.

MELO, H. P., 1985. *Formação histórica da economia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Deptº de Economia da UFF, Relatório de Pesquisa, mimeo.

\_\_\_\_\_, 2001. "A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro". In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. (Orgs.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp.219-247.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M., 1985. "Industrialização fluminense". In: *XIII Encontro nacional de economia*. Vitória - ES: ANPEC. Anais, vol. II pp. 287-307.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005. *Balanço preliminar do deslocamento de estabelecimentos e dos empregos no Brasil*. BRASÍLIA: MTE. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/observatorio/Deslocamento\\_vfinal.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/Deslocamento_vfinal.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2005.

MOTTA, M. S., 2001 "A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos". In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. (Orgs.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp.19-56.



NATAL, J., 2000. "Novas institucionalidades na infra-estrutura de transportes e 'redesenho' espacial". In: PIQUET, R. (Org.). *Rio de Janeiro perfis de uma metrópole em mutação*: Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, pp. 85-118.

\_\_\_\_\_ (Coord.), 2001. *O Estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI – história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. Relatório de pesquisa.

NEGRI, B., 1996. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: UNICAMP.

OLIVEIRA, A. T. R., 1999. *Dinâmica migratória recente da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

PATARRA, N. L.; PACHECO, C. A., 1997. "Movimentos Migratórios Anos 80: novos padrões?". In: Patarra, N. L.; Baeninger, R.; Bogus L. M.; Januzzi P. (Orgs.). *Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo. 1980-1993*. Campinas: Unicamp, pp. 25-52.

PATARRA, N. L., 2003. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. Rio de Janeiro: IBGE/ ENCE. Texto para discussão n. 7.

PEIXOTO, J. A. P., 1985. *As atividades de comércio e serviços no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Deptº de Economia da UFF, Relatório de Pesquisa, mimeo.

PERROUX, F., 1964. *L'economie du XXe. siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.

PIQUET, R. P. S., 1996. *Reestruturação produtiva e competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPPUR. Cadernos IPPUR. Ano X, n. 1, pp. 67-76.

\_\_\_\_\_, 2000. *O emprego industrial metropolitano e a nova divisão espacial do trabalho no Brasil*. Recife: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. A. 2, v. 3, p. 97-111.

PRADO JR., C., 1982. *História econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Brasiliense.

RAIS. Bases estatísticas RAIS/CAGED – acesso online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>. Acesso em: 05 dez. 2005.

RIBEIRO, A. C. T., 2000. “A cidade do Rio de Janeiro: lembrando a 'jangada de pedra', de Saramago”. In: PIQUET, R. (Org.). *Rio de Janeiro perfis de uma metrópole em mutação*: Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, pp. 11-52.

RIBEIRO, L. C. Q. (Coord.), 1995. *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ.

RICHARDSON, H. W., 1975. *The economics of urban size*. Farnborough - UK: Saxon House.

ROCHEFORT, M., 1975. *Économie géographique et aménagement du territoire*. Paris: Centre de documentation universitaire. "Les cours de Sorbonne" – Tome I.

SABÓIA, J., 1999. “Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90 um enfoque regional”. In: *XXVII Encontro nacional de economia*. Belém - PA: ANPEC. Anais, vol. II pp. 827-846.

SANTOS, A. M. S. P., 1990. *Planejamento e desenvolvimento. O Estado da Guanabara*. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

\_\_\_\_\_, 2003. “O desempenho recente da economia fluminense: reversão da estagnação?”. In: *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV. cap. 3.

SANTOS, R. M., 1985. "A ultrapassagem dos limites à mercantilização interna: Brasil, da Colônia à Independência". In: *XIII Encontro nacional de economia*. Vitória - ES: ANPEC. Anais, vol. II. pp. 237-264.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Último acesso em 15 nov. 2006.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1974. *II Plano nacional de desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil.

SIMONSEN, R. C., 1973. *A evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ USP.

TAVARES, H. M., 1996. *Reestruturação do espaço industrial no Brasil: novos desequilíbrios e a necessidade de planejamento regional*. Rio de Janeiro: IPPUR. Cadernos IPPUR. Ano X, n. 1, pp. 49-65.

TOLOSA, H., 1974. "Diferenciais de produtividade industrial e estrutura urbana". Rio de Janeiro: *Pesquisa e Planejamento econômico*. v.4, n.2.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2002. *Boletim de economia fluminense*. Rio de Janeiro: CIDE. Deptº de Economia da UFF. Ano III nº 10, dez. 2002.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W., 1975. *Política de governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES.

ZERKOWSKI, R. M., 1986. "O Estado do Rio de Janeiro e a questão do setor terciário". In: *Economia fluminense conjuntura e análise*. Niterói: UFF, n. 1, vol. 2, pp. 8-10.

---

# Apêndice

Tabela 1 - APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1975

## Distribuição espacial da mão-de-obra por atividades

Atividades	Escalas				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	182	884	702	1.419	2.303
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	16.758	22.826	6.068	7.212	30.038
03- Metalúrgica	25.030	34.465	9.435	13.709	48.174
04- Mecânica	25.318	31.220	5.902	10.998	42.218
05- Material Elétrico e de Comunicações	16.101	16.585	484	640	17.225
06- Material de Transporte	19.245	29.158	9.913	3.905	33.063
07- Madeira	2.497	3.507	1.010	1.307	4.814
08- Mobiliário	11.240	14.521	3.281	2.130	16.651
09- Papel e Papelão	6.772	7.704	932	568	8.272
10- Borracha	1.882	2.483	601	119	2.602
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	4.362	4.362	0	11	4.373
12- Química	9.830	15.284	5.454	1.756	17.040
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	8.571	9.879	1.308	537	10.416
14- Perfumaria, Sabões e Velas	4.298	4.716	418	60	4.776
15- Produtos de Materiais Plásticos	8.146	8.864	718	1.174	10.038
16- Têxtil	14.402	21.465	7.063	12.628	34.093
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	33.832	37.211	3.379	3.555	40.766
18- Produtos Alimentares	26.222	39.446	13.224	16.693	56.139
19- Bebidas	5.278	6.421	1.143	818	7.239
20- Fumo	2.289	2.289	0	0	2.289
21- Editorial e Gráfica	26.515	27.567	1.052	1.578	29.145
22- Diversas	9.767	11.104	1.337	2.320	13.424
23- Comércio Varejista	154.720	207.373	52.653	40.375	247.748
24- Comércio Atacadista	45.265	50.624	5.359	4.702	55.326
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	56.854	73.506	16.652	15.064	88.570
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	5.832	6.289	457	763	7.052
27- Serviços Diversos	143.243	158.420	15.177	14.228	172.648
<b>TOTAL</b>	<b>316.782</b>	<b>848.173</b>	<b>153.585</b>	<b>158.269</b>	<b>1.006.442</b>

Elaboração própria a partir dos dados do Censo Econômico IBGE 1975.

Tabela 2 - APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1980

Atividades	Distribuição espacial da mão-de-obra por atividades				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	0	890	890	2.120	3.010
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	15.149	22.926	7.777	9.381	32.307
03- Metalúrgica	25.850	33.895	8.045	15.992	49.887
04- Mecânica	28.753	36.613	7.860	11.975	48.588
05- Material Elétrico e de Comunicações	16.421	17.543	1.122	872	18.415
06- Material de Transporte	18.779	30.850	12.071	6.375	37.225
07- Madeira	2.369	3.384	1.015	1.483	4.867
08- Mobiliário	8.380	12.531	4.151	2.188	14.719
09- Papel e Papelão	8.138	9.711	1.573	1.935	11.646
10- Borracha	1.317	2.337	1.020	147	2.484
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	3.613	3.613	0	0	3.613
12- Química	8.025	14.902	6.877	2.814	17.716
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	6.484	7.631	1.147	276	7.907
14- Perfumaria, Sabões e Velas	4.838	5.362	524	76	5.438
15- Produtos de Materiais Plásticos	9.308	11.002	1.694	1.131	12.133
16- Têxtil	12.488	20.212	7.724	13.200	33.412
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	35.547	42.467	6.920	6.483	48.950
18- Produtos Alimentares	25.831	40.404	14.573	17.564	57.968
19- Bebidas	4.783	5.488	705	1.582	7.070
20- Fumo	0	0	0	0	0
21- Editorial e Gráfica	21.264	22.600	1.336	2.122	24.722
22- Diversas	9.961	11.940	1.979	2.437	14.377
23- Comércio Varejista	182.515	252.646	70.131	58.967	311.613
24- Comércio Atacadista	45.390	52.123	6.733	5.181	57.304
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	76.751	98.892	22.141	24.593	123.485
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	7.935	8.365	430	696	9.061
27- Serviços Diversos	269.227	363.478	94.251	85.997	449.475
<b>TOTAL</b>	<b>849.116</b>	<b>1.131.805</b>	<b>282.689</b>	<b>275.587</b>	<b>1.407.392</b>

Elaboração própria a partir dos dados do Censo Econômico IBGE 1980.

Tabela 3 - APÊNDICE - Matriz de Distribuição 1995

Atividades	Distribuição espacial da mão-de-obra por atividades				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	2.589	4.398	1.809	4.465	8.863
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	7.584	12.898	5.314	6.552	19.450
03- Metalúrgica	16.843	24.469	7.626	28.433	52.902
04- Mecânica	11.678	13.663	1.985	1.196	14.859
05- Material Elétrico e de Comunicações	9.332	9.622	290	306	9.928
06- Material de Transporte	11.216	16.078	4.862	2.926	19.004
07- Madeira	1.626	2.659	1.033	903	3.562
08- Mobiliário	3.025	6.033	3.008	1.749	7.782
09- Papel e Papelão	4.493	6.540	2.047	2.480	9.020
10- Borracha	3.537	4.172	635	940	5.112
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	4.478	6.232	1.754	395	6.627
12- Química	8.468	14.336	5.868	3.266	17.602
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	10.784	14.172	3.388	1.539	15.711
14- Perfumaria, Sabões e Velas	4.610	6.150	1.540	141	6.291
15- Produtos de Materiais Plásticos	11.144	15.523	4.379	1.511	17.034
16- Têxtil	6.343	11.962	5.619	7040	19.002
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	24.183	32.142	7.959	12.915	45.057
18- Produtos Alimentares	23.419	32.652	9.233	18.532	51.184
19- Bebidas	7.064	11.295	4.231	2.359	13.654
20- Fumo	1.346	1.400	54	220	1.620
21- Editorial e Gráfica	26.236	27.864	1.628	2.527	30.391
22- Diversas	2.681	3.383	702	1.470	4.853
23- Comércio Varejista	210.839	288.946	78.107	69.140	358.086
24- Comércio Atacadista	46.648	59.059	12.411	8.603	67.662
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	83.024	98.361	15.337	16.774	115.135
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	31.199	33.958	2.759	5.132	39.090
27- Serviços Diversos	197.504	225.370	27.866	24.815	250.185
<b>TOTAL</b>	<b>771.893</b>	<b>983.337</b>	<b>211.444</b>	<b>226.329</b>	<b>1.209.666</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Rais/MTE 1995.

Tabela 4 - APÊNDICE - Matriz de Distribuição 2004

Atividades	Distribuição espacial da mão-de-obra por atividades				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	2.107	4.414	2.307	15.891	20.305
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	5.263	11.489	6.226	7.584	19.073
03- Metalúrgica	11.549	18.043	6.494	21.912	39.955
04- Mecânica	8.299	10.208	1.909	4.229	14.437
05- Material Elétrico e de Comunicações	5.316	5.803	487	280	6.083
06- Material de Transporte	4.704	12.330	7.626	10.677	23.007
07- Madeira	796	1.552	756	1.295	2.847
08- Mobiliário	1.631	3.339	1.708	2.028	5.367
09- Papel e Papelão	2.486	5.091	2.605	2.259	7.350
10- Borracha	2.930	3.477	547	1.644	5.121
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	2.769	3.735	966	346	4.081
12- Química	4.224	8.708	4.484	1.882	10.590
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	7.754	10.578	2.824	1.155	11.733
14- Perfumaria, Sabões e Velas	3.653	6.119	2.466	269	6.388
15- Produtos de Materiais Plásticos	5.739	9.849	4.110	2.230	12.079
16- Têxtil	2.330	6.478	4.148	4.600	11.078
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	16.057	23.719	7.662	15.790	39.509
18- Produtos Alimentares	14.222	22.614	8.392	12.700	35.314
19- Bebidas	5.470	6.502	1.032	2.976	9.478
20- Fumo	1.297	1.778	481	37	1.815
21- Editorial e Gráfica	16.681	18.862	2.181	2.364	21.226
22- Diversas	2.301	2.912	611	1.698	4.610
23- Comércio Varejista	252.847	378.167	125.320	121.757	499.924
24- Comércio Atacadista	56.266	75.099	18.833	13.670	88.769
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	92.963	115.227	22.264	28.525	143.752
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	34.832	38.965	4.133	5.311	44.276
27- Serviços Diversos	271.832	340.328	68.496	62.106	402.434
<b>TOTAL</b>	<b>836.318</b>	<b>1.145.386</b>	<b>309.068</b>	<b>345.215</b>	<b>1.490.601</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Rais/MTE 2004.



Tabela 5 - APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1975

Atividades	% da mão-de-obra por atividades nas escalas				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	0,03	0,10	0,43	0,90	0,23
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	2,45	2,69	3,71	4,56	2,98
03- Metalúrgica	3,66	4,06	5,76	8,66	4,79
04- Mecânica	3,70	3,68	3,60	6,95	4,19
05- Material Elétrico e de Comunicações	2,35	1,96	0,30	0,40	1,71
06- Material de Transporte	2,81	3,44	6,05	2,47	3,29
07- Madeira	0,36	0,41	0,62	0,83	0,48
08- Mobiliário	1,64	1,71	2,00	1,35	1,65
09- Papel e Papelão	0,99	0,91	0,57	0,36	0,82
10- Borracha	0,27	0,29	0,37	0,08	0,26
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,64	0,51	0,00	0,01	0,43
12- Química	1,44	1,80	3,33	1,11	1,69
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1,25	1,16	0,80	0,34	1,03
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,63	0,56	0,26	0,04	0,47
15- Produtos de Materiais Plásticos	1,19	1,05	0,44	0,74	1,00
16- Têxtil	2,10	2,53	4,31	7,98	3,39
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	4,94	4,39	2,06	2,25	4,05
18- Produtos Alimentares	3,83	4,65	8,08	10,55	5,58
19- Bebidas	0,77	0,76	0,70	0,52	0,72
20- Fumo	0,33	0,27	0,00	0,00	0,23
21- Editorial e Gráfica	3,87	3,25	0,64	1,00	2,90
22- Diversas	1,43	1,31	0,82	1,47	1,33
23- Comércio Varejista	22,60	24,45	32,16	25,51	24,62
24- Comércio Atacadista	6,61	5,97	3,27	2,97	5,50
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	8,31	8,67	10,17	9,52	8,80
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,85	0,74	0,28	0,48	0,70
27- Serviços Diversos	20,93	18,68	9,27	8,99	17,15
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Distribuição 1975.

Tabela 6 - APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1980

Atividades	% da mão-de-obra por atividades nas escalas				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	0,00	0,08	0,31	0,77	0,21
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	1,78	2,03	2,75	3,40	2,30
03- Metalúrgica	3,04	2,99	2,85	5,80	3,54
04- Mecânica	3,39	3,23	2,78	4,35	3,45
05- Material Elétrico e de Comunicações	1,93	1,55	0,40	0,32	1,31
06- Material de Transporte	2,21	2,73	4,27	2,31	2,64
07- Madeira	0,28	0,30	0,36	0,54	0,35
08- Mobiliário	0,99	1,11	1,47	0,79	1,05
09- Papel e Papelão	0,96	0,86	0,56	0,70	0,83
10- Borracha	0,16	0,21	0,36	0,05	0,18
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,43	0,32	0,00	0,00	0,26
12- Química	0,95	1,32	2,43	1,02	1,26
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,76	0,67	0,41	0,10	0,56
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,57	0,47	0,19	0,03	0,39
15- Produtos de Materiais Plásticos	1,10	0,97	0,60	0,41	0,86
16- Têxtil	1,47	1,79	2,73	4,79	2,37
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	4,19	3,75	2,45	2,35	3,48
18- Produtos Alimentares	3,04	3,57	5,16	6,37	4,12
19- Bebidas	0,56	0,48	0,25	0,57	0,50
20- Fumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21- Editorial e Gráfica	2,50	2,00	0,47	0,77	1,76
22- Diversas	1,17	1,05	0,70	0,88	1,02
23- Comércio Varejista	21,49	22,32	24,81	21,40	22,14
24- Comércio Atacadista	5,35	4,61	2,38	1,88	4,07
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	9,04	8,74	7,83	8,92	8,77
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,93	0,74	0,15	0,25	0,64
27- Serviços Diversos	31,71	32,11	33,34	31,21	31,94
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Distribuição 1980.

Tabela 7 - APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 1995

Atividades	% da mão-de-obra por atividades nas escalas				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	0,34	0,45	0,86	1,97	0,73
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,98	1,31	2,51	2,89	1,61
03- Metalúrgica	2,18	2,49	3,61	12,56	4,37
04- Mecânica	1,51	1,39	0,94	0,53	1,23
05- Material Elétrico e de Comunicações	1,21	0,98	0,14	0,14	0,82
06- Material de Transporte	1,45	1,64	2,30	1,29	1,57
07- Madeira	0,21	0,27	0,49	0,40	0,29
08- Mobiliário	0,39	0,61	1,42	0,77	0,64
09- Papel e Papelão	0,58	0,67	0,97	1,10	0,75
10- Borracha	0,46	0,42	0,30	0,42	0,42
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,58	0,63	0,83	0,17	0,55
12- Química	1,10	1,46	2,78	1,44	1,46
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1,40	1,44	1,60	0,68	1,30
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,60	0,63	0,73	0,06	0,52
15- Produtos de Materiais Plásticos	1,44	1,58	2,07	0,67	1,41
16- Têxtil	0,82	1,22	2,66	3,11	1,57
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	3,13	3,27	3,76	5,71	3,72
18- Produtos Alimentares	3,03	3,32	4,37	8,19	4,23
19- Bebidas	0,92	1,15	2,00	1,04	1,13
20- Fumo	0,17	0,14	0,03	0,10	0,13
21- Editorial e Gráfica	3,40	2,83	0,77	1,12	2,51
22- Diversas	0,35	0,34	0,33	0,65	0,40
23- Comércio Varejista	27,31	29,38	36,94	30,55	29,60
24- Comércio Atacadista	6,04	6,01	5,87	3,80	5,59
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	10,76	10,00	7,25	7,41	9,52
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	4,04	3,45	1,30	2,27	3,23
27- Serviços Diversos	25,59	22,92	13,18	10,96	20,68
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Distribuição 1995.

Tabela 8 - APÊNDICE - Matriz de Informação Básica 2004

Atividades	% da mão-de-obra por atividades nas escalas				
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ	ERJ
01- Extração de Minerais	0,25	0,39	0,75	4,60	1,36
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,63	1,00	2,01	2,20	1,28
03- Metalúrgica	1,38	1,58	2,10	6,35	2,68
04- Mecânica	0,99	0,89	0,62	1,23	0,97
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,64	0,51	0,16	0,08	0,41
06- Material de Transporte	0,56	1,08	2,47	3,09	1,54
07- Madeira	0,10	0,14	0,24	0,38	0,19
08- Mobiliário	0,20	0,29	0,55	0,59	0,36
09- Papel e Papelão	0,30	0,44	0,84	0,65	0,49
10- Borracha	0,35	0,30	0,18	0,48	0,34
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,33	0,33	0,31	0,10	0,27
12- Química	0,51	0,76	1,45	0,55	0,71
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,93	0,92	0,91	0,33	0,79
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,44	0,53	0,80	0,08	0,43
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,69	0,86	1,33	0,65	0,81
16- Têxtil	0,28	0,57	1,34	1,33	0,74
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1,92	2,07	2,48	4,57	2,65
18- Produtos Alimentares	1,70	1,97	2,72	3,68	2,37
19- Bebidas	0,65	0,57	0,33	0,86	0,64
20- Fumo	0,16	0,16	0,16	0,01	0,12
21- Editorial e Gráfica	1,99	1,65	0,71	0,68	1,42
22- Diversas	0,28	0,25	0,20	0,49	0,31
23- Comércio Varejista	30,23	33,02	40,55	35,27	33,54
24- Comércio Atacadista	6,73	6,56	6,09	3,96	5,96
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	11,12	10,06	7,20	8,26	9,64
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	4,16	3,40	1,34	1,54	2,97
27- Serviços Diversos	32,50	29,71	22,16	17,99	27,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Distribuição 2004.

Tabela 9 - APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1975

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00101	0,00062	0,00100	0,00334
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00268	0,00147	0,00361	0,00786
03- Metalúrgica	0,00565	0,00362	0,00488	0,01938
04- Mecânica	0,00248	0,00257	0,00295	0,01377
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00320	0,00122	0,00708	0,00654
06- Material de Transporte	0,00237	0,00076	0,01385	0,00409
07- Madeira	0,00057	0,00032	0,00069	0,00174
08- Mobiliário	0,00006	0,00029	0,00175	0,00154
09- Papel e Papelão	0,00084	0,00043	0,00126	0,00232
10- Borracha	0,00008	0,00017	0,00054	0,00092
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00101	0,00040	0,00217	0,00214
12- Química	0,00128	0,00054	0,00819	0,00292
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00109	0,00065	0,00118	0,00348
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00077	0,00041	0,00110	0,00218
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00096	0,00024	0,00279	0,00128
16- Têxtil	0,00642	0,00428	0,00463	0,02296
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00446	0,00168	0,00993	0,00902
18- Produtos Alimentares	0,00873	0,00464	0,01250	0,02485
19- Bebidas	0,00026	0,00019	0,00011	0,00101
20- Fumo	0,00053	0,00021	0,00114	0,00114
21- Editorial e Gráfica	0,00489	0,00177	0,01127	0,00949
22- Diversas	0,00047	0,00012	0,00259	0,00066
23- Comércio Varejista	0,01006	0,00083	0,03772	0,00447
24- Comércio Atacadista	0,00558	0,00236	0,01112	0,01263
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00247	0,00067	0,00685	0,00359
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00076	0,00020	0,00211	0,00109
27- Serviços Diversos	0,01887	0,00762	0,03942	0,04082
<b>COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>0,08755</b>	<b>0,03829</b>	<b>0,19242</b>	<b>0,20521</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 10 - APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1980

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00107	0,00068	0,00050	0,00278
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00256	0,00135	0,00228	0,00554
03- Metalúrgica	0,00250	0,00275	0,00349	0,01129
04- Mecânica	0,00033	0,00109	0,00336	0,00446
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00313	0,00121	0,00456	0,00496
06- Material de Transporte	0,00217	0,00040	0,00813	0,00166
07- Madeira	0,00033	0,00023	0,00007	0,00096
08- Mobiliário	0,00029	0,00031	0,00211	0,00126
09- Papel e Papelão	0,00065	0,00015	0,00136	0,00063
10- Borracha	0,00011	0,00015	0,00092	0,00062
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00084	0,00031	0,00128	0,00128
12- Química	0,00157	0,00029	0,00587	0,00119
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00101	0,00056	0,00078	0,00231
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00092	0,00044	0,00101	0,00179
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00117	0,00055	0,00131	0,00226
16- Têxtil	0,00452	0,00294	0,00179	0,01208
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00354	0,00137	0,00515	0,00563
18- Produtos Alimentares	0,00538	0,00274	0,00518	0,01127
19- Bebidas	0,00030	0,00009	0,00126	0,00036
20- Fumo	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000
21- Editorial e Gráfica	0,00374	0,00120	0,00642	0,00493
22- Diversas	0,00076	0,00017	0,00161	0,00069
23- Comércio Varejista	0,00323	0,00091	0,01334	0,00372
24- Comércio Atacadista	0,00637	0,00267	0,00845	0,01096
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00132	0,00018	0,00471	0,00075
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00145	0,00048	0,00246	0,00196
27- Serviços Diversos	0,00115	0,00089	0,00702	0,00366
<b>COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>0,05042</b>	<b>0,02410</b>	<b>0,09442</b>	<b>0,09899</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 11 - APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 1995

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00199	0,00143	0,00061	0,00620
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00313	0,00148	0,00453	0,00644
03- Metalúrgica	0,01096	0,00942	0,00383	0,04095
04- Mecânica	0,00142	0,00081	0,00145	0,00350
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00194	0,00079	0,00342	0,00343
06- Material de Transporte	0,00059	0,00032	0,00364	0,00139
07- Madeira	0,00042	0,00012	0,00097	0,00052
08- Mobiliário	0,00126	0,00015	0,00390	0,00065
09- Papel e Papelão	0,00082	0,00040	0,00111	0,00175
10- Borracha	0,00018	0,00001	0,00061	0,00004
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00016	0,00043	0,00141	0,00187
12- Química	0,00179	0,00001	0,00660	0,00006
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00049	0,00071	0,00152	0,00309
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00039	0,00053	0,00104	0,00229
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00018	0,00085	0,00331	0,00370
16- Têxtil	0,00375	0,00177	0,00543	0,00770
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00296	0,00228	0,00020	0,00991
18- Produtos Alimentares	0,00599	0,00455	0,00068	0,01978
19- Bebidas	0,00107	0,00010	0,00436	0,00043
20- Fumo	0,00020	0,00004	0,00054	0,00018
21- Editorial e Gráfica	0,00443	0,00161	0,00871	0,00698
22- Diversas	0,00027	0,00029	0,00035	0,00124
23- Comércio Varejista	0,01144	0,00109	0,03669	0,00473
24- Comércio Atacadista	0,00225	0,00206	0,00138	0,00896
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00619	0,00242	0,01132	0,01053
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00405	0,00111	0,00963	0,00482
27- Serviços Diversos	0,02452	0,01118	0,03752	0,04859
<b>COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>0,09282</b>	<b>0,04597</b>	<b>0,15476</b>	<b>0,19973</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 12 - APÊNDICE - Coeficiente de Especialização 2004

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00555	0,00488	0,00308	0,01621
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00325	0,00138	0,00367	0,00459
03- Metalúrgica	0,00650	0,00553	0,00290	0,01833
04- Mecânica	0,00012	0,00039	0,00175	0,00128
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00114	0,00049	0,00125	0,00163
06- Material de Transporte	0,00491	0,00233	0,00462	0,00775
07- Madeira	0,00048	0,00028	0,00027	0,00092
08- Mobiliário	0,00083	0,00034	0,00096	0,00114
09- Papel e Papelão	0,00098	0,00024	0,00175	0,00081
10- Borracha	0,00003	0,00020	0,00083	0,00066
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00029	0,00026	0,00019	0,00087
12- Química	0,00103	0,00025	0,00370	0,00083
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00070	0,00068	0,00063	0,00226
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00004	0,00053	0,00185	0,00175
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00062	0,00025	0,00260	0,00082
16- Têxtil	0,00232	0,00089	0,00299	0,00295
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00365	0,00290	0,00086	0,00962
18- Produtos Alimentares	0,00334	0,00197	0,00173	0,00655
19- Bebidas	0,00009	0,00034	0,00151	0,00113
20- Fumo	0,00017	0,00017	0,00017	0,00056
21- Editorial e Gráfica	0,00285	0,00111	0,00359	0,00370
22- Diversas	0,00017	0,00028	0,00056	0,00091
23- Comércio Varejista	0,01653	0,00261	0,03505	0,00866
24- Comércio Atacadista	0,00386	0,00301	0,00069	0,00998
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00736	0,00208	0,01220	0,00690
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00597	0,00216	0,00817	0,00716
27- Serviços Diversos	0,02753	0,01357	0,02418	0,04504
<b>COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>0,10030</b>	<b>0,04913</b>	<b>0,12176</b>	<b>0,16299</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.



Tabela 13 - APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1975 - 1980

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00013	0,00013	0,00057	0,00064
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00332	0,00333	0,00478	0,00576
03- Metalúrgica	0,00306	0,00534	0,01458	0,01429
04- Mecânica	0,00156	0,00223	0,00412	0,01302
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00209	0,00203	0,00051	0,00044
06- Material de Transporte	0,00300	0,00356	0,00892	0,00077
07- Madeira	0,00043	0,00057	0,00129	0,00144
08- Mobiliário	0,00328	0,00302	0,00268	0,00276
09- Papel e Papelão	0,00015	0,00025	0,00006	0,00172
10- Borracha	0,00060	0,00043	0,00003	0,00011
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00106	0,00098	0,00000	0,00003
12- Química	0,00246	0,00243	0,00449	0,00044
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00244	0,00245	0,00197	0,00120
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00029	0,00041	0,00035	0,00005
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00047	0,00036	0,00080	0,00166
16- Têxtil	0,00317	0,00372	0,00791	0,01595
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00378	0,00318	0,00192	0,00053
18- Produtos Alimentares	0,00394	0,00540	0,01461	0,02087
19- Bebidas	0,00104	0,00136	0,00224	0,00029
20- Fumo	0,00167	0,00135	0,00000	0,00000
21- Editorial e Gráfica	0,00685	0,00627	0,00085	0,00114
22- Diversas	0,00127	0,00127	0,00058	0,00291
23- Comércio Varejista	0,00555	0,01063	0,03676	0,02057
24- Comércio Atacadista	0,00634	0,00682	0,00446	0,00545
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00366	0,00036	0,01169	0,00297
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00041	0,00001	0,00064	0,00115
27- Serviços Diversos	0,05389	0,06719	0,12035	0,11108
<b>COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>0,11593</b>	<b>0,13508</b>	<b>0,24717</b>	<b>0,22722</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 14 - APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1980 - 1995

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00168	0,00184	0,00270	0,00602
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00401	0,00357	0,00119	0,00255
03- Metalúrgica	0,00431	0,00253	0,00380	0,03380
04- Mecânica	0,00937	0,00923	0,00921	0,01908
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00362	0,00286	0,00130	0,00091
06- Material de Transporte	0,00379	0,00545	0,00985	0,00510
07- Madeira	0,00034	0,00014	0,00065	0,00070
08- Mobiliário	0,00298	0,00247	0,00023	0,00011
09- Papel e Papelão	0,00188	0,00096	0,00206	0,00197
10- Borracha	0,00152	0,00109	0,00030	0,00181
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00077	0,00157	0,00415	0,00087
12- Química	0,00076	0,00071	0,00171	0,00211
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00317	0,00383	0,00598	0,00290
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00014	0,00076	0,00271	0,00017
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00174	0,00303	0,00736	0,00129
16- Têxtil	0,00324	0,00285	0,00037	0,00840
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00527	0,00242	0,00658	0,01677
18- Produtos Alimentares	0,00004	0,00125	0,00394	0,00907
19- Bebidas	0,00176	0,00332	0,00876	0,00234
20- Fumo	0,00087	0,00071	0,00013	0,00049
21- Editorial e Gráfica	0,00447	0,00418	0,00149	0,00173
22- Diversas	0,00413	0,00355	0,00184	0,00117
23- Comércio Varejista	0,02910	0,03531	0,06066	0,04576
24- Comércio Atacadista	0,00349	0,00700	0,01744	0,00961
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00858	0,00633	0,00289	0,00756
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,01554	0,01357	0,00576	0,01007
27- Serviços Diversos	0,03060	0,04598	0,10081	0,10120
<b>COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>0,14716</b>	<b>0,16652</b>	<b>0,26388</b>	<b>0,29355</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 15 - APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1995 - 2004

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00042	0,00031	0,00055	0,01315
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00177	0,00154	0,00249	0,00349
03- Metalúrgica	0,00401	0,00457	0,00753	0,03108
04- Mecânica	0,00260	0,00249	0,00161	0,00348
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00287	0,00236	0,00010	0,00027
06- Material de Transporte	0,00445	0,00279	0,00084	0,00900
07- Madeira	0,00058	0,00067	0,00122	0,00012
08- Mobiliário	0,00098	0,00161	0,00435	0,00093
09- Papel e Papelão	0,00142	0,00110	0,00063	0,00221
10- Borracha	0,00054	0,00060	0,00062	0,00030
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00125	0,00154	0,00258	0,00037
12- Química	0,00296	0,00349	0,00662	0,00449
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00235	0,00259	0,00344	0,00173
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00080	0,00046	0,00035	0,00008
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00379	0,00359	0,00371	0,00011
16- Têxtil	0,00272	0,00325	0,00658	0,00889
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,00606	0,00599	0,00643	0,00566
18- Produtos Alimentares	0,00667	0,00673	0,00826	0,02255
19- Bebidas	0,00131	0,00290	0,00834	0,00090
20- Fumo	0,00010	0,00006	0,00065	0,00043
21- Editorial e Gráfica	0,00702	0,00593	0,00032	0,00216
22- Diversas	0,00036	0,00045	0,00067	0,00079
23- Comércio Varejista	0,01459	0,01816	0,01804	0,02361
24- Comércio Atacadista	0,00342	0,00275	0,00112	0,00079
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,00180	0,00029	0,00025	0,00426
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,00062	0,00026	0,00016	0,00365
27- Serviços Diversos	0,03458	0,03397	0,04492	0,03513
<b>COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>0,11003</b>	<b>0,11047</b>	<b>0,13235</b>	<b>0,17962</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 16 - APÊNDICE - Coeficiente de Reestruturação 1975 - 2004

Atividades	Escalas			
	Capital	RMRJ	Per. RMRJ	Int. ERJ
01- Extração de Minerais	0,00113	0,00141	0,00159	0,01853
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,00910	0,00844	0,00846	0,01180
03- Metalúrgica	0,01138	0,01244	0,01831	0,01157
04- Mecânica	0,01353	0,01395	0,01494	0,02862
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,00858	0,00724	0,00069	0,00162
06- Material de Transporte	0,01125	0,01181	0,01794	0,00313
07- Madeira	0,00135	0,00139	0,00186	0,00225
08- Mobiliário	0,00724	0,00710	0,00726	0,00379
09- Papel e Papelão	0,00346	0,00232	0,00137	0,00148
10- Borracha	0,00038	0,00005	0,00095	0,00201
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,00153	0,00094	0,00156	0,00047
12- Química	0,00466	0,00521	0,00940	0,00282
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00163	0,00121	0,00057	0,00002
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,00096	0,00011	0,00271	0,00020
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,00252	0,00093	0,00446	0,00048
16- Têxtil	0,00913	0,00983	0,01486	0,03323
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,01511	0,01158	0,00208	0,01164
18- Produtos Alimentares	0,01065	0,01338	0,02681	0,03434
19- Bebidas	0,00059	0,00095	0,00182	0,00173
20- Fumo	0,00090	0,00057	0,00078	0,00005
21- Editorial e Gráfica	0,00940	0,00802	0,00032	0,00156
22- Diversas	0,00576	0,00527	0,00309	0,00487
23- Comércio Varejista	0,03814	0,04284	0,04194	0,04880
24- Comércio Atacadista	0,00057	0,00294	0,01410	0,00494
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	0,01405	0,00697	0,01484	0,00628
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,01656	0,01330	0,00529	0,00528
27- Serviços Diversos	0,05788	0,05518	0,06446	0,04500
<b>COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO</b>	<b>0,25741</b>	<b>0,24537</b>	<b>0,28245</b>	<b>0,28651</b>

Elaboração própria a partir dos dados das tabelas 5 a 8 do Apêndice.

Tabela 17 - APÊNDICE - Índice de Mobilidade da Capital e da RMRJ

## Índice de Mobilidade da Capital e da RMRJ, segundo os 27 subsetores

Atividades	Capital				RMRJ			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	inexiste	1,000000	-1,815074	0,238419	-0,298180	0,404133	-1,282681	-0,765749
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	-0,189772	-0,202565	-0,413072	-1,021794	-0,070846	-0,070111	-0,100879	-0,261524
03- Metalúrgica	-0,002709	-0,627518	-0,101474	-0,797525	-0,052973	-0,468940	-0,024251	-0,584265
04- Mecânica	-0,013392	0,247034	-0,367194	-0,043237	0,018639	0,180498	-0,300447	-0,045855
05- Material Elétrico e de Comunicações	-0,048252	0,051331	-0,075588	-0,069612	-0,010704	0,017056	-0,015942	-0,009303
06- Material de Transporte	-0,153820	0,145239	-1,886594	-1,846875	-0,064131	0,020435	-0,578643	-0,645555
07- Madeira	-0,065636	-0,066294	-0,632680	-0,855183	-0,047757	0,068582	-0,369368	-0,336366
08- Mobiliário	-0,185660	-0,464642	-0,279121	-1,221282	-0,024351	-0,098159	-0,246113	-0,401753
09- Papel e Papelão	-0,171563	-0,402849	-0,472706	-1,420431	-0,116911	-0,150048	-0,046780	-0,344590
10- Borracha	-0,364200	0,233716	-0,209293	-0,264153	-0,014290	-0,152799	-0,201997	-0,405463
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	0,002515	-0,479902	0,004111	-0,470110	0,002515	-0,063383	-0,027511	-0,089889
12- Química	-0,273516	0,058413	-0,206121	-0,446292	-0,066322	-0,032792	0,009525	-0,090800
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-0,003458	-0,194690	-0,038626	-0,245127	0,017252	-0,069898	-0,000536	-0,052004
14- Perfumaria, Sabões e Velas	-0,011522	-0,214075	-0,281435	-0,573683	-0,001433	-0,008631	-0,020563	-0,030846
15- Produtos de Materiais Plásticos	-0,057813	-0,172637	-0,376953	-0,708016	0,026179	0,004951	-0,117630	-0,082982
16- Têxtil	-0,130231	-0,119683	-0,587087	-1,008459	-0,040780	0,039047	-0,076527	-0,076679
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	-0,142824	-0,353014	-0,320625	-1,042026	-0,052142	-0,216153	-0,188257	-0,520453
18- Produtos Alimentares	-0,048210	0,026090	-0,136110	-0,159811	-0,008097	-0,092598	0,003803	-0,097256
19- Bebidas	-0,077730	-0,307646	0,103562	-0,263340	-0,142693	0,061642	-0,205858	-0,292986
20- Fumo	inexiste	inexiste	-0,162697	-0,399383	inexiste	inexiste	0,117819	-0,020810
21- Editorial e Gráfica	-0,057709	0,003657	-0,098497	-0,157640	-0,034667	0,002928	-0,031760	-0,064402
22- Diversas	-0,050134	-0,254146	-0,106804	-0,457685	0,003995	-0,191364	-0,103573	-0,309505
23- Comércio Varejista	-0,066236	0,005238	-0,164152	-0,234760	-0,032393	-0,004772	-0,066718	-0,106528
24- Comércio Atacadista	-0,032899	-0,148913	-0,087686	-0,290769	-0,005965	-0,042085	-0,031736	-0,081569
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	-0,032772	0,138067	-0,115065	0,007391	-0,036309	0,062586	-0,065799	-0,035370
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	0,055647	-0,097225	-0,014530	-0,051224	0,033995	-0,062707	0,012880	-0,013358
27- Serviços Diversos	-0,385156	0,241250	-0,168715	-0,228304	-0,134686	0,102287	-0,065202	-0,085039

Elaboração própria a partir dos dados das Matrizes de Distribuição (tabelas 1 a 4 do Apêndice).

Tabela 18 - APÊNDICE - Índice de Mobilidade da Per. RMRJ e do Int. ERJ

**Índice de Mobilidade da Periferia da RMRJ e do Interior do Estado do Rio de Janeiro, segundo os 27 subsetores**

Atividades	Per. RMRJ				Int. ERJ			
	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004	1975-1980	1980-1995	1995-2004	1975-2004
01- Extração de Minerais	-0,030907	-0,448657	-0,796442	-1,682863	0,125179	-0,398069	0,356287	0,212700
02- Transformação de Produtos Minerais não Metálicos	0,160812	0,118924	0,163026	0,381151	0,173140	0,138018	0,152821	0,396183
03- Metalúrgica	-0,214480	-0,118701	0,113082	-0,205003	0,112277	0,403563	0,019969	0,481102
04- Mecânica	0,135812	-0,210940	-0,010280	-0,057238	-0,056987	-2,061998	0,725223	0,110686
05- Material Elétrico e de Comunicações	0,538826	-1,085859	0,635141	0,649026	0,215350	-0,536332	0,330394	0,192801
06- Material de Transporte	0,075399	-0,267473	0,228150	0,095464	0,310343	-0,112285	0,668228	0,745499
07- Madeira	-0,006029	0,280885	-0,092124	0,209902	0,108975	-0,201949	0,442671	0,403120
08- Mobiliário	0,301299	0,270395	-0,214592	0,380830	0,139462	0,338590	0,405212	0,661466
09- Papel e Papelão	0,165832	0,404831	0,359689	0,682104	0,586730	0,395691	0,105426	0,776587
10- Borracha	0,437505	-2,305717	-0,162921	-1,162393	0,227188	0,678168	0,427217	0,857540
11- Couros e Peles, Artefatos para Viagem	inexiste	1,000000	-0,118155	1,000000	inexiste	1,000000	0,296975	0,970331
12- Química	0,175459	-0,164408	0,212667	0,244080	0,351221	0,143940	-0,044072	0,420129
13- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,134325	0,327314	0,104050	0,478264	-0,476985	0,643662	0,004911	0,476279
14- Perfumaria, Sabões e Velas	0,091720	0,606367	0,365878	0,773283	0,101098	0,376445	0,467754	0,701668
15- Produtos de Materiais Plásticos	0,487691	0,456891	0,244477	0,789784	-0,254661	-0,050864	0,519522	0,366499
16- Têxtil	0,103843	0,218228	0,210263	0,446718	0,062443	-0,066346	0,107770	0,107984
17- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,413677	0,199692	0,089143	0,572591	0,341557	0,537948	0,282790	0,781800
18- Produtos Alimentares	0,063004	-0,393645	0,240916	0,008758	0,018626	0,163151	-0,006772	0,173176
19- Bebidas	-0,583427	0,678200	-1,845903	-0,450122	0,495004	-0,295147	0,449760	0,640119
20- Fumo	inexiste	inexiste	0,874220	1,000000	inexiste	inexiste	-5,661662	1,000000
21- Editorial e Gráfica	0,332073	-0,008819	0,478659	0,648711	0,369215	-0,032290	0,253412	0,513857
22- Diversas	0,276444	0,048408	-0,091407	0,248534	-0,019574	0,440397	0,177624	0,530788
23- Comércio Varejista	0,055681	-0,031791	0,129866	0,152194	0,138790	0,019943	0,207221	0,330867
24- Comércio Atacadista	0,175614	0,359437	0,135423	0,543442	0,060007	0,288912	0,174346	0,448118
25- Serviços de Alojamento e Alimentação	-0,048568	-0,346015	0,139910	-0,213921	0,146003	-0,366998	0,265795	0,142879
26- Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão	-0,365562	0,327633	0,243883	0,305764	-0,408572	0,414924	-0,094493	0,098005
27- Serviços Diversos	0,580778	-0,882639	0,345601	0,483520	0,569271	-0,928967	0,357291	0,465997

Elaboração própria a partir dos dados das Matrizes de Distribuição (tabelas 1 a 4 do Apêndice).

---

# Anexos

ANEXO 1 - Municípios que compõem o atual Estado do Rio de Janeiro - divisão municipal de 2001<sup>1</sup>.

<b>RMRJ</b> <sup>2</sup>	<b>Int. ERJ</b>	
1 Belford Roxo	21 Angra dos Reis	57 Nova Friburgo
2 Duque de Caxias	22 Aperibé	58 Paraíba do Sul
3 Guapimirim	23 Araruama	59 Paraty
4 Itaboraí	24 Areal	60 Paty do Alferes
5 Itaguaí	25 Armação dos Búzios	61 Petrópolis
6 Japeri	26 Arraial do Cabo	62 Pinheiral
7 Magé	27 Barra do Piraí	63 Piraí
8 Mangaratiba	28 Barra Mansa	64 Porciúncula
9 Maricá	29 Bom Jardim	65 Porto Real
10 Mesquita	30 Bom Jesus do Itabapoana	66 Quatis
11 Nilópolis	31 Cabo Frio	67 Quissamã
12 Niterói	32 Cachoeiras de Macacu	68 Resende
13 Nova Iguaçu	33 Cambuci	69 Rio Bonito
14 Paracambi	34 Campos dos Goytacazes	70 Rio Claro
15 Queimados	35 Cantagalo	71 Rio das Flores
<b>16 Rio de Janeiro</b>	36 Carapebus	72 Rio das Ostras
17 São Gonçalo	37 Cardoso Moreira	73 Santa Maria Madalena
18 São João de Meriti	38 Carmo	74 Santo Antônio de Pádua
19 Seropédica	39 Casimiro de Abreu	75 São Fidélis
20 Tanguá	40 Comendador Levy Gasparian	76 São Francisco de Itabapoana
	41 Conceição de Macabu	77 São João da Barra
	42 Cordeiro	78 São José de Ubá
	43 Duas Barras	79 São José do Vale do Rio Preto
	44 Engenheiro Paulo de Frontin	80 São Pedro da Aldeia
	45 Iguaba Grande	81 São Sebastião do Alto
	46 Italva	82 Sapucaia
	47 Itaocara	83 Saquarema
	48 Itaperuna	84 Silva Jardim
	49 Itatiaia	85 Sumidouro
	50 Laje do Muriaé	86 Teresópolis
	51 Macaé	87 Trajano de Moraes
	52 Macuco	88 Três Rios
	53 Mendes	89 Valença
	54 Miguel Pereira	90 Varre-Sai
	55 Miracema	91 Vassouras
	56 Natividade	92 Volta Redonda

<sup>1</sup> A numeração atribuída a cada município refere-se a sua localização no mapa da figura 4.1 da página 90 e foi distribuída em ordem alfabética, entre os municípios integrantes da RMRJ e os municípios do Int. ERJ.

<sup>2</sup> Refere-se à RMRJ considerada no presente trabalho, com a presença de 20 municípios.



ANEXO 2 - Produto Interno Bruto a Preço de Mercado e Produto Interno Bruto Per Capita do Estado do Rio de Janeiro e Municípios, entre 1999 e 2004.

Estado do Rio de Janeiro e Municípios	Produto Interno Bruto																	
	1999			2000			2001			2002			2003			2004		
	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)
<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>114.419.457</b>	<b>100,00</b>	<b>7.991</b>	<b>137.876.531</b>	<b>100,00</b>	<b>9.513</b>	<b>148.033.352</b>	<b>100,00</b>	<b>10.092</b>	<b>170.114.091</b>	<b>100,00</b>	<b>11.459</b>	<b>190.384.406</b>	<b>100,00</b>	<b>12.671</b>	<b>222.563.503</b>	<b>100,00</b>	<b>14.639</b>
Angra dos Reis	1.102.211	0,96	9.363	1.247.470	0,90	10.274	1.592.010	1,08	12.721	2.137.858	1,26	16.584	1.428.639	0,75	10.764	1.938.103	0,87	14.196
Aperibé	68.820	0,06	8.668	109.840	0,08	13.514	125.866	0,09	15.134	159.548	0,09	18.753	44.315	0,02	5.093	51.335	0,02	5.773
Araruama	465.333	0,41	5.694	573.925	0,42	6.805	606.853	0,41	6.978	710.747	0,42	7.930	539.185	0,28	5.841	603.694	0,27	6.354
Areal	69.717	0,06	7.098	84.972	0,06	8.490	92.347	0,06	9.058	92.329	0,05	8.892	112.629	0,06	10.652	115.660	0,05	10.744
Armação dos Búzios	477.243	0,42	26.729	812.648	0,59	43.462	980.008	0,66	50.136	1.515.799	0,89	74.286	2.250.848	1,18	105.803	2.481.179	1,11	112.068
Arraial do Cabo	206.636	0,18	8.721	281.676	0,20	11.670	299.604	0,20	12.189	358.701	0,21	14.332	206.564	0,11	8.106	214.836	0,10	8.284
Barra do Pirai	498.544	0,44	5.660	591.898	0,43	6.643	570.613	0,39	6.331	600.547	0,35	6.587	704.262	0,37	7.636	845.853	0,38	9.068
Barra Mansa	1.539.866	1,35	9.036	1.574.103	1,14	9.193	1.671.174	1,13	9.714	1.725.731	1,01	9.984	2.041.237	1,07	11.753	2.127.023	0,96	12.189
Belford Roxo	1.705.162	1,49	3.955	1.988.011	1,44	4.526	2.067.688	1,40	4.622	2.283.001	1,34	5.011	2.387.380	1,25	5.145	2.873.603	1,29	6.084
Bom Jardim	143.045	0,13	6.341	204.082	0,15	8.958	218.664	0,15	9.505	277.938	0,16	11.964	126.744	0,07	5.403	146.123	0,07	6.169
Bom Jesus do Itabapoana	184.860	0,16	5.521	251.646	0,18	7.423	283.209	0,19	8.253	335.330	0,20	9.653	184.634	0,10	5.250	208.485	0,09	5.857
Cabo Frio	1.350.439	1,18	10.852	2.043.797	1,48	15.696	2.331.663	1,58	17.143	3.511.169	2,06	24.748	5.148.345	2,70	34.830	6.474.298	2,91	42.113
Cachoeiras de Macacu	293.992	0,26	6.104	463.231	0,34	9.438	590.818	0,40	11.816	697.563	0,41	13.695	472.388	0,25	9.106	643.346	0,29	12.180
Cambuci	97.179	0,08	6.617	147.443	0,11	10.067	169.949	0,11	11.636	208.393	0,12	14.309	72.596	0,04	4.999	86.229	0,04	5.955
Campos dos Goytacazes	4.282.702	3,74	10.559	7.691.199	5,58	18.806	8.258.244	5,58	20.027	11.086.350	6,52	26.663	16.807.719	8,83	40.088	21.345.644	9,59	50.495
Cantagalo	355.480	0,31	17.980	452.751	0,33	22.722	445.265	0,30	22.172	534.963	0,31	26.432	383.714	0,20	18.811	424.409	0,19	20.645
Carapebus	367.825	0,32	41.468	650.627	0,47	71.647	723.386	0,49	77.817	1.044.533	0,61	109.812	1.476.128	0,78	151.678	1.665.712	0,75	167.391
Cardoso Moreira	77.879	0,07	6.179	121.672	0,09	9.670	139.982	0,09	11.146	182.196	0,11	14.535	53.966	0,03	4.313	59.103	0,03	4.733
Carmo	157.712	0,14	10.340	223.973	0,16	14.602	257.461	0,17	16.690	305.864	0,18	19.717	205.293	0,11	13.159	265.832	0,12	16.944
Casimiro de Abreu	408.224	0,36	18.679	740.869	0,54	32.821	882.802	0,60	37.897	1.377.062	0,81	57.316	1.904.561	1,00	76.905	2.080.201	0,93	81.570
Comendador Levy Gasparian	56.285	0,05	7.138	60.886	0,04	7.631	55.154	0,04	6.833	64.318	0,04	7.875	83.204	0,04	10.069	92.339	0,04	11.047
Conceição de Macabu	105.507	0,09	5.714	163.210	0,12	8.745	183.567	0,12	9.732	228.328	0,13	11.977	85.741	0,05	4.450	98.283	0,04	5.048
Cordeiro	114.203	0,10	6.167	163.825	0,12	8.751	185.648	0,13	9.809	232.679	0,14	13.161	84.888	0,04	4.388	102.746	0,05	5.255
Duas Barras	83.788	0,07	8.125	124.020	0,09	11.966	138.646	0,09	13.313	176.389	0,10	16.854	57.486	0,03	5.466	67.230	0,03	6.361

(Continua na página seguinte - pag. 272)

**(ANEXO 2 - Continuação da página anterior - pág. 271)**

Estado do Rio de Janeiro e Municípios	Produto Interno Bruto																	
	1999			2000			2001			2002			2003			2004		
	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)
Duque de Caxias	7.815.104	6,83	10.142	10.223.240	7,41	13.067	12.078.518	8,16	15.206	14.066.468	8,27	17.445	15.390.266	8,08	18.802	17.955.126	8,07	21.615
Engenheiro Paulo de Frontin	57.276	0,05	4.711	69.717	0,05	5.728	66.030	0,04	5.420	66.306	0,04	5.438	91.805	0,05	7.522	87.145	0,04	7.133
Guapimirim	288.441	0,25	7.691	426.952	0,31	11.064	476.570	0,32	12.010	606.363	0,36	14.867	260.062	0,14	6.206	284.620	0,13	6.616
Iguaba Grande	112.629	0,10	7.638	154.517	0,11	9.920	178.440	0,12	10.872	228.746	0,13	13.254	102.218	0,05	5.643	118.984	0,05	6.273
Itaboraí	740.008	0,65	3.991	858.736	0,62	4.510	884.706	0,60	4.527	996.562	0,59	4.971	1.028.720	0,54	5.003	1.148.804	0,52	5.451
Itaguaí	707.330	0,62	8.716	838.060	0,61	10.073	886.449	0,60	10.397	1.118.153	0,66	12.802	1.358.077	0,71	15.183	1.737.643	0,78	18.980
Italva	87.859	0,08	6.958	133.665	0,10	10.598	150.969	0,10	11.985	185.279	0,11	14.728	59.903	0,03	4.768	68.754	0,03	5.479
Itaocara	152.164	0,13	6.616	206.804	0,15	8.988	220.908	0,15	9.598	267.035	0,16	11.599	120.836	0,06	5.247	136.372	0,06	5.919
Itaperuna	494.012	0,43	5.723	641.067	0,46	7.345	555.292	0,38	6.292	638.622	0,38	7.158	583.356	0,31	6.467	589.549	0,26	6.465
Itatiaia	407.444	0,36	16.736	654.545	0,47	25.873	685.613	0,46	26.113	1.169.984	0,69	42.973	510.068	0,27	18.083	965.039	0,43	33.066
Japeri	246.513	0,22	2.989	330.768	0,24	3.919	361.528	0,24	4.187	407.045	0,24	4.610	290.503	0,15	3.218	353.881	0,16	3.836
Laje do Muriaé	60.856	0,05	7.714	101.285	0,07	12.759	117.020	0,08	14.651	152.964	0,09	19.032	37.407	0,02	4.626	42.813	0,02	5.262
Macaé	2.708.204	2,37	20.727	4.889.127	3,55	36.250	6.263.344	4,23	45.023	9.280.540	5,46	64.719	14.127.343	7,42	95.625	18.339.127	8,24	120.602
Macuco	60.765	0,05	12.361	98.754	0,07	20.387	114.675	0,08	24.031	150.008	0,09	31.923	38.860	0,02	8.402	44.414	0,02	9.757
Magé	848.329	0,74	4.160	1.095.737	0,79	5.254	1.168.377	0,79	5.480	1.342.212	0,79	6.159	898.785	0,47	4.036	1.034.665	0,46	4.549
Mangaratiba	179.309	0,16	7.294	218.145	0,16	8.605	232.617	0,16	8.905	370.123	0,22	13.758	205.524	0,11	7.422	424.646	0,19	14.910
Maricá	416.445	0,36	5.526	483.723	0,35	6.148	493.795	0,33	6.020	509.759	0,30	5.969	550.901	0,29	6.203	605.967	0,27	6.570
Mendes	74.628	0,07	4.324	86.429	0,06	4.986	72.171	0,05	4.145	75.642	0,04	4.326	83.220	0,04	4.738	94.330	0,04	5.346
Mesquita	—	—	—	—	—	—	540.499	0,37	3.170	566.591	0,33	3.266	607.643	0,32	3.443	715.946	0,32	3.988
Miguel Pereira	104.112	0,09	4.393	119.315	0,09	4.933	120.917	0,08	4.899	123.704	0,07	4.913	135.869	0,07	5.290	149.701	0,07	5.716
Miracema	144.507	0,13	5.357	201.108	0,15	7.396	227.017	0,15	8.283	277.459	0,16	10.042	122.805	0,06	4.409	141.591	0,06	5.043
Natividade	93.898	0,08	6.217	145.587	0,11	9.606	162.307	0,11	10.671	203.856	0,12	13.354	72.339	0,04	4.722	81.110	0,04	5.275
Nilópolis	546.102	0,48	3.548	620.827	0,45	4.046	620.923	0,42	4.060	646.091	0,38	4.238	683.848	0,36	4.500	768.020	0,35	5.071
Niterói	3.206.027	2,80	6.994	3.472.161	2,52	7.533	3.465.615	2,34	7.477	3.914.694	2,30	8.398	4.391.353	2,31	9.368	5.831.066	2,62	12.370
Nova Friburgo	1.141.686	1,00	6.594	1.324.257	0,96	7.618	1.276.911	0,86	7.316	1.441.237	0,85	8.225	1.359.556	0,71	7.727	1.434.224	0,64	8.118
Nova Iguaçu	3.334.188	2,91	3.648	3.891.764	2,82	4.184	3.680.143	2,49	4.742	3.816.154	2,24	4.833	4.125.356	2,17	5.135	4.653.534	2,09	5.695

**(Continua na página seguinte - pág. 273)**

**(ANEXO 2 - Continuação da página anterior - pág. 272)**

Estado do Rio de Janeiro e Municípios	Produto Interno Bruto																	
	1999			2000			2001			2002			2003			2004		
	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)
Paracambi	148.126	0,13	3.676	169.019	0,12	4.149	180.754	0,12	4.389	189.982	0,11	4.563	215.330	0,11	5.115	227.129	0,10	5.338
Paraíba do Sul	135.375	0,12	3.634	165.482	0,12	4.397	187.397	0,13	4.929	197.135	0,12	5.132	218.839	0,11	5.639	245.278	0,11	6.257
Parati	121.799	0,11	4.159	141.908	0,10	4.745	149.587	0,10	4.900	341.026	0,20	10.946	176.200	0,09	5.542	202.380	0,09	6.241
Paty do Alferes	98.659	0,09	3.985	113.777	0,08	4.519	114.099	0,08	4.456	115.450	0,07	4.435	124.965	0,07	4.722	149.420	0,07	5.555
Petrópolis	1.863.993	1,63	6.538	2.149.334	1,56	7.449	2.066.106	1,40	7.076	2.280.499	1,34	7.719	2.267.903	1,19	7.586	2.525.968	1,13	8.351
Pinheiral	62.115	0,05	3.225	73.798	0,05	3.729	78.767	0,05	3.877	82.845	0,05	3.973	87.253	0,05	4.078	103.174	0,05	4.704
Piraí	723.030	0,63	32.895	798.730	0,58	35.795	967.412	0,65	42.711	1.105.968	0,65	48.109	1.087.050	0,57	46.589	1.326.627	0,60	56.033
Porciúncula	98.756	0,09	6.215	148.851	0,11	9.279	166.069	0,11	10.254	206.185	0,12	12.610	76.072	0,04	4.608	134.883	0,06	8.093
Porto Real	261.470	0,23	21.978	363.112	0,26	29.342	1.043.358	0,70	81.151	1.745.562	1,03	130.822	1.957.419	1,03	141.483	2.585.827	1,16	180.499
Quatis	63.226	0,06	5.942	75.382	0,05	6.943	74.412	0,05	6.720	92.130	0,05	8.157	78.418	0,04	6.809	617.908	0,28	52.642
Queimados	750.171	0,66	6.203	850.506	0,62	6.887	988.120	0,67	7.839	875.434	0,51	6.805	830.579	0,44	6.327	911.160	0,41	6.806
Quissamã	855.359	0,75	63.229	1.532.200	1,11	110.381	1.571.470	1,06	110.387	2.006.140	1,18	137.463	3.006.323	1,58	200.998	3.541.951	1,59	231.213
Resende	1.799.096	1,57	17.363	2.139.332	1,55	20.207	2.387.910	1,61	22.081	2.349.603	1,38	21.275	2.925.028	1,54	25.939	3.620.997	1,63	31.463
Rio Bonito	275.355	0,24	5.564	346.336	0,25	6.929	377.561	0,26	7.479	462.465	0,27	9.070	314.910	0,17	6.114	322.930	0,15	6.208
Rio Claro	60.499	0,05	3.755	74.701	0,05	4.557	79.076	0,05	4.742	83.839	0,05	4.942	90.883	0,05	5.267	101.886	0,05	5.808
Rio das Flores	29.367	0,03	3.878	36.449	0,03	4.733	36.475	0,02	4.658	37.803	0,02	4.748	42.744	0,02	5.280	57.908	0,03	7.039
Rio das Ostras	1.119.648	0,98	31.459	2.383.624	1,73	63.408	2.816.810	1,90	71.123	4.195.284	2,47	100.751	6.191.998	3,25	141.693	7.442.664	3,34	162.663
Rio de Janeiro	54.083.044	47,27	9.260	57.753.517	41,89	9.818	59.636.031	40,29	10.067	62.862.104	36,95	10.537	67.605.301	35,51	11.251	73.974.912	33,24	12.224
Santa Maria Madalena	90.465	0,08	8.621	136.136	0,10	10.025	147.181	0,10	14.137	182.463	0,11	17.597	60.774	0,03	5.886	71.253	0,03	6.929
Santo Antonio de Pádua	215.668	0,19	5.610	290.854	0,21	7.450	323.187	0,22	8.153	378.541	0,22	9.406	220.131	0,12	5.388	241.868	0,11	5.833
São Fidélis	187.128	0,16	5.100	263.362	0,19	7.131	301.190	0,20	8.102	361.157	0,21	9.651	184.094	0,10	4.887	262.746	0,12	6.929
São Francisco de Itabapoana	227.465	0,20	5.576	316.193	0,23	7.592	361.212	0,24	8.497	421.790	0,25	9.723	249.767	0,13	5.643	301.430	0,14	6.678
São Gonçalo	3.604.047	3,15	4.068	4.023.085	2,92	4.479	4.233.092	2,86	4.649	4.627.849	2,72	5.014	4.628.770	2,43	4.947	5.197.183	2,34	5.481
São João da Barra	420.366	0,37	15.222	863.946	0,63	31.103	936.123	0,63	33.504	423.690	0,25	15.075	1.920.668	1,01	67.931	2.550.017	1,15	89.660
São João de Meriti	1.491.014	1,30	3.325	1.721.133	1,25	3.816	1.783.384	1,20	3.931	1.874.689	1,10	4.109	1.902.149	1,00	4.144	2.141.542	0,96	4.639
São José de Ubá	64.604	0,06	10.106	105.923	0,08	16.445	120.065	0,08	18.500	150.853	0,09	23.070	37.705	0,02	5.722	60.381	0,03	9.095

**(Continua na página seguinte - pág. 274)**

**(ANEXO 2 - Continuação da página anterior - pág. 273)**

Estado do Rio de Janeiro e Municípios	Produto Interno Bruto																	
	1999			2000			2001			2002			2003			2004		
	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1.000 R\$)	%	Per capita (R\$)
São José do Vale do Rio Preto	143.577	0,13	7.515	175.987	0,13	9.014	209.697	0,14	10.514	261.973	0,15	12.861	117.166	0,06	5.633	136.261	0,06	6.418
São Pedro da Aldeia	291.748	0,25	4.683	383.086	0,28	5.936	425.056	0,29	6.365	503.787	0,30	7.296	346.171	0,18	4.852	392.281	0,18	5.328
São Sebastião do Alto	67.709	0,06	8.083	108.432	0,08	12.852	123.941	0,08	14.585	156.724	0,09	18.309	40.872	0,02	4.740	45.827	0,02	5.277
Sapucaia	104.575	0,09	61.123	120.205	0,09	6.961	120.634	0,08	6.909	119.924	0,07	6.793	130.249	0,07	7.298	140.137	0,06	7.766
Saquarema	292.014	0,26	5.638	376.964	0,27	4.059	416.638	0,28	7.573	488.873	0,29	8.631	317.845	0,17	5.453	372.014	0,17	6.207
Seropédica	346.732	0,30	5.372	440.035	0,32	6.641	463.725	0,31	6.820	499.642	0,29	7.165	531.457	0,28	7.433	488.636	0,22	6.670
Silva Jardim	174.924	0,15	8.281	272.414	0,20	12.690	315.801	0,21	14.478	418.063	0,25	18.865	103.061	0,05	4.577	123.141	0,06	5.385
Sumidouro	101.199	0,09	7.167	158.682	0,12	11.133	176.315	0,12	12.256	214.558	0,13	14.777	81.422	0,04	5.556	101.228	0,05	6.844
Tanguá	135.992	0,12	5.269	165.970	0,12	6.285	165.022	0,11	6.109	189.077	0,11	6.844	279.738	0,15	9.904	249.012	0,11	8.628
Teresópolis	774.476	0,68	5.641	910.601	0,66	6.542	942.949	0,64	6.682	1.052.092	0,62	7.354	923.111	0,48	6.365	1.111.831	0,50	7.564
Trajano de Moraes	84.872	0,07	8.432	129.662	0,09	12.967	149.950	0,10	15.096	182.903	0,11	18.541	70.708	0,04	7.217	72.072	0,03	7.408
Três Rios	448.040	0,39	6.249	463.215	0,34	6.401	428.191	0,29	5.863	456.719	0,27	6.197	506.339	0,27	6.807	509.491	0,23	6.788
Valença	281.744	0,25	4.265	318.619	0,23	4.780	325.479	0,22	4.838	332.470	0,20	4.897	369.619	0,19	5.395	409.682	0,18	5.926
Varre-Sai	61.718	0,05	7.891	101.360	0,07	12.829	117.772	0,08	14.756	149.173	0,09	18.501	34.088	0,02	4.185	44.870	0,02	5.454
Vassouras	127.670	0,11	4.076	142.838	0,10	4.516	147.525	0,10	4.619	148.764	0,09	4.612	162.171	0,09	4.979	179.392	0,08	5.454
Volta Redonda	3.892.132	3,40	16.145	4.517.704	3,28	18.556	4.405.831	2,98	17.919	4.819.928	2,83	19.411	5.770.030	3,03	23.009	6.449.868	2,90	25.471

Fonte: IBGE, Contas Nacionais - Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2004.

## ANEXO 3 - Tipos de Atividades Econômicas Contatadas na Per. RMRJ e no Int. ERJ.

### 1. O Desenvolvimento da Entrevista

Foram consultadas, aleatoriamente, via telefone, 316 empresas no Estado do Rio de Janeiro, sendo 129 na Periferia da RMRJ e 187 no Interior do ERJ, entre os meses de maio e julho de 2006. Uma vez que o objetivo da entrevista era verificar a ocorrência, ou não, de desconcentração espacial das atividades econômicas no Estado e já que a variável-base utilizada neste trabalho é a mão-de-obra ocupada, tomou-se empresas com mais de 40 funcionários em vários ramos de atividades nas escalas mencionadas e buscou-se saber o ano em que a empresa havia se instalado no município onde se encontrava. Foi dada uma especial atenção no momento da realização da pergunta, pois não constituía objetivo do entrevistador saber o ano de criação da empresa, mas tão somente o ano em que a mesma havia se instalado no município onde se encontrava; evidente que na maioria dos casos a empresa se encontrava no próprio município onde foi criada. Abaixo, têm-se os ramos de atividades contatados, nas referidas escalas:

### 2. As Atividades Consultadas

COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS

CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES

EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS

EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS CORRELATOS

FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO

FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL

FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, ELABORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NUCLEARES E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

(Continua na página seguinte - pág. 276)

(ANEXO 3 - Continuação da página anterior - pág. 275)

FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSTRUMENTAÇÃO MÉDICO-HOSPITALARES, INSTRUMENTOS DE PRECISÃO E ÓPTICOS, EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, CRONÔMETROS E RELÓGIOS

FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS

FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS

FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL - EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS

FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS

METALURGIA BÁSICA

SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS

### 3. As Dificuldades e Limitações Encontradas

Foram inúmeras as dificuldades encontradas, desde a descoberta do número de telefone das empresas até se conseguir, efetivamente, o contato com a pessoa responsável pela informação e que pudesse disponibiliza-la. Entre as limitações encontradas, há o fato de que as empresas entrevistadas têm data de criação até o ano de 2001, o que significa dizer que os resultados referentes aos anos de 2002, 2003 e 2004 não incluem empresas novas criadas nesses anos, mas somente empresas que mudaram a sua localização, o que se faz crer que os dados referentes a esses três últimos anos encontram-se subestimados.